



14
29/08/12

Câmara Municipal de Curitiba

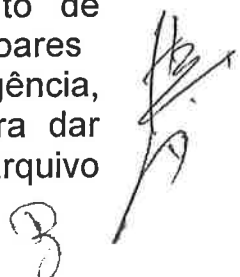
ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA SEXTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia vinte e nove de agosto de dois mil e treze, às onze horas, na sede da Urbs, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a 2ª Reunião de Diligência externa da CPI, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chicarelli, Chico do Uberaba, Noemia Rocha, Mauro Ignacio, Professora Josete, Cristiano Santos, Geovane Fernandes, Paulo Rink e Tiago Gevert.- O Senhor Roberto Gregório, Presidente da Urbs, deu as boas vindas à Comissão, colocando-se à disposição para esclarecer e auxiliar na apuração de todos os fatos.- O Senhor Presidente declarou aberta a 2ª Reunião de Diligência, ressaltando que esta CPI veio, em missão especial, fazer investigação nos setores de Fiscalização e Cadastro, no Centro de Controle Operacional de Curitiba e no Setor da Área de Tecnologia da Informação; a seguir, informou que o Vereador Tiago Gevert substituirá, a partir desta data, o Vereador Toninho da Farmácia nesta Comissão.- Com a palavra os Vereadores: Valdemir Soares agradeceu à Urbs pela gentileza de abrir suas portas, disponibilizando o acesso aos documentos, contratos, planilhas e outras informações necessárias, viabilizando o trabalho desta Comissão.- Chico do Uberaba questionou sobre a prorrogação do contrato da Dataprom.- A seguir, a Comissão dirigiu-se ao Departamento de Fiscalização e Cadastro para fazer a verificação "in loco" dos 750 computadores de mão, PDAs, onde foram informados que os mesmos foram comprados pela Urbs em janeiro de 2012 e entregues em novembro do mesmo ano, no valor aproximado de três milhões, setecentos e cinquenta e um mil reais, porém ainda não foram utilizados devido à falta de software, o qual está sendo desenvolvido pela própria Urbs.- Prosseguindo, a Comissão visitou o Centro de Controle Operacional, que obtém imagens, em tempo real, do que acontece

14
3

em estações tubo, terminais e ruas da Cidade; em seguida, visitou a Área de Tecnologia da Informação, onde foi avaliado o funcionamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, que controla a compra, venda e utilização de créditos transporte.- Dando continuidade, no auditório, o Senhor Presidente da Urbs foi arguido pelos Vereadores: Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Professora Josete, Chicarelli, Geovane Fernandes, Noemia Rocha, Tiago Gevert e Jorge Bernardi, no que foram esclarecidos.- Em seguida, ao encerrar a 2ª Reunião de Diligência, o Senhor Presidente da CPI deu início, nas dependências da Urbs, à reunião administrativa da CPI, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Chicarelli, Geovane Fernandes e Professora Josete, Tiago Gevert e Noemia Rocha. Usaram da palavra os Vereadores: Valdemir Soares solicitou visita ao Departamento Pessoal e Financeiro da Urbs, assim como cópia dos documentos demandados.- Chico do Uberaba informou que realizou, juntamente com o Vereador Jorge Bernardi, visita à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia vinte e três de agosto, para trocar informações sobre as licitações do transporte coletivo de Curitiba e de Brasília.- Bruno Pessuti solicitou cópia dos nomes dos funcionários da Urbs.- Geovane Fernandes questionou sobre quais empresas participaram da licitação para compra dos PDAs.- Em discussão o requerimento do Vereador Valdemir Soares para continuação da diligência no período da tarde.- Em votação.- O requerimento foi aprovado, com voto contrário do Vereador Geovane Fernandes.- Encerrada a reunião administrativa, ficaram designados os Vereadores Valdemir Soares e Chicarelli para darem prosseguimento à diligência no período da tarde.- Às quatorze horas, retornaram às dependências da Urbs para dar continuidade aos trabalhos da diligência iniciados pela manhã, os Vereadores Valdemir Soares e Chicarelli, que foram convidados pelo Senhor Edson Barboza, Controlador da Urbs, para dirigirem-se até a Unidade de Suprimentos USS para fazerem a verificação "in loco" dos contratos.- Participaram da diligência os Senhores: Roberto Gregório da Silva Junior, Presidente da Urbs; Wihelm Eduard Milward de Azevedo Meners, Diretor Administrativo e Financeiro da Urbs; Rodrigo Binotto Grevetti, Diretor de Transporte e Senhora Cassia Ricardo de Aragão, Coordenadora da Unidade de Suprimentos.- O Vereador Valdemir Soares solicitou a planilha de contratos dos consórcios operadores do transporte coletivo da Cidade de Curitiba no período de 2006 a 2013.- O Senhor Roberto Gregório da Silva Junior, solicitou ao Vereador Valdemir Soares que formalizasse o requerimento para demonstração dos mesmos.- Foi feito o requerimento manuscrito pelo Vereador Valdemir Soares.- Dando continuidade, os Vereadores dirigiram-se até a sala de Reunião para averiguação dos contratos.- A senhora Cássia Ricardo de Aragão informou que os contratos estão subdivididos em dezesseis caixas que poderão ser manuseadas pelos mesmos.- Foi arguida pelos Vereadores a respeito de informações técnicas e processuais.- A seguir os Vereadores Valdemir Soares e Chicarelli verificaram os Processos: Termo de Cooperação Técnica de Araucária entre Urbs e CMTC de Araucária; Sistema de Bilhetagem Eletrônica; Contrato de Segurança com a Empresa Metropolitana.- O Vereador Valdemir Soares finalizou, agradecendo a presença de todos e convocando outra diligência, para segunda-feira, dia dois de setembro, às quatorze horas, para dar prosseguimento a verificação dos contratos e, posteriormente, ao arquivo



morto da Urbs, e encerrou a reunião de diligência.- Do que para constar, nós, Edson Rebello, Jacqueline Durand e Rosimeri M. Baglioli Redatoras, lavramos a presente Ata, a qual depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.



Jorge Bernardi
Presidente


Valdemir Soares
Vice-relator(a)

Cristiano Santos
Membro



Noemia Rocha
Membro

Tiago Gevert
Membro



Sérgio do Posto
Vice-presidente



Chicarelli
Membro


Geovane Fernandes
Membro



Paulo Rink
Membro



Bruno Pessuti
Relator(a)



Chico do Uberaba
Membro

Mauro Ignacio
Membro



Professora Josete
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA OITAVA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia cinco de setembro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Geovane Fernandes, Chicarelli, Chico do Uberaba, Tiago Gevert, Cristiano Santos, Professora Josete, Noemia Rocha, Mauro Ignacio, Felipe Braga Cortes, Paulo Rink e Rogerio Campos.- O Senhor Presidente convidou o Doutor Roberto Gregório da Silva Junior, Presidente da Urbs, para proceder a entrega de relatório parcial da Comissão de Auditoria do Transporte Coletivo à Comissão Parlamentar de Inquérito; em seguida, o Presidente da Urbs registrou que a Comissão de Auditoria constatou divergências entre o texto do edital de licitação que foi analisado pelo jurídico da Urbs e a versão final do edital que foi publicado, referiu que o trabalho da Comissão de Auditoria é de cunho técnico e objetiva constatar fatos; informou que o relatório foi entregue ao Prefeito que determinou que o mesmo fosse encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito deste Legislativo, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público; por fim, informou que no âmbito administrativo, o relatório foi encaminhado à Procuradoria da Urbs para providências.- O Senhor Presidente solicitou à Procuradoria Jurídica desta casa que proceda a análise do aludido relatório, mediante parecer que indique as medidas cabíveis.- A seguir, colocou em discussão as Atas da 5ª Reunião Extraordinária, da 7ª Reunião Ordinária e o Termo de Retificação da 4ª Reunião Extraordinária, que foram aprovados.- O Vereador Bruno Pessutti registrou a presença e deu as boas-vindas aos Senhores Oldinir Furman, Gerente de Divisão da Secretaria de Finanças de Curitiba e Mario Nakatani Junior, ex-Diretor do Departamento de Rendas Mobiliárias da Prefeitura de Curitiba.- O Senhor Presidente convidou o Senhor Mário Nakatani Junior para breve exposição sobre suas atribuições na direção daquele departamento, esclarecendo que o mesmo será ouvido na condição de investigado e não de testemunha.- O Senhor Mário Nakatani cumprimentou os presentes e esclareceu que assumiu a Diretoria do Departamento de Rendas Mobiliárias no mês de junho de 2008, permanecendo no cargo até o mês de fevereiro de 2013; disse que as principais atribuições da Diretoria são a gestão do ISS e a expedição de alvarás comerciais.- Foi questionado pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Professora Josete, Chico do Uberaba, Cristiano Santos, Noemia Rocha, Geovane Fernandes, Tiago Gevert, Paulo Rink e Chicarelli.- O Vereador Serginho do Posto assumiu a presidência e suspendeu a Sessão, com previsão de retorno para às 14 horas.- Com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chicarelli, Chico do Uberaba, Tiago Gevert, Professora Josete, Mauro Ignacio e Paulo Rink, o Senhor Presidente reabriu a Reunião às quatorze horas, convidando o Senhor Oldinir Furman, Gerente de Divisão da Secretaria de Finanças do Município de Curitiba para fazer parte

da Mesa, esclarecendo que o mesmo será ouvido na condição de investigado e não de testemunha.- Com a palavra, o Senhor Oldinir Furman disse que é funcionário da Prefeitura de Curitiba há mais de trinta anos, e que está à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito para qualquer esclarecimento. A seguir, foi inquerido pelos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Chicarelli e Paulo Rink.- A seguir, usou da palavra o Vereador Valdemir Soares, que fez um relato sobre a diligência realizada no dia vinte e nove de agosto pelos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, mencionando que no período da tarde, juntamente com o Vereador Chicarelli, retornou à Urbs para verificação de alguns contratos; em seguida, leu relatório referente a esta atividade.- Em suas considerações finais, fizeram uso da palavra os Vereadores: Chicarelli e Mauro Ignacio.- O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Doutores Nauto Yamasaki e Milton Miró Vernalha Filho e Senhor Cecílio Maçaneiro Junior, Conselheiro Municipal de Educação da Cidade de Curitiba.- Para finalizar, o Senhor Oldinir Furman agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando Reunião Administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, para a próxima segunda-feira, dia nove de setembro, após a Sessão Plenária.- Do que para constar, nós, Carlos Barbosa, Maria Inês Wrubel, Patricia de Andrade e Rosely Sauberlich Kuchanovicz, Redatores, lavramos a presente Ata, que depois de lida será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

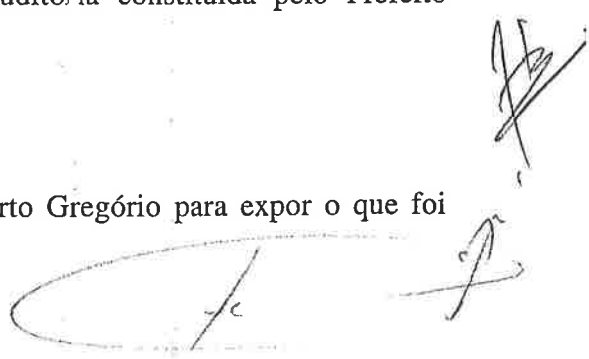
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 09h30min, inicia-se a reunião.

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos as bênçãos de Deus para declararmos aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Noemia Rocha, Chicarelli. Gostaria de convidar inicialmente o Dr. Roberto Gregório - Presidente da Urbs, para que ele possa entregar um documento à CPI, conforme ficou combinado ontem e posteriormente fazer uma breve exposição a respeito do relatório parcial que foi elaborado pela Comissão de Auditoria constituída pelo Prefeito Municipal.

(É entregue o documento).

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Dr. Roberto Gregório para expor o que foi apurado nesse relatório.



O SR. ROBERTO GREGÓRIO:- Sr. Presidente, bom dia. Estamos aqui hoje, cumprindo uma determinação do Prefeito Gustavo Fruet, no sentido de encaminhar o primeiro relatório chamado relatório parcial, porque temos a expectativa que a Comissão de Auditoria constituída pelo Prefeito Gustavo Fruet no final do mês de maio, ela continua os seus trabalhos, o Prefeito já anunciou a intenção de prorrogar os trabalhos desta Comissão que é constituída por membros do Poder Municipal e de diversas entidades sindicais, universidades, entre as quais a UFPR, a Universidade Positivo e a Pontifícia Universidade Católica. Este primeiro relatório tratou basicamente do edital de licitação do transporte coletivo, e a Comissão constatou que, entre o edital analisado pela Diretoria Jurídica da Urbs e o edital publicado, houve algumas alterações. Essas alterações foram devidamente registradas e a Comissão também entendeu que essas alterações podem ter alterado a condição do processo concorrencial. Então, basicamente é um trabalho de cunho essencialmente técnico, a Comissão não entrou no mérito de fazer qualquer juízo de valor e simplesmente como um trabalho de auditoria de constatar fatos. Com base nesses elementos o relatório foi entregue ao Prefeito Gustavo Fruet o qual nos determinou que encaminhasse o relatório a esta Casa Legislativa bem como ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público. E administrativamente, no âmbito da Urbs, eu também esta semana estou encaminhando este relatório para a nossa Procuradoria Jurídica para que seja avaliada a situação e as eventuais providências administrativas cabíveis que a situação possa exigir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as informações do Dr. Roberto Gregório. Como nenhum Vereador deseja fazer perguntas, vamos no despedir dele e o senhor já está liberado. Como procedimentos esta Comissão recebe o relatório da Comissão de Auditoria da Urbs, do FUC dos contratos de concessão do transporte coletivo municipal de Curitiba, essa Comissão que tem a participação da UFPR, PUC PR, Universidade Tuiuti e também de diversas outras entidades da sociedade civil, como temos a presença da Procuradoria do Município desta Casa, da pessoa da Vereadora Josete Dubiaski da Silva, Dona Clarice Rodrigues Mendes, Dona Denise Terezinha Silva, Sr. Valter Fenini do Senje, Sr. João Matias Lokki, da Universidade Positivo, do Sr. Edeimar Gilmar Barbosa, do Sicontiba - Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, do Sr. André Castelo Branco Machado da Plenária Popular do Transporte Coletivo, Sr. Valdir Aparecido Maestrini do Sindiurbano, Sr. Everton José Barco do Sindiurbano. Solicito à assessoria da Procuradoria Jurídica da Casa e da CPI que faça uma análise deste relatório e nos dê um parecer sobre as medidas que deveremos tomar a partir deste relatório. Agora, passaremos então à aprovação e deliberação sobre as atas que temos aqui em mãos. Temos a Ata de 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito já foi publicada no Diário Oficial desta Casa e já chegou ao conhecimento dos Srs. Vereadores. Eu coloco em discussão essa Ata de 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA. Agora vamos colocar também em votação a Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo. A exemplo da Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, esta ata também já foi publicada no Diário da Câmara, já é de conhecimento dos Srs. Vereadores e eu coloco em discussão esta Ata. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA. Então, um Termo de Ratificação da Ata da 4ª Reunião Extraordinária da

Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, realizada em 16 de agosto de 2013. Esta Ata retifica a Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, aonde consta a qualificação pessoal dos declarantes, com o registro dos nomes, estado civil, CPF, RG, nacionalidade e residência, conste apenas o nome do declarante e a expressão qualificação. Está em discussão o Termo 4ª de Retificação da Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba, realizada no dia 16 de agosto de 2013. (Pausa) Em votação (Pausa). APROVADA. Peço ao Sr. Relator que faça a leitura das pessoas que estão hoje participando desta CPI. (P)

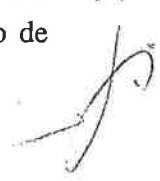
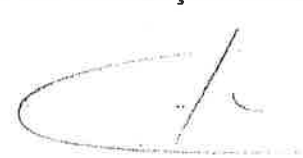

O SR. BRUNO PESSUTI:-.... Bom dia a todos. Agradecemos a presença do Sr. Mário Dallavale, acompanhando o Presidente da Urbs, Roberto Gregório. Agradecemos a presença da Simone dos Santos, Gestora Pública da Regional do Portão. Sr. Ivo Jorge Pallu, coordenador de assuntos comunitários da Regional do Portão. Agradecemos a presença do ex-Vereador Sandoval, do Professor Lafaiete Santos Neves, Pio Santana, da Prefeitura Municipal; Érica Matos, da Assessoria da Prefeitura Municipal de Curitiba. Alberto Garcez, assessor especial da Secretaria de Estado da Administração da Previdência; Sr. Oldinir Furman, Gerente da Divisão da Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba e do Sr. Mário Nakatani Júnior, ex-Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias da Prefeitura de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- Queremos convidar o Sr. Mário Nakatani Júnior, que será o depoente desta manhã, ele que é ex-Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias da Prefeitura de Curitiba. Solicitamos ao Cerimonial desta Casa que conduza o Sr. Oldinir Furman até a sala de imprensa ou alguma outra sala, porque eles serão ouvidos separadamente. Primeiro ouviremos, de acordo com os procedimentos regimentais, o Sr. Mário Nakatani Júnior.

(Está suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE:- Está reaberta a reunião. Solicito que Cerimonial desta Casa, acompanhado, do nosso técnico de som, encaminhe o Sr. Oldinir Furman para a Sala das Comissões, uma vez que os depoentes de hoje não prestarão compromisso legal, porque estão sendo investigados por esta Casa. Um não pode ouvir o depoimento do outro, pelo menos o segundo não pode ouvir o depoimento do primeiro. Solicito que o senhor fique na Sala das Comissões, porque aqui temos essa dificuldade. Quero passar a palavra (A) ao Sr. Mário Nakatani Júnior. Ele falará para nós como Ex-Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias da Prefeitura de Curitiba.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Cumprimento a todos que estão participando desta reunião. Eu assumi a Diretoria do departamento de Rendas Mobiliárias e aqui cabe um concerto, porque a Diretoria de Rendas Imobiliárias trata do IPTU e ITBI, do Município de Curitiba. Então, apenas retificando. Assumimos a Diretoria do Departamento em junho de 2008, tendo como atribuições fazer a gestão do setor de ISS, ou seja da fiscalização do imposto de



serviço e também da expedição do alvará comercial do Município de Curitiba. Então, são as duas grandes atribuições do departamento, poder efetuar a expedição do alvará e fiscalização do ISS em si.

O SR. PRESIDENTE:- Consulto o nosso relator se tem perguntas a fazer. Como o relator abre mão, esta Presidência começará a fazer as perguntas. Eu gostaria que o senhor nos expusesse como é feito o recolhimento do ISS em Curitiba, qual o procedimento de recolhimento. Como as empresas procedem para recolher o ISS.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Presidente, as empresas prestadoras de serviço no município de Curitiba, fazem o recolhimento do imposto através de recolhimento municipal com apuração de serviços prestados mensalmente. Ou seja, a modalidade do imposto é de alto lançamento. A empresa identifica o que prestou de serviços isso, gera uma base de cálculo em cima dessa base de cálculo é aplicado uma alíquota de ISS, determinada por lei e tem o ISS devido a pagar. Isso ocorre todos os dias 20 de cada mês em função do que foi apresentado de prestação de serviços do mês antecedente.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria que o senhor explicasse como é feito o recolhimento do ISS pelas empresas de transporte coletivo de Curitiba.

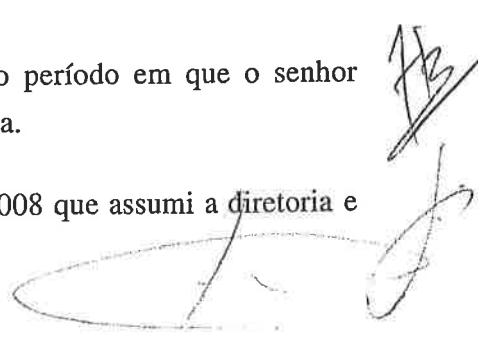
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Um pouco diferente acontece, esse recolhimento do imposto, porque ele traz uma modalidade diferente que a gente chama de retenção na fonte. A Urbs tem como prática de fazer a retenção do ISS a pagar, utilizando o mesmo mecanismo de uma empresa normal. Então, apura-se a receita de serviços prestados, a alíquota e faz o pagamento do imposto. Como a modalidade de retenção na fonte antes de se efetuar o pagamento, fazer o repasse do que as empresas do transporte coletivo tem direito, você já segura a parte relativa ao ISS. (A). Então, você aproveita e já guarda isso e faz nessa modalidade a retenção. Este é o funcionamento que, historicamente nós não temos data de como acontece esse procedimento, mas que funciona bem até hoje.

O SR. PRESIDENTE:- Existe alguma normativa, alguma legislação que dá essa competência a Urbs de fazer a retenção do ISS na Fonte?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, Sr. Presidente, não existe isso de modo expresso. Nós temos como prática reiterada essa retenção na Fonte, até isso é amparado no Código Tributário Nacional no seu Artigo 100. E também da mesma maneira não temos nada que impeça, nada que seja ilegal a ocorrência por parte da Urbs de fazer a retenção dos serviços prestados pelas empresas de transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria que o senhor repetisse o período em que o senhor assumiu como Diretor de Vendas Mobiliárias da Prefeitura de Curitiba.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Foi em junho de 2008 que assumi a diretoria e permaneci até meados de fevereiro deste ano.



O SR. PRESIDENTE:- Neste período que o senhor participou, qual foi o diretor de rendas mobiliárias? Alguma vez o senhor determinou a fiscalização das empresas que operam o transporte coletivo de Curitiba?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não. Não determinei porque não tínhamos nenhuma necessidade de fazer essa fiscalização em função de nenhum tipo de denúncia, e desconhecimento de alguma prática inadequada relativamente ao recolhimento do imposto, alguma diferença ou algo que o valha. Então, não tínhamos no nosso planejamento fiscal a necessidade de fazer a fiscalização dessas empresas do transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE:- Quem determinava o planejamento fiscal, as empresas que deveriam ser fiscalizadas pelo corpo de fiscais da Prefeitura? Era o senhor?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sim, era o diretor do departamento que dentro do planejamento fiscal elenca as empresas que são de interesse de fiscalização do município.

O SR. PRESIDENTE:- A Urbs ou as empresas tiveram alguma compensação nesse período em que o senhor foi diretor pelo recolhimento, pelo não recolhimento do ISS?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não entendi a questão da compensação.

O SR. PRESIDENTE:- Alguma vantagem. Houve algum tipo de vantagem?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, não tenho conhecimento de vantagem nenhuma.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor tem conhecimento de que em janeiro ou fevereiro... antes gostaria de perguntar que cargo o senhor atualmente ocupa na estrutura da Prefeitura Municipal de Curitiba.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Desde o ano de 2002 sou Auditor Fiscal de Tributos Municipais.

O SR. PRESIDENTE:- E dentro da organização da diretoria de Rendas Mobiliárias qual a sua função atual?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Atualmente faço assessoria ao nosso diretor do departamento, auxiliando nas questões relativas a sistemas que são os sistemas tributários do departamento.

O SR. PRESIDENTE:- Como é o nome do atual diretor do departamento?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Daniel Maurício.

O SR. PRESIDENTE:- O Sr. Daniel Maurício na audiência que tivemos na própria



Prefeitura quando fizemos uma diligência para investigar possíveis recolhimentos a menos das empresas de transporte coletivo ele nos disse que uma das empresas, já temos os dados aqui na CPI, ela passou a ser auditada a partir de fevereiro ou março deste ano e ela deixou de recolher durante o período de 2008, 2009 e até 2010 aproximadamente, meses de 2008 e de 2010 cerca de quatrocentos e oitenta mil reais (R\$). O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Depois de divulgado pela imprensa e pela própria CPI é que tomamos conhecimento dessa diferença.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor como assessor do Sr. Daniel Maurício, não tomava, não toma, conhecimento de onde estão sendo feitas as auditorias, as fiscalizações?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Depois que deixei a diretoria, eu já não tenho mais o acesso ao planejamento fiscal, onde é feito o direcionamento da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento e em base no quê a Prefeitura fez essa autuação? O que de errado havia nessa empresa e por que essas empresas recolheram a menos?

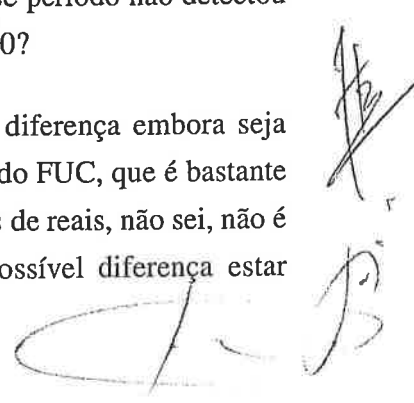
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Presidente, como a gente vem acompanhando os trabalhos desta comissão ficamos tomando conhecimento da prática que ocorrem nos anos de 2008, 2009 e 2010, onde houve a subtração da base de cálculo da parte referente aos tributos federais, PIS, PASEP e COFINS, isso ocasionando a diferença que foi apurada nesse primeiro procedimento fiscal.

O SR. PRESIDENTE:- A partir de 2010, a partir da licitação e do contrato com as empresas, 2011 e 2012, o recolhimento do ISS das empresas de transporte coletivo aumentou em Curitiba?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sistemáticamente percebemos o crescimento da arrecadação do transporte coletivo. Desde 2008 vem acompanhando o crescimento da arrecadação como um todo, normal. Então, não percebemos grandes diferenças nesse período relatado pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE:- As informações que esta CPI tem que a partir de 2011, 2012, o recolhimento por parte das empresas foi correto. Só que antes, no período que antecede a 2012 tivemos um recolhimento a menos, como V. Sra. informou, esse recolhimento foi a menos por não incluir o PIS, COFINS e outros tributos federais. O seu departamento nesse período não detectou nada de errado, equivocado nesse período citado, ou seja, 2008, 2009 e 2010?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, Sr. Presidente. A diferença embora seja significativa do ponto de vista financeiro, ela quando comparada a receita do FUC, que é bastante grande, vultuosa, beirando seus oitocentos e cinquenta, novecentos milhões de reais, não sei, não é expressiva. Então, a gente não conseguia ter uma visão clara dessa possível diferença estar



acontecendo. Sabemos que o PIS e COFINS somados ocasionaram 3,65%, chegando aí aos quatrocentos e oitenta mil reais. E esses quatrocentos e oitenta mil reais, valores da época, seriam a metade do valor do ISS devido. Ou seja, hoje já temos acréscimos legais que são imputados a esse ISS devido naquela época. Então, não era fácil perceber qualquer tipo de mudança em função dessa diferença ocasionada.

O SR. PRESIDENTE:- No seu ponto de vista, anteriormente ao período em que o senhor •
O senhor trabalha na Prefeitura desde que ano, Dr. Mário?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Presidente, eu ingressei na Prefeitura no ano de 1994.

O SR. PRESIDENTE:- Nesse período todo em que o senhor trabalha na Prefeitura, soube de alguma vez em que houve fiscalização nas empresas de transporte coletivo?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- (L) Eu não tenho conhecimento de nenhuma empresa ter sido fiscalizada.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber qual a base de cálculo do ISS, ele deve incluir o PIS COFINS, inclusive em relação ao FUC, os 4% que é a remuneração da URBS ou não?

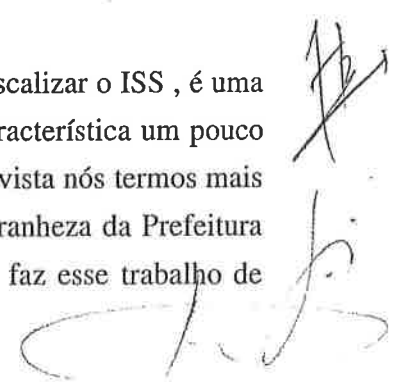
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A base de cálculo é o preço do serviço e não é passível a dedução de despesas e essas despesas incluem os impostos federais, então, PIS cofins não podem ser deduzidos da base de cálculo para recolhimento de imposta. Já a taxa de gerenciamento do FUC, 4%, isso tem previsão legal de isenção.

O SR. PRESIDENTE:- A Urbs tinha plenas condições de aferir se o valor retido por ela estava correta? O senhor atribui essa falha à Urbs ou à fiscalização da Prefeitura, que não aferiu corretamente antes da licitação? E Após a licitação passou a recolher corretamente.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Presidente, a Urbs como gestora do transporte coletivo detém todas as informações da questão operacional do transporte coletivo, então, apuração que é feita mensalmente, os valores das passagens e esses valores entrando nos cofres municipais, no fundo, toda essa sistemática, todo esse processo sempre foi d gestão da Urbs, então, nós não temos como saber em que momento acontece essa situação.

O SR. PRESIDENTE:- Mas isso não é uma atribuição, Dr. Mário, da fiscalização do Município?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, é. É uma atribuição fiscalizar o ISS , é uma atribuição do Município, mas quando nós temos uma situação com uma característica um pouco diferente, estamos tratando de um órgão que é a Prefeitura de Curitiba, haja vista nós termos mais de 90% do seu capital sendo da Prefeitura de Curitiba, até é uma certa estranheza da Prefeitura fazer a fiscalização da própria Prefeitura quando você entende que ela já faz esse trabalho de



apuração. Ou seja, nós temos a Urbs como parceira do Município nessa fiscalização, porque até em função de contrato, de decreto, a Urbs precisa cumprir todas as obrigações, sejam elas previdenciárias, trabalhistas ou tributárias. Então, sempre tivemos a Urbs como nossa parceira na fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- A não fiscalização nesse caso, o senhor atribui, o não recolhimento correto a uma falha da Urbs ou a falta de fiscalização da Prefeitura?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu entendo que faltou, não sei dizer porque motivo, a Urbs fazer o recolhimento correto, haja vista, não existir previsão legal para ----- os impostos, Pis Cofins ou qualquer outro tipo de dedução da base de cálculo. Então, entendo que houve falha.

O SR. PRESIDENTE:- E da Prefeitura que não encaminhou aos seus fiscais para fazer a auditoria, ou seja, para auditar, conforme determina a lei, o que o senhor diz a esse respeito, porque os fiscais da Prefeitura não estiveram, se também houve ou não uma negligência por parte da fiscalização.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, Presidente, de modo algum houve negligência. O que nós temos hoje e tínhamos na época era uma grande quantidade de empresas a serem fiscalizadas. Então, do mesmo modo, um número pequeno de servidores municipais. Então, hoje até como informação, nós temos cento e trinta e oito mil empresas que são prestadoras de serviços e isso você dentro de uma gestão de trabalho, do planejamento fiscal (n), otimizar os serviços. Então, se eu tinha a prefeitura fazendo a fiscalização através da Urbs, eu teria que aproveitar e otimizar a fiscalização encaminhando os nossos fiscais a outras empresas.

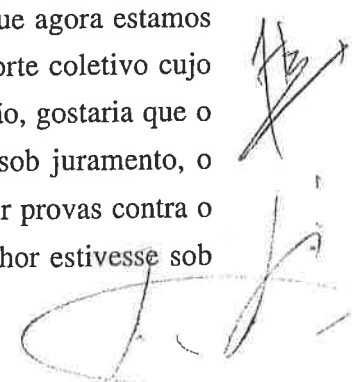
O SR. PRESIDENTE:- Nós temos algumas denúncias de que algumas empresas são intocáveis e que nunca foram ou raramente são fiscalizadas pelo departamento que o senhor dirigia, uma delas é o ICI - Instituto Curitiba de Informática. No seu período o ICI foi auditado, foi fiscalizado?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Presidente, desculpe-me, mas não sei se é objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Esta CPI investiga tudo.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- É fiscalização do transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE:- Sim, mas estamos fazendo um juízo de valor que agora estamos investigando justamente essa área que é a fiscalização das empresas de transporte coletivo cujo diretor neste período foi V.Sa. Então, temos o dever de saber desses fatos. Então, gostaria que o senhor respondesse essa pergunta, quero só assegurar que o senhor não está sob juramento, o senhor, pela nossa Constituição, pelos municípios, o senhor não precisa produzir provas contra o senhor, se o senhor achar que não quer responder não tem problema. Se o senhor estivesse sob



juramento, como testemunha, aí sim o senhor teria que responder, mas nesse caso tomei o cuidado de não ouvir o senhor como testemunha, porque, se acordo com a investigação dessa CPI, o senhor é um dos investigados. Se o senhor quiser se manter em silêncio nós respeitamos o silêncio.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Presidente, gostaria de afirmar que não existem empresas intocáveis. Não ocorre essa situação dentro do período em a gente levou o departamento, que fez a gestão do departamento e não existe. Muitas empresas que parecem não serem fiscalizadas é apenas uma questão de gestão de planejamento. O que posso dizer a respeito? Se a questão é não fiscalização nós temos, a título de informação, quarenta e quatro mil empresas com mais de três anos de vida que são prestadoras de serviço, que possuem bloco de notas fiscais, que jamais foram fiscalizadas

O SR. PRESIDENTE:- Essas empresas são de grande porte, movimentam muitos recursos ou de pequeno porte, microempresas, pequenas empresas?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- São de todos os portes. Temos hoje uma quantidade de trabalho imensa sem condições de poder atender toda a necessidade de fiscalização, porque hoje, com um número reduzido de fiscais e o aumento da complexidade de trabalho fiscal, a produtividade é pequena. Então, muitas empresas deixam de ser fiscalizadas, acabam ocorrendo até a decadência, porque não é possível para o município fazer toda essa fiscalização, de compreender, de abraçar, e pode muitas empresas de grande porte, pequeno porte e microempresas não serem fiscalizadas.

O SR. PRESIDENTE:- Dr. Mário Nakatani, gostaria de perguntar ao senhor, mais uma vez, se no período em que o senhor foi Diretor o ICI sofreu qualquer tipo de fiscalização por parte da prefeitura.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sofreu, foi fiscalizado.

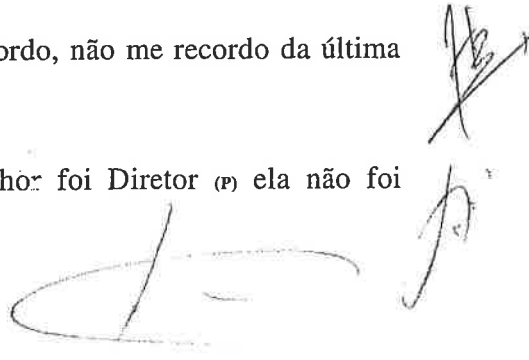
O SR. PRESIDENTE:- Em que ano?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Acho que 2011, 2012, entre 2011 e 2012, um procedimento demorado, complexo, mas foi fiscalizado sim.

O SR. PRESIDENTE:- E a CAVO a que opera, que é uma das maiores prestadoras de serviço, quase um bilhão de reais por ano, que recolhe o lixo de Curitiba, qual foi a última fiscalização na CAVO?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu não me recordo, não me recordo da última fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- Nesse período em que o senhor foi Diretor (e) ela não foi fiscalizada?



O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não me recordo da última fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor sabe qual é o departamento da Urbs que fazia a retenção do ISS das empresas de transporte coletivo?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sr. Presidente, não conheço exatamente os departamentos da Urbs mas posso dizer que existe o Departamento de Transporte Coletivo, juntamente com a contabilidade para fazer toda essa operação.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor sabe o nome ou tinha informações de quem era o funcionário da Urbs responsável por fazer a retenção do valor do ISS das empresas?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, não sei o nome.

O SR. PRESIDENTE:- E nem o departamento também?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Tenho outras perguntas mas vou passar a palavra ao Vereador Bruno Pessuti. Agradeço o seu depoimento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Não consegui entender se a Urbs tem ou não competência legal para fazer o recolhimento, a retenção do ISS. A Urbs tem essa competência legal para fazer isso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não existe um dispositivo legal que obrigue a Urbs a fazer essa retenção, mas da mesma maneira que também não existe algo que seja ilegal de ela realizar essa operação de retenção na fonte.

O SR. BRUNO PESSUTI:- De qualquer forma a Prefeitura deveria sempre ter feito uma auditoria em cima desses valores retidos ou no seu entendimento poderia continuar dessa forma?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu entendo que a retenção na fonte, se ocorrer dentro da legalidade, observando a base de cálculo correta e o recolhimento do imposto acontecer na sua data de vencimento, não difere se esse recolhimento vier a acontecer, guardando os mesmos requisitos legais pela empresa.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E se não tivesse havido essa mudança de gestão do governo, essa auditoria que está sendo feita agora nas contas pela atual administração, ela estaria acontecendo se fosse uma sequência da administração anterior? De que forma o senhor entende?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Vejo assim, da mesma forma que não tínhamos uma situação de denúncia, nenhuma situação de queda na arrecadação, nenhum problema, acredito que ainda não estaríamos fiscalizando.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A própria Prefeitura foca a arrecadação de ISS para as



grandes empresas de Curitiba ou ela vai em cima da pequena empresa, como funciona o foco da fiscalização do ISS?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Vereador, não existe uma distinção, não existe um foco de buscar aquele ou aquele outro. Existe um planejamento fiscal no qual em função de determinados critérios elegemos as empresas de grande porte que historicamente sabemos que tinham problemas quanto ao recolhimento de ISS e elegemos essas empresas para a fiscalização. Porém, hoje a quantidade de empresas que são fiscalizadas, na sua maior parte, diria até 90% são empresas de pequeno porte e pequenas empresas, em função de uma necessidade de regularização que essas empresas têm. Muitas delas nos procuram para fazer a fiscalização no ramo de serviços, encerramento de atividades, mudança de município, nos obrigando a proceder esse tipo de fiscalização, sem ter um grande retorno mas sendo necessário em função da operação que elas precisam e deve acontecer em função da necessidade da empresa (A).

O SR. BRUNO PESSUTI:- Veio ao conhecimento dessa CPI uma informação de que várias empresas são sócias das empresas de transporte coletivo, muitas delas da mesma família. A pergunta que eu faço é se as empresas que são sócias das empresas de transporte coletivo elas também sofrem auditoria, fiscalização quanto ao recolhimento de ISS, o senhor tem conhecimento disso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não tenho conhecimento, mas no início do procedimento fiscal quando você se depara com esse tipo de situação é comum fiscalizarmos todas as empresas.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor já recebeu alguma vez a visita de algum agente político: vereador, deputado, prefeito pedindo que alguma empresa não fosse fiscalizada?

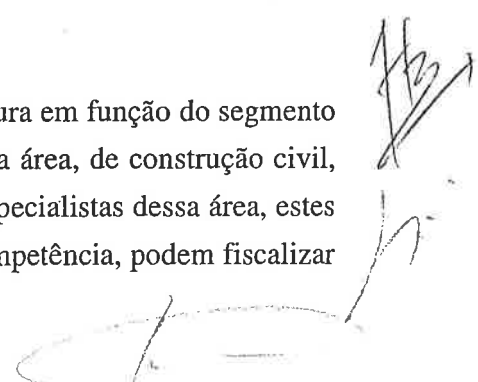
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nunca tive esse tipo de contato com nenhum representante político ou mesmo de empresa solicitando a não fiscalização.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor conhece alguém que teve, já viu alguma vez na Prefeitura?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Desconheço, no período em que estive por lá nunca acompanhei uma situação desse tipo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Os auditores eles têm liberdade, vamos dizer assim, para fiscalizar qualquer uma das empresas ou cada auditor tem um ramo de atividade, algumas empresas específicas que eles auditam.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não existe uma estrutura em função do segmento de atividade. Então, tem um segmento relacionado a uma determinada área, de construção civil, por exemplo, vão os auditores fiscais que estão preparados, que são especialistas dessa área, estes vão atuar nesse segmento. Mas a qualquer momento, e todos têm a competência, podem fiscalizar



as demais atividades de prestação de serviços. E quando eles encontram qualquer situação normalmente é encaminhado já à fiscalização, ou por eles ou por outro fiscal.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor sabe informar a esta CPI se essa rotatividade entre fiscais é feita na Prefeitura atualmente ou era feita no passado?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nós sempre procuramos fazer uma rotatividade para que vários fiscais fossem numa mesma empresa para o procedimento ter uma lisura.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O prazo para a questão fiscal são cinco anos, é correto afirmar isso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A decadência ocorre depois de cinco anos de ocorrido o fato gerador.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então, essa constatação da CPI de que a possibilidade de não ter havido auditoria no passado, esses valores que infelizmente não foram recolhidos não têm alguma maneira de voltar a serem recolhidos pela Prefeitura, ou não existe essa possibilidade?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, nós vamos alcançar até o ano de 2008.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então, não há como nem identificar alguma coisa no passado ou se for identificadas essas empresas estão isentas de pagar esse imposto?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Ocorre o que chamamos de decadência. Então, na decadência não conseguimos alcançar mais o período anterior a cinco anos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas é possível, investigando, calcular esse valor?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- É possível, mas não garantimos que vai ter essas informações, porque as empresas não têm a obrigação de apresentar.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Muito obrigado, Sr. Mário Nakatani. Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vice-Presidente desta CPI, Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos, bom dia Sr. Mário. São poucas perguntas, gostaria de algumas informações quanto aos procedimentos do departamento em que o senhor foi diretor em algumas questões. Existe a capacidade contributiva de alguns segmentos, eu diria as grandes empresas? E estas empresas do transporte coletivo estariam classificadas em qual segmento? E de que forma o departamento tem uma visão de fiscalizá-las e como são classificadas neste caso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- São empresas de grande porte, pelo que elas

arrecadam, tem a característica de grande movimentação financeira e produz uma documentação muito grande. Então, é uma atividade com uma fiscalização de complexidade.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O Secretário de Finanças interage com o diretor, solicitando ao diretor de departamento um direcionamento de algumas empresas serem fiscalizadas, ou até mesmo criar uma rotina para as grandes empresas (w), tendo em vista que elas tem uma capacidade maior de contribuir com o município, na questão do ISS. Durante esse período que o senhor foi Diretor, o Secretário João Marcondes, ele tinha alguma orientação ao departamento dirigida a essas empresas.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sim aconteciam o acompanhamento pelo Secretário de Finanças, determinando que a gente fizesse a fiscalização, seguindo um planejamento local e uma inteligência fiscal. Então, não adiantava fazer uma fiscalização, embora as empresas fosse de grande porte, mas não trouxesse a possibilidade de arredação para o município, porque o trabalho é grande. O tempo dispendido também é grande. Então a gente precisaria fazer todo o planejamento voltado para um histórico. Utilizando a inteligência para você poder elencar e dentro desse histórico buscar as grandes empresas para ter possibilidade de recuperar o ISS.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O representante da Urbs, quando esteve conosco, eles afirmam, que eles recebem uma orientação do departamento para que façam esse recolhimento de forma correta. Porém, no caso da constatação em que se houve falha na orientação, da retenção por parte da Urbs, seria solidária as empresas no caso de um pagamento posterior, como está sendo feito agora uma auditoria as empresas que operam o serviço. Como o setor vê isso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A Urbs, tem toda apuração das receitas relativas ao transporte coletivo. Então, ela conhecendo essa receita, automaticamente precisaria fazer a retenção na fonte de maneira adequada. Então, é uma questão discutível e eu sou leigo para dizer, se juridicamente caberia solidariedade³ ou não.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Todos os impostos, nós sabemos, tem uma condição de se recolher o período anterior de cinco anos. No caso do departamento, a fiscalização sempre é feita nas empresas nos últimos cinco anos. Ela observa sempre o recolhimento das empresas, como audita também, sempre dessa forma, que é a atuação do departamento?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Quando a gente vai fazer o procedimento fiscal, e procura alcançar os últimos cinco anos para poder fazer o período maior possível. Afim de que a gente possa aproveitar aquele momento. Você tem que fiscalizar os cinco anos, não vou fiscalizar dois e deixar três para trás. Até, porque eu já estou diante da documentação fiscal, interagindo com o contador da empresa. Então o que é feito na prática, são os últimos cinco anos.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- No departamento, os auditores fiscais, cada um cumpre determinadas tarefas. Ou existem grupos que fazem as auditorias especificamente em alguns segmentos, por exemplo, construção civil. Agente sabe que é um setor que arrecada bem, agências

bancárias, também, acredito que é um setor que contribui muito, com ISS e outros. O senhor poderia nos falar como o departamento é distribuído as funções dos auditores?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- O Departamento é dividido em inspetorias e cada uma agrega uma quantidade de atividades e essas atividades guardam uma certa afinidade(v) afim de que cada grupo de fiscais relacionados a essas inspetorias tenham condições de ganhar um conhecimento para fazer o procedimento fiscal de maneira mais qualificada. Isso não quer dizer que o fiscal que faz a fiscalização de um seguimento de construção civil não possa e não vá fazer uma fiscalização de instituições financeiras. Mas temos quatro inspetorias e cada uma tem o seu grupo de atividades, de seguimentos de serviços, que hoje poderíamos chegar a quarenta e abrindo, porque eles são divididos em sub-itens, a quase duzentas atividades.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eram essas as perguntas. Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra agora para a Vereadora Josete, em seguida aos Vereadores Chico do Uberaba e Tiago Gevert.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Acho que o Sr. Mário já respondeu vários dos questionamentos que os vereadores fizeram que eram parte do que eu iria perguntar. Mas só para deixar bem explícito novamente. De fato não havia um procedimento de fiscalização direto, digamos, por parte do setor ou departamento de rendas imobiliárias em relação ao ISS das empresas de transporte coletivo. É correto afirmar. Acho que só para deixar claro para as pessoas, porque às vezes falamos em números e em siglas, e acho que é importante que a população tenha clareza. Pegando um exemplo concreto, vamos dizer, tem um valor de cem mil reais. O valor fictício. Dentro desse valor, se fosse calculado com aqueles impostos que foram suprimidos que é o caso do PIS, PASEP E COFINS, em cima de cem mil reais, qual seria esse valor e efetivamente, se eu falo em cem mil reais e retiro esses três impostos, qual o valor correspondente também. Só para ficar claro.

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- A ponta funciona da seguinte maneira: tenho cem mil reais, desconto 3,65% desses cem mil reais, que vai dar, de cabeça, noventa e seis mil, duzentos e cinquenta. E daí, no caso ocorrido, foi aplicado ali 32%.

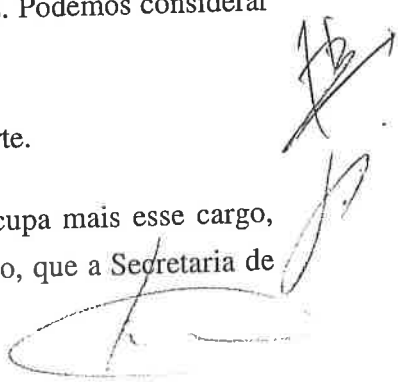
A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, há uma diferença de 1,65%, é isso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- No final das contas é isso.

A SRA PROFESSORA JOSETE:- No caso, 1,65% daria uma diferença razoável quando falamos de um montante que é o que movimenta, que são grandes empresas. Podemos considerar que as empresas do transporte coletivo são empresas de grande porte.

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- São empresas de grande porte.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E atualmente o senhor não ocupa mais esse cargo, mas tem conhecimento de quais são as ações que o Município, se acha isso, que a Secretaria de



Finanças adotou no sentido de acompanhar de alguma forma, de maneira mais efetiva esse recolhimento junto às empresas do transporte coletivo?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Sim, temos acompanhado, já divulgado na própria CPI, a fiscalização de todas as empresas que compõe hoje o sistema. Então, a fiscalização em si já corrige, nesse caso, qualquer situação que esteja acontecendo de forma inadequada e aí tem um acompanhamento maior, porque você já verifica não só receita, como verifica despesa. (E) Então, é algo que agora tende a se normalizar, haja vista até o conhecimento desse primeiro procedimento já ter acontecido lá a partir de 2011.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Obrigada.

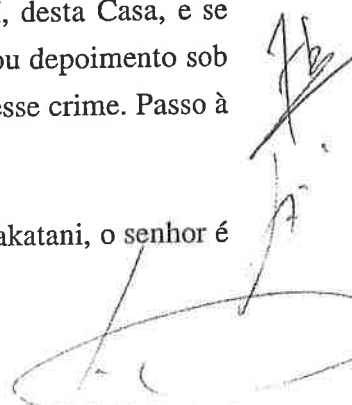
O SR. PRESIDENTE:- Registramos a presença do ex Deputado e ex Vereador Felinto. Passamos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Bom dia. Sr. Presidente, senhoras e senhores. Antes da minha colocação, gostaria de repassar a essa Presidência uma documentação farta que nos foi entregue em Brasília. Repasso às mãos do Sr. Presidente, o qual estava junto, ocasião em que a Deputada Federal Celina Leão nos entregou vários documentos. Passo-lhe às suas mãos Presidente. Documentação essa que vem como recomendação do Ministério Público, para aquela cidade, Brasília, Distrito Federal. Procuração do Grupo Constantino para o advogado Sasha Reque. Procuração outorgada pela empresa Marechal; procuração e contrato social do Grupo Constantino para o advogado Sascha Reque. Enfim, dezesseis documentos que repasso ao senhor, que também estava junto lá na cidade de Brasília na semana retrasada, que vem colaborar com esta CPI do Transporte. Também na ocasião levamos alguns dados da nossa CPI para Brasília, para ajudar naquela cidade que está muita preocupada com a questão do cartel do transporte coletivo que foi formado naquela cidade, Brasília. Neste momento gostaria de repassar às suas mãos, Vereador Jorge Bernardi, a relação de todos os documentos que buscamos na cidade de Brasília.

(Entrega documentação ao Sr. Presidente, Vereador Jorge Bernardi)

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o trabalho do Vereador Chico do Uberaba. Dizer que esses documentos vão ser examinados pela Procuradoria Jurídica da CPI, desta Casa, e se comprovarem que o advogado Sasha Reque faltou com a verdade, já que prestou depoimento sob juramento, se ele cometeu falso testemunho, será devidamente processado por esse crime. Passo à nossa assessoria jurídica.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Obrigado Sr. Presidente. Sr. Mário Nakatani, o senhor é auditor do Município de Curitiba, é isso?



O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Na primeira pergunta do Sr. Presidente, Vereador Jorge Bernardi, o senhor esboçou uma reação meio... quando falou do ICI. Se o ICI tinha sido fiscalizado, qual foi a sua preocupação em responder sobre isso aí? O que lhe assustou Sr. Mário Nakatani?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nenhuma preocupação. O que me deixou só preocupado foi a questão de existirem empresas intocáveis no Município, isso me causou uma preocupação, porque não existe nada intocável no Município de Curitiba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, não existem empresas intocáveis no Município de Curitiba?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, não existe. Isso que eu já falei na primeira ocasião e agora repito: não tem empresas intocáveis.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo. Gostaria que o senhor me explicasse o que ocorreu na fiscalização da empresa Amil, por volta de 2010, quando foi detectado um valor recolhido de aproximadamente dezesseis milhões? Depois esse valor caiu (1) para dois milhões de reais. Queria que o senhor me explicasse qual a mágica, Sr. Mário, o senhor conhece esse caso da Amil? Se o senhor pudesse me explicar, por gentileza?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Isso faz parte de um procedimento fiscal específico de uma empresa e que não é objeto da nossa exposição, então, não tenho como fazer a explicação.

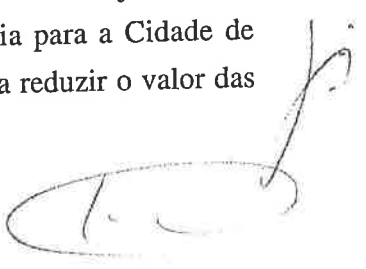

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não tem como fazer, mas o senhor tem conhecimento desse caso, então?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu tenho conhecimento do procedimento realizado, mas desses números eu não tenho como... E não tenho a condição de responder.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem foi o fiscal que fiscalizou, o senhor sabe?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Tenho conhecimento de todo procedimento fiscal mas eu não tenho como fazer qualquer tipo de afirmação aqui em função de não ser o objeto dessa comissão.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não. Então, vamos deixar aqui essa questão da Amil. Eu vou me ater a mais uma pergunta aqui, o senhor responde, como o senhor não está sob juramento, mas se o senhor quiser colaborar com essa CPI, que é de suma importância para a Cidade de Curitiba, Sr. Mário, qual o argumento utilizado pelo fiscal Cemis Correa para reduzir o valor das autuações da Amil?



O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu não tenho, com todo respeito, Sr. Vereador, que prestar informações desse procedimento fiscal, até porque, a comissão não tem esse objeto. E aqui nós estamos presentes para fazer a elucidação das questões relacionadas ao transporte coletivo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas nós estamos discutindo o ISS do Município e o senhor era uma das pessoas responsáveis, acho que caberia como outros casos também. Sr. Presidente, eu gostaria que a CPI requisitasse essas documentações para que possamos analisar, porque eu acredito que é de suma importância para essa CPI também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço, Vereador Chico do Uberaba e lhe peço que formalize por escrito o processo todo da Amil, e se for o caso esta Casa deverá analisar e essa CPI vai sugerir providências nesse caso. Muito obrigado, Vereador.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Mario, acho que aqui o senhor pode responder: com a retenção do ISS que era realizado pela Urbs, é correto afirmar que o cálculo pode ter sido aplicado errado para todas as empresas do transporte coletivo, sem o PIS, Pasep e Cofins?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- É possível que tenha acontecido, só depois dos procedimentos que estão sendo realizados que a gente vai ter o fato, não dá para prever que isso realmente tenha acontecido nos demais empresas do transporte coletivo, mas é possível.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É possível estimar o valor que deixou de ser recolhido aos cofres da Prefeitura considerando que apenas uma empresa recolheu o menor valor de quatrocentos e oitenta mil reais?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, enquanto não terminar o procedimento não tenho como fazer essa afirmação.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, o senhor não tem como afirmar também? É correto afirmar que o erro da retenção do ISS é da Urbs?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Diante das informações que detém, eu acredito que sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas o senhor é do ISS e não sabe, tem dúvida para responder é ou não é?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Veja, nós precisamos averiguar o procedimento fiscal para checar e poder determinar se foi erro ou não. Eu não estou fazendo a fiscalização da Urbs para isso. Agora, se eu detenho as informações, tenho conhecimento da legislação, então aconteceu de forma indevida o recolhimento do imposto, tendo a subtração do PIS e COFINS.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas o senhor tem uma cargo de auditor, Sr. Mário, é isso? A primeira pergunta que eu fiz: o senhor é auditor, o senhor não tem conhecimento desse

caso? O senhor não acompanha, porque a maior parte dos auditores acompanham, principalmente o caso da Urbs, que é uma questão nacional que nós estamos discutindo aqui na CPI? (u) O senhor não tem conhecimento se é correto afirmar que o erro da retenção do ISS é da Urbs? O senhor saberia afirmar?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu afirmei que sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É da Urbs, então?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu acredito que sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Acredito é uma coisa... mas tudo bem.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Acredito é uma afirmação, me desculpe.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como a análise será realizada somente no período de 2008 a 2013, como ficariam os períodos anteriores? Quem vai levantar se houve pagamentos indevidos? Quem vai arcar com os prejuízos, será novamente os usuários? Com a análise já realizada do período de 2008 a 2013.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Ocorreu infelizmente a decadência. Então, a gente alcança pela fiscalização até o ano de 2008, depois disso não tem como verificar se também ocorreram diferenças de pagamento em períodos anteriores. Então, não dá para saber se houve prejuízo ou não aos cofres municipais.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quero deixar bem claro para o senhor que o objeto desta CPI é tudo o que envolve custo da tarifa, exemplo ICI, enfim, tudo o que envolve a tarifa nos preocupa, Sr. Mário Nakatani, e é objeto desta CPI. Para ficar bem claro o motivo, embora hoje o senhor não está sob juramento, o senhor responde... mas se puder colaborar com esta CPI seria de grande valor para Curitiba, principalmente para baixar passagem. Acho que temos argumentos suficientes hoje para baixar a passagem. Eu falava na OAB, quero parabenizar o Sr. Jorge Bernardi - Presidente da Comissão, os demais Vereadores que nos acompanharam, de que se a CPI acabar hoje nós temos argumentos suficientes, olha, no mínimo, no mínimo, uns dois reais esta passagem, sendo bem modesto. Então, isso é muito importante, acredito que precisou acontecer a CPI para saber que a passagem poderia ser baixada, ou até muito mais do que isso. Sr. Mário, se a retenção era feita diariamente pela Urbs e o recolhimento uma vez por mês, esse dinheiro retido, arrecadado pela Urbs, ficava parado na conta da Urbs ou era aplicado, e se aplicado qual a sua destinação? O senhor tem conhecimento?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não tenho conhecimento. Sei que o recolhimento era feito indo para os cofres municipais junto ao FUC. Agora, o vencimento do ISS é mensal e é apurado em função do serviço prestado no mês anterior, então não tenho conhecimento da destinação até o pagamento do imposto.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Recentemente fizemos uma diligência na prefeitura,



fomos recebidos pela Secretária Eleonora Fruet e segunda a Secretária a questão do pagamento do ISS em valores abaixo do devido são em decorrência de uma interpretação jurídica em relação aos recolhimentos. Essa afirmação procede ou na verdade não havia uma base de cálculo? Isso ocorreu em um período específico? Duas perguntas: isso ocorreu e qual período?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- O problema da base de cálculo, como já discutimos no período de 2008 a 2010, se normalizando de 2011 a 2012.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Qual o percentual real que foi recolhida no tocante do ISS? Esse valor influenciou de alguma forma de cálculo da tarifa ou não?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não deve influir, porque o valor do serviço deve ser na sua totalidade. Como já explicamos a receita é bruta, então não deve influir, porque mesmo que eu tenha qualquer tipo de desconto eu não posso fazer a redução do ISS.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Tendo em vista a retenção do Imposto Sobre Serviço das empresas de transporte coletivo ter sido uma prática da Urbs e conforme depoimento do Sr. Daniel Maurício - o senhor conhece o Daniel Maurício?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sim, é o meu diretor.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Seu diretor?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Exato.

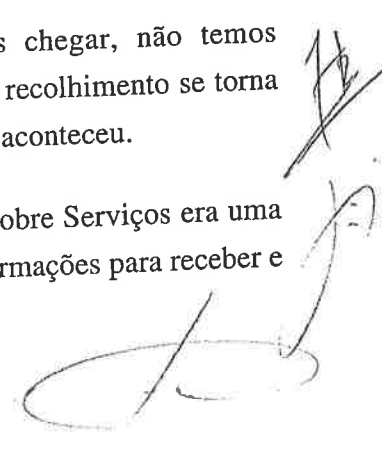
O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, volto à pergunta: Tendo em vista a retenção do Imposto Sobre Serviço das empresas de transporte coletivo ter sido uma prática da Urbs e conforme o depoimento do Sr. Daniel Maurício, a mesma recolhia irregularmente. Então, podemos constatar que nunca foi feita uma fiscalização, se tais impostos estavam sendo recolhidos de acordo com a lei ou apenas no período de 2008 a 2010?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A retenção ocorrendo pela Urbs nesse período ela ocorria sem um dispositivo legal, mas também sem qualquer ilegalidade. Nesse período e até hoje há a retenção na fonte acontecendo pela Urbs no serviço de transporte coletivo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então por que não foi computado nessa retenção o cálculo relacionado ao PIS e a Cofins, Sr. Mário?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- É aí que precisamos chegar, não temos informações do que aconteceu, até porque depois em 2011, um dia antes o recolhimento se torna normal, então pode ter havido erro técnico, mas não podemos afirmar o que aconteceu.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que a retenção do Imposto Sobre Serviços era uma atribuição da Urbs se ela não era obrigada por lei e ela detinha todas as informações para receber e proceder essa retenção ou era um valor presumido?



O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A Urbs como ela faz apuração do transporte coletivo diariamente o recolhimento indo para o Fundo de Urbanização de Curitiba, ou seja, entrando nos cofres municipais, por questão de comodidade, por questão de praticidade, e ainda assim de garantir o recolhimento do imposto para o Município, que é mais interessante, ou seja, o dinheiro já está nos cofres municipais, eu retenho o imposto e aí tenho a condição de fazer uma gestão melhor do planejamento fiscal e das fiscalizações das demais empresas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- No seu Departamento há algum caso de denúncia de assédio moral ou sexual?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu desconheço e acredito que isso não faz parte do objeto.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas escuta, estamos numa CPI Sr. Mário, se é objeto ou não. Sr. Presidente, fico meio prejudicado nas respostas aqui. Paro por aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço o Vereador Chico do Uberaba. Quero informar que o depoente não está sob juramento, já que ele é um dos investigados desta CPI, então ele em tese pode responder ou não, se quiser. Concedemos a palavra ao Vereador Cristiano Santos.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Nakatani, gostaria que o senhor nos explicasse o que é o CCO, é uma espécie de fiscal virtual do ISS?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- O CCO na verdade é uma sigla que significa cadastro do comércio e que é o sistema de gestão tributária municipal e não é um fiscal virtual.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Quem dentro da Diretoria de Rendas Imobiliárias opera o CCO? E qual é o nome desse funcionário? O senhor pode nos passar por favor?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Veja, todo o Departamento de Rendas Imobiliárias tem acesso a esse módulo do sistema de gestão tributária municipal, então todos os funcionários acessam o sistema.

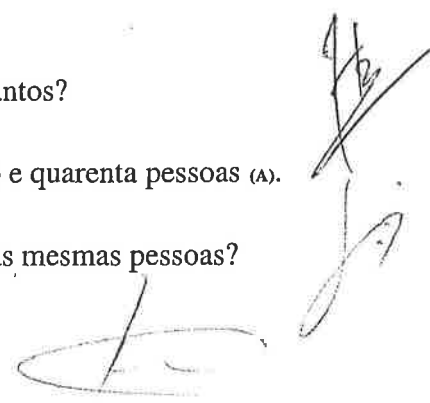
O SR. CRISTIANO SANTOS:- Não tem nenhum específico que está sempre operando e que o senhor pode nos passar o nome?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- São todos, porque a fiscalização é feita dentro desse sistema.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- E todos seria algo em torno de quantos?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Ah hoje em torno de cento e quarenta pessoas (A).

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Muda com frequência ou sempre as mesmas pessoas?



O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Todas as pessoas estão acessando com regularidade o sistema.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Gostaria que o senhor explicasse detalhadamente o que faz o CCO quando e por que uma empresa vai para o CCO.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sendo o nosso cadastro do comércio todas as empresas do município, sendo elas prestadoras de serviços ou não, elas têm lá o seu registro, e ali no seu registro consta as informações do seu alvará comercial onde tem as suas atividades, os seus responsáveis, o endereço, etc. Todas as informações relativas a cadastro. Ele compreende também os processos de fiscalização. Todas as revisões são feitas dentro desse sistema e também a emissão de guias para pagamentos de ISS, consultas, informações relativas as empresas. Então, ele tem uma grande abrangência dentro do trabalho do auditor fiscal ou dos demais funcionários do departamento porque é onde retiramos informação e colocamos informação.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Me dou por satisfeito, Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Cristiano Santos. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha e na sequência Vereador Tiago Gevert.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Considerando o privilégio de ser o Presidente dessa CPI, acaba fazendo as perguntas que queríamos fazer, mas sobra alguma coisa para que possamos também entender todo o processo. Sr. Mário, eu gostaria de saber quando o senhor foi colocado como diretor da empresa. Eu sei que o senhor foi admitido na Prefeitura em 1994, mas quero saber como diretor.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu ingressei na Prefeitura em 1994 na Secretaria Municipal de Recursos Humanos. Em 2001 prestei o concurso público para Auditor Fiscal na Secretaria Municipal de Finanças. Em junho de 2008 assumi o cargo como diretor até fevereiro deste ano.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual a sua formação?

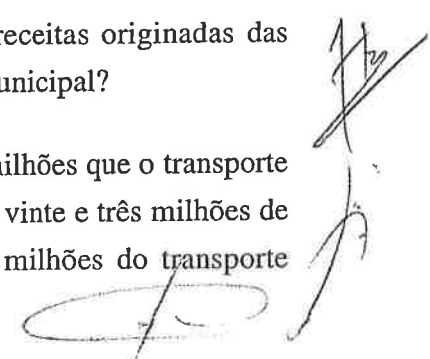
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sou Administrador.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Nada na área de finanças?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, sou Administrador.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Gostaria de saber, em relação as receitas originadas das empresas de transporte público, que fatia tem este na arrecadação do ISS municipal?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Hoje é em torno de doze milhões que o transporte coletivo arrecada. O ano passado tivemos uma arrecadação de oitocentos e vinte e três milhões de reais. Em percentual menos de 5%. Temos na verdade em 2012, treze milhões do transporte



coletivo e o total do ISS oitocentos e vinte e três milhões, 1.5% eu diria.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É significativo.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- É significativo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E considerando que é significativa essa arrecadação e considerando que são cento e trinta e oito mil empresas, o senhor diria que há uma falha de gestão no sentido de número de servidores para fazer essa fiscalização? E considerando também que eu entendi a sua fala, que a Urbs era para ser parceira e se esperava que não houvesse nenhuma falha e foi constatada uma falha. Não seria também uma falha do sistema de gerenciamento das finanças a falta de funcionários e falta de fiscalização? E que tipo de critérios eram usados considerando a redução de funcionários?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Vereadora, temos aí, como já mencionei, cento e trinta e oito mil empresas prestadoras de serviços.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quantos funcionários para fazer a fiscalização?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Hoje fazendo fiscalização de empresas temos quarenta pessoas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quarenta pessoas? Num universo de cento e trinta e oito mil empresas?

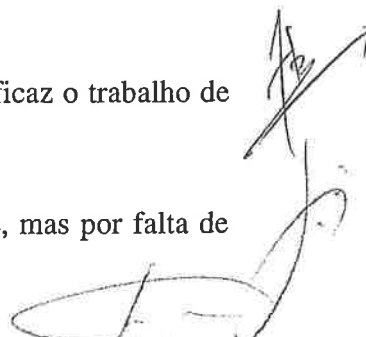
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Cento e trinta e oito mil empresas (m), prestadoras de serviço.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quantos funcionários para fazer a fiscalização.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Hoje para fazer a fiscalização das empresas, temos quarenta pessoas. A título de informação no ano de 2012 nós fiscalizamos três mil novecentos e setenta e sete empresas. Dessas em torno de quinhentas e cinquenta empresas era de médio ou grande porte, o resto são empresas pequenas. Só complementando a informação, quarenta e quatro mil empresas nunca foram fiscalizadas e são prestadoras de serviços, estão atuando no mercado, possuem bloco de notas. O que a gente tem é uma grande quantidade de trabalho e uma pequena força fiscal para poder atender toda a demanda. A gente precisa começar a trabalhar, no sentido de mudar a perspectiva da fiscalização de tributos, como despesa e pensar como investimento. Ai trazendo mais recursos humanos, tecnológico.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Isso entende-se que é extremamente ineficaz o trabalho de vocês de fiscalização em cento e trinta e oito mil empresas de Curitiba.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não por falta de boa vontade, mas por falta de aparato.



A SRA. NOEMIA ROCHA:- Então, não há estrutura para a Secretaria de Finanças fazer essa fiscalização?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não que vá atender toda essa demanda. Isso é algo que não acontece só em Curitiba. Todos os municípios a gente sabe que a Receita Federal e Estadual, não tem condições de fiscalizar todas as empresas que estão atuando.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A Urbs era aquela que não se fiscalizava, porque acreditava-se que ela estava fazendo um bom trabalho.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Exatamente, porque a Urbs como autoridade administrativa, como Prefeitura de Curitiba, fazia fiscalização de todo o transporte coletivo, não só questão operacional, como questão administrativa.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Essa diminuição de valores que houve, não foi perceptível na Secretaria de Finanças, até então. O senhor ficou sabendo através das denúncias da CPI?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Exatamente.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Então há uma falha da Secretaria de Finanças e uma falha da Urbs também. A falha da Secretaria, porque não fiscalizou e a falha da Urbs, por ter feito esse ato de diminuição de arrecadação de impostos.

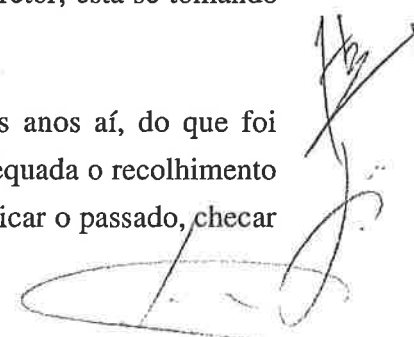
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A gente vê com clareza a questão da Urbs de deter toda a informação fisco contábil e por algum motivo a gente não sabe o qual procedeu o recolhimento inadequado. Já a Secretaria de Finanças.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Fazendo esse explanação a gente entende que o Município está sendo lesado em várias empresas por falta de fiscalização. Precisa da denúncia para fazer a fiscalização?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não precisa. Mas trabalhamos com fato. Não posso afirmar que foi lesado o município ou não, porque a característica do imposto é de ser auto lançamento. Eu não posso fazer julgamento de juízo que todas as empresas não estão recolhendo o imposto.

A SRA. NOMEIA ROCHA:- (v) Sr. Mário, o senhor Sabe se foi feito alguma coisa, não sei se o senhor, mesmo estando lá na secratria como auditor e não como diretor, está se tomando alguma providência desse déficit de recolhimento da Urbs?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Na verdade, nos últimos anos aí, do que foi apurado até o momento, não têm diferenças. Está ocorrendo de maneira adequada o recolhimento do ISS do transporte coletivo. Agora, em função das fiscalizações, vai verificar o passado, checar o que aconteceu nos demais anos.



A SRA. NOEMIA ROCHA:- Essa fiscalização é da Secretaria de Finanças ou o senhor está se referindo à CPI?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Não, estou falando da Secretaria de Finanças que está auditando.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Está sendo feita então, uma fiscalização mais aprimorada?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- É, ela está fazendo a homologação, verificando todos os documentos fisco contábeis para poder identificar possíveis diferenças ou não no recolhimento do transporte coletivo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Na sua trajetória e experiência houve má-fé na diminuição desse imposto?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Não temos como fazer esse julgamento. Pode ter sido má-fé e pode ter sido erro técnico. Então, o que percebemos..

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É um erro técnico constante, de mês a mês?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- O erro técnico que vinha de mês a mês, mas chegando em um determinado momento que alguém identifica que estava acontecendo e faz a correção. Então, não tenho como dizer se era erro técnico ou se era má-fé.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas é possível fazer a correção.

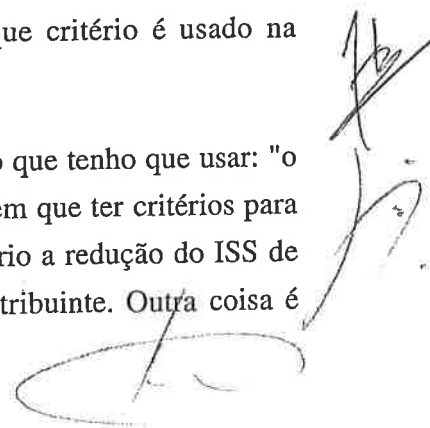
O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Sim, já foi feito desse primeiro levantamento fiscal. Em 2011 em diante o recolhimento se dá com base de cálculo completo, compreendendo PIS e COFINS.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Sim, mas o que foi deixado de recolher, foi corrigido também, foi arrecadado?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Se tiver diferenças. No primeiro procedimento já foi feita a autuação dessa diferença que não foi recolhida. E aí cabe à empresa o contraditório e a ampla defesa. Ela vai discutir se era ou não devido em função do que recomenda a legislação. E as demais empresas, se vier ser apurada a diferença, também entram na mesma sistemática.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E voltando a minha pergunta, que critério é usado na fiscalização dessas cento e trinta e oito mil empresas de Curitiba?

O SR. MÁRIO NAKATANI JUNIOR:- Certo. Como a expressão que tenho que usar: "o cobertor é pequeno". Temos que utilizar a inteligência fiscal. E aí você tem que ter critérios para poder estabelecer, porque aí não se faz nada. Então, redução, como critério a redução do ISS de algum grande seguimento ou de algum contribuinte, de um grande contribuinte. Outra coisa é

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

olhar para o passado e ver históricos de autuações. Ou seja, uma empresa já tinha sofrido autuações por recolhimento a menor. Sonegação. Então, esperávamos dar o tempo e olhar novamente para ver se essa empresa não estava novamente fazendo algum procedimento e, de maneira inadequada, recolhendo o ISS. Ainda, procurando, através de cruzamentos e dentro do sistema, indícios de sonegação. Então fazemos o levantamento baseados em uma estatística, em informações, para podermos determinar quais as empresas que passam por sonegação. Então, temos um rol muito grande de empresas que trazem essas características, mas não têm forças suficiente. E ao mesmo tempo, você tem que, por obrigação legal, fiscalizar as pequenas. Então, a empresa está procurando o Município, precisa que ocorra a fiscalização até por uma situação de mudança de Município e que aí Curitiba não pode atrapalhar, você é obrigado a fazer a fiscalização.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Então, mesmo no critério não atende os critérios.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não conseguimos dar conta de atender todas as empresas que estão dentro dos critérios.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Dr. Mário, qual é a sua avaliação, seu diagnóstico da Urbs no passado? Não há autuação, não há nada que entrasse nesse critério?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nunca tivemos informações de problemas. (E) Então, a gente não tinha nenhuma contrapartida, uma ação nesse sentido porque o histórico era de recolhimento regular, crescente, e tendo a Urbs como parceira na fiscalização.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Essa justificativa para não ser fiscalizada?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Juntamente •

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É um conjunto?

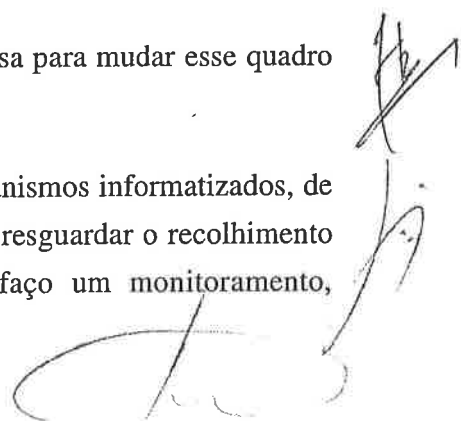
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Juntamente com o contexto. O contexto traz ali uma quantidade muito grande empresas, quarenta e quatro mil que nunca foram fiscalizadas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quarenta e quatro mil nunca foram fiscalizadas?!

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Mas quarenta e cinco mil que já foram fiscalizadas, mas já são passíveis de nova fiscalização e um número reduzido de funcionários. Então, isso é uma realidade.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Ok. Está sendo feito alguma coisa para mudar esse quadro dentro da Prefeitura?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Temos utilizado mecanismos informatizados, de modo da gente poder fazer o monitoramento. Procurar em tempo real resguardar o recolhimento do imposto. Ou seja, não faço o procedimento completo, mas faço um monitoramento,



acompanho, demonstro para o contribuinte que existe a presença fiscal. Então, temos hoje esses mecanismos a fim de minimizar o impacto da falta do procedimento fiscal completo, da fiscalização completa. Então, isso ocorre.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Ok. Muito obrigada. Concluindo, a Urbs nunca foi fiscalizada?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, nunca foi. As empresas do transporte coletivo nunca foram fiscalizadas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Vereadora Noemia Rocha. Passamos a palavra ao próximo Vereador inscrito, Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Bom dia. Sr. Mário, a administração pública deve fazer tudo o que a lei manda, e se a Urbs não tem competência legal não caberia à Prefeitura, o departamento de rendas mobiliárias, fiscalizar as empresas de transporte coletivo?

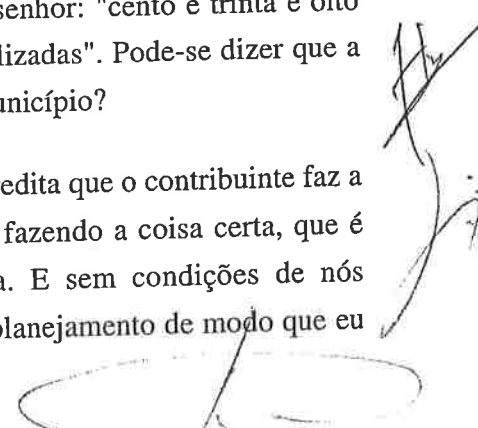
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- A incumbência da fiscalização do ISS, das empresas do transporte coletivo, é da Secretaria Municipal de Finanças, é da administração municipal. Como já explicamos aqui, em função de um contexto e em função de que a Urbs como autoridade administrativa pública fazia o acompanhamento, faz o acompanhamento de toda apuração do sistema de transporte coletivo, tendo as informações de receitas, despesas, tinha condições de fazer esse trabalho de retenção na fonte, o qual acontece, resguardando o Município. Então, como a gente explicou, o dinheiro das passagens entrando nos cofres municipais, para a Prefeitura de Curitiba a praticidade e a condição de resguardar, de conseguir manter o imposto sobre serviço já dentro da Prefeitura.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Por que o departamento do senhor não fiscalizou? Havia muita confiança na Urbs, mesmo o senhor não sabendo qual departamento responsável?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Sim, nós tínhamos confiança na Urbs em função de todo esse procedimento técnico que ela fazia, não somente na questão de fiscalização operacional do transporte, mas também da questão administrativa. A Urbs como responsável pela sistema de transporte ela cuida das obrigações previdenciárias, trabalhistas e tributárias.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Segunda afirmação do senhor: "cento e trinta e oito mil empresas em Curitiba, quarenta e quatro mil empresas não fiscalizadas". Pode-se dizer que a Prefeitura confia plenamente nos empresários e nos contadores do Município?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, a Prefeitura acredita que o contribuinte faz a coisa certa, que cumpre com a sua obrigação principal e acessória fazendo a coisa certa, que é recolhendo os impostos da forma adequada, na época adequada. E sem condições de nós podermos fiscalizar todas as empresas, há necessidade de fazer um planejamento de modo que eu



possa otimizar a fiscalização e através da inteligência fiscal ir buscar as empresas que podem dar retorno ao Município. Ou seja, resguardar o Município. (L)

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Na sua opinião, cento e trinta e oito mil empresas, contadores eu não teria o número exato aqui para o senhor, não seria mais fácil e se poderia a Prefeitura fiscalizar direto nas contabilidade dessas empresas, visto que todos os empresários têm um contador?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nós temos essa quantidades de empresas, muitas delas estão sob a responsabilidade de um contador. Mas historicamente nós percebíamos o seguinte: que a fiscalização dos escritórios de contabilidade não produziam resultados, porque quando o fiscal chegava, as empresas já estavam regulares, já tinham feito o recolhimento do imposto de maneira certa, a documentação estava em ordem, então, nós não conseguíamos apurar alguma diferença que fosse relevante. Em determinado momento nós entendemos que preferíamos buscar dentro da inteligência fiscal as empresas que poderiam estar sonhando e, aí sim, ter um trabalho efetivo e um resultado efetivo da fiscalização.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, estou satisfeito, agradeço ao Tiago por ter me cedido a vez, e peço autorização para me retirar pelo falecimento de um vizinho.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Vereador. Com a palavra o Vereador Tiago Gevert.

O SR. TIAGO GEVERT:- Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de saber, Sr. Mário: as empresas alegam que a Urbs foi beneficiado com erro no ISS. Isso pode ter acontecido? E se aconteceu, de que forma?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Em função da diferença de recolhimento do ISS a menor, elas podem ter o seu faturamento aumentado.

O SR. TIAGO GEVERT:- Gostaria de voltar a uma pergunta já feita. A Urbs tem algum convênio, alguma previsão legal que dê a ela autonomia no cálculo de ISS? Gostaria que ficasse mais claro isso, porque ainda não, eu sei que ela pode cobrar, mas queria saber se ela tem algum embasamento legal para isso acontecer?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não existe nenhum dispositivo legal que determine a cobrança. Mas a forma de cobrança é conhecida em função de estar na legislação. Então, a legislação é federal, traz a base de cálculo envolvida e alíquota pertinente.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor explanou agora há pouco com relação à decadência de cinco anos. Eu gostaria de saber se há cinco anos houve alguma falha nisso. E se não for, eu gostaria de saber se há como nós responsabilizarmos alguém por essa falha.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nós não identificamos falhas anteriores, até porque, não houve o procedimento fiscal, então, isso está acontecendo agora, nesse momento. Nós estamos percebendo que teve em determinado período, 2008 a 2010, uma diferença de ISS a

recolher.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor também relatou que o Secretário solicitou investigações, ações efetivas em diversos segmentos. Correto? Durante o período que esteve na diretoria, houve a intenção de fazer uma auditoria no transporte coletivo?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nós não pensávamos no transporte coletivo como um dos segmentos a serem fiscalizados, porque nós entendíamos que a Urbs como parceira já de modo indireto o fazia.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor já relatou que teve algumas empresas de ônibus que não foram fiscalizadas, eu gostaria de saber a quem o senhor atribui em resumo a falta de fiscalização de importantes empresas de Curitiba, como as empresas de ônibus?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Nós atribuímos a existir já uma fiscalização, embora não direta da Secretaria de Finanças, mas sim pela Urbs, no acompanhamento e apuração da receita do transporte coletivo e também da quantidade de empresas a serem fiscalizadas e empresas que nunca foram fiscalizadas (n). Então, o volume é muito grande de trabalho e a quantidade de recursos é pequeno.

O Sr. Tiago Gevert:- Estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Vereador Tiago Gevert, e passo a palavra ao Vereador Paulo Rink.

O SR. PAULO RINK:- Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Sr. Mário, o senhor tem condições de me responder sobre manutenção de frota, sobre reforma, pinturas de frota dos ônibus de Curitiba? Como auditor, tem condições?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não tenho, porque não tenho conhecimento das empresas envolvidas nesta atividade.

O SR. PAULO RINK:- Então, nem vou fazer esta pergunta para não perdermos tempo, se o senhor não tem como responder. O senhor tem como responder sobre a tarifa técnica?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Desculpe, mas também não tenho como responder.

O SR. PAULO RINK:- Então, várias das minhas perguntas infelizmente não poderei fazer ao senhor. O senhor é auditor da Urbs?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não, auditor de Tributos Municipais da Secretaria Municipal de Finanças.

O SR. PAULO RINK:- O senhor falou anteriormente que o senhor fala da fiscalização



com fatos, foram suas palavras anteriormente: fiscalização com fatos. Então, vamos para fatos. Nós temos aqui sobre a Urbs um contrato firmado com a Urbs sobre a questão dos 4%, o senhor tem conhecimento que a Urbs recebe 4% da tarifa que é determinado para a Urbs.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Certo.

O SR. PAULO RINK:- A primeira pergunta, os 4% é sobre a tarifa do transporte urbano ou metropolitano?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não sei qual é a incidência, qual é a abrangência...

O SR. PAULO RINK:- O senhor é auditor!

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Eu sou auditor, mas não acompanho o contrato do transporte coletivo.

O SR. PAULO RINK:- A base de cálculo o senhor concorda que muda significativamente do transporte urbano para o metropolitano.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Certo. O que posso dizer que os 4% não há incidência do ISS.

O SR. PAULO RINK:- Nós não estamos falando sobre ISS, estou falando da Urbs, se o senhor tem conhecimento como auditor dos documentos da Urbs. Certo?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não tenho, porque a gente não faz a fiscalização da Urbs e não tenho contato com o contrato.

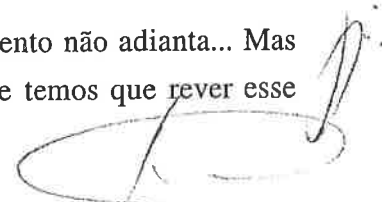
O SR. PAULO RINK:- Então, para seguirmos essa sequência, o senhor não tem essa informação, mas vamos seguir essa sequência, temos a Lei 4.369 que já foi acordado que a Urbs cobrará de 4% somente sobre a tarifa urbana e vem sendo cobrado nos últimos vinte anos sobre a tarifa metropolitana. Essa é uma diferença extremamente absurda na cobrança da Urbs. Estamos falando de valores significativos, 4% da tarifa urbana - o senhor, como auditor, pode dizer que é uma grande diferença para a tarifa metropolitana. Concorde?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Concorde.

O SR. PAULO RINK:- Obrigado pela concordância. E se o senhor tem conhecimento ou não sei, mas vou lhe explicar que a tarifa cobrada no acordo é sobre a tarifa efetivamente cobrada e a Urbs cobra sobre a tarifa técnica. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Não tenho conhecimento.

O SR. PAULO RINK:- Então, Presidente, se não tem conhecimento não adianta... Mas fica o alerta, eu tenho que explicar melhor esse caso, porque realmente temos que rever esse



contrato da Urbs de 4% que é uma diferença gritante que achamos nos contratos. São contratos fundados e assinados somente para questão urbana e não da metropolitana. Então, é um ponto agora que temos que seguir com esta CPI e investigar a fundo esse caso, porque a diferença é gritante e temos que avaliar isso para a nossa comunidade. Seria só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Pessuti):- Muito Obrigado, Vereador. Na ausência do Presidente e do vice-Presidente assumo a Presidência da Sessão. Passo a palavra ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia a todos. vou mudar um pouquinho a sequência, sempre faço um comentário, vou fazer a perguntas para não me perder e depois faço alguns comentários. Aproveitar alguns ganchos dos Vereadores aqui presentes para voltar a entender, ou se eu entendi errado para você me ajudar a entender. O ISS dos ônibus é aproximadamente 1% da arrecadação total da prefeitura.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Em torno de 1% a 1.5%.

O SR. CHICARELLI:- Só para eu entender e saber avaliar, quantas empresas em Curitiba tem arrecadação tão expressiva?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- O percentual hoje da arrecadação do ISS de grandes contribuintes chega a 70%, em torno de duas mil empresas.

O SR. CHICARELLI:- Que seriam mais de 1% ou 1,5% no caso de ônibus.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:-Mais esse patamar.

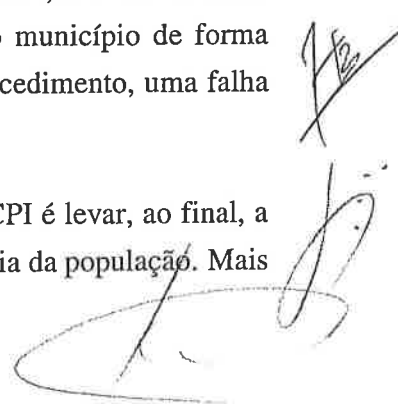
O SR. CHICARELLI:- Então, certamente a fiscalização está sendo priorizada a essas empresas, é isso?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Exatamente, e que tenha histórico de sonegação, de problemas relacionados ao recolhimento do ISS.

O SR. CHICARELLI:- A não fiscalização da Urbs quanto, no caso a arrecadação, até seria uma falta grande, uma falha grande do auditor ou da Secretaria de Finanças?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- O que a gente entende a respeito desse assunto é que a Urbs fazendo a retenção e isso historicamente e o que a gente tem de fato acontece de maneira incorreta de 2008 a 2010 e depois, ajustando isso em 2011 e em 2012, não servia como parceiro. É lógico que essa diferença que acontece não é de interesse do município de forma alguma de ter uma perda de arrecadação. Então, acontece uma falha de procedimento, uma falha de entendimento e que causa essa diferença.

O SR. CHICARELLI:- O meu interesse aqui e acho que todos da CPI é levar, ao final, a redução do preço do ônibus. Garanto que será ou é o entendimento da maioria da população. Mais



duas perguntas. Sobre a tarifa ou as questões da planilha ou outros insumos que entram na planilha, o senhor tem informação de outra arrecadação relevante de ISS que é pago à prefeitura.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Relativo ao transporte coletivo?

O SR. CHICARELLI:- É, que seja tão expressivo, nós temos a arrecadação geral das passagens.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Que tenham e que vá influenciar na tarifa não senhor.

O SR. CHICARELLI:- Mas não tem nenhuma arrecadação expressiva da prefeitura, algum item da planilha? O senhor não lembra?

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Que componha a tarifa não.

O SR. CHICARELLI:- Durante o seu depoimento me chamou a atenção aqui uma palavra que o senhor me colocou que o ISS das empresas é crescente. Em contrapartida as empresas ou a Urbs tem alegado que não aumenta o número de usuários, até diminui. Então, como esse valor é crescente?

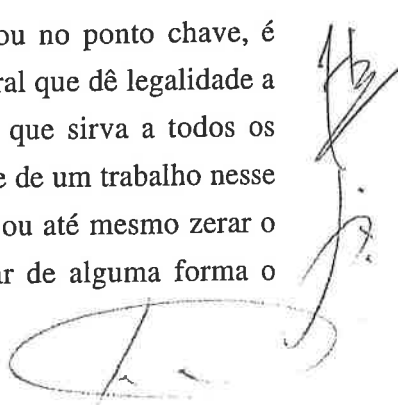
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Temos acompanhado, o ISS é crescente de forma geral e o ISS do transporte coletivo vem acompanhando essa crescimento, aí na questão desse crescimento tem uma parcela relativa à própria atualização monetária em função de inflação e também o crescimento vegetativo, ou seja, o crescimento real. A gente não tem como afirmar quantos porcentos é uma coisa e outra.

O SR. CHICARELLI:- Até pelo aumento do preço da passagem.

O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Também tem influência.

O SR. CHICARELLI:- Eu já perguntei e não consigo entender, gostaria que o senhor voltasse a me explicar, por que a prefeitura ou as prefeituras que fazem o transporte coletivo em Curitiba e até em outras cidades do país, por que não podem renunciado o ISS? Ou por que elas não se unem e tentam mudar a legislação ou apoiar a legislação que estão em percurso para realmente diminuir esse ISS que poderia refletir diretamente na planilha, além dos subsídios que por hora estão sendo concedidos?

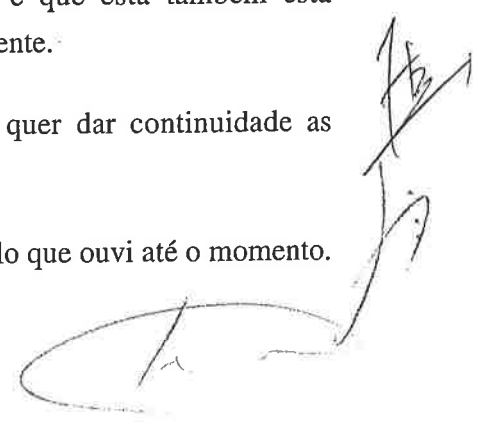
O SR. MÁRIO NAKATANI JÚNIOR:- Vereador, o senhor tocou no ponto chave, é legalidade. Então, na hora em que houver uma alteração na legislação federal que dê legalidade a isenção do ISS ou pelo menos redução do ISS ao transporte coletivo e que sirva a todos os municípios, antes disso não é possível ações isoladas. Então, há necessidade de um trabalho nesse aspecto (n), de mudar a legislação e trazer aí patamares mais interessantes ou até mesmo zerar o imposto sobre serviços. Sabemos que o poder público tem que subsidiar de alguma forma o transporte coletivo.



O SR. CHICARELLI:- Vou encerrar com alguns comentários, acho que são alguns assuntos pertinentes para tornar público. Tenho feito junto com os Vereadores Valdemir Soares e Chico do Uberaba algumas visitas a Urbs e em análise de alguns contratos, especialmente da Dataprom com a Urbs, já posso, como dentista e não como economista, já observei e tenho informações e dados que a passagem poderia ser reduzida em pelo menos dez centavos imediatamente pela Urbs. Lógico que buscamos a tarifa justa, que seria como o Vereador Chico do Uberaba falou, dois reais nos dias de semana e um real para a domingueira. Vamos a algumas informações. Se realmente tivesse vontade de fazer a Urbs poderia dar uma resposta imediata, reduzindo em dez centavos. Como? A primeira informação, é notório porque já temos oito, nove meses de governo, o contrato da Dataprom que é duas vezes mais caro poderia ser rescindido e foi renovado por mais um mês e quem sabe futuramente com uma desculpa até renovado por anos, como a gestão anterior fez. O rompimento do contrato da Dataprom, que tiveram oito meses para analisar e agora renovaram por mais um mês, somado ao parcelamento do contrato de trinta e dois milhões que foi feito, a Urbs pagava ao ICI e a Dataprom novecentos e setenta mil por mês e nas últimas parcelas quinhentos e trinta e um mil por mês acabou também nesse mês. Somado, como bem disso o Vereador Paulo Rink, a cobrança absurda que a Urbs continua fazendo de 4% na tarifa técnica, enquanto o usuário paga dois e sessenta, a cobrança de 4% do fundo é da tarifa técnica. Não dá para entender. Somados apenas esses três itens teríamos mais de dez milhões economizados anualmente. Acho que a Urbs está brincando com o usuário, está deixando as coisas acontecerem, o Presidente levando para o lado político, porque é interessante punir os culpados, mas a população, este Vereador e esta CPI querem sim que a passagem abaixe. A Urbs já tem informações e acho que está na hora de ela se comprometer em reduzir essa passagem. Não venha com lero-lero, presidente para cá, prefeito para lá, falar que vai ter que investigar e ter mais dados. Os dados estão aí. Sou um dentista que não sei nada de economia. Já fiz até um contra-ataque para me nomear diretor de economia da Urbs para ver se não reduzimos essa passagem para dois ou para um real, quem sabe. É uma vergonha o que a Urbs tem feito para disfarçar a questão principal que é abaixar a tarifa do transporte coletivo. É uma vergonha, induzir essa CPI, que não é o caso que o Vereador Jorge Bernardi tem feito nesse sentido, para as reportagens que saem na imprensa tentando induzir, para incriminar o passado, sendo que a Urbs não terá condições e nem a Prefeitura de rescindir um contrato com as empresas de ônibus. Não se rescinde nem o contrato com a Consilux que roubou para cá e para lá e muito menos para a Dataprom, que rouba dia a dia, com um contrato duas vezes superior ao que é de mercado. Isso é uma assalto! Sei que até uma empresa pode me incriminar, mas pode me incriminar, porque é um assalto que a Urbs está consentindo, que a diretoria anterior fez e que esta também está consentindo. Eram essas as minhas considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Vereador Mauro Ignacio, o senhor quer dar continuidade as perguntas agora?

O Sr. Mauro Ignacio:- Não Sr. Presidente, já estou satisfeito pelo que ouvi até o momento. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE:- Vamos encerrar a oitiva e agradecer a presença do Sr. Mauro Nakatani Júnior e suspendemos a reunião com retorno para para as 14h para que possamos ouvir o nosso outro convidado, Sr. Oldinir Furman. Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE:- • Está reaberta a presente comissão. Queremos convidar o Sr. Oldinir Furman para fazer parte da Mesa. Sr. Oldinir Furman, o senhor não precisará prestar o compromisso legal, porque o senhor não estará sendo ouvido como testemunha, mas sim como investigado. Então, em relação às respostas o senhor poderá respondê-las, ou se uma ou outra resposta o senhor achar que possa lhe incriminar, o senhor pode dizer que prefere ficar calado e não responder. Então, o senhor estará prestando depoimento na condição de investigado. Passo a palavra ao Sr. Oldinir Furman para as suas considerações iniciais.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Boa tarde. Eu sou Oldinir Furman, funcionário de carreira da Prefeitura Municipal de Curitiba há trinta e um anos. Fui ex chefe de divisão na gestão anterior, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE:- Vou começar as perguntas. Sr. Oldinir Furman, qual era a sua atribuição nos últimos anos, qual era o cargo que o senhor exercia dentro do departamento de rendas mobiliárias?

O SR. OLDINIR FURMAN:- De 2005 a 2012 como chefe de divisão de tributação.

O SR. PRESIDENTE:- Quais são as atribuições de um chefe de divisão?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Apoiar as inspetorias na fiscalização, assessorar a diretoria quando solicitado.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria que o senhor explicasse quantas inspetorias tem o departamento de rendas imobiliárias e quais são as atribuições dessas inspetorias?

O SR. OLDINIR FURMAN:- São cinco inspetorias, entre outros setores, e a atribuição é a fiscalização do ISS.

O SR. PRESIDENTE:- E essas inspetorias são divididas por áreas de atuação?

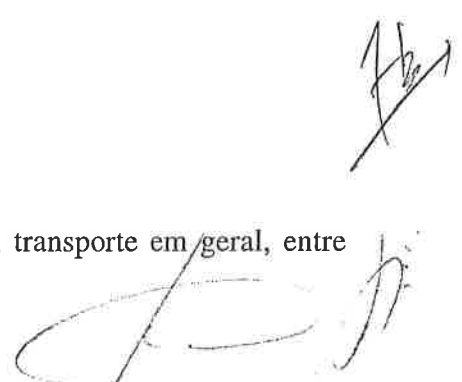
O SR. OLDINIR FURMAN:- Por áreas de atuação.

O SR. PRESIDENTE:- E as empresas de transporte coletivo estavam vinculadas a que área de atuação? A qual inspetoria, Sr. Oldinir?

O SR. OLDINIR FURMAN:- À inspetoria 4.

O SR. PRESIDENTE:- E o que essa inspetoria 4 abrangia?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Empresas de turismo, hotéis, transporte em geral, entre outras, que eu não lembro assim de momento.



O SR. PRESIDENTE:- Certo. E quem era o chefe, o gerente, o diretor, a pessoa responsável dessa inspetoria 4?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Era o Sr. Adair.

O SR. PRESIDENTE:- Ele é um auditor fiscal?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Um auditor fiscal.

O SR. PRESIDENTE:- Quem determinava as empresas que deveriam ser fiscalizadas? Era o senhor ou o seu diretor imediato, o Sr. Mário Nakatani Júnior?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Normalmente era através de planejamento, e no caso de denúncia era repassado para a minha inspetoria, que repassava para as demais inspetorias para a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor confirma a informação que essa CPI tem de que nunca as empresas de transporte coletivo de Curitiba foram fiscalizadas pelo município?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Sim, eu confirmo, eu não lembro de ter havido fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- As empresas de transporte coletivo gozavam de um privilégio especial junto à administração pública?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, nenhum privilégio especial.

O SR. PRESIDENTE:- E por que elas não foram fiscalizadas ao longo desses últimos sessenta anos que operam em Curitiba?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Eu não posso responder por um período tão longo. No meu período, pelo menos, em função de enorme quantidade de empresas de prestação de serviço, e a estrutura do departamento, temos que trabalhar com uma certa inteligência fiscal, por cruzamentos, por indícios de sonegação, por denúncias, e nunca houve nada que determinasse ou tivesse qualquer motivo. Vamos dizer assim, trabalhamos dentro daquele planejamento verificando, tentando otimizar, vamos dizer, o quadro de fiscalização para aquelas que realmente tivessem algum indício.

O SR. PRESIDENTE:- Eram doze empresas que atuavam no sistema de transporte coletivo de Curitiba, atualmente são onze, e nos últimos cinco anos essas empresas arrecadaram em média de treze a dezoito milhões de reais por ano. Por um número pequeno de empresas esse valor, de treze a dezoito milhões de reais, não é um valor significativo para o recolhimento do ISS de Curitiba, já que segundo o seu colega, o Dr. Mário Nakatani Júnior, representavam em torno de 1.5% de tudo que se arrecada de ISS na cidade de Curitiba. Esse valor, que teoricamente as empresas devem recolher, é um número significativo, ou não?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Veja bem, o recolhimento era regular. Então, de acordo com o planejamento do departamento, nunca houve assim alguma coisa que indicasse para esse segmento. Então, a gente sempre se preocupou, realmente, em dirigir a fiscalização para aqueles setores que somos muito cobrados, porque nós temos muito trabalho, diversas situações, e para o Ministério Público temos que dar um atendimento quase que imediato. Além disso, muitas outras atividades. Então, mediante cruzamentos, através do sistema, não aconteceu de precisar fazer, vamos dizer, essa fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Oldinir, eu perguntei para o seu colega, Mário Nakatani Júnior, se ele sabia qual era o departamento da Urbs responsável por fazer a retenção do ISS das empresas. O senhor sabe qual é o departamento? Ele não soube responder.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Infelizmente eu também não sei. Porque nós nos preocupamos mais com o ISS.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber, essas onze empresas participaram de uma licitação há três anos. Para participar da licitação, elas teriam que apresentar uma certidão negativa de débitos do ISS. O senhor sabe se essas empresas tiraram a certidão negativa de débitos do ISS?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Eu não teria como informar esse dado no momento, não tive conhecimento.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Oldinir, para que uma empresa que precise de uma certidão negativa de débitos do ISS, qual é o procedimento dela? Ela faz um requerimento? Tem que pedir uma fiscalização? Eu gostaria que o senhor nos explicasse que procedimento uma empresa deve ter quando ela precisa dessa certidão.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Houve muita evolução, então, hoje em dia, as pessoas jurídicas, assim como as pessoas físicas, elas pedem a certidão pela internet. E não havendo débitos, a certidão já é liberada. Então, necessariamente, não há necessidade de haver um requerimento. Vai haver necessidade de um requerimento para aquelas empresas que por ventura estejam discutindo judicialmente algum débito, então, aí sim é feito um requerimento que é enviado à Procuradoria, que daí, dependendo da situação da causa, vai liberar, ou não, a certidão.

O SR. PRESIDENTE:- E anteriormente, ou seja, até 2010, era necessário fazer esse requerimento para qualquer tipo de empresa, ou não?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Olha, é difícil, não lembro assim. Infelizmente, são muitas atividades, são muitos procedimentos, eu não consigo agora assim, de momento, lembrar, mas eu acho que, não tenho certeza, se em 2010 já havia esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE:- Esse é um procedimento recente, então?

O SR. OLDINIR FURMAN:- A partir de 2010, com certeza. Anterior eu não consigo



lembrar. Normalmente era feito o pedido de certidão no setor competente, e quando houvesse caso de liberação pelo ISS, caso de algum débito, alguma coisa era feita, a liberação.

O SR. PRESIDENTE:- Quem determinava onde os fiscais e as empresas, e os segmentos que os fiscais deveriam atuar, era o senhor como chefe da divisão?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não necessariamente, porque era um procedimento do departamento, como eu já disse, principalmente no caso de uma denúncia, como digo, era repassado para mim que repassava para a inspetoria competente. Mas normalmente eram as ações de fiscalização planejada e passada a sua respectiva inspetoria.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Atualmente o senhor ocupa algum cargo dentro da administração, dentro do departamento de rendas mobiliárias?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Sim, até abril eu era gerente substituto de um colega que, infelizmente, veio a falecer. Depois eu assumi essa gerência de planejamento e assistência técnica.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor está num cargo superior ou inferior aquele que o senhor ocupava anteriormente.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Seria um cargo superior, mas não vinculado diretamente à fiscalização.

O SR. PRESIDENTE:- E qual é a atribuição dessa gerência de planejamento?

O SR. OLDINIR FURMAN:- É atender, principalmente assessorar a diretoria e atender os projetos do departamento, organizar o atendimento ao público, responder os questionamentos através de reclamações do 156, ou de processos.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor tem alguma explicação para justificar que até 2010 as empresas de transporte coletivo recolheram o ISS (A) sem incluir o PIS e Cofins. E a partir da licitação elas passaram a incluir o PIS e Cofins. O senhor teria alguma explicação para este fato?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, porque viemos a tornar conhecimento agora pela fiscalização de uma empresa de que não tinha sido incluído em determinado período o PIS e Cofins. Embora, nas fiscalizações algumas empresas às vezes entendem que não devem incluir os impostos federais na base de cálculo do imposto. Mas eu não vejo assim justificativa.

O SR. PRESIDENTE:- Na sua análise, na orientação que o senhor dava aos seus fiscais sempre os impostos federais deveriam ser incluídos?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Mas todos tem essa orientação, porque nos procedimentos fiscais apurados eles imediatamente são lançados de ofício.

O SR. PRESIDENTE:- Qual é a sua formação?



O SR. OLDINIR FURMAN:- Sou Técnico Contábil.

O SR. PRESIDENTE:- Qualquer contador, um técnico contábil ele sabe calcular, ou pelo menos em tese deveria saber, calcular corretamente o ISS?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Fica difícil responder assim no geral.

O SR. PRESIDENTE:- Mas em tese deveria conhecer?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Sim, normalmente. Até tentamos entender a profissão do técnico, do contador, porque a legislação tributária seja municipal, estadual ou federal ela é bastante ampla. Nós encontramos diferenças às vezes até por algum desconhecimento, mas é difícil.

O SR. PRESIDENTE:- As empresas de transporte coletivo elas movimentam novecentos e oito milhões de reais por ano. Ou seja, mais do que arrecadado de ISS, segundo os dados que nos foram trazidos pelo Sr. Mário Nakatani, é em torno de oitocentos e cinquenta milhões por ano, talvez um pouco menos, um pouco mais. O senhor acha que essas empresas que são as maiores empresas aqui de Curitiba elas teriam capacidade de contratar contadores, contabilistas com curso superior que sabem calcular o valor correto do recolhimento do ISS, elas teriam condições na sua opinião?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Também fica difícil. Acredito que sim, mas é difícil responder.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor falou que é Técnico Contábil, o senhor já trabalhou com contabilidade ou faz anos que não trabalha?

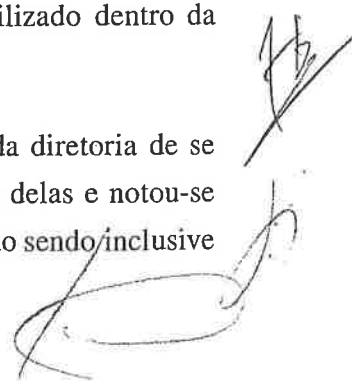
O SR. OLDINIR FURMAN:- Faz anos.

O SR. PRESIDENTE:- Em tese qualquer contador saberia calcular os 2% sobre o valor do faturamento da empresa?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Acredito que sim, estando ciente da legislação, dos procedimentos acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE:- Depois que o senhor soube de que as empresas deixaram de recolher, durante o período que antecedeu a licitação, corretamente o ISS. Qual foi a atitude que o senhor tomou agora como Gerente de Planejamento da Secretaria ou o seu chefe imediato. Quais são as atitudes que o seu departamento está tomando, alguém foi responsabilizado dentro da Secretaria de Finanças por não ter apontado esses dados?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não. Já este ano houve determinação da diretoria de se proceder a fiscalização das empresas. Tanto é que inclusive começou por uma delas e notou-se essa diferença de recolhimento e aí procedeu-se a intimação de todas e todas estão sendo inclusive



fiscalizadas, estão sob procedimento.

O SR. PRESIDENTE:- Alguém foi responsabilizado por não ter feito essa fiscalização? Foi aberto alguma sindicância interna dentro da Secretaria?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, porque não havia nada que justificasse.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor teria mais alguma coisa a contribuir com essa CPI para explicar essa situação relacionada ao não recolhimento do ISS?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Veja, até onde sabemos por uma fiscalização, que houve lá uma diferença de recolhimento que não se sabe qual foi a interpretação que foi dada. Estamos aguardando a sequência dos procedimentos e depois acredito que a diretoria vai analisar e se houver alguma providência para tomar será tomada.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor falou que parece que há mais de trinta anos o senhor é auditor do Município?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Sou.

O SR. PRESIDENTE:- Há alguns anos, embora esses créditos já tenham sido prescritos, me parece que em 2001 foi reduzido o valor do ISS de 5% para 0.5% e depois em 2002 com a nova legislação federal ele voltou, foi aprovado aqui pela Câmara o ISS de 2% para o transporte coletivo. O senhor tem alguma informação de que neste período entre 2001 e 2002 e até um período de 2002, as empresas continuaram pagando abaixo do estabelecido em lei? Ou seja, já era de 2% e elas continuaram recolhendo sobre 0.5%, o senhor tem essa informação?

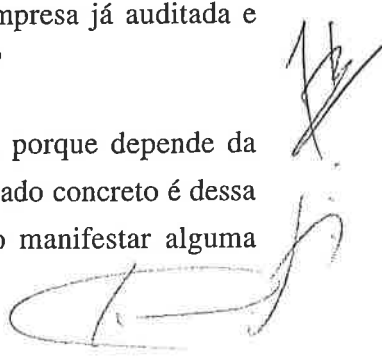
O SR. OLDINIR FURMAN:- Veja, é um período em que eu estava na chefia de uma outra inspetoria. Então, não acompanhava diretamente. Soube agora que inclusive algumas, pela mudança, não tinham recolhido, mas que tão logo foi cobrado foi normalizado. E depois a Urbs sempre reteve os 2% que deveriam ser retidos.

O SR. PRESIDENTE:- Mas esses valores de 2001 e 2002 não houve decadência já? Como não houve ação do Município, não houve decadência desses créditos?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, mas é que foi cobrado, pela informação que tive, foi cobrado na época. Então, não houve decadência.

O SR. PRESIDENTE:- Então, pode ser superior, no caso dessa empresa já auditada e fiscalizada, o valor pode ser superior aos quatrocentos e oitenta mil apurados?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Eu não posso responder sobre isso, porque depende da conclusão da fiscalização. Eu não tenho nem como me manifestar. O único dado concreto é dessa fiscalização que foi apurado essa diferença. Então, não temos nem como manifestar alguma situação.



O SR. PRESIDENTE:- Sr. Oldinir Furman, quero agradecer a contribuição que o senhor deu à CPI. Passo a palavra ao nosso Relator, Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Oldinir. O senhor sabe informar quais são os grandes pagadores recolhedores de ISS no Município de Curitiba?

O SR. OLDINIR FURMAN:- De momento não tenho esses dados.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Durante todo esse período que o senhor trabalha na Prefeitura trabalhando com a parte de ISS, é possível dizer se a Prefeitura trabalha de forma diferenciada entre os pequenos ou os grandes empresários ou ela trabalha com a mesma fiscalização em cima de todos os empresários?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Com eu já disse, é feito o planejamento e nós sempre dirigimos a fiscalização, principalmente quando nos chegam a notícia de sonegação ou de indício de sonegação, mas o planejamento é feito em cima daquelas empresas que já tem, por exemplo, que tem segmentos que tem históricos de autuações e grandes contribuintes. Como eu disse, pelo pequeno número de auditores é impossível, pelo número de empresas é impossível dar um atendimento a todas as empresas.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Quais seriam esses possíveis problemas que o senhor fala. Quais são as empresas, qual o ramo de atividade?

O SR. OLDINIR FURMAN:- De momento não consigo lembrar especificamente. Nós trabalhamos em cima do planejamento no departamento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Alguma vez alguns dos auditores (v) tiveram a intenção de fazer uma auditoria no sistema de transporte e houve algum impedimento de nível superior?



O SR. OLDINIR FURMAN:- Desconheço qualquer procedimento nesse sentido.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Vou repetir uma pergunta que fiz mais cedo: o senhor conhece algum mecanismo legal que habilite a Urbs a fazer a retenção de ISS?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não. A retenção do ISS está prevista lá no Artigo 8º da Lei 40. Então, essa retenção ela não está. Mas como a Urbs, praticamente, é o controle público que está lá, é a Prefeitura que está lá, passou a fazer a retenção. A lei também não proíbe. Inclusive até temos o respaldo no próprio CTM.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O que seria o CTM?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Seriam as práticas reiteradamente observadas, ou seja, a partir de determinado momento a Urbs passou a reter e a recolher. Não é dinheiro entrar nos cofres públicos, que é uma coisa lógica até, e como sempre regular e crescente. Não havia porque



não, é mais prático do que o próprio contribuinte, a Urbs repassar para ele, para recolher de repente com eventual atraso, qualquer coisa assim.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- O regime trabalhista da Urbs é o mesmo regime trabalhista de um auditor fiscal da Prefeitura ou há diferença?

O SR.OLDINIR FURMAN:- Não posso responder.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O seu cargo é estatutário?

O SR.OLDINIR FURMAN:- Eu sou estatutário.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- ISS em Curitiba do transporte coletivo quantos por cento é?

O SR.OLDINIR FURMAN:- É 2%

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Sobre a tarifa técnica ou sobre a tarifa paga ao usuário?

O SR.OLDINIR FURMAN:- É sobre o faturamento das empresas, sobre a receita contábil das empresas.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Pela planilha apresentada sobre a tarifa técnica. É sobre isso que eu quero falar. Ele é um valor exato de 2%. Prefeitura, como esse é um valor exato, então, a partir do montante arrecadado de ISS você consegue automaticamente medir o número de pessoas que pagaram por esse tributo ao longo de um período. É correto afirmar isso?

O SR.OLDINIR FURMAN:- Eu não poderia informar porque nunca fiz esse cálculo.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- No meu entendimento, como é 2%, se multiplicar é possível imaginar quantas pessoas pagaram. A Prefeitura em momento algum durante o senhor estar lá pensou e fazer essa medida de controle para verificar se o número de passageiros do sistema está correto?

O SR.OLDINIR FURMAN:- Não, eu desconheço qualquer cálculo nesse sentido. Eles nunca fizeram isso.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Alguma vez, uma última pergunta, o senhor teve conhecimento de algum agente político solicitando que as empresas não fossem ajudadas?

O SR.OLDINIR FURMAN:- Jamais.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Seriam essas as perguntas. Eu agradeço. Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Bruno Pessutti. Passamos a palavra ao Vice-presidente Vereador Serginho do Posto.



O SR. SERGINHO DO POSTO:- Boa tarde a todos. Boa tarde Sr. Furman. Agradecemos a sua presença aqui hoje. Tenho algumas perguntas e algumas elas até foram feitas ao Dr. Mário que esteve conosco aqui pela manhã, mas gostaria, assim, de entender um pouco melhor. Gostaria de perguntar sobre o CCO. Quando que ele foi implantado e de que forma ele é implantado hoje para fazer uma eventual fiscalização com critérios de fiscalização?

O SR.OLDINIR FURMAN:- O CCO até era utilizado - eu agora quase que nem tenho notado mais - mas era utilizado assim para programação, principalmente de grandes empresas, que nos procuravam e o objetivo dele, vamos dizer assim, não tem como querermos abraçar todas as empresas para fazer a fiscalização. Então, temporariamente eram cadastradas nessa sigla, vamos dizer assim, e depois, assim que tivesse o fiscal já disponibilizado, era agendado para aquele fiscal a fiscalização. Então, era um recurso que tinha no sistema só para fazer um controle principalmente dos agendamentos das empresas.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- A pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor: durante esse período, nos últimos dois anos, em que o Secretário João Marcondes estava à frente da Secretaria de Finanças, quais eram as diretrizes de fiscalização para a arrecadação tributária no nosso Município? Ele fazia reunião mensal com vocês? Quinzenal? Existia uma diretriz que ela apontava para fazer essa captação de impostos?

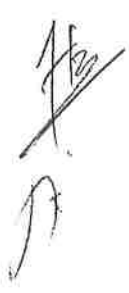
O SR.OLDINIR FURMAN:- Não podeira me manifestar quanto a isso, porque não participei de nenhuma reunião nesse sentido. Mas o que posso dizer é que tínhamos sempre, em todos os anos, o procedimento do planejamento da fiscalização no próprio departamento.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- E nunca o secretário interferiu pedindo para que houvesse uma participação contributiva maior com alguma ação por exemplo. Este ano vamos estabelecer um critério de fiscalizar o seguimento da construção civil. Ele está em alta, está em plena produtividade, então, nós vamos apontar para que o departamento observe mais isso. E eu gostaria de elencar com senhor aqui, não sei se o senhor poderia nos confirmar, se os maiores contribuintes de ISS são alguns seguimentos que direi ao senhor agora. Não sei se o senhor poderia dizer se os bancos são os maiores contribuintes.

O SR.OLDINIR FURMAN:- Os bancos sim, são seguimentos de grande contribuinte, com certeza. Tanto é que até gostaria de adicionar aqui que o banco tem praticamente uma fiscalização constante, já é rotineira, quase que rotineira. Sempre há fiscalização.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Como também um outro grupo que poderia ser considerado de grande pagadores de ISS também a construção civil entraria nesse rol?

O SR.OLDINIR FURMAN:- A construção civil também, aí já é mais difícil, eu não poderia dizer com certeza. Pode ter alguma empresa sim, que se encaixe, claro que vai ter algum que se encaixe dentro...



O SR. SERGINHO DO POSTO:- E o transporte coletivo de Curitiba de forma geral também seria considerado? Eu falo transporte coletivo apenas o municipal, porque o interestadual arrecada ICMS.

O SR.OLDINIR FURMAN:- Exatamente, é estritamente municipal

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Então, ele também estaria dentro dessa classificação de grande contribuinte?

O SR.OLDINIR FURMAN:- Não consideramos o transporte, assim que eu lembre, como grande contribuinte. Parece-me que não teria essa expectativa.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O Dr. Mário, pela manhã, afirmou que a arrecadação do transporte gera em torno de um e meio por cento da arrecadação de ISS, ou seja, em torno de oitocentos milhões/ano .Chegaria em um percentual, que foi a pergunta da colega Noemia Rocha, tendo em vista essa condição. E queria fazer mais duas perguntas para o senhor. Quando as empresas vão adquirir a certidão negativa, elas devem estar com seus pagamentos em dia e quando elas são classificadas de grande ou pequenas empresas ou médias, geralmente acredito que seja, assim, a pergunta que faço, quando o auditor verifica essas empresas até mesmo para fornecer a certidão, se é exigido os balanços contábeis dessas empresas. Se esses balanços ficam retidos no departamento de ISS.

O SR.OLDINIR FURMAN:- Não, não ficam retidos. Porque se a certidão, como já disse anteriormente, os contribuintes nos procuram lá no balcão do ISS quando eles têm que justificar, de repente,um pagamento que não foi apropriado ou algum processo ou alguma discussão judicial. Então, não havendo débito a certidão é liberada pela internet.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- E não há estabelecida uma norma.. (a) em que as empresas forneçam os balanços patrimoniais para os setores, em momento algum?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Não, é exigência.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Só no momento em que elas estão sendo auditadas, aí sim há um balanço.

O SR. OLDEMIR FURMAN:- No momento da fiscalização, sim.. Quando ocorre a fiscalização são solicitados os documentos contábeis e fiscais.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- A Receita Estadual e Federal, tem um programa que fiscalizam os grandes e médios contribuintes. No município de Curitiba, existe uma classificação, um programa específico para de certa forma estar monitorando essas empresas que contribuem mais?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Como já disse. As empresas são acompanhadas pelo sistema. Mas, principalmente, volto a reafirmar, são feitas reuniões, antes do início do exercício e



são verificadas aquelas para aquele ano seguinte. Aquelas que vão ser incluídas na alteração de fiscalização. Além das inúmeras fiscalizações que nós temos de dar atendimento que não depende do nosso planejamento.

O SR. SERGINHO DO POSTO: Existia uma pessoa específica para isso?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Acredito que uma pessoa específica, não. Eu acredito que as chefias, em nível de diretores, chefias de serviço, inspetores.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Ficou claro para mim, que é em nível de diretores.

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Eu não vou dizer em nível de diretores. Demais chefias também.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos e passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares. Antes agradecemos a presença da Dra. Fernanda da OAB, vice-Presidente da Comissão de Gestão Pública, que está aqui participando, acompanhando. Agradecemos ao Dr. Luciano Reis, Juliano Breda e dizer que ficamos muito feliz com a participação da OAB nesta CPI. Agradecemos também a presença do Sr. Jacir José Casaiu, Presidente da União de Associações e Entidades Sociais do Campo de Santana. Obrigado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Justificar a minha ausência pela manhã, fui representar esta Casa no lançamento da 10ª Feira de Peixe, ao lado do Ministro Marcelo Crivela, do nosso partido, um amigo antigo. Fui representar este Parlamento. Já vi os depoimentos de hoje de manhã. Oldimir, mais uma vez eu queria perguntar os eu cargo e de que ano a que ano na Secretaria de Finanças?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- O meu cargo atual é gerência de assistência técnica de planejamento. Atuei na chefia de fiscalização de 2005 a 2012.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não era ligado a Secretaria de Finanças?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Sempre na Secretaria de Finanças.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quem eram seus superiores?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- No período anterior era o Mário Nakatami, em certo período e hoje é o Daniel.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E o Secretário de Finanças?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Dr. Sebastiani e o que ficou até a última gestão, que me foge o nome.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor teve alguma informação no período que trabalhou lá, de alguma irregularidade de ISS das empresas através da Urbs e quais?



O SR. OLDEMIR FURMAN:-formei não tivemos nenhum indício até o presente exercício em que houve a fiscalização de uma empresa. Mas, até então não tinha nenhuma notícia de irregularidade

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor lembra qual foi o valor recolhido por todas as empresas no último ano?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- No último ano foi de doze milhões novecentos e setenta e oito mil, mais ou menos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor tem a planilha dos outros naos?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- 2011 e 2012, duzentos milhões, duzentos e e setenta e cinco. 2012. doze novecentos e setenta e oito.

O SR. VALDEMIR SOARES:- (E) Acho que só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos, Vereador Valdemir Soares. Gostaria de perguntar para V. Exa. se não gostaria de aproveitar esta Sessão para fazer a leitura daquele relatório. Passamos a palavra agora ao Vereador Chico do Uberaba, depois o senhor poderia fazer a leitura do relatório, da investigação que fizeram lá na Urbs.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Claro, pois não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Obrigado Sr. Presidente. Sr. Oldenir Furman, quero aproveitar na pergunta do nobre Vereador Serginho do Posto, sobre o CCO, não entendi direito. Quem tinha o acesso nesse CCO, o código?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Veja, não posso assegura aqui com toda certeza quem tinha, não tenho essa informação assim de momento, de quem tinha acesso realmente.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Qual era a sua participação, o senhor tinha esse acesso ou não?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Eu também poderia fazer esse agendamento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não entendi sua resposta.

O SR. OLDENIR FURMAN:- Eu também poderia utilizar esse sistema.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Utilizar é uma coisa, estou perguntando se o senhor tinha acesso ao CCO. O senhor tinha um código para participar do CCO?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não...



O SR. CHICO DO UBERABA:- O que eu entendo era uma coisa sigilosa, secreta, que seriam um, dois ou três que poderiam participar. Não é isso?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, absolutamente não. Não porque era um procedimento normal, não havia... O porquê ser secreto. Era um procedimento normal de agendamento, de fiscalização.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor já respondeu a algum processo administrativo na Prefeitura Municipal de Curitiba?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Jamais.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Algum envolvimento de auditor fiscal no Município com escritórios de contabilidade? O senhor tem algum envolvimento, tem algum escritório de contabilidade?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, nunca tive e não tenho.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Qual a relação do senhor com o ex servidor e contador Sérgio Capelini?

O SR. OLDENIR FURMAN:- O Sérgio Capelini é meu cunhado e tem escritório contábil.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas o senhor nunca facilitar nada, não tem negociação, não tem nada?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, nada. Ao contrário, ele até reclama. Aliás, nem vai pedir minha colaboração. Também não entendi qual a ligação que tem com o transporte, nesse caso.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O Sérgio é parente seu ou amigo?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, é cunhado.

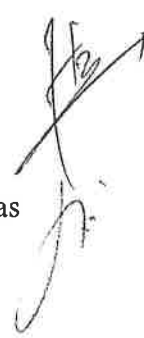
O SR. CHICO DO UBERABA:- Os clientes do escritório TKR Contabilidade foram todos fiscalizados ou não?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não teria como responder, teria que verificar.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Com o cunhado?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, teria que verificar na Prefeitura.

O SR. OLDENIR FURMAN:- As notícias que eu tenho é que as fiscalizações das empresas sempre foram feitas.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a combination of initials and a surname.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sempre foram feitas. Então, o senhor tem um acompanhamento, ainda bem que o senhor está bem informado. Não é?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, não, não. Não é isso. Eventualmente a gente em conversa, até mesmo familiar, sobre a informação que foi feito em tal empresa, ou às vezes uma orientação, mas nada que não seja dentro da legalidade.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ok. Os auditores fiscais possuem competência ou permissão para fiscalizar qualquer empresa?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Acredito que sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem fazia, ou faz, a distribuição das fiscalizações?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Como já falei, aquelas que nos chegam por intermédio, por exemplo, do Ministério Público, denúncias que chegam de várias formas, são repassadas aos inspetores os quais já determinam os fiscais para procederem as fiscalizações.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor acompanhou algum processo da Amil?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, não diretamente, alguma notícia assim, mas não diretamente. Não era da minha competência.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não era da sua competência.

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A programação para fiscalização das empresas de transporte coletivo eram de sua competência?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Estaria dentro da minha competência, né.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo, e por que não fez então? Se não era, de quem era?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Como já falei, não havia nada que justificasse a fiscalização até o momento em que surgiram as notícias e os procedimentos. Então, não havia nada que justificasse qualquer procedimento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor tem conhecimento se alguma empresa deixou de pagar o ISS do transporte coletivo, alguma empresa?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não teria como responder essa pergunta assim no momento. Mas acredito que não, porque tem o controle aí da Urbs, é uma receita pública. Acho muito difícil.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como é feito o planejamento de fiscalização dentro da



Prefeitura de Curitiba?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Como já disse, o planejamento é feito de acordo com a diminuição do ISS recolhido por determinados segmentos, ou grandes contribuintes, histórico de grandes autuações e principalmente indícios de sonegação fiscal por meio de cruzamentos e principalmente denúncias.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Vou voltar nesse CCO que eu continua não entendendo. O que é o fiscal CCO?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Como eu já disse, era o recurso do sistema, vamos dizer assim, para agendar aquelas empresas, principalmente aquelas que nos procuravam, muitas nos procuravam, muitas procuram, para fazer as atualizações dos seus recolhimentos, para fazer a homologação dos seus recolhimentos. Então, era provisoriamente agendado nesse CCO e depois distribuído às inspetorias que repassavam aos fiscais para fazerem as fiscalizações.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem controla isso?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não havia necessariamente • Era jogado no sistema, então necessariamente não tinha assim um • Não me ocorre aqui.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor me falou uma coisa que me chamou atenção. "Era jogado no sistema".

O SR. OLDENIR FURMAN:- Desculpe •

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não era humanamente feito, não eram as pessoas que faziam, era o sistema que fazia então?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não. "Jogado no sistema" foi um •

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não estou entendendo, o senhor falar que jogava no sistema.

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, jogado foi uma forma de colocar. Era agendado no sistema.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ah, era agendado.

O SR. OLDENIR FURMAN:- É.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quais eram os critérios para a inclusão dos contribuintes?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Como eu já disse, aqueles que nos procuravam, normalmente no início do exercício, geralmente grandes empresas. Aquelas que até um certo

período que precisam fazer as suas alterações de alvará, ou qualquer outro motivo. Então, provisoriamente era classificado como esse CCO. Assim que passado para as inspetorias, de acordo com a disponibilização dos fiscais, eles eram imediatamente agendados para os senhores auditores, para intimação e procedimento fiscal.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quer dizer, então se não procurassem não tinha serviço então? Não existia um critério para uma fiscalização para ir atrás também dessas empresas?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não, o critério de fiscalização é como eu já disse: eram planejados e eram feitos relatórios daquelas empresas que deveriam ser fiscalizadas. Necessariamente não precisaria ser agendado nesse CCO, né.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A apresentação do balanço patrimonial das empresas, era uma exigência para inclusão?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Antigamente se solicitava, há muito tempo pedia-se apresentação desse balanço até depois para subsidiar na fiscalização.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quando você fala há muito tempo, quantos anos aproximadamente? Dez, vinte, ano passado?

O SR. OLDENIR FURMAN:- O tempo passa tão ligeiro, mas faz algum tempo, mas de três, quatro anos, ou mais.

O SR. CHICO DO UBERABA:- As empresas de transporte coletivo foram incluídas no fiscal do CCO?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Eu teria que • Não lembro assim de momento.(L)

O SR. CHICO DO UBERABA:- Puxa vida, mas é uma empresa tão importante que nós estamos falando aqui de grandes empresas, de grandes montes. O senhor não lembra?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Mas eu gostaria de ressaltar que são mais de cento e quarenta mil prestadoras de serviços, são muitas empresas de serviço, então, não tem como estarmos acompanhando especificamente ali determinadas empresas, aquelas que não caem no cruzamento nós acabamos não notando, vamos dizer assim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, a Prefeitura ou o departamento possuem os balanços patrimoniais dessas empresas?

O SR. OLDENIR FURMAN:- Não possuem mais.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Boa tarde, ilustre convidado. Perguntas bem tranquilas. As empresas do transporte coletivo têm provavelmente agrupadas outras empresas ou outros



negócios, talvez algumas dessas paguem o ISS também. Não sei se o senhor recorda algumas e pode informar se eles são, fora o transporte coletivo, se eles têm empresas grandes também, podem ser consideradas grandes pagadores de ISS também ou não são consideradas?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Esse dado eu não teria no momento, mas pode ter, eventualmente, outras atividades que se, com certeza, enquadrarem-se nas condições num planejamento vão ser fiscalizadas.

O SR. CHICARELLI:- Então, mas da mesma forma elas nunca foram... Você não tem conhecimento de nada que houve alguma sonegação?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, eu gostaria de ratificar isso, sempre que nós temos alguma notícia de fiscalização, essa sim, imediatamente é aberto o procedimento.

O SR. CHICARELLI:- Quando o Prefeito pegou e fez os primeiros alardes de sonegação de impostos, ele falou que um dos subsídios que poderiam vir para o transporte coletivo é maior fiscalização e arrecadação de ISS. Essa informação procede ou acaba sendo sem fundamento, porque já tem uma quantidade exata, ou se refere aquele período, 2008, 2010, que poderia...

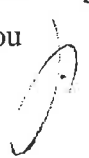

O SR. OLDINIR FURMAN:- É o que já foi falado. Só podemos saber após a conclusão dos procedimentos. O que temos de concreto é que numa delas foi apurado, agora nós temos que aguardar, porque o procedimento fiscal não é assim uma coisa tão rápida, ela é muito complexa, porque nós não olhamos somente a receita de uma empresa prestadora de serviços, nós temos que verificar também, porque há incidência do ISS nas despesas das empresas prestadoras também, e nas despesas nós temos que verificar a retenção na fonte, a substituição tributário e, após 2010, agora também aquelas que estão obrigadas a comprovação de inscrição no cadastro de prestadores de outros Municípios, que nós chamamos de Cepom, então, é um procedimento fiscal, é uma auditoria fiscal demorada, nós estamos aguardando agora esses levantamentos para ver. Nessa, especificamente, o que houve foi uma diferença de recolhimento.

O SR. CHICARELLI:- Então, porque essa empresa que teve essa diferença foi a sortuda de se verificar? Logo ela?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Iniciou-se o exercício, depois dessas notícias, mesmo da fala do Prefeito, de se proceder a fiscalização para apurar realmente se havia, se estava havendo alguma coisa ou não.

O SR. CHICARELLI:- Em tão rápido tempo, questão de mês talvez, já houve o alarde de uma empresa. Já se passaram praticamente sessenta dias dessa situação, até agora nenhuma alarde de outra empresa?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Todas estão intimadas e colocamos diversos fiscais nos procedimentos para agilizar, mesmo porque, a Secretária, me parece, tinha estipulado uma data ou coisa assim, então, nós temos que atender o pedido.



O SR. CHICARELLI:- Então, já que não foi por causa (Inaudível) alguém procedeu a cobrança ou a ordem para que se fiscalizasse as empresa? De quem partiu? Da própria Secretária Eleonora ou do Prefeito?

O SR. OLDINIR FURMAN:- O próprio departamento tomou o procedimento, através de sua diretoria.

O SR. CHICARELLI:- Mas quem é?

O SR. OLDINIR FURMAN:- O Sr. Daniel Maurício.

O SR. CHICARELLI:-Ele que pediu?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Pediu para iniciar essas fiscalizações dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Paulo Rink.

O SR. PAULO RINK:- Obrigado. Boa tarde a todos. Bem-vindo Sr. Oldinir aos nossos questionamentos. O senhor nos desculpe se as perguntas são às vezes corriqueiras e repetidas, mas é para que cada Vereador possa prosseguir no seu pensamento. Primeiramente, eu queria falar sobre um assunto, o senhor tem como me responder, não vou direto à questão do ISS, talvez uma especialidade que o senhor tenha, mas sobre questões de manutenções de frotas, manutenção de equipamentos. O senhor tem conhecimento sobre esses assunto?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Infelizmente não tenho.

O SR. PAULO RINK:- O senhor tem conhecimento sobre os números gerais da tarifa técnica que foram apresentados para nós, Vereadores, para os seus companheiros da Urbs?

O SR. OLDINIR FURMAN:- Desculpe, mas eu também não tenho.

O SR. PAULO RINK:- Agora, o senhor tem conhecimento, eu estou aqui analisando os documentos, contratos e leis municipais sobre a questão da administração da Urbs, na taxa de administração de 4% que a Urbs efetua para manutenção desse sistema. O senhor concorda com isso? Ela cobra 4% do sistema.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Veja, nós não tínhamos, por exemplo, acesso a essa planilha, mas a informação que nós temos é que essa é a taxa de gerenciamento. Ela seria isenta do ISS.

O SR. PAULO RINK:- A taxa isenta do ISS, mas a taxa que é a minha pergunta. O senhor tem conhecimento de que essa taxa era para ser feita somente sobre o transporte urbano de Curitiba, não o metropolitano.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, eu não tenho conhecimento.




O SR. PAULO RINK:- Então, segundo os dados que aqui tenho, os contratos, até já conversei com o Vereador Bruno Pessuti, que já falou sobre esse assunto, acho que temos que relevar também essa questão, mas fica uma diferença gritante nos valores da questão dos 4% do urbano para 4% cobrados do metropolitano. A diferença aí de 2009, pós-licitação até os dias de hoje, Sr. Presidente, são quase vinte e oito milhões de reais a diferença, de um valor que vem sendo cobrado, continua sendo cobrado, então, pediria ao senhor, como uma pessoa que tem conhecimento, se sabia desses dados ou tem conhecimento desses números.

O SR. OLDINIR FURMAN:- Não, eu não sabia desses dados.

O SR. PAULO RINK:- Então, Presidente, nós vamos, se não tem conhecimento, fazer em público, escrever e pedir para a comissão um comunicado para que seja disposto aí para imprensa para que possamos apurar essa questão e essa diferença tão gritante na passagem, porque acho que a comissão aqui é para tentar fazer alguma coisa efetiva na passagem, e nós temos que tentar quando há perguntas desse gênero. E se não podemos pelos convidados ser ajudados, aí temos que formalizar.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Vereador Paulo Rink que sempre traz informações relevantes a essa CPI. Eu passo a palavra ao Vereador Valdemir Soares. O Vereador Valdemir vai usar a Tribuna e depois, se tiver alguma relação com o nosso convidado, nós faremos mais uma rodada para encerrar as perguntas.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. (m), Srs. Vereadores. Sr. Presidente, na última quinta-feira tivemos, pela manhã, a diligência na Urbs, onde fomos até o ITI, onde fomos esclarecer os PDAS, onde tivemos a oportunidade de conhecer o centro de monitoramento, a tecnologia, a forma de poder visualizar o funcionamento do transporte coletivo na cidade de Curitiba. E no período da tarde V.Exa. deixou ao encargo desse vereador, acompanhado pelo nobre vereador Chicarelli, que continuássemos a diligência. Então, nós continuamos, fomos recebidos novamente pelo presidente Roberto Gregório. Depois, até, de uma desgastante tentativa de conseguirmos acesso aos contratos físicos, fizemos um requerimento à mão e conseguimos ter acesso a esses contratos que tínhamos interesse. A princípio, treze contratos, pegamos os contratos de maior valor, os contratos mais caros, desde o contrato da licitação do transporte coletivo, até pedimos contrato de procedimentos da Linha Verde no valor de dezenove milhões. O próprio contrato que falava dos PDAS, de todo um sistema, no valor de trinta e sete milhões de reais. E mais outro contrato da empresa de segurança que daria mais de vinte milhões de reais, no íterim de alguns anos. Então, Sr. Presidente, para podermos esmiuçar e detalhar vamos ler esse relatório aqui, que vamos passar oficialmente em mãos, até porque os outros integrantes da CPI não puderam estar presentes, alguns ligaram e gostariam de estar presentes, mas não puderam. Eu preparei aqui em quatro páginas e assinei com o vereador Chicarelli o seguinte relatório. (Lê relatório) Comentário sobre relatório - Isso, Sr. Presidente, porque já havíamos, vereador Chico do Uberaba, nos comprometido em voltar à tarde, deliberada a nossa presença à tarde através de uma reunião com todos os integrantes, com o voto de todos os integrantes, o vereador Chicarelli estava junto conosco, e nos estranhou a resistência numa



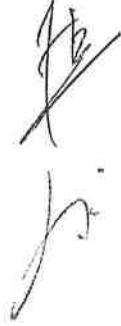
situação totalmente pacífica, de interesse público, de interesse da população, de interesse de todos os usuários do transporte coletivo, e naquele momento ali, até de uma forma constrangedora, queriam nos barrar de ter acesso a esses contratos. (...)Sr. Presidente, abro mais um parênteses para detalhar que na última segunda-feira esse vereador voltou lá novamente com o vereador Chicarelli, com o vereador Chico do Uberaba, com uma grande assessoria, e para que voltamos na segunda-feira? Para entendermos. Em 2006 a prefeitura já tinha toda a estrutura de informatização, toda a estrutura de tecnologia para poder tornar em mídia os contratos da Urbs, e a prefeitura já faz isso nas outras estruturas. Em 2005 eu tive oportunidade de ser o presidente da Cohab, e eu tinha processos de dez, quinze anos atrás digitalizados. Então, fomos avisados que documentos de 2007, 2008 e de 2009 não estavam digitalizados, e que esses documentos estariam no arquivo morto. Então, por isso, abro esse parêntese desse relatório, informo que nessa segunda-feira fomos a esse arquivo morto, e faremos outro relatório para a outra quinta-feira, ainda não colhemos a assinatura dos vereadores, ainda não colocamos todo o nosso parecer em relação a essa visita, mas foi um ponto que me estranhou, Sr. Presidente, porque a Urbs, na questão de transparência, ficou muito atrasada em questão de estruturas públicas da nossa cidade, do nosso estado. E, diga-se de passagem, com contratos exorbitantes em questão de tecnologia e informatização com o ICI, Instituto Curitiba de Informática. Ou seja, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Uma situação totalmente na contramão da outra. Fizemos novamente essa visita, fomos até a esse arquivo morto, e vamos deixar um parênteses em aberto na questão do arquivo morto porque faremos na próxima reunião com os vereadores Chicarelli, Chico do Uberaba, esse novo relatório. (•) Veja, Sr. Presidente, a dificuldade que tivemos de fazer o que devia ser feito e o que já havia sido deliberado. Isso porque somos vereadores da base do prefeito, somos vereadores que estamos ali, independente da posição política, para deixarmos claro o que entendemos que precisa ser esclarecido. (•) Abrindo outro parênteses, Sr. Presidente, para fazer uma análise sobre isso, fomos pela manhã, e em momento algum foi falado que a Dataprom teria 21,5% de participação naquele contrato, e nós havíamos contestado ali e comentado ali várias questões de bilhetagem. Então, esmiuçando ali o contrato físico identificamos essa participação da Dataprom também nesse contrato de sistema integrado de monitoramento no valor final de trinta e sete milhões. A minha surpresa foi identificar a participação dessa empresa. Nada impede de fazer isso em outros serviços prestados dentro da companhia que acabam incidindo na tarifa, e é isso que queríamos descobrir. Inclusive depois ainda fizemos outro detalhamento na planilha de contrato, juntamente com o vereador Chicarelli, achamos vários contratos de prestação de serviço da Dataprom, inclusive de vendas de semáforos. Um, inclusive, perto de dois milhões de reais. Ou seja, entendemos que ali dentro da estrutura da Urbs havia vários outros contratos com a participação dessa empresa, que inclusive está sendo investigada pela CPI. Faço outra abertura para a gente trazer aqui essa questão. Araucária consegue subsidiar o seu transporte, ajudar no subsídio do transporte, na integração Curitiba/Araucária com um milhão de reais por mês. É a única da RIT - Rede Integrada de Transporte, que colabora, e com um valor que eu até entendo considerável. Eu até vou sugerir, juntamente com o vereador Chicarelli para fazermos um estudo da possibilidade de outras cidades também conseguirem contribuir com esse subsídio de um milhão de reais, que consegue através de alguns impostos locais para poder contribuir na integração com aquela cidade. Assim conseguirmos conversar com as outras que fazem parte da



O SR. PRESIDENTE:- Solicito a V.Exa., ao Vereador Chico do Uberaba e ao Vereador Chicarelli que encaminhem esses nomes, nós vamos encaminhar em nome da CPI ao Presidente da Câmara para que ele informe ao Sr. Prefeito esse constrangimento que a CPI sofreu durante a diligência na Urbs. Muito obrigado. Passo a palavra ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Só para reforçar alguns assuntos. Em primeiro lugar quero reforçar a liberdade que o Presidente nos dá nessa CPI, a transparência total custe o que custar. Não houve nenhum entendimento, mas ele nos dá essa condição. E reforçar que tenho aprendido muito com o Vereador Valdemir Soares, não me envergonho de falar nisso dada a sua experiência, fico feliz de ele me colocar nesse processo e dar oportunidade de fazer esse trabalho que já faço aqui na Câmara, é investigativo, é um trabalho árduo, o Pastor sabe disso. Gostaria de acrescentar algumas coisas, Vereador Valdemir Soares, me permita, que você falou, provavelmente você vai conduzir, eu dou essa liberdade a você para falar isso, dada a sua condição hoje de liderança nesse processo que você o faz muito bem. Essa questão da Araucária tem que ser mais bem investigada, é um milhão que ela coloca, você lembra bem, são pagamentos que elas fazem (R) da questão do transporte, mas que não entram no fundo. Eles não sabiam explicar como se fazia essa entrada do dinheiro no sistema de transporte coletivo. É um bom dinheiro mensal, que dá mais de dez, doze milhões anual. Outras cidades da Região Metropolitana poderiam e inclusive o Vereador Jorge Bernardi já deu um direcionamento que achei muito grande de interagir com a Região Metropolitana. As Prefeituras das cidades da Região Metropolitana também têm que arcar com esse transporte, além da Comec. Outra coisa, pelas minhas conclusões, posso estar errado, a Urbs e a Diretoria mente quando fala que não tem o código fonte. Estou explorando o contrato em torno de trinta e dois milhões que a Dataprom e o ICI fizeram sem licitação nenhuma. É um absurdo os preços que constam lá. Houve sim a aquisição dos equipamentos, estão nos contratos e nas planilhas. Houve sim a aquisição do licenciamento para usar os terminais nos ônibus e a Urbs fez o pagamento ao ICI dos códigos-fonte. Isso está comigo e vou explorar melhor. Não essa de a Urbs estar com uma informação contraditória para nós, que não tem o código fonte, que não consegue mexer no sistema e nem fazer uma licitação de outra empresa da bilhetagem. A Urbs está mentindo, os diretores ou as pessoas estão mentindo, porque o código fonte, gostaria de ressaltar, foi sim comprado pela Urbs e pago o ICI. A Dataprom está infiltrada em quase tudo na Urbs, questões de semáforos, terceirização de serviços. Até aí tudo bem, mas cabe a gestão atual que teve oito meses para analisar isso, estamos agora no nono mês, venceu agora o contrato da Dataprom. Isso que eu cobro da Prefeitura. A Prefeitura tem sim que avaliar essa empresa, os seus tentáculos na Urbs e procurar, através de licitações, empresas que fazem um preço melhor. É mais economia para o sistema. Não quero me prolongar, só quero agradecer a parabenizar o trabalho que o senhor tem feito, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Nós é que agradecemos o Vereador Chicarelli e vamos fazer como V. Exa. falou essa reunião com os Vereadores da Região Metropolitana para termos uma ação conjunta. Antes de passarmos a palavra ao último orador inscrito, Vereador Mauro Ignácio, gostaria de registrar e agradecer a presença do Advogado Naoto Yamazaki e também do Dr. Milton Miró Vernalha Filho, ambos advogados que estão acompanhando. E do Sr. Cecílio



Maçaneiro Júnior, que é conselheiro municipal de educação. Com a palavra o Vereador Mauro Ignácio.

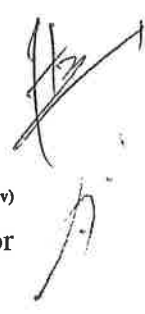
O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente gostaria de cumprimentar os Vereadores Valdemir Soares, Chico do Uberaba e Chicarelli por essa incursão lá na Urbs e que trouxe bons resultados em tão pouco tempo. Por esse motivo eu proponho que esta CPI vá a Urbs, com uma força tarefa, acompanhada de auditores, de técnicos, porque se em tão pouco tempo foi possível levantar, embora se cause estranheza esse obstáculo da Urbs. Nós acompanhamos pela imprensa o Dr. Gregório esteve aqui hoje de manhã entregando um relatório parcial da auditoria interna, o relatório de sugestões apresentado no começo do ano. Até então se tinha em mente que a Prefeitura estava colaborando com o trabalho da CPI, mas a julgar pelo que relatou aqui o Vereador Valdemir Soares, podemos ver que alguma coisa não está a contento e que de fato existem algumas coisas a serem descobertas. Há a necessidade imperiosa desta CPI, munida de técnicos, que vão até a Urbs, para terem acesso a esses relatórios, os antigos e os atuais, para se buscar. Eu também vi pela imprensa, o Professor Lafaiete que está fazendo parte dessa última auditoria, que ele fez uma sugestão na imprensa do afastamento de funcionários da Urbs, inclusive de alguns que estiveram aqui e li num blog também que esse foi também uma sugestão do Presidente, peço que o senhor confirme, para que sejam afastados. Gostaria de confirmar se é verdadeira essa afirmação para o afastamento dos funcionários da Urbs (w). Inclusive alguns que estiveram aqui. Gostaria de confirmar.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço suas colocações. Quero dizer que pela manhã, quando recebemos o parecer da comissão de sindicância, que aponta vinte e cinco alterações no edital e que isso caracteriza, uma condução do edital para beneficiar as empresas que operavam o transporte coletivo de Curitiba. Encaminhamos para a Procuradoria Jurídica desta Casa, que assessora esta CPI, para que indique ou nos oriente sobre as providências que deveremos tomar, sob o ponto de vista jurídico já que várias pessoas daquelas que participaram da elaboração do edital, forma convocadas para prestar depoimento aqui. Elas poderão ser convocadas como testemunhas. Mas, se ficar caracterizado a participação, e que eventualmente cometeram atos de improbidade, evidentemente que serão chamadas como indiciados. Então, essa foi a providência que esta Presidência tomou. Concedemos a palavra ao Vereador Bruno Pessuti. Antes de encerrar esta reunião, está convocado para segunda-feira uma reunião administrativa.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Uma solicitação que ele tem em posse documentos, que informa os valores arrecadados nos últimos anos de ISS, pela Prefeitura de Curitiba. Gostaria de saber se é possível, se a CPI pode ficar com uma cópia desse documento, que é uma tabela que vem mostrando ano a ano, qual foia arrecadação?

O SR. OLDEMIR FURMAN:- Posso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Aproveitando a oportunidade. Eu só gostaria de saber (w) em relação ao procedimentos que eram executados através do departamento de ISS até o diretor

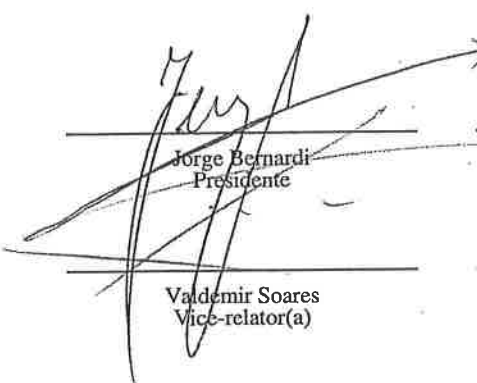
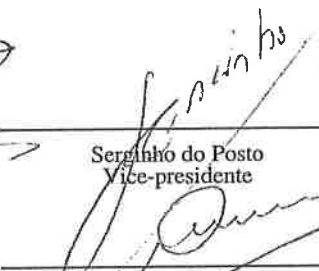
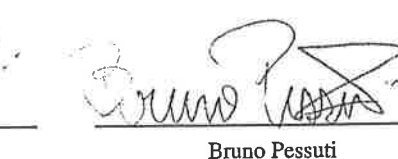
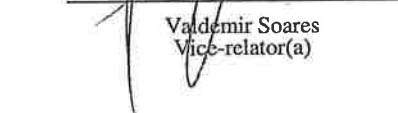





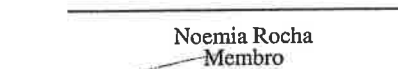
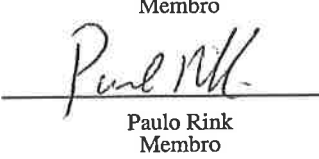
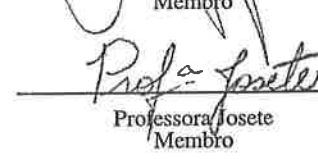
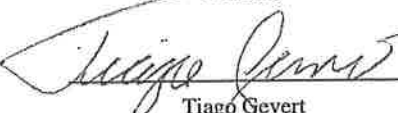


Mário Nakatani Junior em relação agora, ao novo diretor Daniel, se houve uma mudança de comportamento do departamento, e houve alguma diretriz diferenciada por parte, entre a época que o departamento tinha como diretor o Mário e agora tem o Daniel. Seria só essa pergunta.

O SR.OLDINIR FURMAN:- Não, não vejo diferença. Da mesma forma

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Ok, então. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a contribuição do Sr. Oldinir Furman e declaramos encerrada esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado pela presença de todos. Está encerrada a reunião às 16h05.

 Jorge Bernardi Presidente	 Serginho do Posto Vice-presidente	 Bruno Pessuti Relator(a)
 Valdemir Soares Vice-relator(a)	 Chicarelli Membro	 Chico do Uberaba Membro
 Cristiano Santos Membro	 Geovane Fernandes Membro	 Mauro Ignacio Membro
 Noemia Rocha Membro	 Paulo Rink Membro	 Professora Josete Membro
 Tiago Gevert Membro		



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 8ª/2013 de 05/09/2013

Data / Hora da Notificação: 11/09/2013 - 14:50

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia dez de setembro de dois mil e treze, às doze horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Chicarelli, Geovane Fernandes, Professora Josete, Tiago Gevert, Paulo Rink, Mauro Ignacio e Cristiano Santos.- O Senhor Presidente informou que o prazo da CPI encerra-se no dia 28 de setembro e ainda faltam dezessete pessoas para serem chamadas.- A seguir, colocou em discussão a sugestão de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo por mais trinta dias.- Na discussão, usaram da palavra os Vereadores: Serginho do Posto sugeriu o agendamento de mais reuniões extraordinárias para que haja tempo para concluir os trabalhos.- Bruno Pessuti, Geovane Fernandes, Paulo Rink, Chico do Uberaba e Mauro Ignacio posicionaram-se a favor da prorrogação da CPI por mais trinta dias e sugeriram mais objetividade nos questionamentos os convidados.- Em votação foi **aprovada** a sugestão de prorrogação por mais 30 dias.- Com a palavra os Vereadores: Professora Josete pediu prioridade na convocação dos seguintes: Senhora Cassia Ricardo de Aragão, Presidente da Comissão de Licitação do Transporte Coletivo de Curitiba; Fernando Gignone, ex-Diretor de Transporte Coletivo da Urbs; Rodrigo Binotto Grevetti, Diretor de Transporte Coletivo da Urbs; e Marcos Valente Isfer, ex-Presidente da Urbs.- Valdemir Soares indagou sobre seu requerimento que solicita cópia da planilha de contratos da Urbs, no período de janeiro de 2006 a agosto de 2013, no que foi informado pelo Senhor Presidente que o mesmo será deliberado na sequência. Continuando, sugeriu que fosse apresentado à sociedade um pré-relatório do que já foi apurado até o momento, pela Comissão, o que em votação foi **rejeitado**.- A seguir, foram discutidos, votados e **aprovados** os requerimentos, dos Vereadores: Chicarelli, nº410.00046.2013; Professora Josete, nº410.00047.2013 e nº410.00055.2013; Valdemir Soares, nº410.00048.2013; Paulo Rink, nº410.00049.2013, nº410.00050.2013 e nº410.00051.2013; Geovane Fernandes nº410.00052.2013; Mauro Ignacio, nº410.00053.2013; Valdemir Soares, nº410.00056.2013; Chicarelli e Valdemir Soares, nº410.00057.2013; diversos Vereadores, nº410.00058.2013; Chico do Uberaba, nº410.00059.2013; Bruno Pessuti, nº410.00062.2013.- O Requerimento nº410.00061.2013, do Vereador Valdemir Soares, foi **prejudicado**.- A seguir, o Senhor Presidente encerrou a reunião administrativa.- Do que para constar nós, Regina Ayres e Soeli Rocha C. Biesczad, Redatoras, lavramos a presente Ata, que depois de lida e votada, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(1) ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA

PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 12h05min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Cristiano Santos, Mauro Ignacio, Tiago Gevert, Valdemir Soares e Chico do Uberaba.

O SR. PRESIDENTE:- Invocando as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Como primeiro tema que vamos tratar nesta manhã, nós temos aqui dezessete pessoas que foram convidadas ou convocadas para participar e esclarecer dados. Vou ler os nomes dos que faltam ser ouvidos pela CPI: Proposição do Vereador Chicarelli - o atual Diretor de Rendas Mobiliários do ISS da Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Daniel Maurício. Nós o ouvimos naquele dia na diligência que fizemos, então acredito que esse aqui já foi ouvido. Temos também, de diversos Vereadores, o Sr. Marcos Valente Isfer - ex-Presidente da Urbs; Sr. Fernando Ghinhone - ex-Diretor de Transporte; e o Sr. Antônio Carlos de Araújo que foi Diretor do Transporte. Acredito que esses, já na sequência, deveremos ouvi-los, fazer uma agenda. Vou ler todos os nomes e depois nós... Aqui também pede para os funcionários do ICI...

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Sr. Presidente, poderia informar se já está confirmado esse depoimento?

O SR. PRESIDENTE:- Dos três?

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Isso.

O SR. PRESIDENTE:- Não está, nós aprovamos mas não foi convocado ainda.

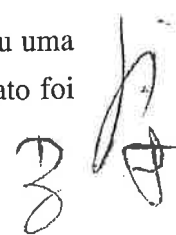
O SR. MAURO IGNÁCIO:- Ok.

O SR. PRESIDENTE:- Aqui está os últimos três Presidentes do ICI. Acredito que são importantes ouvi-los, acho que é do Chico do Uberaba a proposta. Não é do Vereador do Chico do Uberaba, desculpe. Também estamos convocando os Presidentes do ICI, de diversos Vereadores, o Sr. Jackson Carvalho Leite e Renato José de Almeida. São duas pessoas. Também o Sr. Luiz Carlos Pimenta - Presidente da Volvo. Foi aprovado aqui, iniciativa da Vereadora Professora Josete, temos que ouvi-lo também. Do Vereador Chicarelli, Sr. Alberto Abjamra - Presidente da Dataprom; de diversos Vereadores, Sr. Alberto Mauad Abjamra, é a mesma pessoa. Temos também a Sra. Cássia Ricardo de Aragão, de diversos Vereadores, e ainda temos de iniciativa do Vereador Valdemir Soares, a Sra. Marilena Indira Winter, e o Sr. Rodrigo Binotto Grevetti e o Sr. Solon Brasil Júnior que também são da... O Sr. Rodrigo nós até já ouvimos, acredito que • E temos também da Setransp o Sr. Romeu Felipe Bacellar Filho e o Sacha Reck.

O SR. CHICARELLI:- Um aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Pois não.

O SR. CHICARELLI:- Referente ao Rodrigo, ele foi bastante ouvido, mas veiculou uma informação muito importante que ele que abriu toda essa discussão e falando que o contrato foi



diferente...

O SR. PRESIDENTE:- Veiculou?

O SR. CHICARELLI:- Falou, veiculou no Celso Nascimento. Então, seria interessante mantê-lo. Não sei a ordem, mas chamá-lo de novo.

O SR. PRESIDENTE:- A nossa CPI vai até dia 28 de setembro, então pelos nossos cálculos temos dezessete pessoas para serem convidadas. Quero colocar em discussão se vamos prorrogar ou não esta data, porque como são dezessete pessoas acredito que deve ser prorrogada, porque se alguém que não for ouvido aqui poderá gerar certo mal-estar para a própria CPI. Com a palavra, Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Queria fazer uma sugestão, para análise dos colegas. Que nós pudéssemos fazer algumas reuniões extraordinárias, se é possível, para que pudéssemos adiantar essas oitivas.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Então, está em discussão. Temos somente as sextas-feiras para fazermos reuniões extraordinárias. Agora, o relator terá o prazo de trinta dias para fazer o relatório. É muito curto. Vamos ter que fazer uma prorrogação desta CPI por um período. Acredito que mais sessenta dias, talvez. Não sei o que o Vereador Bruno Pessuti acha.

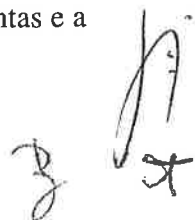
O SR. BRUNO PESSUTI:- Acho que por trinta dias, Sr. Presidente, é o suficiente. Temos até o dia 26 deste mês, para solicitar o prazo de prorrogação da CPI, trinta dias para ouvir os depoimentos, coletar mais informações, e mais trinta dias para concluir o relatório, finalizando em final de novembro.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, eu gostaria de uma prorrogação de somente mais trinta dias, que chamássemos todo mundo, nem que tivéssemos que começar com uma quinta e fôssemos até meia noite, para não se estender muito. Gostaria que fosse mais trinta dias e depois os relatórios e fechamento final, para não nos estendermos até dezembro, janeiro. Acho que mais trinta dias é suficiente para ouvirmos quem falta.

O SR. PAULO RINK:- Sr. Presidente, eu acho que essa questão do trinta dias eu concordo também. Mas podemos também, para ficar mais efetivo, limitar o tempo dos Vereadores para os questionamentos, para darmos um ordenamento melhor nas reuniões. Na reunião passada, infelizmente, os convidados, ou pessoas aqui intimadas por nós, não nos ajudaram em praticamente nada. Eu gostaria que chamássemos realmente as pessoas diretamente envolvidas, que são: o Presidente, a Datapron e o Sr. Ghignone, para que possamos efetivamente ir no "coração" desta CPI, e não ficar protelando essa situação. Acho que trinta dias é o máximo para que possamos tentar colocar para a população, senão fica uma coisa estendida e sem sentido. Na minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a sugestão do Vereador Paulo Rink. Com a palavra Vereador Chico do Uberaba, após Vereador Mauro Ignácio.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, vou com os demais Vereadores. Se lá na frente virmos que os trinta dias não vai dar, aí até podemos prorrogar por mais um prazo. Mas hoje trinta dias. Ficou bem claro, pelo próprio Vereador Paulo Rink, que tem que ser limitado, até as perguntas. Daqui a pouco o Vereador Serginho do Posto chega aqui com sessenta perguntas e a



Vereadora Professora Josete com duas, e as dela equivalem as sessenta dele. Temos que dar um certo critério aqui, senão acabamos nos perdendo. Tem esse desgaste também entre a pessoa que está sendo sabatinada ali. Então, acho importante darmos uma limitada, e não excedermos na fala.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Até hoje não se teve controle de quem está falando. Já tivemos pessoa, membro da CPI, que falou durante cinquenta e cinco minutos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Cinquenta e cinco minutos!

O SR. GEOVANE FERNANDES:- E esta Casa simplesmente não cortou a palavra.

O SR. PAULO RINK:- Houve discurso de Plenária na reunião da CPI. Temos que questionar, não discursar no púlpito no momento da CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Mauro Ignácio.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Sr. Presidente, nessa linha de raciocínio, penso que todos nós membros da CPI temos que ser mais objetivos. Tenho percebido nas últimas reuniões que as perguntas são parecidas ou iguais. Então, de repente fazemos uma reunião antecipada para formularmos as perguntas, para termos um direcionamento. Todos perguntam a mesma coisa, aí os últimos já não tem o que perguntar. Você perguntar por perguntar também só para marcar registro, acho que não é o caso. Penso que o objetivo da CPI é extrair informação. Agora, ficam repedindo, discursando, perdemos um tempo precioso e esse prazo de dezessete depoentes não vamos vencer em trinta dias, se continuar a levar um dia inteiro num depoimento, ou dois por dia.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a contribuição. Mais alguém gostaria de usar da palavra? (Pausa). Com a palavra Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Só reforçando o que alguns Vereadores já colocaram. Acredito que temos que tentar agilizar os trabalhos para que possamos ter uma resposta mais rápida possível à sociedade. Nesse sentido, existem alguns elementos concretos que a partir daquele relatório da comissão de auditoria foram apontados em relação ao edital. E, para mim, essa é minha opinião, acho que tem pessoas que são centrais e que são as responsáveis diretas por isso, que é o ex-presidente Marcos Isfer e o Sr. Fernando Ghignone, que era o presidente da comissão de licitação. Junto com isso, tem a situação da Sra. Cássia e da Marilena Winter, que foram pessoas que tinham uma ligação direta com a finalização e o processo, né, do parecer jurídico também. E obviamente o Sr. Rodrigo Grevetti, que já esteve presente, mas que, pelo menos naquele momento, não colocou algumas questões que agora se revelam muito importantes. Então, assim, na minha opinião, acho que deveríamos priorizar a convocação dessas pessoas, para que pudéssemos realmente ir direto ao ponto. Claro que acho que a Dataprom nós também temos que finalizar, nós iniciamos, mas, assim, eu acho que temos que chamar reuniões extraordinárias para podermos dar conta disso. E concordo com os Vereadores, temos que ser mais objetivos. Às vezes, tem perguntas que se repetem quatro, cinco, seis vezes, você fica a manhã inteira ouvindo uma pessoa, sendo que, em uma ou duas horas, se as pessoas fossem objetivas, nós poderíamos finalizar a oitiva. É nesse sentido que eu tenho a preocupação. Então, faço a proposta de chamarmos imediatamente o Sr. Marcos Isfer e o Fernando Ghignone, e na sequência essas outras quatro pessoas que eu citei, que estavam envolvidas na comissão de licitação e no setor jurídico da Urbs, e que têm que prestar esclarecimentos para realmente nós podermos finalizar nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Serginho do Posto.



O SR. SERGINHO DO POSTO:- Gostaria de saber se V.Exa. já pensa numa nova dinâmica, tendo em vista a apresentação do relatório. V.Exa. havia feito um cronograma e vimos avançando na CPI com algumas peças que deveriam ser ouvidas, como foram, e de repente chegou o relatório da comissão. Nós vamos focar em cima do relatório e a partir do relatório vamos começar a observar e a ter uma nova manifestação da CPI, ou vamos seguir um critério? Aí, fica a critério. Não sei se era importante colocar isso para os membros, se vamos avaliar, se vai ser um fator determinante, porque V.Exa. havia colocado quatro itens da CPI que estaríamos investigando. Então, o senhor criou um roteiro, e achei que é importante. Agora tem esse fato novo. Então, fica aqui a sua... Gostaria da sua opinião.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria, antes de manifestar a minha opinião, de ouvir a opinião do relator, porque é ele quem vai fazer. A CPI tem quatro objetivos, nós já trabalhamos profundamente em dois, que é o lucro e o ISS, e temos esses dois fundamentais, que é a licitação e a planilha. Então, gostaria de ouvir o relator, se podemos convidar, convocar já esta semana o Sr. Marcos Isfer. Tem uma outra pessoa convocada, que é proposição do próprio relator, que é o Sr. Wanderlei, da Enterhelp, mas podemos alterar aqui e mandar a convocação amanhã já.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, devido a situações novas que ocorreram, acho que ficaria pertinente a convocação, nesta semana mesmo, do Marcos Isfer e do Ghignone, até para esclarecermos os fatos e darmos a possibilidade até mesmo de ouvi-los, já que eles publicaram em diversos jornais, em diversas mídias, até mandaram e-mails aos nossos Vereadores, a nós, com o contraditório das informações que foram publicadas na mídia. Então, acho pertinente que possamos ouvi-los na condição de testemunhas, convocá-los aqui...

O SR. PRESIDENTE:- De testemunhas ou de investigados?

O SR. BRUNO PESSUTI:- Pode ser de investigados, o Sr. Presidente é que define melhor, para que possamos resolver esse fato. Quanto à convocação do Sr. Wanderlei, da Enterhelp, junto com o pessoal, os convocados, o Abujamra, da Dataprom, pode ser feito de outra forma, até mesmo numa reunião extraordinária, que pode ser na sexta-feira ou em qualquer outro dia, para que possamos adiantar o tema. E quanto ao tempo, acho que trabalhamos bastante em cima de vários assuntos, principalmente na questão do ISS, da planilha, algumas gorduras estão bem claras, algumas passíveis de auditorias para que possamos investigar a fundo, porém, outras explicitamente comprovadas como é o fato de ser cobrado imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e que não é pago visto que as empresas alegam prejuízo entre outros tantos que não vale ressaltar aqui. Então, o prazo de trinta dias, a partir do dia 26, acho necessário e se necessário mais prorrogação. Acho que já aprofundamos bem o tema e gostaria do acompanhamento dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- O Vereador Chico do Uberaba quer fazer uma pergunta?

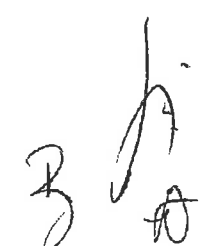
O SR. CHICO DO UBERABA:- Quero fazer uma pergunta para o Vereador relator desta comissão. O senhor recebeu o e-mail do Marcos Isfer e Guinhone?

O SR. BRUNO PESSUTI:- Não era do Marcos Isfer era da Tatiane, se não me engano. Os Vereadores já receberam..

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu não recebi!

O SR. BRUNO PESSUTI:- Cheque a caixa de correios da Câmara Municipal.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas fala sobre o quê?



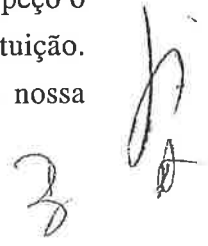
O SR. BRUNO PESSUTI:- O mesmo que foi publicado na Gazeta do Povo.

O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu estava ouvindo lá pelo sistema de som algumas colocações. Então, são dois assuntos, primeiro assunto a questão, foi pedido já há três semanas, inclusive, foi votado há duas semanas uma reunião administrativa inclusive na Urbs, um pedido da CPI a Urbs de uma planilha de contratos da empresa com fornecedores compra, terceirização ou empréstimos de serviços de janeiro de 2006 a agosto de 2013. Gostaria de saber o porquê ainda não chegou, a empresa tem, pelo que sei, vinte dias para responder, esses vinte dias vão vencer na quinta feira. Qual é a necessidade dessa planilha, é identificarmos quais foram os contratos e se houver contratos interessantes para análise dessa CPI, pediremos o contrato, não estamos aqui pedindo um caminhão de papeis ou pedindo para transferir o arquivo morto que visitamos na semana passada para a Câmara ou pedindo para morarmos dentro do arquivo morto para podermos verificar processo por processo, o que queremos é essa planilha que vai estar lá, ano tal, de janeiro a dezembro foi feito contrato, segurança com a empresa Metropolitana no valor de tanto, está lá o contrato, com quem foi feito o contrato, o valor e forma de pagamento. Quando fomos in loco verificar alguns contratos fui eu e o Vereador Chicarelli na primeira vez, depois eu, o Vereador Chicarelli e o Vereador Chico do Uberaba, na segunda vez e inclusive, com a incumbência de fazermos oficialmente essa verificação deliberado pela comissão, pelo presidente e por todos os integrantes da CPI, encontramos algumas contratos de empresas que estão sendo investigadas por essa CPI. Analisamos que existe uma influencia muito maior do que já havíamos identificado dessa empresa dentro da instituição pública. Então, são situações que é uma planilha que vai dinamizar esse trabalho. Então, o que eu gostaria era de fazer esse reclame pela demora e saber qual é a atitude que a CPI vai tomar mediante a uma não resposta (I). da Urbs em relação a essa planilha.

O SR. PRESIDENTE:- Vereador, V.Exa. sabe muito bem que nós encaminhamos ofício há vários dias, eu não tenho de memória aqui, só que até agora não recebemos essas informações e eu pergunto a V.Exa.: é importante essa planilha antes de ouvirmos o Sr. Fernando Guignone ou o Sr. Marcos Isfer?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Veja bem, Sr. Presidente, estamos investigando a questão do transporte coletivo. Quem opera o transporte coletivo é a Urbs S/A. Quem fez o procedimento licitatório, quem comandou a comissão dos procedimentos licitatórios é a mesma comissão ou integrantes de comissões que operam também os procedimentos licitatórios daquela empresa cotidianamente. Então, é necessário para identificarmos contratos que sejam de interesse dessa CPI. Eu repito isso, Sr. Presidente, porque alguns vereadores foram à Urbs para poder deliberar outras questões, e o presidente da Urbs meio que desdenhou dessa comissão, dizendo que precisaríamos de salas e mais salas para poder receber esses contratos. Parece que as pessoas tornam difíceis as coisas simples. As coisas fáceis de se entender, complexas. Nós precisamos da planilha. Vou repetir novamente, uma planilha. E em algumas folhas teremos essa planilha com o valor do contrato, com quem foi o contrato, forma de pagamento desse contrato, prazos desse contrato. Aí, vamos identificar aqueles que são interessantes para a CPI. Sr. Presidente, eu peço o apoio de V.Exa. porque em outra situação nós fomos desmerecidos lá dentro da instituição. Quando falo nós, eu e o vereador Chicarelli. Depois de muito tempo, nós tivemos a nossa



atribuição institucional respeitada. De uma forma totalmente elegante, discreta, chegamos e requeremos aquilo que é atribuição do vereador, o poder de fiscalizar documentos do município. Outro ponto que eu gostaria de colocar à análise, gostaria de colocar no debate, é a seguinte situação. Nós já recebemos vários representantes da Urbs, já recebemos vários representantes das empresas, recebemos muitos documentos. Estamos com um montante de documentos e informações muito grande. Ontem eu conversei com V.Exa., conversei com o relator, Vereador Bruno Pessuti, conversei com outros vereadores, na possibilidade de apresentarmos para a sociedade e para as partes interessadas, Ministério Público, Tribunal de Contas, e OAB, um pré relatório de tudo que nós analisamos até hoje. Pela seguinte situação: nós vamos esperar mais sessenta dias para apresentarmos alguma coisa? Estamos vendo aqui claramente lucro nas empresas de ônibus, gastos excessivos, e a confissão de que tem prejuízo. Estamos vendo indícios de irregularidades dentro das empresas de transporte coletivo e vamos ficar de braços cruzados até daqui a sessenta dias? Eu gostaria de ver a possibilidade de apresentarmos um conteúdo, um pré relatório, um relatório parcial do que vimos até o momento. Porque a quantidade de documentos, de informações, de depoimentos, de horas de detalhamento que já estamos fazendo nessa investigação já é muito grande, muito extensa. Vamos esperar ainda mais para apresentar alguma coisa oficial dessa CPI? O que acontece? Quando estamos fazendo qualquer procedimento, ou quando qualquer órgão de investigação faz qualquer procedimento de investigação, e no meio desse procedimento de investigação ele encontra indícios de irregularidades, ou irregularidades, qual a primeira coisa que ele faz? Notifica, publica e leva ao conhecimento das partes pertinentes essas irregularidades ou esses indícios de irregularidades. Desagrada-me, Sr. Presidente, me desagrada ficarmos todo esse tempo e não apresentarmos nada ainda oficialmente, me desagrada.

O SR. PRESIDENTE:- Então, vamos fazer por escrito.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Já foi feito e já foi apresentado, Sr. Presidente, já está aqui.

O SR. PRESIDENTE:- Os relatórios parciais.

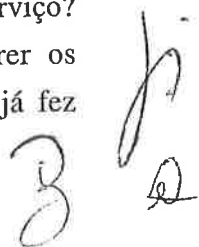
O SR. VALDEMIR SOARES:- Já está aqui, já foi apresentado no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE:- Certo.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Sr. Presidente, acho que está entendido que o Vereador Valdemir Soares colocou, acho pertinente realmente a fala, porém, como já está entendido, vamos à votação, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE:- Certo.

O SR. PAULO RINK:- A única coisa, Presidente, que a discussão nossa é realmente para agilizar a CPI. Acho que é importantíssimo limitarmos infelizmente as questões de pergunta e de tempo para os Srs. Vereadores fazerem para que não seja uma questão prolongada. Se uma reunião interna que demoraria quinze minutos, tivemos dez minutos do Vereador Valdemir Soares falando sozinho. Se todos os Vereadores seguirem o mesmo princípio ficaríamos aqui mais de uma hora e meia. Então, a sequência, se for pertinente... Vereador Valdemir Soares, o senhor falou e eu escutei. Então, acho isso, Presidente, se não organizarmos e sermos objetivos na nossa situação, um pré relatório não é uma situação de ser colocada. Você vai fazer um pré serviço? Não, faça um serviço completo. Vamos terminar da maneira correta, vamos requerer os documentos que o Vereador Valdemir Soares tem razão, que está querendo da Urbs, já fez



formulário. Agora se eles não nos entregarem, o que nos cabe? Entregar ao Ministério Público um relatório final, não um pré relatório. Discordo totalmente sobre a questão do pré relatório, e sessenta dias também discordo, porque não vejo efetividade na questão da nossa CPI e sim tentarmos trabalhar acelerando o processo e não diminuindo e protelando as questões.

O SR. PRESIDENTE:- Para encaminhar, com a palavra Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Queria que encaminhasse também na votação, segunda-feira quero retornar na Urbs para eu ver algumas questões que eu já encaminhei ofício, eu já inclusive foi no primeiro dia da CPI pedindo autorização para a Urbs me liberar os livros de contabilidade e saiu aqui dia 02 de agosto. Eu vou entrar em contato com a Urbs segunda-feira e pedir para eles separarem o material. Queria que esta Presidência dessa autorização para que eu fosse lá em nome da CPI e fazer essa investigação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Temos duas questões colocadas aqui. A primeira é a convocação na próxima quinta-feira, na reunião ordinária do Presidente da Urbs na época e o Presidente da Comissão de Licitação. Quero fazer uma sugestão aqui pela experiência que nós temos de marcarmos uma reunião na quinta com um deles e outro na sexta-feira, uma reunião extraordinária, pela experiência que a gente tem essa reunião vai até altas horas na quinta-feira. Então, consulto o nosso relator se primeiro o Presidente da Urbs da época ou o Presidente da

O SR. CHICO DO UBERABA:- Para quando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE:- Quinta-feira e sexta-feira.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas já está confirmado com a Interhelp na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE:- Mas agora mudou, os Vereadores estão sugerindo que a gente chame já esse pessoal. Então, vocês acham melhor trazer primeiro o Presidente da Urbs na quinta e na sexta, ou o Presidente da Comissão o Sr. Fernando Ghinhone e na sexta o Presidente da Urbs. O que vocês acham?

O SR. CHICARELLI:- Acho que está muito em cima.

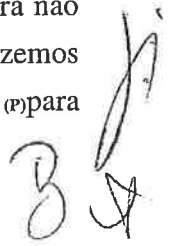
O SR. MAURO IGNACIO:- Não dá para fazer isso em dois períodos, um pela manhã e outro pela tarde?

O SR. PRESIDENTE:- Nós todos sabemos, com a prática dessa CPI, a pessoa vai ficar horas e horas aqui depondo. Então, temos que fazer em dois dias. Acredito que na quinta e na sexta, ou nesta quinta ou na próxima quinta. O que vocês acham?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu só gostaria de dar um informação. Sexta-feira o plenário está ocupado. É um seminário, inclusive mudei várias vezes, por conta do espaço. Então, esta sexta-feira, dia 13, não poderá ser ocupada.

O SR. PRESIDENTE:- Quero propor então, diante disso, que nesta quinta vamos trazer ou o Presidente da Urbs ou da Comissão, e daí na outra sexta fazemos uma reunião extraordinária. O que vocês acham?

O SR. PAULO RINK:- Presidente, posso dar mais uma opinião? Temos a questão de chamar as pessoas agora para a sequência, hoje é terça-feira, então temos que chamá-los para a próxima reunião para terem tempo de se prepararem. Chamamos na próxima quinta-feira um e na próxima sexta-feira que não teremos problema. Mantemos a questão do convidado, até para não correr esse risco desnecessário de sermos deselegantes com o convidado já comunicado e fazemos na próxima semana. E nós Vereadores fazemos uma reunião interna, no início da semana para



nos prepararmos para o que vem pela frente, que venham as pessoas com poder de decisão para que possam colocar.

O SR. PRESIDENTE:- Para encaminhar, com a palavra o Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Veja bem, as pessoas citadas aqui já tomaram conhecimento que elas seriam chamadas há muito tempo e acredito que já estejam preparadas para isso, até porque houve notas em jornais e essas pessoas foram mencionadas várias vezes aqui nessas questões. Acabamos entrando em contradição. Vereador Paulo Rink, V. Exa. fala que sessenta dias é muito tempo ainda para se deliberar tudo e a gente remarca uma situação que podemos resolver, uma semana agora, outra semana outro assunto, a outra outro assunto. Quatro semanas são trinta dias.

O SR. PRESIDENTE:- E me informam aqui que o rapaz da Interhelp já confirmou. Não é só o problema de trazer os dois, o problema é nós termos as perguntas certas. Como lembrou bem o Vereador Paulo Rink temos que fazer na semana que vem uma reunião preparatória para que a gente divida bem o tema. Acho que a sua ideia é a melhor, na quinta e na sexta, seria no dia dezoito e dezanove trataríamos os dois. Nesta semana trataríamos o da Interhelp, manteríamos porque já está confirmada a presença dele e ele vai fazer uma série de coisas. E vamos trazer a Dataprom também na quinta-feira. O que os senhores acham?

O SR. BRUNO PESSUTI:- Quero sugerir trazer a Dataprom e a Interhelp no mesmo dia.

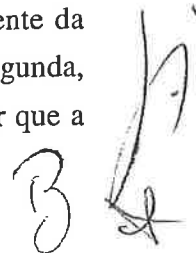
O SR. PRESIDENTE:- Então teremos a Interhelp de manhã e a Dataprom a tarde. (conversas paralelas). Na quinta-feira manteremos a Interhelp e vamos colocar a Dataprom, ou o contrário? (conversas paralelas). Então, nesta quinta-feira ouviremos a Dataprom pela manhã. Vamos convocar os dois às nove horas e depois a gente...

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sou contra convocar duas pessoas para o mesmo horário, porque daí a pessoa fica aqui a manhã inteira à disposição. Convoca um de manhã e outro para o período da tarde. Senão acontece a mesma situação que aconteceu na semana passada, daí a outra pessoa ficou a manhã inteira lá esperando, acho que isso não é gentil. Chama um de manhã e outro a tarde, pronto e a gente é objetivo. Interhelp de manhã e Dataprom a tarde. Acho que temos que procurar agilizar, acho que fica ruim a pessoa ficar aqui a manhã inteira, esperando, aguardando, não vejo sentido nisso.

O SR. PRESIDENTE:- O que os senhores acham? Vamos decidir isso aqui? A sugestão é a Dataprom pela manhã e a Interhelp a tarde, mas se ele quiser vir de manhã. Ele pode ouvir sim porque isso está sendo transmitido. Eles não são do mesmo órgão (A. São adversários, isso é normal. O que vocês acham? Está em votação a convocação da Dataprom e da Interhelp na quinta-feira. (Pausa). APROVADO. Em votação a proposta do Vereador Paulo Rink de convocarmos... Vocês acham melhor convidarmos o Presidente da Urbs antes ou o Presidente da Comissão de Licitação.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu acho que tem que ser o Presidente da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Então, no dia 19 o Presidente da Urbs - Marcos Ísfer e no dia 20 o Presidente da Comissão de Licitação - Fernando Ghignone. Está em votação a proposta do Vereador Paulo Rink de trazermos no dia 19 o Presidente da Urbs e no dia 20 o Presidente da Comissão de Licitação. E tem mais uma proposta do Paulo Rink. A semana que vem, segunda, terça ou quarta-feira no final da Sessão fazermos uma reunião preparatória. Quero sugerir que a



reunião seja fechada entre só os membros da comissão para que nos preparemos para esses dois eventos. Pode ser na sala da presidência. Segunda, terça ou quarta-feira vamos ver o dia mais tranquilo para nós. Em votação. (Pausa). APROVADO. Vereador Valdemir Soares, o nosso assessor, o Dr. Robson, nos trouxe aqui, que como o senhor não veio na primeira parte da reunião de quinta-feira, nós não votamos, não deliberamos o seu requerimento sobre a Urbs. Então, vamos colocar em votação agora aquele requerimento que o senhor fez das planilhas.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse requerimento foi colocado em votação na reunião administrativa dentro das dependências da Urbs. Este que fiz a mão fiz diretamente para o Presidente da Urbs, inclusive já fui atendido.

O SR. PRESIDENTE:- A data aqui não consta que tenha sido deliberado, porque foi no dia 29. Então, foi uma falha nossa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, foi discutido lá, foi votado lá e nós só voltamos a tarde depois que havíamos deliberado na reunião administrativa no auditório da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Lá deliberamos que vocês ficariam lá.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não, nós deliberamos esse ofício.

O SR. PRESIDENTE:- Mas não custa nada deliberarmos novamente, porque não encaminhamos esse ofício para lá, estava parado aqui. Então, está em votação porque daí faremos hoje à tarde já o pedido.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, quero manifestar aqui o meu descontentamento com o procedimento e a irresponsabilidade...

O SR. PRESIDENTE:- Foi uma falha nossa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Uma falha? Foi colocado em votação de forma pública e agora o senhor diz que não foi?

O SR. PRESIDENTE:- Vamos ver a Ata, eu não lembro.

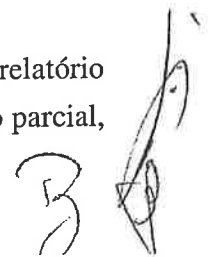
O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, vou trazer à lembrança de V.Exa.. Nós, antes de fazermos a diligência no período da tarde, nós pedimos na reunião no auditório da Urbs a votação desse requerimento para podermos a tarde buscar essas planilhas de contratos.

O SR. PRESIDENTE:- De qualquer forma não foi encaminhado a Urbs (B), estava aqui.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não é V. Exa. que está com interesse de ter essa planilha em mãos? Vou ter que esperar mais vinte dias pelo procedimento agora, aí depois outro Vereador reclama que sessenta dias é muita coisa. Pelo amor de Deus! Estamos falando de algo que fizemos há mais de um mês. É inadmissível Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Desculpe Vereador Valdemir Soares, eu não quero lhe contradizer aqui, só que eu sinceramente não estou lembrado desse requerimento. Estava meio tumultuado lá, nós estávamos em pé. Não sei se o Vereador Chicarelli, ou os demais, estão lembrados. A assessoria diz que não consta na Ata, Vereador Valdemir Soares. Mas de qualquer forma está em votação o requerimento do Vereador Valdemir Soares. Em votação. (Pausa). APROVADO. Peço que seja encaminhado hoje mesmo para a Urbs. Peço desculpas aí pelo incidente, Vereador Valdemir Soares. Temos outro tema para deliberar: o período de prorrogação da CPI. Temos uma proposta de trinta dias e do Vereador Valdemir Soares de sessenta dias.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, se nós deliberarmos a questão do relatório parcial podemos fazer mais sessenta dias. Se não for deliberado a questão desse relatório parcial,



temos que deliberar menos prazo para podermos dar uma resposta de tudo aquilo que já recebemos nesta CPI para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Quero discutir até para esclarecimento. Se nós enviarmos um relatório parcial a órgãos que vamos buscar apoio, como OAB, Ministério Público, e não tiver fundamentado, com bases para que eles possam ter alguma iniciativa, acredito que será inócuo. Acredito que daí esse relatório não teria uma prospecção que possa dar uma continuidade. Eu daria o relatório final do relator, oficialmente, para que todos nós fizéssemos uma análise criteriosa, até para votarmos o relatório do relator, e a partir daí pedirmos aos órgãos competentes alguma orientação jurídica no sentido de abrir inquérito. Agora, um relatório parcial acho que neste momento ainda é cedo e nós não temos um fundamento. A não ser que nas próximas reuniões surja algum fato preponderante.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sr. Presidente, inscrevo-me na sequência.

O SR. PRESIDENTE:- Temos antes o Vereador Mauro Ignácio, na sequência Vereadora Professora Josete, para discussão.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Presidente, quero endossar as palavras do Vereador Valdemir Soares. Acho que a Urbs acabou de apresentar um relatório parcial agora, dessa auditoria. Porém, se continuarmos aqui sessenta, noventa, já dizia há um mês atrás que íamos até dezembro, e pelo andar da carruagem, se não acelerarmos, não tomarmos medidas objetivas vamos até dezembro e não vamos vencer isso. Então, até para uma satisfação à sociedade do que está acontecendo, do que foi apurado, acho que é válido um relatório parcial.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Para encaminhar Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Pois não. Antes com a palavra Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Na verdade o que eu entendo? Temos que agilizar. No entanto, temos que agilizar com qualidade. Uma das questões que apontamos foi a questão do processo licitatório, acho que é central de todos os pontos que estamos analisando. Então, eu sou contra o relatório parcial sem que aprofundemos o debate do processo licitatório. Acho que esse aspecto temos que aprofundar, mas nós não aprofundamos porque não ouvimos os responsáveis por esse procedimento. Então, acho que não temos dados suficientes ainda em relação a isso para apontarmos algo mais substancial. Entendo que temos que primeiramente ouvir a antiga direção da Urbs, ouvir os envolvidos naquele processo, para daí podermos finalizar o relatório. Acredito que tem que ser fundamentado, e para isso temos que ter esse aprofundamento.. Então, nesse sentido...

O SR. MAURO IGNACIO:- Nós temos a questão da... Presidente!

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu posso concluir, Vereador? Daí, na sequência...

O SR. MAURO IGNACIO:- Sim.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Assim. A questão da ação da Urbs, como a Urbs agiu, sei lá, ter um relatório parcial naquele caso era procedente. Por quê? Porque foi feito um estudo que abordou vários pontos e tinham informações aprofundadas. Eu acho que não é o nosso caso, porque não aprofundamos o processo licitatório. Por isso, sou contra o relatório parcial nesse



momento. Acho que vamos agilizar, tentar dar celeridade ao nosso trabalho e, ao final e ao cabo, apresentar um relatório com fundamentação. Então, por isso, nesse momento sou contra o relatório parcial.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. (Pausa). Vereador Mauro Ignacio.

O SR. MAURO IGNACIO:- Só para lembrar, Sr. Presidente, tem a questão do ISS, que já foi debatida aqui, tem a questão da Dataprom; então, além da questão da licitação, tema central, existem questões paralelas que já foram, penso eu, esmiuçadas e detalhadas.

O SR. PRESIDENTE:- Agora chegamos à fase de encaminhamentos. Para encaminhar, com a palavra o Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, para encaminhar que seja prorrogado por mais trinta dias.

O SR. PRESIDENTE:- Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Contra o relatório parcial; mais trinta dias após o relatório. Que se cumpra o regimento, quinze mais dez, que não está sendo cumprido. E um cronômetro ainda, e, de preferência, que alguém controle.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Eu quero encaminhar uma proposta, Eu acho que o requerimento do relatório parcial do Pastor é interessante, são questões que têm de ser divulgadas e vai mostrar a habilidade do nosso relator nesse aspecto, acho que temos cobrado isso também dele. Eu proporia, para agradar a palavra da Josete também, que procede, após ouvir essas duas pessoas da Urbs, ex-diretores, e a da Dataprom, acho que temos sim condições de dar alguma resposta. Então, a minha proposta, Pastor, desculpa, continuo com o relatório parcial depois de ouvir essas quatro pessoas.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Pergunto se mais alguém gostaria de se manifestar. (Pausa). Vereador Bruno Pessuti, para encaminhar.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu encaminho para relatório final apenas, visto que até na Casa nunca houve uma CPI que tivesse relatórios parciais. E por mais trinta dias a prorrogação.

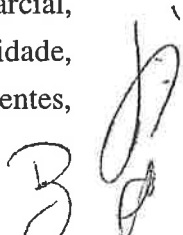
O SR. PRESIDENTE:- Vereador Paulo Rink.

O SR. PAULO RINK:- Eu faço minhas as palavras do nosso relator, o Vereador Bruno Pessuti, concordo com ele, acho que não temos embasamento para fazer um relatório proporcional, porque os chefes na questão, como o presidente, vão ser ainda convocados. Então, voto contra o relatório parcial. E voto para prorrogação de no máximo trinta dias para esta CPI.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Sr. Presidente, só quero chamar a atenção dos membros que temos que seguir regimentalmente. Não existe a figura de relatório parcial. É relatório final, vai para uma análise, depois é dado o parecer, e coloca em deliberação e nós aprovamos. Não existe essa figura de relatório parcial. Então, pode ser uma informação paralela, mas como relatório parcial não existe.

O SR. PRESIDENTE:- Para encaminhar, com a palavra o Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Vejam bem. Nós somos Vereadores da Cidade de Curitiba, temos a responsabilidade de fazermos o melhor na CPI. A figura do relatório parcial, Vereador Serginho do Posto, ainda não existiu em nenhuma CPI porque não houve necessidade, não se teve a quantidade, não teve nenhuma CPI nesta Casa que teve a quantidade de depoentes,



de investigados e de material recebido como essa já teve em poucos meses. Não teve. Nós já participamos de outras comissões parlamentares de inquérito aqui que ouviram uma pessoa; ouviram uma pessoa, Vereador Chicarelli. E qual é a necessidade de você fazer um documento antes do término dessa comissão parlamentar de inquérito se você não tem material? Agora nós temos muito material, ouvimos muitas pessoas, ouvimos muita gente da Urbs, ouvimos muitos representantes das empresas de ônibus, encontramos indícios de irregularidades dentro da documentação das empresas de ônibus. Dizer que não temos fatos é ser omissos à realidade. Dizer que não temos questões consistentes, indícios de irregularidades consistentes, é ser omissos a tudo que está acontecendo aqui nesta CPI. Não informar oficialmente esses indícios de irregularidades para o Tribunal de Contas, que está avaliando as contas da Urbs e a parte que cabe ao Tribunal nesta questão das empresas e termos essas informações e não declararmos isso publicamente é omissão.

O SR. PAULO RINK;- Nos cite quem está sendo omissos?

O SR. PASTOR VALDEMIR;- A CPI! A partir do momento que a CPI recebe informações e é comprovado indícios de irregularidades ela tem que publicar isso.

O SR. PAULO RINK;- Não estamos sendo omissos. Vejamos, nós temos material necessário para fazermos um relatório parcial. A figura do relatório parcial, de um processo de um projeto de lei, de um requerimento sempre vai fazer parte do mandato do Vereador quando necessário. Temos documentos, informações, fizemos vários interrogatórios, podemos ouvir o ex-presidente, o presidente da Comissão de Licitação, a Dataprom, a outra empresa e fazermos esse relatório parcial após ouvirmos todas essas partes. Eu acho que a CPI hoje pode tomar uma atitude inteligente, coerente e responsável.

O SR. PRESIDENTE;- Vamos colocar em votação a proposta. Os Srs. Vereadores que forem favoráveis ao relatório parcial que se manifestem levantando. (Pausa). Temos 3 (três) votos. Os contrários se manifestem se levantando. (Pausa). Temos 76 (sete). APROVADO. Está em discussão a prorrogação da CPI por trinta dias que deve ser aprovada pelo Plenário também. Os que forem favoráveis à prorrogação por trinta dias que se manifestem levantando. (Pausa). APROVADO. Sugiro ao Vereador Geovane Fernandes, que nos traga um cronometro e ficará aqui na Mesa marcando o tempo.

O SR. GEOVANE FERNANDES;- Faço questão!

O SR. PRESIDENTE;- São dez minutos, mais cinco para a pergunta, daí você tem que levar o tempo que ele levou na pergunta e a resposta não vale.

A SRA. PROFESSORA JOSETE;- Sr. Presidente, peço licença porque tenho uma reunião no Conselho Municipal.

O SR. BRUNO PESSUTTI;- (Lê: requerimento do Vereador Chicarelli).

O SR. PRESIDENTE;- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTTI;- (Lê: Requerimento da Vereadora Professora Josete).

O SR. PRESIDENTE;- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTTI;- (Lê): Requerimento do Vereador Geovane Fernandes. n, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas pelas empresas de transporte coletivo do município de Curitiba e pelos consórcios informações sobre admissões e demissões no sistema de transporte coletivo de Curitiba.



O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Paulo Rink, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba informações sobre a rentabilidade do ISS recolhido diariamente junto às empresas de transporte desde o ano de 2010.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Paulo Rink, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba informações sobre o balanço e demonstrações contábeis do Fundo de Urbanização de Curitiba, FUC, nos anos de 2010, 2011, 2012.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Paulo Rink, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba informações sobre o balanço e demonstrações contábeis da Urbs nos anos de 2010, 2011, 2012

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento dos Vereadores Chicarelli e Valdemir Soares, requerem à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a Urbs envie cópia de processos licitatórios.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Mauro Ignacio, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja encaminhado ofício ao presidente da Urbs para que forneça relatório de todos os funcionários e prestadores de serviço daquele órgão contendo seus respectivos cargos e salários que recebem, informando, inclusive, os setores onde estão lotados.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento da Vereadora Professora Josete, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam tomadas as providências necessárias para a convocação urgente dos Srs. Rodrigo Grevetti, Luís Filla, Fernando Guignone e Marcos Isfer, Sra. Marilena Winter, Cássia Ricardo Aragão.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento dos Vereadores Chicarelli, Chico do Uberaba, Valdemir Soares, requerem à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba a identificação dos membros integrantes da comissão de licitação.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Bruno Pessuti, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja solicitado à Urbs os dados temporais dos valores orçados e efetivamente pagos às empresas na forma que segue.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Chico do Uberaba, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba informações à Urbs sobre a implantação dos PMVS, Painéis Luminosos pertencentes ao sistema integrado.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.
Encerrada a pauta (n).

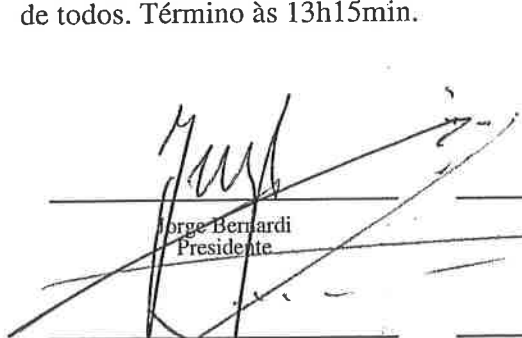

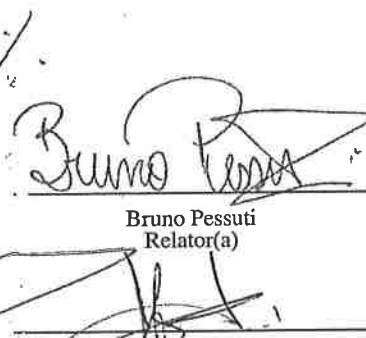
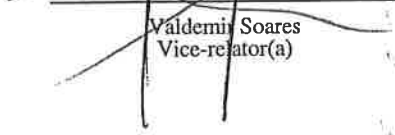

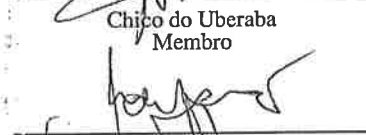
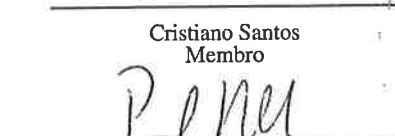
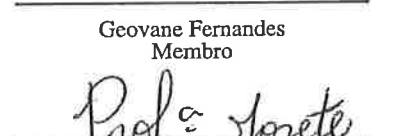

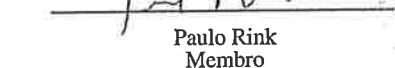
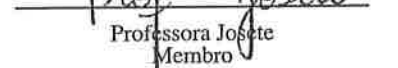
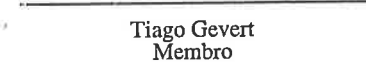


O SR. CHICARELLI:- Para encaminhar requerimento. (Assentimento). Em nome da CPI da Mesa que eu possa continuar esse trabalho na segunda-feira, atendendo um requerimento que eu já protocolei.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão o pedido do Vereador Chicarelli para que ele faça uma diligência na segunda-feira na Urbs. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Vereador Valdemir Soares requer à Comissão do Transporte Coletivo cópia de todos os contratos feitos pela Urbs e pelo Fundo de Urbanização de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Encerrada a pauta, declaramos encerrada a reunião extraordinária da CPI. Obrigado pela presença de todos. Término às 13h15min.

 Jorge Bernardi Presidente	 Serginho do Posto Vice-presidente	 Bruno Pessuti Relator(a)
 Valdemir Soares Vice-relator(a)	 Chicarelli Membro	 Chico do Uberaba Membro
 Cristiano Santos Membro	 Geovane Fernandes Membro	 Mauro Ignacio Membro
 Paulo Rink Membro	 Prof.ª Josete Membro	 Tiago Gevert Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 7ª/2013 de 10/09/2013

Data / Hora da Notificação: 02/10/2013 - 14:33

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



17
12/09/13

Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DO TRANSPORTE
COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia doze de setembro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente. Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Geovane Fernandes, Chicarelli, Chico do Uberaba, Tiago Gevert, Professora Josete, Mauro Ignacio, Paulo Rink e Valdemir Soares. O Senhor Presidente informou que as Atas dos dias cinco e dez de setembro foram disponibilizadas eletronicamente para consulta, as quais em votação foram **aprovadas**. O Senhor Presidente leu ofícios enviados pela Urbs a esta Comissão: P504/2013, CD com relatórios contábeis das empresas operadoras do serviço de transporte coletivo da RIT- Rede Integrada do Transporte, relativo ao período de 2010 a 2013, conforme requerimento do Vereador Bruno Pessuti; Ofício P631/2013, sobre informações solicitadas pela Vereadora Professora Josete, onde constam todos os ônibus cadastrados na Frota do Sistema Urbano e Metropolitano Integrado; Ofício P632/2013, sobre Relatórios da frota de ônibus do Sistema Urbano e Metropolitano incorporados desde 1998 até agosto de 2013; Ofício P615/2013, sobre demonstrações contábeis dos exercícios de 2008 a 2012 da Urbs, relativo aos últimos cinco anos; Ofício P630/2013, sobre cópia do anexo XIII do contrato de gestão entre a Urbs e o ICI e Ofício P609/2013, sobre cópia do Manual de Especificações da Frota, revisão 18, que define as características para as carrocerias e chassis dos ônibus do sistema de transporte urbano e metropolitano de Curitiba. O Senhor Presidente comunicou que os Senhores Wanderlei Lima, Diretor Proprietário da Empresa Enterhelp, Alberto Mauad Abujamra e o advogado Bihl Elereian Zanetti prestarão depoimentos a esta Comissão, informando que os mesmos deverão respeitar o Artigo 203, do Código Penal. O Vereador Serginho do Posto procedeu a leitura de Ofícios: nº11/2013, a manifestação do Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos Municipais de Curitiba e nº124/2013, sobre atestado odontológico do Senhor Alberto Mauad Abujamra. Com a palavra o Senhor Wanderlei Lima relatou que a empresa presta serviços e oferece manutenção de equipamentos do sistema de bilhetagem eletrônica, semaforicos e computadores, regulagem de sensores e cabeamentos; prosseguindo, disse que a Enterhelp promove também em campo a reparação em laboratório, serviços de engenharia e implantação de sinalização semaforica, e operação da central de controle de tráfego e serviços de assistência técnica em laboratório. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Chicarelli e Tiago Gevert. O Senhor Wanderlei Lima apresentou à CPI as ordens de serviços acumuladas durante o período em que fez a manutenção do sistema de bilhetagem da Urbs. Em seguida, o Senhor Presidente agradeceu a presença do convidado e, dando prosseguimento, passou-se à deliberação dos seguintes requerimentos: nº410.00064.2013 e nº410.00065.2013, do Vereador Valdemir Soares. em votação, foram **aprovados**. Os Vereadores: Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares e Chico do Uberaba apresentaram sugestão para realização de reunião extraordinária da CPI na próxima quarta-feira, dia dezoito, às dezoito horas, para receber o Senhor Alberto Mauad Abujamra, o que

em votação foi **aprovada**.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando outra administrativa, para a próxima segunda-feira, dia quinze de setembro, após a Sessão Plenária.- Do que para constar, nós, Jacqueline M. Durand, Regina Ayres, Rosimeri M. Baglioli e Soeli Biesczad, Redatoras, lavramos a presente Ata, que depois de lida e votada será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

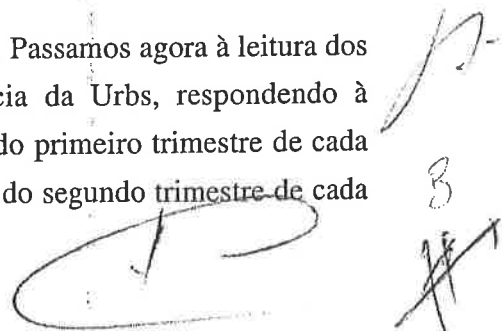
(v) ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 09h10min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessutti, Serginho do Posto, Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignacio, Tiago Gevert, Valdemir Soares e Chico do Uberaba, com ausência justificada dos Vereadores Cristiano Santos e Professora Josete.

O SR. PRESIDENTE:- Invocando as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Pergunto ao nosso Relator se temos Ata para ser deliberada na manhã de hoje? Temos duas Atas para serem deliberadas. A primeira é da 8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito de Curitiba, realizada no dia 05 de setembro de 2013. Como esta Ata já foi disponibilizada a todos os vereadores através dos meios eletrônicos e do Diário da Câmara Municipal, coloco em discussão esta Ata. (Pausa). Em Votação. APROVADA. Também temos mais uma Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito de Curitiba, realizada no dia 29 de agosto de 2013. Como esta Ata também já foi disponibilizada a todos os vereadores através dos meios eletrônicos e do Diário da Câmara Municipal, coloco em discussão esta Ata. (Pausa). Em Votação. APROVADA. Passo a palavra ao Vice-presidente para que faça a leitura das pessoas que estão participando da reunião de hoje.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos, a todos os membros da CPI. Agradecer a presença de quem está nos acompanhando hoje, convidados e cidadãos. Sr. Airton Raki, representando a Associação Comercial do Paraná, Sr. Melissa Klafek Gerente da Empresa de Ônibus Campo Largo, Henrique Credidio, da Setransp, Bihl Zanetti, advogado da Enterhelp, Amarildo Nikko, Gerente da Empresa de Ônibus Campo Largo, Wanderlei dos Santos, representante da Enterhelp, Valmir dos Santos Gerente da Enterhelp. Os demais convidados sejam bem vindos.

O SR. PRESIDENTE :- Agradecemos o Sr. Vice-presidente. Passamos agora à leitura dos documentos que chegaram da Urbs. Temos uma correspondência da Urbs, respondendo à indagação do Vereador Bruno Pessutti, que nos traz os balancetes do primeiro trimestre de cada exercício até 31 de maio do mesmo exercício. Também o balancete do segundo trimestre de cada



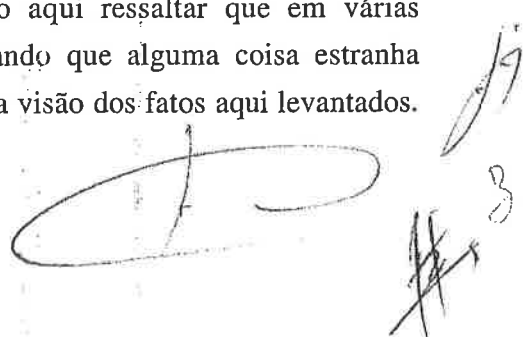
exercício até 31 de maio. Então, coloco à disposição dos vereadores e autorizo a publicação no site da Urbs. Também recebemos da Urbs a correspondência em relação a o manual de especificação da frota, carrocerias do transporte coletivo de Curitiba. Requerimento do Vereador Valdemir Soares. Outra correspondência que recebemos da Urbs diz respeito à bilhetagem eletrônica. Foi encaminhada a cópia do anexo 13º do contrato de gestão entre a Urbs e o ICI. "Informamos que a Urbs não possui contrato coma Dataprom referente ao sistema de bilhetagem automática". Parece que um requerimento também do Vereador Valdemir Soares. Também recebemos pedido de requerimento da Professora Josete (P), que diz respeito a todos os ônibus cadastrados no sistema urbano e metropolitano integrado e também recebemos da Urbs resposta a requerimento de diversos Vereadores, os relatórios da frota de ônibus do sistema urbano e metropolitano, incorporados desde 1988 até agosto de 2013, conforme solicitado. O relatório está por empresas, por tipo de veículos (articulado, bio, biarticulado bio, biarticulado comum, híbrido, híbrido bio, micro, micro-especial, padrão) e por categoria do veículo (alimentador, convencional, circular-centro, ensino especial, expresso, interbairros, interhospitais, jardineira, turismo, linha direta e metropolitano). Também está autorizada a publicação no site da CPI. Temos os convocados para a reunião desta manhã, que é o Sr. Wanderlei dos Santos, representante da Interhelp, que já está presente e também havíamos convocado o Sr. Alberto Mauad Abujamra. O mesmo encaminhou uma correspondência a esta Casa, que peço ao nosso relator que faça a leitura e do respectivo atestado odontológico.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Correspondência e atestado odontológico encaminhados à CPI pelo Sr. Alberto Mauad Abujamra.

O SR. PRESIDENTE:- Solicitamos ao Vereador Serginho do Posto que faça a leitura de um ofício que esta CPI recebeu esta semana.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- (Lê) Ofício da AFISC Sindical - Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos Municipais de Curitiba, encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito (A)(Lê) Ofício do Afisc Sindical.

O SR. PRESIDENTE:- Cabe aqui um esclarecimento a respeito desta correspondência, que a CPI vai responder conforme pedido da Afisc, e dizer que os dois funcionários públicos eles não foram ouvidos na condição de testemunha. Eles não prestaram o juramento legal, conforme determina a lei. O que eles efetivamente depuseram foi como investigados. De minha parte e acredito que de todos os Vereadores desta CPI, todos foram tratados com cortesia e educação. O local onde ficou o Sr. Furman é onde trabalha o Setor de Comissões desta Casa. Temos vários funcionários que trabalham lá, ele não sofreu, segundo depoimento desses funcionários, nenhum tipo de constrangimento. Só que como eles estavam sendo ouvidos como investigados um não poderia ficar ouvindo o depoimento do outro. Aliás, quero aqui ressaltar que em várias oportunidades os depoimentos foram contraditórios, significando que alguma coisa estranha houve entre os dois, ou pelo menos os dois não tinham a mesma visão dos fatos aqui levantados.



Mas, de qualquer forma vou responder e trarei uma cópia dessa correspondência a todos os membros da CPI, porque pelo que estamos fazendo aqui é um trabalho de investigação e acredito que ninguém faltou com o respeito com aqueles servidores.

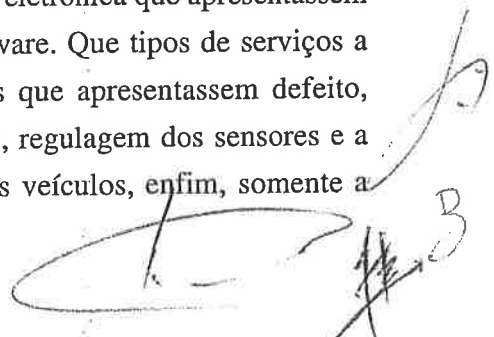
O SR. SERGINHO DO POSTO:- Fazer o registro de mais duas pessoas que estão conosco, Sr. Wilson Lucci - Gestor de Projetos da Secretaria Municipal de Governo e Professor Lafayete Neves - Presidente da ONG Plenário Popular do Transporte. Também a Comissão recebe da Urbs os demonstrativos contábeis dos exercícios 2008 a 2012, relativos aos últimos cinco anos, solicitado por esta Comissão. Então, chegou a Comissão estes documentos para serem analisados (c).. Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Passaremos agora ao depoimento do Sr. Wanderlei dos Santos que será ouvido como testemunha. De acordo com o Artigo 203 do Código de Processo Penal, "a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade, no que souber sobre o que lhe for perguntado, devendo declarar o seu nome, sua idade, seu estado civil, sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se parente em grau de alguma das partes ou quaisquer suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber explicando sempre as razões de sua ciência e as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se a sua credibilidade". Temos adotado aqui fazer essa qualificação das nossas testemunhas reservadamente para que os seus dados não sejam expostos publicamente via internet já que todo o seu depoimento será colocado no site da CPI. Pergunto ao Sr. Wanderlei dos Santos, o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, e nada mais que a verdade?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Com certeza. Juro plenamente.

O SR. PRESIDENTE:- Quero só alertá-lo que V.Sa. está sob juramento e faltar com a verdade poderá ensejar um processo por falso testemunho. Disponibilizo agora a palavra a V.Sa. para que possa fazer as suas considerações iniciais.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Primeiramente meu bom dia a todos! Gostaria de começar fazendo um relato de como a empresa Enterhelp prestou serviços à época e o tempo que atuou nesse serviço. A empresa Enterhelp atuou na manutenção dos equipamentos do sistema de bilhetagem eletrônica no período de junho de 2011 a junho de 2012, sendo que foi contratada para atuar no período de junho de 2011 a junho de 2014. o contrato seria renovado automaticamente. Em maio de 2011 a empresa Enterhelp foi convidada pelas empresas do sistema do RIT para que prestasse serviços na manutenção desses equipamentos de bilhetagem eletrônica em campo. A empresa Enterhelp apresentou uma proposta no valor de cento e sessenta mil e somente na parte de manutenção dos equipamentos em campo. Sendo assim, foi acertado que a Enterhelp faria essa manutenção dos equipamentos e que os equipamentos da bilhetagem eletrônica que apresentassem problemas físicos seriam encaminhados para o fornecedor do hardware. Que tipos de serviços a Enterhelp realizava? Seria a configuração e troca dos validadores que apresentassem defeito, configurações dos PCs de bordo, regulagem de solenoides, catracas, regulagem dos sensores e a verificação do GPS. Também o cabeamento, implantação de novos veículos, enfim, somente a



manutenção em campo. A manutenção das estações tudo e terminais eram realizadas na presença (E) de fiscais da Urbs. A implantação de novos veículos eram instalados conforme as normas da Urbs, e somente ficava à disposição da garagem, ou seja, da empresa de ônibus, após liberação dos fiscais da Urbs. Eles faziam uma aprovação de todo o trabalho que a Enterhelp faria para que esse ônibus ficasse à disposição das empresas. Problemas que a Enterhelp enfrentou durante essa manutenção? Após começar os serviços foi constatados que os equipamentos hardware apresentavam alguns problemas técnicos, conforme relatado pelo Setransp no blog dos ônibus. Lá eles fazem todo o relato do que acontece e da qualidade dos equipamentos do sistema de bilhetagem. Sendo assim, o quadro de funcionários que primeiramente começou com dezoito técnicos, inclusive isso está no contrato, foi necessário aumentar o quadro de técnicos para trinta e cinco. A demanda aumentou quando começamos a fazer essa manutenção, baseada no nosso conhecimento de bilhetagem eletrônica no quesito Brasil, e pelo quantitativo de equipamentos que dezoito técnicos fariam a manutenção desses equipamentos. No entanto, após começarmos atuar foi necessário aumentar o quadro. Então, foi apresentado para as empresas o problema via relatório, e as empresas aumentaram o valor de cento e sessenta mil para duzentos e dez, porque obviamente como eu tive que aumentar o quadro de funcionários, eles repassaram um valor a mais. Mas a cobertura dessa despesa só aconteceu em 2012, e durante os meses de abril de 2011 a junho de 2011 a Enterhelp teve grandes prejuízos e dificuldades financeiras. Isso é fato. Por que os equipamentos deveriam ser encaminhados para o fornecedor do hardware? Para que fosse trocado os componentes que apresentassem defeito em campo. Conforme explicação da Urbs e das empresas de ônibus, os equipamentos deveriam ser encaminhados para o fornecedor do hardware, porque esses equipamentos ainda estavam sendo pagos através de um sistema de financiamento leasing, e a Urbs não permitia que outras empresas abrissem esses equipamentos e trocassem os componentes. No entanto, sempre que enviado ao laboratório da empresa fornecedora do hardware, se era trocado um componente eles cobravam. Então, ao meu ver não existia uma garantia e, sim uma situação que a Enterhelp teria que passar para o fornecedor do hardware, no caso. As dificuldades para realizarmos manutenção em campo, no contrato entre as empresas de ônibus e a Enterhelp, diz que ficaríamos responsáveis pela instalação, configuração e trocas dos equipamentos das estações tubo, terminais e ônibus. Conforme já explanado, deveríamos encaminhar esses equipamentos para o fornecedor do hardware para que fizesse em laboratório a manutenção e troca dos componentes. Os equipamentos quando eram encaminhados para o fornecedor do hardware, para ser trocado um simples sinal sonoro, ou uma bateria, demorava cerca de oitenta dias para retornar, para que possam usar novamente esses equipamentos, para a troca dos equipamentos. Isso foi o principal motivo pelo qual a Enterhelp enfrentou dificuldades. Ora, se um simples sinal sonoro, ou bateria, que podem ser trocados de cinco a quinze minutos, num laboratório, e demora oitenta dias para retornar conforme foi acordado em contrato inclusive com a Enterhelp, esse foi o fato que encontramos a dificuldade para fazer a manutenção. (M). Diante desse impasse, notou-se que a empresa fornecedora do hardware estava dificultando o máximo a devolução dos equipamentos, uma vez que, sem equipamento, a empresa Enterhelp não conseguiria fazer essa manutenção. Sendo assim, novamente, após ser constatada essa dificuldade para ter os equipamentos em mãos, porque uma empresa de manutenção não consegue fazer a manutenção em campo num sistema de bilhetagem

1.4
B
1

eletrônica, seja em Curitiba, seja em qualquer parte do Brasil, sem ter equipamentos reserva, após uma conversa com o Setransp, entre a Enterhelp e o responsável do Setransp, o Setransp nos comunicou que já havia assinado um contrato com uma empresa fornecedora do hardware, que ela faria dali para frente a manutenção da bilhetagem eletrônica em campo e também em laboratório. No entanto, numa cláusula do contrato com a empresa fornecedora do hardware foi colocado que a Enterhelp seria subcontratada pelo fornecedor do hardware. Ou seja, a manutenção em campo, a Enterhelp seria terceirizada. Mas por que o Setransp fez isso? Pela dificuldade de a Enterhelp ter em mãos esses equipamentos. O problema não era porque a Enterhelp não conseguia fazer a manutenção e sim porque ela não tinha equipamento para fazer a manutenção; a gente não podia abrir o equipamento, tinha que ir para o laboratório do fornecedor do hardware e demorava muito para retornar. Então, o Setransp colocou, as empresas de ônibus colocaram uma cláusula lá no contrato do fornecedor de hardware que ela deveria subcontratar a Enterhelp. Até mesmo porque a mão de obra especializada, técnicos em campo, era da Enterhelp. Então, após tudo ser acertado em contrato entre as empresas de ônibus e o fornecedor do hardware, e após o fornecedor do hardware ter em mãos o contrato com as empresas de ônibus, notamos que, mesmo assim, a empresa não iria cumprir essa cláusula dizendo que teria que subcontratar a Enterhelp e que continuou ocorrendo os problemas de fornecimento do hardware, que eram encaminhados para laboratório. Sendo que, para não prejudicar o sistema de transporte, as empresas de ônibus sabiamente orientaram a Enterhelp para que desistisse da manutenção, visto que o fornecedor de hardware não cumpriu o contrato com a Enterhelp; ela não quis subcontratar a Enterhelp apesar de estar lá no contrato dela, assinado pelas empresas de ônibus e pelo fornecedor de hardware, e passou a solicitar do Setransp que a Enterhelp fornecesse os técnicos para que ela pudesse fazer a manutenção em campo. Após isso, passamos a conversar com o Setransp e ele nos aconselhou a fornecer esses técnicos. E, como propriamente dito, para que o sistema não parasse, a Enterhelp forneceu esses técnicos para o fornecedor do hardware. E a Enterhelp teve que demitir esses técnicos, teve que indenizar esses técnicos para que fossem para outra empresa. Eu, na qualidade de empresário, se não tivesse que demitir os meus técnicos, iria usá-los para outros tipos de serviço. Por exemplo, a Enterhelp hoje é a empresa que faz manutenção dos itinerários dos ônibus de Curitiba. E na época fiquei com alguns técnicos ^(A) só para fazer manutenção. E sem contar que eu poderia prestar serviços para outras empresas aqui mesmo em Curitiba ou no interior do Paraná. Então, de uma forma para contribuir com o sistema, eu adotei esse processo, demiti os técnicos e foi contratada pelo fornecedor do hardware. No mês passado, agora, depois desse período, a Enterhelp certamente passou algumas dificuldades, até hoje ainda se encontra em dificuldades, porque quando você assina um contrato de três anos, o primeiro ano você investe, o segundo ano você ainda, ou está investindo ou começa a ter algum lucro. E a partir do terceiro ano é que se começa a ter uma rentabilidade num contrato de três anos. Então, diante disso, a Enterhelp continuou no mercado realizando a manutenção de uma parte do sistema, que são os itinerários, e esperando novas oportunidades. Essa nova oportunidade apareceu agora no mês de agosto, quando as empresas entraram em contato com a Enterhelp e solicitaram um orçamento para fazer novamente a manutenção do transporte dos equipamentos de bilhetagem eletrônica do sistema de Curitiba em campo e, também, em laboratório. O que eles nos passaram? Que dessa vez nós não enfrentaríamos problemas pelo seguinte: que a Enterhelp faria a manutenção em

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

campo e também poderia fazer a manutenção em laboratório, ou seja, equipamento não precisaria ir mais para o fornecedor de hardware, nós poderíamos consertar esses equipamentos no nosso próprio laboratório, porque nós temos a mão de obra especializada para fazer a manutenção tanto em campo como também em laboratório, inclusive, por um custo bem menor. E a proposta que nós apresentamos para as empresas de ônibus foi no valor de duzentos e quarenta mil, ou seja, um valor, acredito, que seja menor e que também vai dar um impacto na tarifa do usuário. Então, nós apresentamos essa proposta, logo em seguida as empresas de ônibus nos comunicou que havia feito uma cotação de preços com mais quatro empresas e que a Enterhelp apresentou a melhor proposta novamente, que eles conhecem o trabalho da Enterhelp e sabem que nós somos competentes sim e temos condições de fazer a manutenção por um custo menor. E eles conhecem o trabalho da Enterhelp, inclusive, se vocês quiserem, eles até relataram nesta Casa que a Enterhelp não deixou de fazer a manutenção do transporte de Curitiba por não ser competente e sim porque não tinha os devidos acessos, ela não podia fazer a manutenção do equipamento em laboratório e, quando esse equipamento ia, como já dito, para o fornecedor de hardware, demorava oitenta dias para retornar. Hoje, no entanto, a Enterhelp tem condições de fazer a manutenção em campo e também em laboratório, acredito por um custo justo, e as empresas de ônibus sempre me passaram que tiveram a intenção de pagar um custo justo. E para elas o valor da Enterhelp, na época, cento e sessenta mil, e depois passou para duzentos, era um preço justo. E hoje, duzentos e quarenta mil é um preço justo. A Enterhelp não visa grandes lucros, mesmo porque, na área de serviços não se pode visar um lucro de mais de 15% a 25%. Se uma empresa quiser ganhar mais de 15% a 25%, uma quantidade maior que isso, eu, na qualidade de empresário, jamais faria isso, porque isso daria problemas. Então, a Enterhelp está preparada para novamente realizar a manutenção do transporte. No entanto, tínhamos acertado com as empresas que, conforme eles nos passaram, que o contrato de bilhetagem eletrônica acabou dia 29 e que logo em seguida retomariamos esses contrato e passaria a fazer a manutenção em campo e também no laboratório. No entanto, no dia 1º de setembro, quando a Enterhelp estava preparada com os técnicos já treinados, estrutura pronto, laboratório preparado, o Setran nos comunicou que aquilo que a Enterhelp pediu para eles, que são os equipamentos reservas, a reserva técnica, os acessos somente da parte de relatórios de manutenção, a imagem do PC, ou seja, o Sistema Operacional do PC de Bordo, eles não haviam conseguido esses acessos até o momento junto à Urbs e que estavam aguardando e que, inclusive, entraram na justiça para pedir esses equipamentos e pedir esses acessos. E nos passou, que deveríamos aguardar que eles iriam conseguir esses equipamentos, se conseguissem esses equipamentos iriam contratar a Enterhelp por um custo justo para que a tarifa pudesse ser mais justa. No momento a Enterhelp está aguardando isso, temos técnicos treinados, pessoal do laboratório, frota de veículos para atender, ir até as garagens para fazer os chamados técnicos, equipe de suporte, ou seja, todo aparato para fazer a manutenção do transporte público de Curitiba. Inclusive, abro as portas da Enterhelp para que conheçam melhor.

O SR. PRESIDENTE:- Consultamos o Sr. Wanderlei, se tem mais algumas colocações, porque passaremos às perguntas dos Srs. Vereadores.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- De momento seria isso.



O SR. PRESIDENTE:- Como é de praxe nesta CPI as primeiras perguntas são efetuadas pelo Presidente da Mesa. Gostaria de perguntar, qual é a sua formação profissional?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Tenho faculdade de Administração de Redes.

O SR. PRESIDENTE:- De Internet?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- De Redes de Computadores.

O SR. PRESIDENTE:- O Senhor estudou em que instituição?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Santa Cruz.

O SR. PRESIDENTE:- Como surgiu a empresa Enterhelp?

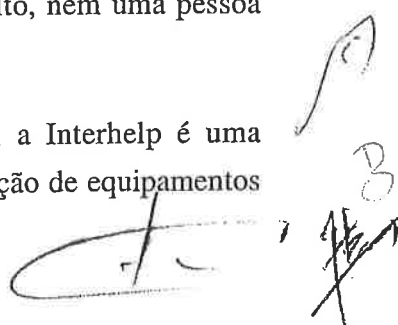
O SR. WANDERLEI SANTOS:- Eu era gerente de manutenção de transporte público metropolitano, cuidava dos equipamentos e dava treinamentos para os técnicos dentro das garagens. Então, na época e hoje, eu conhecia muito bem o equipamento da Dataprom e tenho um amplo conhecimento nessa área de bilhetagem eletrônica. Então, ajudei a implantar o sistema de bilhetagem eletrônica do transporte metropolitano do qual onde eu era gerente de TI e fazia um bom trabalho lá, reconhecido pelas empresas e, na época, fui procurado por eles o qual me diziam que eles pagam um valor xis para a empresa que até aquele momento fazia manutenção, que essa empresa estava solicitando um aumento muito grande e que as empresas não tinham condições de pagar um valor tão alto. Então, sabendo do meu trabalho, eles nos solicitaram um orçamento e passei esse orçamento e eles acharam que estava no contexto, era um valor justo (R\$). Então, foi dessa forma. As empresas conheciam o meu trabalho no transporte metropolitano, e eles sabiam que eu tinha condições. Tanto que após a Interhelp começar a fazer essa manutenção, ao ver deles, eu prestei um bom serviço. A única dificuldade que ocorreu no meu contrato foi pela falta de equipamentos quando iam para o laboratório do fornecedor do hardware, demorava muito. Tanto que como eles gostavam, eu fazia um bom atendimento, atendia em tempo hábil, interagia bem com as garagens, no novo contrato que acredito que eles fizeram com a atual empresa que passou a fazer a manutenção, eles colocaram uma cláusula que quem continuaria fazendo a manutenção em campo seria a Interhelp. Só que a empresa não cumpriu. E como eu disse, sabiamente as garagens me orientaram que para que no transporte não ocorresse alguns problemas de falta de equipamentos, a gente deveria sair e aguardar uma nova oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Wanderlei, quais são os sócios da Interhelp?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Somente eu, e 1% a minha esposa.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor não tem nenhum outro sócio oculto, nem uma pessoa fora o senhor que faz parte da empresa.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Não tenho. De forma alguma, a Interhelp é uma empresa pequena que não visa grandes lucros, que atua na parte de manutenção de equipamentos



embarcados. Hoje eu tenho um contrato bem pequeno que não chega a dar dez mil. E jamais alguém se interessaria. E se alguém se interessar em ser um parceiro da Interhelp, de forma alguma. Eu só tenho o meu cliente, que são as empresas de ônibus.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Eu gostaria que o senhor nos informasse se o senhor sabe quem, antes da Interhelp, antes de junho de 2011, fazia a manutenção do sistema de bilhetagem eletrônica do sistema de Curitiba.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- A empresa que realizava a manutenção anteriormente à Interhelp era a empresa Dataprom, que é a fornecedora do hardware.

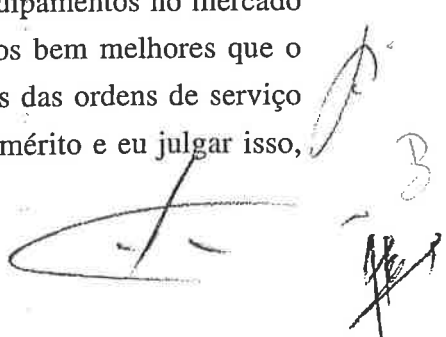
O SR. PRESIDENTE:- O senhor falou que o senhor tinha um faturamento final, quando lhe tiraram a sua empresa, de duzentos e dez mil reais. Mesmo assim, o senhor operava com lucro com duzentos e dez mil reais. Era de quanto esse lucro?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Em torno de 15 a 20%. A empresa pequena é muito variável.

O SR. PRESIDENTE:- Posteriormente, o senhor acha que a empresa que lhe sucedeu, a Dataprom, que aumentou esse contrato de duzentos e dez para quinhentos e sessenta e seis, é correto afirmar que com duzentos e dez o senhor teria em torno de trinta mil reais de lucro. Então, dos duzentos e dez aos quinhentos e sessenta e seis, praticamente foi só lucro dessa empresa? O SR. WANDERLEI SANTOS:- Acredito que sim. No entanto eu não conheço a questão do custo da outra empresa. Mas acredito que ela tenha em torno de uns trinta técnicos, tenha uns dez veículos, no laboratório ela deve gastar em torno de uns trinta a quarenta mil para fazer a troca dos componentes. Eu não gostaria de entrar no mérito e dizer que ela lucra ou não lucra. Eu sei exatamente da minha empresa, que eu com duzentos e dez lucrava de 10 a 15%, às vezes até um pouco mais. Mas olhando assim pelo âmbito, acredito que ela tenha um bom lucro (u)

O SR. PRESIDENTE:- Uma outra pergunta: qual a qualidade desses equipamentos fornecidos pela Dataprom, já que o senhor ficou praticamente um ano, mais de um ano fazendo a manutenção? São equipamentos de primeira linha, são equipamentos de excelente qualidade? Qual a qualidade desses equipamentos?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Durante o período em que a Enterhelp atuou fazendo a manutenção desses equipamentos, a Enterhelp tem registrado todos os problemas que o equipamento apresentou. Inclusive quero deixar à disposição da Casa todas as ordens de serviço. Todos os problemas que foram levantados com relação aos equipamentos em campo estão nas ordens de serviço e estão à disposição desta Casa. Está aqui e gostaria até de entregá-las a esta Casa. No entanto, conheço bastante empresas que realizam e que têm equipamentos no mercado de Curitiba e até do exterior. Eu, particularmente, conheço equipamentos bem melhores que o atual fornecido em Curitiba. Vocês poderão fazer o levantamento através das ordens de serviço que estão sendo relatado todos os problemas e não gostaria de entrar no mérito e eu julgar isso, porque vocês podem julgar isso. Vocês terão as ordens de serviço.



O SR. PRESIDENTE:- Uma outra pergunta, Sr. Wanderlei. Gostaria de saber se logo após ou durante o período em que o senhor fazia a manutenção do sistema, o senhor sofreu algum tipo de perseguição pessoal, de ameaças por parte da outra empresa que fazia a manutenção dos equipamentos antes do senhor.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Não sofreu nenhum tipo de ameaça, nada?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber quais eram os principais problemas que o senhor encontrava na manutenção dos sistema de bilhetagem de Curitiba?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- O principal problema que a Enterhelp enfrentou durante o período em que realizou a manutenção foi o PC de bordo que travava muito. Ou seja, deixava de comunicar. Cada vez que o equipamento trava ou deixa de comunicar um técnico tem que comparecer para destravá-lo. Então, era bem grande, aliás era muito grande o volume de chamadas técnicas para destravar equipamentos. Ou seja, a Enterhelp além de ser acionada pelas garagens a gente tinha uma ferramenta de acompanhamento e via que o equipamento travava muito.

O SR. PRESIDENTE:- E quando este equipamento trava os dados que estão nele são perdidos ou podem ser recuperados?

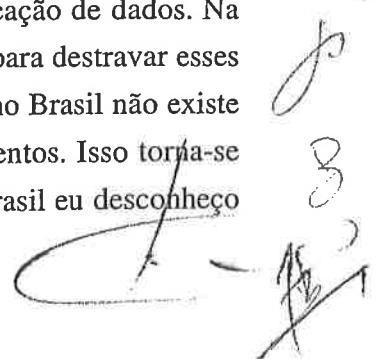
O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não são perdidos, logo após o destravamento do equipamento ele passa a comunicar novamente e fazer a transmissão dos dados .

O SR. PRESIDENTE:- E as pessoas que têm que passar na catraca ou no ônibus é cobrada delas a tarifa? O senhor tem essa informação?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Sim. Quando o PC trava o validador continua em funcionamento. O ônibus só fica indisponível quando o validador trava. O validador também apresentava problemas e também trava.

O SR. PRESIDENTE:- E isso é frequente esse travamento do validador?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- É frequente, conforme as ordens de serviço que vocês poderão levantar, é frequente. Na época a Enterhelp começou com dezoito técnicos, porque a gente não sabia que tinha de ter uma equipe somente para atuar na comunicação de dados. Na época eu tinha treze a quinze técnicos que compareciam durante a madrugada para destravar esses veículos. Na minha concepção nenhuma empresa que fabrica o equipamento, no Brasil não existe isso. Não se pode ter uma equipe de comunicação só para destravar equipamentos. Isso torna-se caro para as garagens e, caro para a empresa que realiza a manutenção. No Brasil eu desconheço



um processo assim, de outras empresas que fornecem equipamento que tenham que ter uma equipe só para destravar equipamentos.

O SR. PRESIDENTE:- Quando o senhor fala que trava o validador, o que acontece com os passageiros que vão entrar no ônibus, na estação-tubo ou no terminal?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Quando o equipamento trava e se ônibus estiver em operação a garagem tem que recolher esse veículo. Até não gostaria de entrar muito nesse mérito, porque o Setransp tem condições de passar para vocês o relatório dos ônibus que ficam indisponíveis pelos motivos de travamento do validador. Quando um PC trava o ônibus não fica indisponível, mas quando o validador trava fica indisponível.

O SR. PRESIDENTE:- Podemos dizer que nesse momento se perdem dados, números de passageiros e passageiros podem passar gratuitamente pelo sistema ou não?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Nas estações-tubo quando um equipamento trava, seja por falta de energia ou seja porque ficou indisponível, os cobradores têm que abrir a porta do lado da estação e aí os passageiros acabam entrando...

O SR. PRESIDENTE:- Com que frequência diariamente esse problema?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Teria que fazer um levantamento, inclusive tenho as ordens de serviço e dá para fazer esse levantamento. Tenho também aqui uns relatórios que mostram que não é baixo esse travamento.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor pode entregar esses dados a CPI?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Eles estão aqui disponíveis. O que gostaria de deixar bem claro? Pelo que eu conheço hoje a parte de equipamentos embarcados, a tecnologia para ônibus está muito bem avançada. Existem empresas muito boas, que o equipamento deles não trava e por isso que as empresas hoje tem muito interesse em trocar o sistema, conforme fiquei sabendo pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor é especialista em redes, gostaria de saber se o senhor tinha algum acesso ao software da Dataprom?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Nenhum. O meu acesso era exclusivo da parte de manutenção. A parte de software eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar se esses hardware eram de fabricação da própria Dataprom ou eram importados?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- A procedência do equipamento não posso lhes passar, até mesmo porque não tenho acesso a isso. Não posso dizer, mas sei que o PC não é fabricado por eles, é trazido de fora. Se os senhores solicitarem uma nota fiscal ou solicitarem a procedência



junto a essa empresa ela poderá lhes responder.

O SR. PRESIDENTE:- Fizemos uma visita, ou seja, uma diligência a Urbs e acessamos os computadores, os dados, os "logs" lá da Urbs e constatamos que havia muitos resets entre a transmissão de dados do ônibus, do local, para o centro de operações da Urbs. Isso é confirmado? Havia muitos resets mesmo?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Havia e continua havendo. Se vocês pediram acesso do sistema SBE (A) vocês vão ver que existem muitos resets, inclusive que é registrado no sistema. E para que vocês possam ter um amplo conhecimento ou possam acompanhar melhor, se vocês pedirem o log do validador, o log do PC vocês vão verificar que existem muitos resets.

O SR. PRESIDENTE:- O que significa o reset? Essas dados são perdidos? O que ocorre quando há um reset no sistema?

O SR. WILSON SANTOS:- O dado não perde. A única coisa é que quando o validador está travado e ele é reiniciado isso incomoda muito as empresas, porque o ônibus pode ficar indisponível. Mas quando o PC trava o ônibus não fica indisponível. Ou seja, quando um validador trava a garagem tem que trocar esse veículo.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço as respostas de V.S^a. Passo agora ao nosso Relator e, posteriormente, aos demais Vereadores para que possam continuar as perguntas.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Wanderlei agradeço a sua presença. Wanderlei não ficou muito claro se quando esses resets ocorrem esses dados são apagados ou permanecem sendo armazenados dentro do sistema de bilhetagem eletrônica?

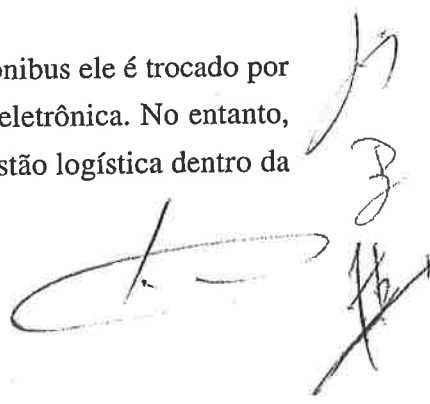
O SR. WILSON SANTOS:- Não, esses dados não são apagados. Os dados permanecem.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Recentemente o representante do Setransp afirmou que 10% das viagens podem ter problemas na Cidade de Curitiba. Isso é verdade?

O SR. WILSON SANTOS:- Acredito que sim. Como eu já disse, todos os chamados técnicos que a Enterhelp realizou está relatado e está aqui a disposição de vocês. Vocês podem fazer aqui um levantamento e verificar que a indisponibilidade dos ônibus devido a travamento dos equipamentos é grande.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Neste sentido os passageiros não são registrados no sistema quando ocorrem esses problemas?

O SR. WILSON SANTOS:- Não, quando há indisponibilidade do ônibus ele é trocado por um ônibus que esteja em perfeito funcionamento, na parte de bilhetagem eletrônica. No entanto, acredito que as empresas se incomodem com isso, porque isso dá uma questão logística dentro da garagem, isso dá transtorno, sim.



O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas em quantidade de passageiros, não é possível determinar um valor aproximado de percentual de passageiros que não são registrados no sistema?

O SR. WILSON SANTOS:- Isto não, porque à partir da hora em que o equipamento travou a garagem se preparou para trocar imediatamente esse veículo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Troca o veículo ou o validador?

O SR. WILSON SANTOS:- Troca o veículo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor trabalhou na Dataprom antes de abrir a sua própria empresa, há um contrato da ICI com a Urbs? Antes de 2006/2007 os equipamentos eram da Dataprom?

O SR. WILSON SANTOS:- Eu nunca trabalhei na Dataprom. O fornecedor do hardware é a Dataprom.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Antes de abrir a empresa o software também era Dataprom ou era... quando o senhor abriu exatamente a sua empresa?

O SR. WILSON SANTOS:- Quando eu passei a realizar a manutenção eu já tinha a empresa. O que ocorreu é que na época em que fui contratado adinisti técnicos, treinei técnicos para atuarmos na manutenção. Como eu já disse, a questão de software, a Enterhelp não atuou e nem atua na parte de software, somente na manutenção de equipamentos em campo e também em laboratório.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor sabe informar à CPI se a partir de 2009 houve alguma troca dos equipamentos no sistema de Curitiba?

O SR. WILSON SANTOS:- Em 2009 ou 2008, não me recordo muito bem, foi trocado do Val 5 para o chamado Val 6. Então, houve uma troca...

O SR. BRUNO PESSUTI:- De hardware ou de software?

O SR. WILSON SANTOS:- De hardware eu sei que ocorreu (c), de software não posso dizer porque software nunca se troca, sempre se faz um aprimoramento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Após o início da CPI o senhor recebeu, sei que o Jorge já perguntou isso, mas perguntou em outra época, algum tipo de ameaça ou perseguição de funcionários da Urbs, de funcionários da Dataprom ou alguma pessoa o ameaçou verbalmente?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Presidente, seriam essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto, vice-presidente.

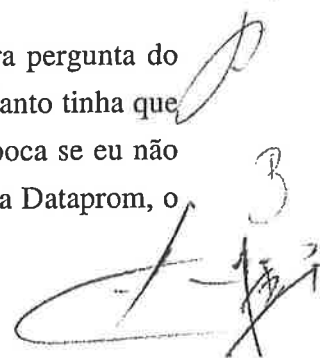


O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eu gostaria de saber essa diferença entre a sua empresa contratada e a Dataprom. Qual a distinção do serviço prestado pela Dataprom e pela sua empresa enquanto prestava os serviços ao sistema. Também gostaria de saber se o seu contrato foi feito da mesma forma que a Dataprom fez, via ICI.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- O contrato de manutenção de campo dos equipamentos de bilhetagem era realizado diretamente com as empresas de ônibus. Então, nunca fui contratado pelo ICI e sim pelas empresas de ônibus, as empresas que são associadas ao Setransp no caso. O que a Enterhelp fazia na manutenção dos equipamentos e que a Dataprom faz é o mesmo, ou seja, tem que ter os técnicos para comparecer em campo, fazer essa manutenção. A única diferença é que a Dataprom faz a manutenção do hardware em laboratório, mas hoje a Enterhelp está preparada para fazer a manutenção em campo e também em laboratório. Ou seja, o hardware do sistema de bilhetagem eletrônica a Enterhelp também está preparada para fazê-lo e por um custo, como já dito, bem menor.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Essa pergunta, Sr. Wanderlei, vem no seguinte sentido. A Dataprom quando fez o contrato com o ICI criou um banco de dados e transferências e apresentava junto com esse contrato, que está aqui em mãos, os principais benefícios oferecidos pela implantação do sistema de bilhetagem eletrônica. Elencam vários fatores que ajudariam no controle da receita, redução de custos, redução de vazão, ou seja, houve uma justificativa quando a Dataprom foi contratada pelo ICI, que compõe um dos artigos do contrato, em que esses benefícios justificariam os preços. O que foi falado pelo advogado das empresas de transporte, o Setransp, é que a empresa anterior não prestava bons serviços, ou seja, a Enterhelp não tinha uma capacidade de atendimento técnico em tempo que as empresas precisariam. Era deficitária no atendimento. A Enterhelp nesse momento parece que cessou ou rescindiu o contrato com a empresa. O senhor tinha o contrato até 2014 e o seu contrato foi até 2012. Na sua fala também, o senhor fala que a Urbs não permitia a abertura dos equipamentos porque eles estavam dentro de uma garantia, porque um financiamento foi patrocinador desses equipamentos, o convênio estabelecido entre o financiamento para adquirir esses equipamentos. A Urbs proibia vocês fazerem um reparo no laboratório. Vocês tinham apenas que retirar as peças e enviar ao laboratório e o atendimento era apenas em campo. Hoje o senhor nos disse que as empresas fizeram um novo contato com o senhor, não sei se um novo contrato e que elas estariam dispostas ao atendimento pleno, ou seja, estaria atendendo em campo e estaria atendendo também a moratória. Essas reposições das peças, pergunto, essas peças, o senhor teria a condição, ou a reposição, o estoque para que pudesse atender, a Dataprom fornecia isso? Como seria essa articulação entre a sua empresa prestadora de manutenção obter essas peças de reposição ora necessárias.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Na verdade, respondendo a primeira pergunta do senhor, que as empresas passaram que a Enterhelp não tinha capacidade técnica. Tanto tinha que os nossos técnicos da Enterhelp passaram para a Dataprom. Por quê? Porque na época se eu não tivesse colaborado com o sistema e demitido meus técnicos e não tivesse ido para a Dataprom, o

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Wanderlei' and there are some initials and a date '3' written next to it.

sistema entraria em caos. Ou seja, acho que as empresas não foram felizes na colocação, porque a Enterhelp encontrou dificuldades na manutenção, mas por falta de equipamento. Inclusive já vi relatos deles, eles já relataram que a Enterhelp tinha, fazia um bom trabalho e que a nossa dificuldade era que não tinha equipamento para realizar essa manutenção. No entanto, tanto que a Enterhelp fazia um bom trabalho que fomos convidados para um nova cotação e eles nos declararam que a Enterhelp era apta para continuar fazendo essa manutenção, um novo contrato. Com relação à questão de peças, a maioria das peças de um validador é fornecida, tem no mercado e está disponível, até mesmo porque os problemas que um equipamento apresenta é sinal sonoro, bateria. Então são pequenos problemas que podem ser consertados rapidamente. Quando trava um validador tem que ser feita uma limpeza, quando o validador fica lento para ler cartão, basta levar para o laboratório para fazer uma limpeza, que esse equipamento fica disponível novamente.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Então, o senhor afirmou aqui que no momento em que a empresa Enterhelp teve a suspensão do contrato, os técnicos foram trabalhar na Dataprom, ou seja, foram prestar os serviços que já prestavam pela Enterhelp para a Dataprom.

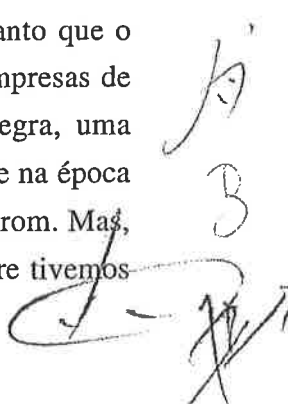
O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Exatamente. Inclusive as empresas, tanto que se a Enterhelp não prestasse um bom serviço, eles não iriam colocar no contato da Dataprom dizendo que ela teria que subcontratar a Enterhelp. O problema não era a mão de obra, não era conhecimento e sim a dificuldade de chegar o equipamento para a Enterhelp. Se na época a Enterhelp pudesse fazer a manutenção em laboratório, seria tudo mais fácil. Hoje a Enterhelp tem condição de fazer a manutenção em laboratório e tenho certeza que poderemos fazer um bom trabalho, e as empresas também têm certeza disso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- A pergunta que faço: caso hoje a Urbs contratasse a Enterhelp, porque estou entendendo que as empresas é que estariam contratando a Enterhelp, isso que o senhor falou? Não é a Urbs, o contrato de manutenção de equipamentos neste momento que o senhor teve um contato com as empresas, e estabeleceu-se um novo contrato para que o senhor preste o serviço certo?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Ainda não existe contrato.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Existe apenas um contato, vocês tiveram uma conversa, foi isso?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Isso. Apresentamos a proposta e eles nos informaram que se a Urbs passar os acessos necessários, passar a reserva técnica para as empresas, passar a imagem do PC e todos os equipamentos reserva a Enterhelp passaria a fazer a manutenção. Mas a Urbs, não é ela que contrata (B) uma empresa de manutenção. Tanto que o contrato que venceu agora, no dia 29 de agosto, era realizada diretamente entre as empresas de ônibus, administrado pelo Setransp com a Dataprom. Nesse contrato tinha uma regra, uma cláusula, que dizia que a Dataprom tinha que subcontratar a Enterhelp. Então, senti-me na época muito mal em ter que me desfazer da minha mão de obra, para fornecer para a Dataprom. Mas, como disse, para que o sistema não parece a Enterhelp se consolidou e porque sempre tivemos



uma boa conversa, um bom relacionamento com as empresas e com o Setransp, a Enterhelp demitiu esses técnicos que logo em seguida foram admitidos pela Dataprom. Até ao meu ver, acredito que uma empresa de boa índole não faria isso, não assinaria um contrato com as empresas, comprometer-se-ia em subcontratar a empresa que estava no momento fazendo manutenção, até mesmo porque essa cláusula, não sei se os senhores tem conhecimento, para um bom interpretador verá que o problema não era mão de obra, o problema não era a Enterhelp, o problema era que não chegava a nós os equipamentos reservas, pelos equipamentos encaminhados para o laboratório.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O senhor poderia afirmar se todo controle de receita e redução de custos, redução de evasão de receita, controle de gratuidade, controle de vale-transporte, controle de beneficiários, a Enterhelp se fosse contratada a partir de agora teria condições de fornecer todos esses relatórios, com eficácia às empresas e consequentemente sendo transferido esses dados à Urbs? O senhor vê a condição da Enterhelp ter essa condição técnica em atender esses requisitos?

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Olha, precisamos separar o que é manutenção de equipamento, manutenção em campo, de software. Esse controle é feito pela empresa que realiza a manutenção do software. Na época a Dataprom fazia a manutenção do software e a Enterhelp a manutenção em equipamento. Então, não tem nada haver parte de controle de receita com realização de manutenção. Simplesmente vai fazer a manutenção do equipamento para que consiga transmitir esses dados para o software que fica num Data center, no caso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Ou seja, a manutenção dos equipamentos a Enterhelp tem condições de atender de forma ampla?

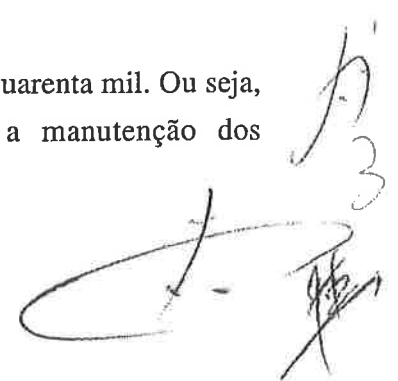
O SR. VANDERLEI SANTOS:- Teria. A manutenção dos equipamentos em campo a Enterhelp tem condições de fazer 100%.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Com custo menor hoje do que é cobrado pela Dataprom? O senhor também pode afirmar isso?

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Exatamente. Com certeza.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O custo da sua empresa para prestar esse tipo de serviço seria hoje em duzentos e dez mil reais? É isso? Quando o senhor encerrou o contrato estava em duzentos e dez mil reais? Esse novo, com essa nova conversa que abriu entre empresas e a sua empresa Enterhelp, esse valor foi estabelecido em quanto para prestar novamente essas manutenções?

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Ficou estabelecido em duzentos e quarenta mil. Ou seja, manutenção de equipamento em campo, configuração, instalação e a manutenção dos equipamentos em laboratório, ao custo de duzentos e quarenta mil.



O SR. SERGINHO DO POSTO:- Ok. Eram essas as perguntas. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Serginho do Posto, vice Presidente desta CPI. Registramos a presença do Dr. Luciano Reis, que é Presidente da Comissão de Gestão Pública da OAB, e que representa aquela instituição agora. Assim como, agradecemos, mais uma vez, a presença do Dr. Airton Rack, que representa a Associação Comercial do Paraná. Muito obrigado pela presença. Agradecer a presença do Pio Santana, que é Gestor da Secretaria da Região Metropolitana de Curitiba, e do Arquiteto em Gerencial Pocá, ex-secretário de transportes de Curitiba. Passo a palavra ao Vereador Valdemir Soares, o vice-relator desta CPI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero destacar aqui, Sr. Presidente, ouvindo toda a fala do nosso convidado de hoje, já conhecemos o Wanderlei há algum tempo, sabemos da capacidade dele como técnico, inclusive, alguns anos atrás, ainda antes da Enterhelp, né, Wanderlei, teve a oportunidade de nos fazer um website, é um rapaz totalmente compromissado com a tecnologia, com o trabalho, com a dedicação no transporte coletivo, que, se não me engano, além de trabalhar em outros setores administrativos, também foi motorista, ou não?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Não, não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não? Mas foi meio que "busólogo", né?

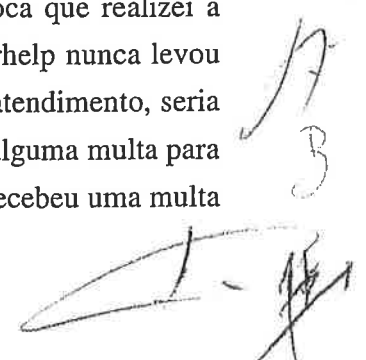
O SR. WANDERLEI SANTOS:- É. Eu posso dizer que...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Isso não é uma pergunta, é só uma introdução.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Eu posso dizer que tenho uma boa vivência no transporte público há um bom tempo já.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sem dúvida. Então, quero deixar bem claro que já o conhecemos e que desejamos que a partir de hoje possamos ter alguma alternativa, Presidente, até para indicarmos alguma possibilidade de redução de preço nesse serviço, ou com a Enterhelp, da Dataprom, com uma situação mediadora entre tudo isso. Mas pegando aqui a última pergunta do Vereador Serginho do Posto, pergunto a você, Wanderlei: você teria hoje todo o equipamento necessário, toda a estrutura necessária para fazer esse trabalho que o Setransp paga mais de quinhentos e cinquenta mil, por duzentos e quarenta mil/mês? Você teria hoje essa estrutura para trabalhar, a estrutura tanto profissional como de equipamentos?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Com certeza. Eu tenho toda a estrutura, os técnicos estão preparados. O Setransp conhece meu trabalho, tanto que, durante a época que realizei a manutenção do transporte, dos equipamentos de bilhetagem eletrônica, a Enterhelp nunca levou uma multa. E no contrato consta lá que, caso a Enterhelp deixasse de fazer o atendimento, seria multada. Então, a Enterhelp nunca recebeu uma multa. E quando a Urbs gerou alguma multa para as garagens, foi rebatido, foi justificado com tempo hábil, e a Enterhelp nunca recebeu uma multa



sequer por isso. Se vocês forem conversar com as empresas, com empresários que conhecem o meu trabalho, o trabalho da Enterhelp, certamente vão ser de acordo, porque eles sabem que a Enterhelp fez um bom trabalho e tem condições de fazê-lo. Tenho lá frota de veículos para atendimento em campo, tenho laboratório, tenho técnicos preparados, inclusive, hoje as empresas já sabem que, como eu sou autorizado da empresa a fazer a manutenção dos itinerários, hoje eu tenho elogios tanto das garagens, como do fornecedor do hardware. Eu acabei esquecendo de trazer esse documento, mas hoje a Enterhelp é muito elogiada na parte de manutenção dos equipamentos itinerários. Fazemos a manutenção em campo dos itinerários e em laboratório. Ou seja, trocamos todos os componentes, processadores, memórias, atendemos em tempo hábil, e, reafirmando, as empresas conhecem muito bem. Elas jamais iriam pedir uma cotação para a Enterhelp e nos afirmar que fomos vencedoras dessa cotação de preços se não conhecessem o nosso trabalho. E uma empresa, para realizar a manutenção de um sistema de bilhetagem eletrônica, tem que ser muito focada e voltada (x) para isso, porque não conseguirá e tem que conhecer também.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você acredita que foi só pela falta de equipamento que você perdeu essa prestação de serviço anteriormente para a Dataprom, você acredita foi só a ausência de equipamento ou teve questões políticas internas ou até mesmo uma escolha particular dos empresários do transporte?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Isso não posso afirmar, até mesmo eu não estou envolvido nesta questão, meus relacionamentos são só com as empresas de ônibus e na parte tecnicamente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas você acha que houve outros motivos além da justificativa dos equipamento?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Não houve outro motivo. Aliás, as empresas sempre me deixaram muito tranquilo com relação a isso, sempre me passaram a posição que sempre fiz um bom trabalho e que a Enterhelp deixou de fazer manutenção por falta, 100% de equipamentos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E o que mudou que você não tinha esses equipamentos anteriormente e hoje você tem, houve um investimento de capital, houve alguma adesão de outros sócios. Como que naquele momento você não teria condição de atender e hoje tem?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- A condição é a seguinte, hoje a Enterhelp, as empresas liberam o equipamento para que a Enterhelp possa abri-lo e fazer a manutenção, na época, não podíamos abrir, tinha que pegar o equipamento, levar para o fornecedor, um sinal sonoro, uma bateria demorava oitenta dias para ficar disponível para a Enterhelp. Agora, que venceu o leasing, que os equipamentos ou é da Urbs, ou das empresas, não sei bem, mas hoje a Enterhelp pode atuar também no laboratório, ou seja, fazer 100% da manutenção de equipamentos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você tem esse parecer das partes?



O SR. WANDERLEI SANTOS:- Tenho sim! As empresas sabem que eu tenho condições de fazer a manutenção desses equipamento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você tem esse parecer, elas oficializam isso?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Se precisar elas podem oficializar, inclusive, elas podem até emitir um documento que a Enterhelp estará apta a isso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você já fez, como gosta muito de transporte, fez um calculo da possibilidade de diminuição da tarifa se baixarmos esse pagamento dessa prestação de serviço de seis milhões quatrocentos e oitenta, mais ou menos por ano, que é o que calculamos aqui com a Dataprom para dois milhões oitocentos e oitenta, em cima do seu valor, seria uma economia de três milhões e oitocentos mil reais por ano, já foi questionado sobre isso?

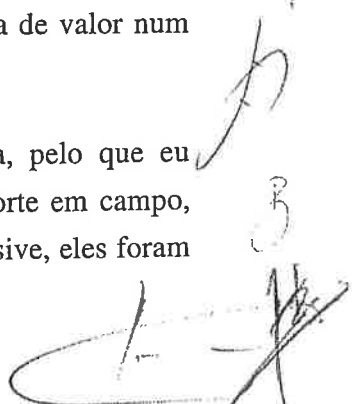
O SR. WANDERLEI SANTOS:- Fica em torno de dois centavos por passagem. Todo dia aquele usuário, que pega o ônibus, caso a Enterhelp consiga realizar a manutenção, ele vai pagar dois centavos a menos, não pode ser muito para quem tem um bom salário, mas para aquele usuário assalariado, chegando no final do mês já dá uma diferença. E, no âmbito geral, isso faz uma boa diferença e boa economia, é o que leva as empresas a querer sempre contratar a Enterhelp, porque eles sempre visam diminuir os custos. Então, eles sabem que, constantemente, tem que estar correndo atrás, fazendo cotações, tentando fazer com que o transporte público seja mais viável. Acredito que, caso a Enterhelp venha realizar a manutenção, ajuda isso na tarifa técnica

O SR. VALDEMIR SOARES:- E as empresas hoje estão inclinadas a essa mudança, porque tem autonomia hoje, a Urbs precisa disponibilizar a tecnologia que ela já tem, hoje então, com adesão da Urbs, as empresas dariam total apoio para essa troca?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Sim, tanto que eles entraram até na justiça, entraram com liminar para ter o direito de contratar outra empresa. Primeiramente, eles entraram na justiça, entraram depois com agravo para ter... Solicitaram os acessos, os equipamentos reserva, solicitaram que a Urbs crie o usuário para outra empresa fazer a manutenção, crie os cartões de manutenção, então, ao meu ver, está muito claro que as empresas têm esse desejo. Eu conheço particularmente algumas empresas e sempre acompanhei, mesmo porque, gosto dessa área, eu sempre vejo eles correndo atrás e querendo gerar economia. E um contrato com a Enterhelp vai gerar economia no sistema de transporte.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você conhece o mercado, além da Dataprom, além da sua empresa, existiriam outras empresas que poderiam cobrir ou disputar essa média de valor num levantamento interno do Setran para buscar o melhor preço?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Realmente existe, mas em Curitiba, pelo que eu conheço, para realizar a manutenção do transporte dos equipamentos do transporte em campo, acredito que seja Dataprom e Enterhelp, se tiver mais alguma não conheço. Inclusive, eles foram



buscar orçamentos até com empresas de fora, só que para as empresas de fora virem para Curitiba fica inviável, penso eu, porque eles vão ter que se estabelecer, vão ter que trazer técnicos de fora, enquanto a Enterhelp já tem isso, esses técnicos preparados, treinados, já conhece o passo a passo, conhecem todas as estações tubo, conhecem todos os terminais, cada gestor da garagem para interagir, ou seja, já tem experiência para realizar essa manutenção dos equipamentos aqui de Curitiba, do transporte.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Vamos voltar para tecnologia. O validador transmite os dados dos arquivos de bilhetagem para quais servidores? Ele transmite direto para ICI, Urbs ou passa para os servidores da Dataprom, onde eles seriam pré-processados para depois chegar aos servidores do ICI ou da Urbs? Há uma passagem dessas informações, desses dados, desses arquivos de bilhetagem que passam pela manutenção da Dataprom ou vão direto para o sistema público?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Essa questão aqui, volto a dizer que é uma questão mais software, pelo menos o que está escrito é que esse equipamento comunica diretamente, são armazenados esses dados diretamente nos equipamentos do Datacenter do ICI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas você acha que podem ser modificados durante o processo. Pelo que você conhece de tecnologia, poderia haver um pré-processamento desses dados até chegarem na fonte final? Pode ou não pode? Vamos olhar pela questão de tecnologia, pela sua capacidade na questão tecnologia. Dá para fazer isso, dá para você pré-processar, receber esses arquivos de bilhetagem, pré-processar e mandar para os servidores do ICI ou da Urbs, para o servidor final?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Com relação à software, à sistema, tudo pode ser feito, mas eu desconheço. O que eu sei é que esses dados saem do validador, passam pelo PC e o PC encaminha diretamente para o Datacenter do ICI.

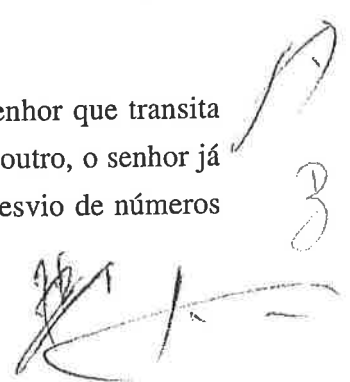
O SR. VALDEMIR SOARES:- Em tese, pode ser possível que exista no sistema, por exemplo, um consórcio zumbi, um consórcio fantasma, pode haver um desvio de números dentro desse sistema até chegar a fonte final. Isso daí pode acontecer?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Olhe, eu não posso afirmar isso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Tecnicamente pode acontecer?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Tecnicamente pode, mas não estou dizendo que esteja acontecendo, porque eu não conheço a parte de software, eu conheço só a parte de manutenção do equipamento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor já ouviu alguma vez (n), o senhor que transita junto com outros técnicos, sobre todo esse assunto, conversando com um, com outro, o senhor já teve alguma informação de um possível desvio de centavos, ou um possível desvio de números



nesse processo dos arquivos de bilhetagem?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Não. Essa parte nunca ouvi ninguém falar sobre isso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Wanderlei, os ônibus estão a cada dia mais lotados e se aumenta o número de veículos rodando. O senhor acha que o número de pagantes está diminuindo como aponta o sistema, ou os dados podem estar sendo prejudicados?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Nessa parte aqui eu não posso entrar no mérito pelo seguinte, porque como eu já passei, o meu conhecimento é meramente a parte do hardware. O software que está instalado no hardware ele é compilado, não tem como abri-lo, e ele é transmitido diretamente para o Datacenter. Então, para que vocês possam ter uma ideia melhor, vocês podem pedir para a Urbs o log do validador, o log do PC, o log do banco de dados, para que se tiver alguma alteração ou coisa parecida, isso aqui no log mostra.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor teve nas gestões passadas, ou na administração atual, alguma resistência da Urbs para que o senhor voltasse a operar esses serviços?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Claramente não. Eu só acho que agora nesse momento o fato das empresas terem que entrar até na justiça para que ela forneça o hardware, forneça os acessos, na minha concepção ela está fazendo corpo mole. Ela poderia colaborar mais com as empresas para que as coisas aconteçam de uma forma mais fácil.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Por que a Urbs estaria agora fazendo corpo mole?

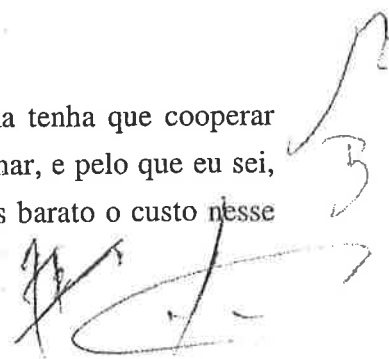
O SR. WANDERLEI SANTOS:- Porque as empresas pediram esses acessos e, pelo que eles me falaram, até agora eles não tem em mãos. Isso não é difícil. Trinta cartões de manutenção se cria em quinze minutos. Um acesso web faz em cinco minutos. Ela deveria agir e passar para as empresas esses equipamentos porque ela mesmo fala que a manutenção de gestão de equipamentos é das empresas de ônibus. E acredito que a Urbs poderia colaborar mais para que as coisas aconteçam, para que o custo do sistema venha se tornar mais viável.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual é a justificativa técnica da Urbs para não fazer essa cessão?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Olha, essa justificativa técnica eu desconheço. As empresas só informam que até o momento não tem esses acessos, não tem o equipamento, e que tiveram que entrar na justiça para conseguir isso, e que até o momento não tem.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor atribui então falta de vontade, falta de cooperação da Urbs? É isso?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Talvez seja isso. De repente ela tenha que cooperar mais com as empresas porque as empresas, e até esta Casa pode acompanhar, e pelo que eu sei, elas estão com uma boa vontade que o sistema seja mais viável, seja mais barato o custo nesse



quesito da manutenção dos equipamentos de bilhetagem eletrônica.



3

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual seria o tempo necessário para termos essa diminuição de dois centavos na tarifa se a Urbs hoje, depois dessa cessão, cedesse esse conteúdo e as empresas pudessem contratar uma empresa, não diria a Enterhelp, mas uma empresa que cobraria esses duzentos e quarenta mil reais mensais no lugar dos quinhentos e sessenta e seis? Qual seria o tempo para o sistema operar com essa economia para passarmos para a passagem desse subsídio.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Caso a Urbs forneça esses equipamentos ela pode fazer todo esse processo em um ou dois dias. A Enterhelp assim que as empresas de ônibus firmarem o contrato com a Enterhelp, e isso pode ser rapidamente, a Enterhelp já está preparada tecnicamente e estruturalmente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Dois dias para trabalhar com uma economia de dois centavos na passagem.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Exatamente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você tem alguma ação judicial contra a Urbs ou a Urbs ou alguém da Urbs tem alguma ação judicial contra você ou contra a sua empresa?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não tem, até com as empresas, como eu voltei afirmar, a questão das empresas elas têm muita confiança no trabalho da Enterhelp. Então, para uma empresa fazer a manutenção no transporte do nível de Curitiba tem que haver uma boa sintonia, um bom relacionamento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O detalhe para mim novamente é o que a Urbs precisa ceder no sistema para que a gente possa, uma empresa que cobra menos da metade do preço do atual sistema de bilhetagem cobra para termos essa economia.

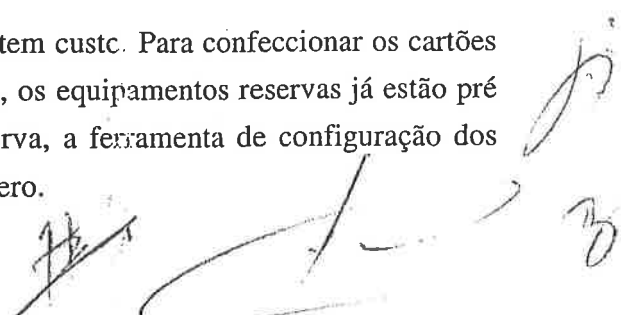
O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- A Urbs precisa fornecer o acesso web na parte...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Como é?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Precisa criar um acesso web para a empresa que venha fazer a manutenção, criar um usuário dos relatórios de manutenção, precisa disponibilizar para o Setransp os equipamentos de reserva técnica, ela precisa confeccionar os cartões de manutenção, ela precisa fornecer a imagem do PC, ou seja, o sistema operacional do PC, precisa fornecer as ferramentas de configurações dos validadores. Basicamente seria isso?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Agora, isso teria custos?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não, não tem custo. Para confeccionar os cartões não tem custo, para criar um acesso a web não tem custo, os equipamentos reservas já estão pré estipulados no contrato, já existe esse equipamento reserva, a ferramenta de configuração dos validadores também já existem, acredito que seja a custo zero.



O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, Sr. Presidente, finalizando, informar a esta CPI que vamos fazer um requerimento pedindo a Urbs a colaboração, os desprendimento da possibilidade de ceder esse conteúdo para que outra empresa possa operar esse sistema de bilhetagem em valores que sejam mais interessantes para o município e para o transporte coletivo, podendo assim até diminuir a passagem. Vou fazer este requerimento por escrito, gostaria de fosse colocado em votação já hoje, porque se for uma coisa simples e fácil, como o Wanderlei traz, nós temos que ganhar tempo. Temos que primeiro perguntar porque a Urbs não fez e, em seguida, no mesmo requerimento pedir a solicitação desse conteúdo à Urbs para que ela possa colaborar com a Setransp para que eles possam ter um serviço de bilhetagem mais barato e para que possamos atingir o valor da passagem e diminuir, ainda que seja centavos, como foi dito aqui, para o usuário, para o trabalhador, no final de um tudo, no final de um mês, no final de um ano é extremamente relevante. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Então fica o encaminhamento do Vereador Valdemir Soares em elaborar um requerimento solicitando a aprovação da CPI para que esse requerimento tenha a sugestão de redução desse valor que está sendo transferido, se houver a redução do contrato. É isso, Vereador Valdemir Soares? O senhor vai encaminhar um requerimento à CPI para que a CPI delibere o seu requerimento.

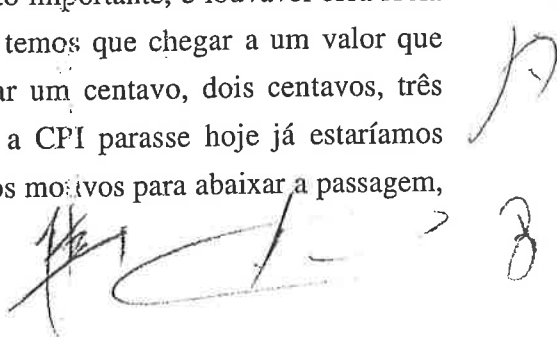
O SR. VALDEMIR SOARES:- Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Então, o senhor enviando colocamos em votação.

O SR. VALDEMIR SOARES:-O que a gente quer, Presidente, é que a Urbs esteja totalmente apta e comprometida a disponibilizar o que tiver que disponibilizar para buscarmos soluções que venham a diminuir o valor da passagem. E se não faz por alguma outra questão que seja técnica, que não foi conhecida por esta CPI, divulgada aqui, que a gente possa ter essa resposta oficialmente para podermos deliberar demandas.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Ficou claro. Concedemos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Bom dia a todos. Só gostaria de complementar aqui na solicitação do Vereador Valdemir Soares, de que na questão da passagem há muito mais itens que podemos abaixar, não em dois centavos. Isso também vai contribuir. Teríamos que sentar aqui porque já temos motivos suficientes para abaixar num valor bem maior do que esse. Nesse requerimento, nobre Presidente, que fosse visto porque tem muito mais coisa para reduzir. Hoje no mínimo essa passagem poderia estar em dois reais. É muito importante, é louvável essa ideia do Vereador Valdemir Soares, mas com respeito a redução temos que chegar a um valor que Curitiba pule de alegria. Não adianta começarmos a abaixar um centavo, dois centavos, três centavos. Já temos motivo suficiente. Digo o seguinte, se a CPI parasse hoje já estaríamos erguendo as mãos para o céu dizendo que ainda bem que temos motivos para abaixar a passagem,



porque ontem todo mundo dizia que não dava, todo mundo reclamava, prejuízo para tudo quanto é lado. Quem mais paga o prejuízo hoje terá uma notícia boa, vamos aguardar para ver. Sr. Wanderlei, existe um contrato da Dataprom que na cláusula 1.11.2 diz assim "Fica acordado, a pedido da contratante, respeitando as cláusulas 1.11 e seu parágrafo 1.11.1 que a contratada, a subcontratar a empresa WS Lima Serviços Desenvolvimento de Sistemas Ltda, mas conhecida como Interhelp, para a prestação de serviços de campo por um prazo máximo de doze meses, a partir da data da assinatura deste contrato". O senhor reconhece esse contrato?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- É, eu...

O SR. CHICO DO UBERABA:- Antes do senhor responder, o nosso prazo é curto, tenho várias perguntas que as suas respostas fossem de pronto para que possamos ganhar tempo.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Sim, aquilo que já reporte anteriormente.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor conhece os funcionários Bruno Henrique Pereira, Anderson Inácio da Silva, Rodrigo Paulo de Moraes, Daniel Piazoneto, Leandro Geraldo Figueira, Devanir Monteiro, André Robert Zaneti, Claudemir do Amaral, Wiliam Wagner Alves, Felipe Souza Castro, Ricardo José Rudinik, Bruno Eduardo Galvão, Misael Cardoso dos Santos, Douglas Felipe Fernandes e Mauro Freitas. O senhor conhece algum desses senhores?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Sim, esses eram alguns técnicos da Interhelp e que passaram para a Dataprom.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Já que o senhor conhece, porque os técnicos da Interhelp tiveram que se transferir para a Dataprom? No Jornal Gazeta do Povo o Sr. Abujamra relatou que a Dataprom cobra mais porque faz um serviço melhor, no entanto grande parte dos técnicos é da Interhelp e tiveram que se transferir para a Dataprom. Esclareça o porquê dessa transferência. O senhor sabe me dizer por que esses funcionários que eram da Interhelp foram para a Dataprom, haja vista que a Interhelp já praticava esse serviço?

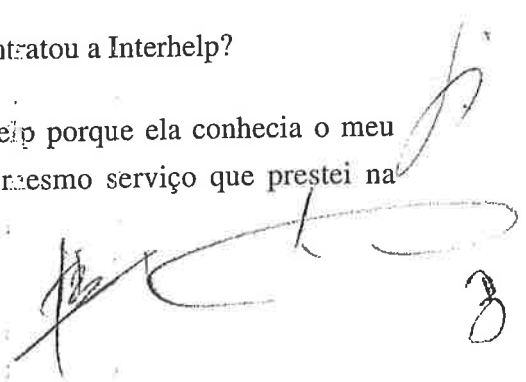
O SR. WANDERLEI SANTOS:- Então, naquele momento quem realizava a manutenção era a Interhelp. Como a Dataprom faria da manutenção dos equipamentos se os técnicos eram da Interhelp? Como ele disse que faz um serviço melhor, que precisou dos técnicos da Interhelp para fazer a continuidade da manutenção. A meu ver esse relato dele no jornal foi leviano.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor conhece a empresa Setransp?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Setransp é o Sindicato das Empresas de Ônibus.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que essa empresa contratou a Interhelp?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Ela contratou a Interhelp porque ela conhecia o meu trabalho (A) dentro do transporte metropolitano. Eu prestava o mesmo serviço que prestei na manutenção do transporte urbano.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Foi afirmado aqui nessa CPI que a empresa Enterhelp saiu do sistema porque não tinha capacidade técnica de prestar o serviço de manutenção. Isso é verdade?

O SR. WILSON SANTOS:- Não é verdade, a Enterhelp tinha os técnicos para fazer a manutenção, nunca levamos uma multa da Urbs, na época atendíamos bem, rapidamente, todas as empresas de forma coerente e hábil. Ou seja, se a Enterhelp não tinha capacidade técnica para fazer a manutenção, por que os nossos técnicos foram para a outra empresa? Então, posso dizer que a outra não tinha, porque ela não tinha os técnicos. E para se fazer a manutenção de um equipamento em campo precisa ter técnico, precisa ter equipe, precisa ter um gerenciamento. E uma empresa jamais conseguirá fazer a manutenção um dia sequer se não tiver técnico preparado, se não tiver estrutura. Eu fiz isso por uma ano. E só deixei de fazer porque houve uma dificuldade de nos fornecerem os equipamentos necessários, os equipamentos reservas que quando iam para o laboratório um simples sinal sonoro, uma bateria demorava oitenta dias para retornar. O que nos tornou inviável fazer essa manutenção naquele momento. No entanto, hoje a Enterhelp consegue fazer a manutenção em campo e também em laboratório 100%.

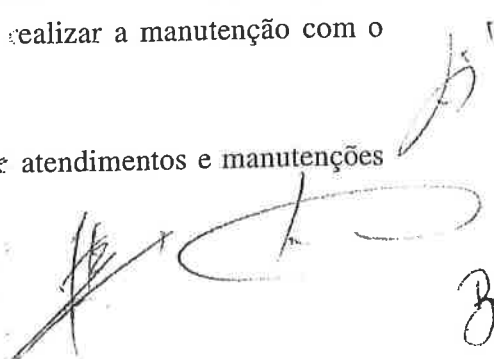
O SR. CHICO DO UBERABA:- Talvez as perguntas que eu faça sejam redundantes, já foram perguntadas, mas para eu não fugir do meu raciocínio. Foi afirmado que o preço cobrado pela Enterhelp era mais barato porque o serviço era incompleto e de baixa qualidade. O que o senhor tem a me informar sobre isso? Procede essa informação?

O SR. WILSON SANTOS:- Não procede. Tanto que a Enterhelp hoje faz a manutenção em laboratório e em campo. Se você for ver que o valor de duzentos e quarenta mil reais para duzentos e dez mil reais, que na época a Enterhelp cobrava, estamos colocando aqui uma diferença de trinta mil reais que é exatamente para adquirir as peças desses equipamentos e para uma pequena correção da época.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que a Enterhelp saiu do sistema e o Setransp contratou novamente a Dataprom?

O SR. WILSON SANTOS:- É justamente isso que falei, a dificuldade em chegar o equipamento reserva, equipamento que ia para o laboratório. Tanto que naquele momento as empresas não tinham a intenção de tirar a Enterhelp, inclusive eles colocaram no contrato que a outra empresa tinha que subcontratar a Enterhelp. Foi feito um novo contrato com a empresa Dataprom para que as coisas comesçassem a andar. Não era problema de mão de obra, não era problema de incapacidade e, sim, para que as coisas passassem a funcionar, para que o equipamento realmente chegasse na Enterhelp e ela conseguisse realizar a manutenção com o equipamento em mãos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que a quantidade de atendimentos e manutenções eram tão grandes?



O SR. WILSON SANTOS:- A quantidade de manutenção era tão grande porque o equipamento PC na época e hoje também continua assim, inclusive vocês podem fazer esse levantamento, ir até as garagens e verificar que o processo que a Enterhelp fazia antigamente hoje continua. Aquele reset que a Enterhelp fazia para poder reiniciar o PC era feito na Enterhelp e continua sendo feito. E antes da Enterhelp assumir também era feito, o processo continuou da mesma forma. Inclusive se vocês solicitarem ao Setransp eles tem documentação suficiente dizendo que os equipamentos travavam anteriormente a Enterhelp também.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E nesses resets é muita demanda do serviço ou não?

O SR. WILSON SANTOS:- O equipamento que trava ele exige em torno de dez a treze técnicos durante a madrugada para comparecerem na garagem todos os dias para restabelecer o sistema (c)

O SR. CHICO DO UBERABA:- O sistema de Curitiba poderia funcionar sem o PC para evitar os problemas de desligamento?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Hoje existe tecnologia para que um equipamento de bilhetagem funcione sem o PC. Ou seja, a parte de comunicação de dados pode ser incluída num equipamento único. No resto do Brasil é dessa forma que funciona.

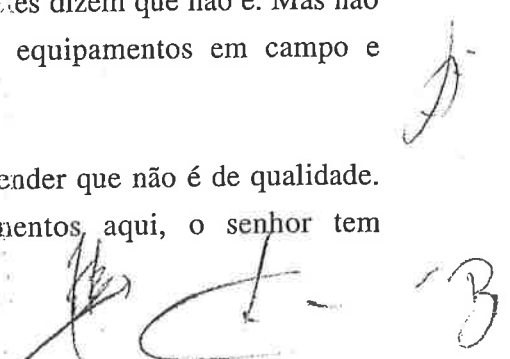
O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor tem conhecimento se em outras cidades do Brasil se opera com esse sistema de PC de bilhetagem?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não, não tenho conhecimento. Eu vejo da seguinte forma, se eu fosse uma empresa que fornecesse um sistema, jamais eu colocaria um PC na frente de um validador. Um validador tem que comunicar diretamente com os equipamentos do Datacenter para receber. Ou seja, não pode ter na arquitetura de um sistema de bilhetagem. Não estou dizendo que não deveria, mas eu não colocaria. As outras empresas do Brasil também não colocam.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Percebo aqui que o seu forte não é nos softwares, mas sim na parte técnica. Eu pergunto, o sistema de bilhetagem de Curitiba é de qualidade? E se tem defeitos, quais são ?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Olha, só posso responder pela parte de equipamentos. Existem equipamentos bem melhores, disso não resta dúvida. Agora, a parte de software vocês teriam que fazer essa pergunta diretamente para a empresa e para as empresas de ônibus. E pelo que eu sei já foi esclarecido aqui, e no relato deles eles dizem que não é. Mas não posso entrar no mérito porque faço somente manutenção dos equipamentos em campo e laboratório.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então o senhor dá a entender que não é de qualidade. Temos hoje equipamentos mais sofisticados. Esses equipamentos aqui, o senhor tem



conhecimento se são comprados nacionalmente, são produtos *made in China*, o senhor tem conhecimento da procedência e o valor de custo desses materiais?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Essa parte, como já respondi anteriormente, não sei onde eles comprem, onde eles buscam esses equipamentos ou componentes. E também não posso dizer onde eles buscam, a procedência, e custo. Só sei que esses equipamentos apresentam alguns problemas e que é necessário uma quantidade de técnicos para poder comparecer todos os dias nas garagens e restabelecer o sistema.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que as catracas do sistema não tem contador mecânico, o numerador? Quem retira esse contador e quem vistoria, aprova, os veículos sem o contador? O senhor tem conhecimento?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não tenho conhecimento. Quando a Enterhelp começou a fazer a manutenção já estava pré-estabelecido como seria realizada essa manutenção. Ou seja, pegamos o barco andando. Teríamos que seguir uma norma de como fazê-lo. E' para que o ônibus ficasse disponível, fosse liberado, teria que haver uma vistoria pela Urbs. Então, esse procedimento de contadores mecânicos, de retirar ou tapar com a fita o contador mecânico é um procedimento anterior a Enterhelp.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A Enterhelp, que é a sua empresa, teria condições técnicas de desempenhar o serviço de manutenção que a Dataprom realiza hoje? Sim ou não?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E o valor menor, quantos por cento do montante da Dataprom? O que é cobrado pela Dataprom hoje e o que vocês poderiam cobrar?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Esse valor que já passei de duzentos e quarenta mil.

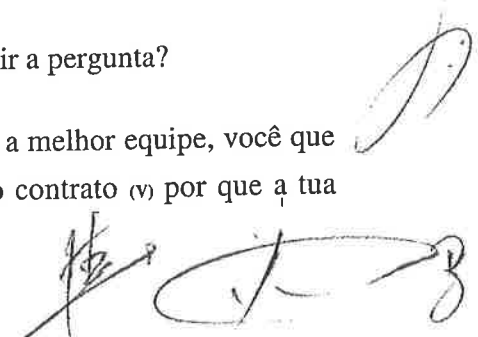
O SR. CHICO DO UBERABA:- Você sabe o que a Dataprom cobra hoje?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não cheguei a entrar nesse mérito. Posso dizer que desconheço.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O valor de vocês é de duzentos e quarenta mil? (Assentimento). Então por que V.Sa. não foi contratado pelas empresas no dia 29 de agosto de 2013 quando venceu o contrato da Dataprom? Se você tinha o melhor preço, qualidade, a melhor equipe, qual é a mágica? Você sabe responder o que aconteceu nesse caso?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Desculpe, poderia repetir a pergunta?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Se você tem o melhor preço, a melhor equipe, você que fazia a manutenção, no dia 29 de agosto de 2013, quando foi feito o contrato (v) por que a tua



empresa não foi contratada e só a Dataprom. O que ela tem, a Dataprom, que a Enterhelp não tem?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Na verdade está com a Dataprom os equipamentos reserva e as empresas não contrataram a Enterhelp ainda porque não tem os acessos, não temos gabinetes reserva, não tem a imagem do PC, não tem a ferramenta necessária, não tem os cartões de manutenção. A partir do momento que a Urbs liberar acredito que ou a Enterhelp ou outra empresa será contratada.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como é que é tirado, não sei se pode nos explicar, os dados do tubo, na catraca ali. Para onde vai esse sistema., como são captados esses dados?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Esses dados são transmitidos para o Data Center, eles têm um módulo de comunicação que transmite direto para os computadores do ICI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Só para encerrar, depois retorno porque tem mais uma. Então, ela sai do sistema. Então, se der um blackout lá perde todos os dados?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não. Esses dados ficam armazenados no validador e a partir da hora que restabelecer a comunicação, esses dados são transmitidos.

O SR. PRESIDENTE:- Só quero solicitar uma pausa de três minutos. O convidado fique a vontade depois o senhor retorna.

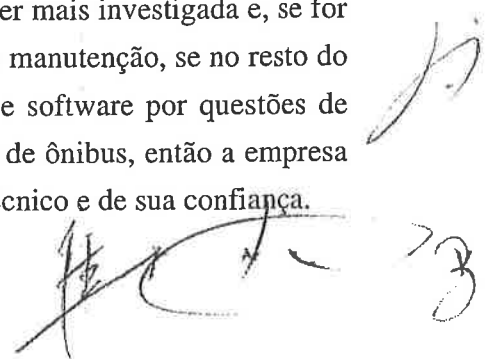
(É suspensa a reunião por três minutos)

(Retorna à presidência o Vereador Jorge Bernardi)

O SR. PRESIDENTE:- Reabrimos a Reunião. Continua com a palavra Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Wanderlei, em São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados não é o fornecedor de hardware que faz a manutenção em campo e nem laboratório, embora sua parte seja técnica, talvez o senhor possa me responder por que a Dataprom insiste em querer fazer a manutenção? Não seria porque ela tem medo de outras empresas conheçam a baixa qualidade e fragilidade de seus equipamentos?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Como dito e afirmado por você, em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, geralmente é uma empresa terceirizada e contratada diretamente pelas empresas de ônibus. O porquê que a Dataprom realmente sempre quer esse contrato de manutenção eu não posso afirmar. Isso seria uma coisa que teria que ser mais investigada e, se for o caso, perguntar para eles porque eles almejam tanto esse contrato de manutenção, se no resto do Brasil ou em qualquer outro lugar, empresas fornecem o hardware e software por questões de transparência até para que.... eles sempre deixam na mão da empresa de ônibus, então a empresa de ônibus que contrata uma empresa terceirizada com conhecimento técnico e de sua confiança.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que os equipamentos deveriam ser encaminhados para a empresa Dataprom para realizar a troca de componentes que apresentavam defeitos?. Parece que esses componentes você poderia até fazer no local em quinze minutos. Corrija-me se eu estiver errado, porque o técnico aqui é o senhor. E quando ia para essa Dataprom chegou a levar até oitenta dias aproximadamente para dar a resposta. Procede essa informação?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Procede. Como já esclareci, de um simples sinal sonoro a uma bateria com um validador, quando ia para o fornecedor do hardware demorava oitenta dias, sessenta dias. Demorava demais, e isso tornou-se inviável a Enterhelp continuar fazendo a manutenção sem equipamento. Porque o equipamento ia para lá, ficava fechado, parado e isso foi a principal causa (B). Relatando aqui até que a intenção do Setransp há época em contratar a Dataprom e subcontratar a Enterhelp, foi para que o processo andasse. Porque se fosse falta de competência da Enterhelp, por falta de qualidade técnica, eles não iriam colocar lá numa cláusula no contrato da Dataprom que ela deveria nos subcontratar. Eles sabiam que a Enterhelp tem qualidade no trabalho, sabiam que era atendida em tempo hábil. Assim como sabiam que o problema era a falta de equipamento, que ia para o laboratório do fornecedor do hardware e demorava demais. Eles contratando a Dataprom e colocando uma cláusula no contrato de que deveria subcontratar a Enterhelp, para as empresas de ônibus estaria resolvido o problema.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que todos os dias uma equipe com mais de quinze técnicos da Dataprom tem que comparecer durante a madrugada nas garagens para resolverem problemas nos equipamentos do sistema de bilhetagem eletrônica, que trava e deixa de comunicar e enviar dados para o Data center?

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Com já respondido, o PC trava e se o técnico não comparecer na garagem para destravá-lo, os dados não vão para o dia seguinte para ser processado no Data center. Não termina o processo necessário para que a Urbs possa repassar os valores arrecadados.

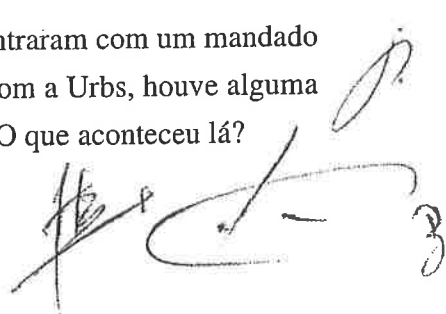
O SR. CHICO DO UBERABA:- Resumindo, se não fizerem isso esse ônibus no outro dia não roda?

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Não, o ônibus pode até rodar, o que não é processo são os dados.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Para encerrar, gostaria de falar com o Advogado que está ao seu lado. Como é o seu nome doutor?

O SR. BIOSANETI:- Meu nome é Biosaneti.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Dr. Bio, para encerrar, vocês entraram com um mandado de segurança com relação a essa prorrogação do contrato da Dataprom com a Urbs, houve alguma coisa nesse sentido, entraram com algum processo para tentar breca lá? O que aconteceu lá?



O SR. BIOSANETI:- Não Vereador. A Enterhelp não entrou com medida judicial nenhuma, ela simplesmente está seguindo os passos administrativos via Setransp. O Setransp fez aquela cotação de preços conforme o Vanderlei já explanou, e segundo informação foi um valor inferior, um valor adequado. Quem entrou judicialmente com a medida foi o Setransp, contra em face a Urbs, por não ter havido respondido ao Setransp antes do vencimento do contrato, da Dataprom, para que permitisse os acessos. Foi entrado junto à Vara da Fazenda Pública com pedido de tutela antecipada. O juiz não concedeu a tutela antecipada, e o Setransp fez um agravo junto ao Tribunal de Justiça, e está aguardando o mérito desse agravo. Mas de parte da Enterhelp não foi entrado com medida judicial ainda, por ora.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, era o que tinha a perguntar.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Chico do Uberaba. Passamos a palavra ao Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Obrigado Sr. Presidente. Bom dia Vanderlei.

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Bom dia.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Qual o preço justo, hoje, para manutenção de um sistema de bilhetagem automático?

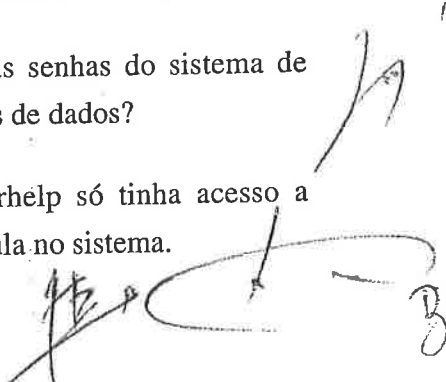
O SR. VANDERLEI SANTOS:- Olha, na minha concepção, pelo meu conhecimento e pelo que vou gastar para manter uma equipe técnica, é o valor que já estipulei. Manutenção em campo e também em laboratório, em torno de duzentos e quarenta. É um preço de mercado. Repetindo, com uma margem de ganho de 15%, máximo de 20%, talvez um pouquinho a mais, dependente do que se transcorrer durante o mês. Para uma empresa que visa seguir normas de não ter lucros altos, é basicamente isso, um valor justo e que é praticado no mercado.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor quando fazia manutenção tinha acesso a que tipos de arquivos?

O SR. VANDERLEI SANTOS:- Quando a Enterhelp realizava manutenção tínhamos somente acesso aos arquivos do validador. (M), que já vem compilado; não se consegue editar um arquivo já compilado. Então, basicamente seria como se fosse colocar a instalação de um pacote Office, que você não consegue editá-lo, você vai só fazer a instalação, a configuração. No caso, a Enterhelp realizava essa manutenção, que seria a instalação, configuração, implantação de novos veículos, configuração das catracas, solenoides, sensores, cabeamentos. Então, a manutenção da parte em campo basicamente se resume a isso, e a parte de laboratório, a troca dos componentes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor é que possuía as senhas do sistema de bilhetagem automática, que tem acesso aos arquivos internos e aos bancos de dados?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- De forma alguma. A Enterhelp só tinha acesso a relatórios. A empresa que faz manutenção não consegue mudar uma vírgula no sistema.



O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor sabe quem possui essas senhas?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Desconheço.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Houve um movimento deliberado para quebrar ou excluir a Enterhelp da manutenção do sistema de bilhetagem?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Isso eu não posso afirmar, o que eu posso afirmar é que houve uma dificuldade na entrega dos equipamentos que iam para laboratório. E essa, segundo as empresas e segundo a minha realidade, foi a causa, que a Enterhelp encaminhava os equipamentos para o laboratório e demoravam demais para serem retornados. E, repetindo, hoje, esses equipamentos não precisam mais ir para o laboratório da Dataprom, assim como é no resto do Brasil, todas as empresas que prestam manutenção num sistema de bilhetagem, repito, manutenção em campo, em laboratório, o dono do hardware, o dono do software, não recebe esses equipamentos, é realizado dentro da própria empresa que faz a manutenção.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Em sua opinião, partiu de quem a ordem para cancelar o contrato da Enterhelp com as empresas de Curitiba?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Eu não posso dizer que partiu de fulano ou beltrano, só fui comunicado na época que as empresas de ônibus estariam contratando a Dataprom e a Dataprom deveria subcontratar a Enterhelp. O que eles alegavam e o que de fato era é que o problema não era de ordem técnica, não era porque a Enterhelp não tinha capacidade técnica, e sim para que se, no caso, eles desconstrassem a Dataprom, a Dataprom nos subcontratasse, o problema estaria resolvido.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor sabe quem foi que desenvolveu originalmente esse sistema de bilhetagem automática?

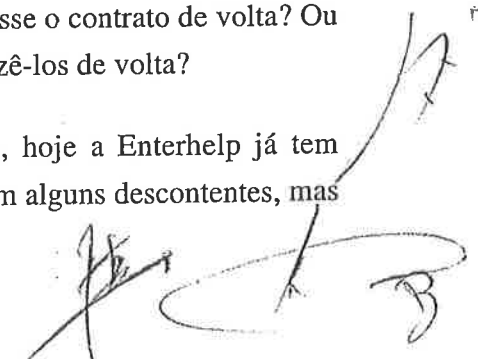
O SR. WANDERLEI SANTOS:- Não. Isso eu não sei, porque a parte de sistema, como já relatado, eu desconheço, só conheço a parte de manutenção do equipamento em campo.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Em sua opinião, poderia ser o ICI, a Dataprom ou outra empresa?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Eu prefiro não dizer o "se", porque só gostaria de falar, afirmar o que tenho certeza.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Hoje, esses ex-funcionários, ex-técnicos que trabalhavam com o senhor, voltariam para a Enterhelp, se o senhor tivesse o contrato de volta? Ou possui algumas trabalhistas entre eles, que o senhor não conseguiria trazê-los de volta?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- A questão de funcionário, hoje a Enterhelp já tem técnicos preparados, treinados; como em toda empresa, geralmente há alguns descontentes, mas



a Enterhelp resolveu todos esses casos.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, para mim, está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Vereador Geovane pela contribuição e passo a palavra ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia a todos, eu tenho seguido aqui na CPI uma linhagem de trabalho para baixar a passagem. Queria até parabenizar o Pastor hoje, que tem feito um brilhante trabalho na CPI, cabe enaltecê-lo aqui e você já mostrou dois centavos. Eu vou procurar mostrar mais três centavos. Você já está organizando seu requerimento, tenho aprendido bastante com o senhor e vou encaminhar meu requerimento para a Urbs baixar mais três centavos. Daqui para frente nós começamos a aproveitar a Enterhelp hoje aqui e analisar as planilhas, aliás, Pastor, estou te convidando, toda segunda-feira, a partir da semana que vem, eu estarei na Urbs analisando os seus livros, seus gastos, o que entra na planilha e o que podemos abaixar a passagem. Divulguei no meu facebook, provavelmente o Wanderlei viu na mídia social que, além dessa bem falada troca dessa gestão de manutenção, já dá dois centavos, também vi nos contratos que a Urbs fez, daquele contrato de trinta e dois milhões, que venceu agora em agosto, a Urbs também deixou de pagar quinhentos e setenta e um mil reais mensais que ela vinha pagando para adquirir. A hora que falei que era adquirir, também desmenti a Urbs, mostrando que ela tem o código fonte, tem a licença tem tudo, os valores que ela transferiu para o ICI e provavelmente para a Dataprom depois. Então, mente a Urbs que não pode trocar de empresa de manutenção, é uma tese que eles mantinham no começo, não vem mais alimentando, acho que o Wanderlei sabe bem disso agora. Eu vi lá nos livros da Urbs, e está aqui meu no tablet, que eles compraram sim os códigos fonte, os validadores, todo equipamento e dividiram isso. Então, Pastor, a Urbs também deixou de gastar quinhentos e setenta e um mil reais mensal, uma conta rápida de doze meses, dá mais de seis milhões, então, nós temos aí tranquilamente mais três centavos. Vergonhosamente a Urbs deixou, não ia analisar isso, graças ao trabalho da CPI, de todos aqui, nosso trabalho, que ela começa a ter informações para abaixar a passagem. E outras coisas mais. Fiquei muito feliz, tenho feito um trabalho para enxugar a planilha, o Prefeito vai mandar uma mensagem nessa Casa, vai chegar para nós aqui e eu vi que, através de um superávit financeiro que ele começa a incluir, provavelmente saiu da Urbs e saiu da planilha coisas que eu vou lutar para sair, são as melhorias nas estações tubo, ou seja, a Prefeitura, através de seu superávit, e o Gustavo Fruet fazem muito bem isso, tiram o dinheiro do superávit para investir em melhorias do transporte coletivo, que, provavelmente, se nós não estivéssemos atentos, estaria no custo do transporte coletivo. Um blog me criticou bastante, não sou contra de forma alguma ao investimento do transporte coletivo, mas eu quero que não saia da planilha, ou seja, que não onere o preço do ônibus para o usuário. Então, Wanderlei, vamos lá, seguindo essa linha, eu tenho perguntado para todos os economistas que vêm aqui, até me envergonha perguntar para eles, porque eu sou dentista e, às vezes, eu sei coisas mais que eles como abaixar a passagem. Eu não entendo como um dentista consegue, um Pastor, conseguem mostrar os caminhos para abaixar a passagem... O senhor é formado em economia?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Teologia.



O SR. CHICARELLI:- E eu formado dentista já dou três... se nós fizermos um leilão aqui nós chegaremos em trinta... Se chamar o Professor Lafayette então, Deus me livre, a passagem chega a dois reais. Eu não entendo como um cidadão vem aqui, um economista da Urbs, que é um professor, que a equipe do Gustavo só tem professor como todo mundo fala, como é que não sabe abaixar a passagem? Então, queria, para finalizar, já falei demais, eu queria que você me apontasse, você não é economista, eu sei disso (r), e voltasse a aprofundar, vou deixar o tempo com você, essa questão do que sai realmente do sistema, que não passa no validador desde furtos, pessoas que pulam roleta, tudo que não vai para o sistema que o validador não registra. Você, no final, me desse e sei que é uma estatística e você falou que teria que pegar os relatórios, mas como um analisador, que referencia posso ter, o que continua saindo do sistema, desde algum chuncho de cobrador, se tiver, são as mais variedades que as pessoas chegam denunciando no meu gabinete. Então, que porcentagem essa que você poderia me dar, eu entendi, você chegou até a falar em 10% e acredito que não seja tanto, não sei se você entendeu a minha pergunta, dissesse para nós, não estou nem interrogando, estou pedindo uma contribuição para você, quanto poderíamos abaixar e melhorar esse equipamento, torná-lo mais transparente, mais confiável, quanto você acha que poderíamos reduzir a passagem do transporte coletivo, seguindo a mesma linha que o pastor teve de dois centavos e agora eu mostrando que a Urbs já pode, sim, reduzir o transporte de Curitiba, só não fez porque o prefeito não quer, deixar bem claro, e também o Presidente da Urbs.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Voltando à questão da manutenção, não são 10% são dois centavos, não é muito, mas junta isso no período de um ano, pode ser bastante. A questão de o que ocorre e o que pode ser feito, eu não gostaria de entrar nesse mérito, porque a minha especialidade é somente manutenção, se há alguma coisa a mais a ser feita vocês poderiam pedir para as empresas, sugestão deles, pedir para quem tem um conhecimento mais amplo nessa questão, porque até mesmo, que dentro de um ônibus não é só a parte de bilhetagem, existe mais itens que compõe essa tarifa, mas o que posso dizer por hora, baseado nos custos de hoje, é que a parte de manutenção pode ser melhorado o preço e é o que as empresas estão tentando fazer. A questão de eu me pronunciar, outras questões que fogem da minha área seria injusto de minha parte, porque a minha especialidade é a manutenção de equipamentos, sistema de bilhetagem eletrônica. Claro, eu posso, pelo meu conhecimento, pela minha vivência, posso sentar e se me derem oportunidade, até tenho algumas ideias, alguns Projetos, se me derem oportunidade posso até tentar na questão de energia elétrica nas estações tubo, projeto que possa melhorar a questão das estações tubos e terminais.

O SR. CHICARELLI:- Por hora na melhoria dos sistemas ou na troca dos validadores poderíamos ter uma redução de quanto?

O SR. WANDERLEI SANTOS:- Acredito que seja em torno de dois centavos por passagem.

O SR. CHICARELLI:- Agradeço.



O SR. PRESIDENTE:- Nós é que agradecemos a contribuição do Vereador Chicarelli, o primeiro que iniciou a coleta de assinaturas para a constituição dessa CPI e passamos a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Acho que já foram feitos os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE:- Pergunto ao Vereador Paulo Rink. Vereador Tiago Gevert.

O SR. TIAGO GEVERT:- O Vereador Paulo Rink teve um compromisso e me pediu para fazer algumas indagações. Sr. Wanderlei (w), quais os principais problemas de manutenção de campo que o sistema de bilhetagem atual de Curitiba apresenta?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Os principais problemas que eu posso dizer e afirmar é a questão do hardware que trava, que precisa de técnicos para comparecer nas garagens durante à noite para restabelecer o sistema. Esse é o principal problema. Eu diria que se esses problemas não existissem, a manutenção poderia ser mais barata. Tira quinze técnicos de um contrato, é perfeitamente de 20 a 30% a menor que uma empresa de manutenção poderia cobrar.

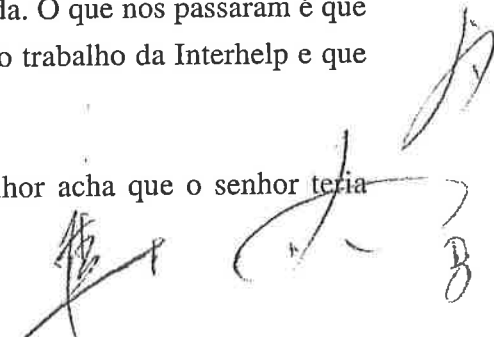
O SR. TIAGO GEVERT:- Para se tornar mais transparentes os valores e o número do sistema de transporte coletivo que tipo de auditoria deveria ser feita, e onde deveria ser feita: Urbs, ICI, Dataprom? Quem detém os sistemas?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Olha, quem detém o sistema eu não posso afirmar. Mas se eu fosse um empresário, se eu fosse um responsável por um transporte público, eu iria saber o que estava acontecendo nesse sistema. Leitura de log, acesso a consulta em bancos de dados para que um "Bay" pudesse levantar situações de melhorias. Eu gostaria de ter isso se fosse um empresário. Ou, se eu fosse um fiscalizador de um sistema, eu também gostaria de ter isso em mãos.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor como sócio proprietário, ou sócio majoritário da Interhelp, o senhor tem a esperança que a Interhelp seja contratada? Ou o senhor acha que isso vai acontecer? Como o senhor vê essa situação?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Baseado nas conversas com o Setransp, eles já nos relataram que precisam economizar, querem dar uma resposta para a sociedade. E que a cotação com a Interhelp foi o menor preço e que eles dependem apenas dos acessos do cartão de manutenção, dos equipamentos reserva, da imagem do PC, para que uma empresa venha a realizar essa manutenção. Eu imagino que pelo fato das empresas de ônibus conhecerem o trabalho da Interhelp, saberem que temos técnicos preparados, saberem que nós conhecemos a questão da manutenção, a Interhelp tem grande chance de ser a empresa escolhida. O que nos passaram é que a Interhelp foi a que apresentou o menor preço, que eles conhecem o trabalho da Interhelp e que gostaria de recontratar a Interhelp.

O SR. TIAGO GEVERT:- Com relação à auditoria, o senhor acha que o senhor teria



capacidade de o senhor mesmo fazer essa auditoria?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Não necessariamente. Isso aqui para fazer uma auditoria tem que criar um corpo técnico de analista de sistemas, os responsáveis teriam que contratar analistas que conhecessem muito bem o log, que conhecessem muito bem a parte de banco de dados, e que tivessem acesso. Com isso seria interessante fazer essa auditoria. Então, para que haja transparência, na minha concepção, é importante as empresas, o poder público, ou o gestor, ou o responsável pela bilhetagem ter em mãos os acessos necessários ao banco de dados para que eles possam levantar o que está sendo arrecadado.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor já falou, mas eu gostaria que o senhor repetisse, com relação ao valor. Por quanto o senhor conseguiria fazer esse trabalho, o quanto custaria hoje para os cofres?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- A proposta que a Interhelp apresentou para o Setransp foi de duzentos e quarenta mil.

O SR. TIAGO GEVERT:- O que é o log?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- O log registra tudo o que acontece dentro de um sistema, seja de bilhetagem, seja um ARP comum ou complexa. O banco de dados registra tudo o que acontece dentro do sistema.

O SR. TIAGO GEVERT:- ok. Sr. Presidente, em nome do Vereador Paulo Rink, quero colocar que está sendo feito um trabalho e logo, logo será apresentado à CPI onde comprova que a redução pode ser até mais de vinte centavos. Então, deixo bem claro ao senhor que logo, logo será apresentado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE:- Nós que agradecemos a participação do Vereador Tiago Gevert e também do Vereador Paulo Rink, queremos...

O SR. TIAGO GEVERT:- Esqueci uma pergunta, Sr. Presidente.

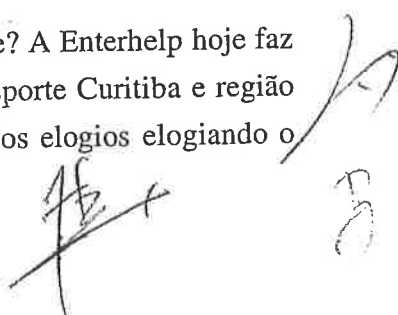
O SR. PRESIDENTE:- Pois não.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor já relatou que o senhor atua na região metropolitana, certo?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Sim.

O SR. TIAGO GEVERT:- Em quais municípios.

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Na verdade o que acontece? A Enterhelp hoje faz a manutenção dos equipamentos itinerários de todas as empresas de transporte Curitiba e região metropolitana e do Paraná. É um contrato pequeno, inclusive temos vários elogios elogiando o



nosso trabalho, se necessário podemos encaminhar, atendemos em tempo hábil e fazemos o processo 100% de manutenção desses equipamentos em campo e também em laboratório.

O SR. TIAGO GEVERT:- Certo. E, em média, qual é o valor?

O SR. WANDERLEI DOS SANTOS:- Hoje tenho dois ou três técnicos e um de laboratório, e o valor varia, depende do quantitativo de chamadas técnicas. É muito relativo, mas a média é de em torno de oito a dez mil.

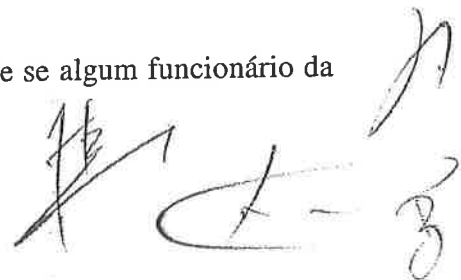
O SR. TIAGO GEVERT:- Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Mais uma vez agradecemos o Vereador Tiago Gevert, parece-me que a Vereadora Carla Pimentel está no plenário, se ela tiver alguma pergunta... Ah, ela saiu, mas qualquer Vereador pode fazer perguntas as nossas testemunhas que estão sendo ouvidas. Também queremos agradecer a presença do ex-Deputado e ex-Vereador José Felinto - Presidente da FUSPAR - Federação dos Usuários do Transporte Coletivo do Paraná. Muito obrigado. Pergunto aos Srs. Vereadores se temos mais alguma questão para o Sr. Wanderlei dos Santos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, é só para deixar bem claro aqui que quando falamos da possibilidade de buscarmos essa tecnologia da Urbs, esse conteúdo que pode disponibilizar para buscarmos outras empresas que pudessem otimizar o valor e isso pudesse ser transferido para uma diminuição de alguns centavos na tarifa que estamos fazendo isso, independente da presença da Enterhelp aqui, para abrir para toda a sociedade a possibilidade que outras empresas e outros interessados também, na questão desse sistema, pode participar. Não é algo direcionado para a empresa que está hoje prestando depoimentos ou para qualquer outro. O nosso interesse não é mostrar uma vende uma prestação de serviço mais barata que a outra. Não é somente isso. O que a gente quer é abrir para quem puder fazer esse trabalho em um valor menor, possa amanhã fazer, com esse conteúdo de disponibilidade que a Urbs precisa disponibilizar, para que tenhamos no final uma diminuição da passagem através desse trabalho. Então, que fique claro, Sr. Presidente, que não estamos nem defendendo a Enterhelp e nem a Dataprom e nem empresa alguma. Estamos aqui, de forma neutra, fazendo comparações que possam amanhã abrir possibilidade para todos que tiverem interesses em prestar serviços mais baratos para o sistema do transporte coletivo e que amanhã venha diminuir a passagem do nosso usuário, que é o nosso ponto principal nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE:- Não temos dúvida nenhuma do espírito cívico de V.Exa., Nobre Vereador, e foi bem V.Exa. fazer esse tipo de retificação aqui. Antes de passarmos a palavra ao Vereador Chicarelli, consulto ao Sr. Wanderlei se ele tem mais alguma consideração a fazer. É pergunta, Nobre Vereador Chicarelli, porque depois temos algumas decisões (e) administrativas aqui. Temos uma pergunta para o Sr. Wanderlei.

O SR. CHICARELLI:- O senhor tem alguma informação e sabe se algum funcionário da Urbs facilita o trabalho da Dataprom?



O SR. WANDERLEI SANTOS:- Isso não posso dizer, até mesmo porque não tenho acesso e nem pretendo ter acesso nenhum a Urbs. O meu relacionamento é com as garagens, na prestação de serviço, com um preço justo e melhor e que atenda a expectativa das empresas. Então, não posso afirmar e desconheço essa situação.

O SR. PRESIDENTE:- Mais alguma pergunta, nobre Vereador Chicarelli? Concedemos a palavra ao Sr. Wanderlei para suas considerações finais.

O SR. WANDERLEI SANTOS:- O Sr. Bihl Zanetti, advogado da Enterhelp que acompanhou, fará algumas considerações sobre essa conversa.

O SR. BIHL ZANETTI:- Primeiramente, como Advogado da Enterhelp gostaria de agradecer a oportunidade e parabenizar a todos os membros da CPI. Tenho um profundo apreço por V. Exas, pelo trabalho, pela oportunidade que os senhores deram a Enterhelp que é uma empresa pequena dentro de todo esse contexto. Ficou demonstrado e pudemos contribuir com o trabalho da CPI que talvez a Enterhelp voltando a prestar um trabalho não só com um menor valor, mas dá a oportunidade de que ela mostre a qualidade do seu trabalho, porque a gente sabe que os outros prestadores de serviço acabam, como forma de defesa, alegando uma má prestação de serviços. A resposta melhor a ser dada, é com uma nova oportunidade e com o custo menor. Como breve síntese, parabenizo V. Exas., reforçando o pedido de requerimento do Vereador Valdemir Soares, para que a Urbs permita o acesso e que o Sindicato tem interesse que a Enterhelp preste o serviço com o menor custo, que vai acabar ajudando na composição de uma menor tarifa para os usuários, que percebe-se claramente que é o interesse de V. Exas. e que a CPI vem buscando. Parabenizamos pelo trabalho e agradecemos pela oportunidade, porque se não fosse esta CPI talvez a Enterhelp já tivesse até fechado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as suas palavras. Queremos dizer que o objetivo desta CPI é justamente investigar com profundidade o transporte coletivo da cidade de Curitiba. A CPI como eu já tenho reiterado por diversas oportunidades, ela tem como finalidade investigar, buscar as informações. Quem toma as decisões políticas, administrativas, depois do relatório da CPI é a administração pública municipal. Se forem apurados crimes, irregularidades e improbidade administrativas, isso será encaminhado ao Poder Judiciário que fará a apuração desses fatos. Só consulto o Sr. Wanderlei se o senhor tem esses dados, esses arquivos que o senhor trouxe de uma forma sistematizada para facilitar o trabalho da CPI? O senhor tem isso na via digital? Gostaríamos que o senhor pudesse fazer a entrega aqui na frente, para todos os Vereadores para que tirássemos uma foto. Aí tem um relatório de todos os problemas que o sistema de informática apresenta. Isso em um ano. É um ano de operação (A) Sr. Wanderlei?

O SR. WILSON SANTOS:- Isso, ainda falta uma pequena parte, porque encaminhamos esta semana para fazer encadernação e podemos entregar agora a parte o restante.

O SR. PRESIDENTE:- Tem um resumo completo desses dados?

O SR. WILSON SANTOS:- Eu tenho o relatório no sistema que mostra, está registrado



isso e que pode ser impresso. Eu imprimi uma parte, mas posso colocar em CD e entregar em mãos para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE:- Então, vamos solicitar a gentileza do senhor, no sentido de nos trazer esse relatório para que a Comissão possa ter os dados e incluir também este relatório no relatório final da própria CPI. Queremos mais uma vez agradecer o Sr. Wanderlei Santos, também o seu Advogado Dr. Bihl Elerian Zanetti, e gostaríamos de reiterar o pedido que todos esses documentos venham de uma forma digital para que eles possam ser disponibilizados no site da CPI. Agora, vamos passar para deliberar dois requerimentos. Agradecemos as presenças, os senhores podem ficar a vontade. Vamos deliberar aqui dois requerimentos de iniciativa do Vereador Valdemir Soares. Peço ao Vereador Bruno Pessuti que faça a leitura desses documentos.

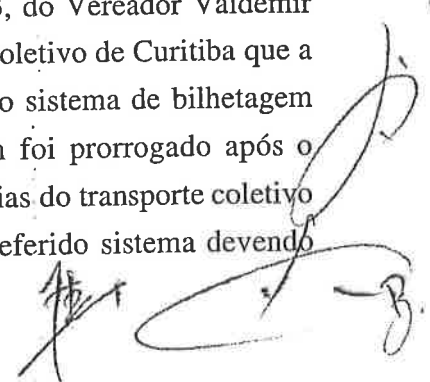
O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento do Vereador Valdemir Soares, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam prestadas as informações pela Urbs sobre o Sistema de Bilhetagem Eletrônica, referente a demora na liberação do seguinte conteúdo: relatório de manutenção, equipamentos de reserva técnica, validadores, PC's de bordo, consoles, caixas de acionamento, confecção dos cartões de manutenção, arquivo dos validadores, arquivo imagem do PC e ferramenta cetap do validador.

O SR. PRESIDENTE:- Para encaminhar a votação, com a palavra o Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Só para deixar claro aos nosso colegas que todo esse conteúdo é o conteúdo necessário pela informação, inclusive da própria Enterhelp, o conteúdo necessário para que outra empresa (c) pela informação inclusive da própria Enterhelp para que outra empresa possa fazer esse trabalho de bilhetagem no valor menor. Estamos pedindo essa disponibilidade nesse requerimento. E em outro requerimento também já questionando o porquê não ficou disponível para outra empresa que pudesse fazer essa prestação de serviços num valor mais barato para poder diminuir a questão da tarifa. Então, todo esse conteúdo foi o que foi citado aqui no momento da nossa comissão de hoje para que possamos ter a possibilidade do Setransp ou das empresas contratarem outra ou outras empresas que possam fazer mais barato essa prestação de serviços.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. (Pausa). Em votação o requerimento do Vereador Valdemir Soares que requer à Comissão Parlamentar de Inquérito sejam prestadas informações pela Urbs sobre o sistema de bilhetagem automática eletrônica. (Pausa). APROVADO. O Vereador Bruno Pessuti fará a leitura do próximo requerimento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.065.2013, do Vereador Valdemir Soares, solicitando à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que a Urbs apresente explicações sobre a demora na liberação do conteúdo do sistema de bilhetagem eletrônica tendo em vista que o contrato com a empresa Dataprom foi prorrogado após o vencimento pelo prazo de trinta dias sendo que as empresas concessionárias do transporte coletivo já possuem proposta vencedora na manutenção dos equipamentos do referido sistema devendo



informar ainda o prazo para a liberação desse conteúdo. Está em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Apenas um registro. Hoje a Presidente Dilma Rousseff, através de Diário Oficial da União, sancionou a lei do zeramento da alíquota do PIS e Cofins estendendo a todos os municípios, capitais e regiões metropolitanas para a modalidade do transporte ferroviário, metroviário, coletivo e rodoviário. É mais um passo. No Estado do Paraná também já havia sido sancionado pelo governador. Agora em nível Brasil estabeleceu-se através dessa atitude, a lei sancionada no dia de hoje pela Presidente, conforme Diário Oficial da União, sendo um registro oficial.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o registro do Vereador Serginho do Posto. Queremos agradecer a presença de todos os que participaram desta reunião nesta manhã começando pelo Dr. Airton Hack, Vice-presidente da Associação Comercial do Paraná, Professor José Felinto, Ex-vereador e Ex-deputado. O Dr. Luciano Reis, Representante da OAB do Paraná, a todos os demais participantes desta reunião, aos funcionários desta Casa. Antes de encerrarmos, passo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti.

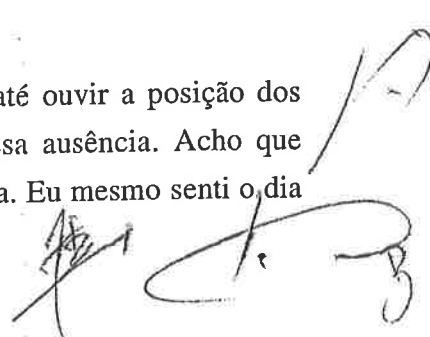
O SR. BRUNO PESSUTI:- Ficou necessária a participação do Sr. Abujamra na CPI. Como ele está de atestado médico, gostaria de deliberar quando ele será convocado novamente visto que na semana que vem, na quinta-feira, está previsto a presença do Marcos Ísfer e do Fernando Ghignone. Se será possível fazermos uma sessão extraordinária para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE:- Como na quarta-feira neste local teremos a audiência pública sobre a questão relacionada à ciclomobilidade, no dia 18 seria o dia que ele estaria liberado, e como na próxima quinta-feira ouviremos aqui o ex-presidente da Urbs e na sexta-feira o ex-presidente da comissão de licitação (v), quero sugerir nobre Vereador Bruno Pessutti, que deixemos para outra semana após esta semana que será de intenso trabalho e que os vereadores terão que preparar questões, perguntas estudar com profundidade como têm feito até hoje, os depoimentos.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Sr. Presidente, se me permite fazer uma sugestão, e aí fica a critério dos membros da Comissão fazer a avaliação. Se pudéssemos, na quarta-feira à tarde teremos a audiência, então se poderíamos fazer a partir das 18h a oitava. Na quarta-feira mesmo, antes mesmo de vir Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Vamos fazer então, nobres colegas, uma reunião administrativa na segunda-feira após a Sessão, nós deveremos deliberar, porque nas outras semanas também temos prazos. Então, será uma semana muito intensa a semana que vem com a oitava do Presidente da Urbs.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, acharia, quero até ouvir a posição dos outros membros, precisamos dar uma resposta imediata à questão dessa ausência. Acho que segunda-feira fica muito distante em darmos uma resposta a essa ausência. Eu mesmo senti o dia



de hoje prejudicado, na verdade, os trabalhos por essa ausência, até pela seguinte situação: poderia ter vindo um representante jurídico, poderia ter vindo um outro representante da Dataprom para que pudesse responder aos nossos questionamentos. Perdemos hoje uma avaliação e uma somatória de posições em lados diferentes, que contribuiria muito para a CPI. Acredito que deixarmos para segunda para darmos essa resposta, acho que poderíamos deliberar isso agora, Sr. Presidente.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu acompanho o raciocínio do pastor e também do Bruno Pessutti e também concordo. Temos que dar uma resposta urgente à população. Acredito que na quarta-feira às 18 h é um bom dia, um bom horário, e isso não vai nos cansar até porque temos prazo da CPI, Sr. Presidente. Então, tem o meu voto para quarta-feira às 18h. Coloque em votação, Sr. Presidente, quarta-feira às 18h

O SR. PRESIDENTE:-Temos a possibilidade porque parece que ele estará bem a partir do dia 17. Está em discussão a proposta dos Vereadores Pastor Valdemir, Bruno Pessutti e Chico do Uberaba, para que o Sr. Abujanrra seja ouvido na quarta-feira após às 18h neste Plenário. (Pausa). Em votação. (Pausa).

O SR. BRUNO PESSUTTI:-Acho pertinente a colocação e já solicitar ao Presidente da Câmara o fornecimento de lanche e alimentação aos funcionários.

O SR. PRESIDENTE Em votação. (Pausa). (E). APROVADA, a convocação do Sr. Abujanrra para quarta-feira, dia 18, a partir das 18 horas neste Plenário. Se houver alguma alteração já solicito aqui à assessoria para preparar a convocação, para encaminharmos para ele hoje.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, gostaria que fosse mantida a reunião administrativa na segunda-feira, deliberarmos sobre outros assuntos

O SR. PRESIDENTE:- Está certo. Então, fica mantida a reunião administrativa na segunda-feira próxima, após a Sessão Plenária. Agradecemos a presença de todos. Declaro encerrada a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Está encerrada a reunião, às 12h25min.

Jorge Bernardi
Presidente

Valdemir Soares
Vice-relator(a)

Serginho do Posto
Vice-presidente

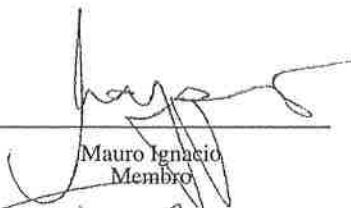
Chicarelli
Membro

Bruno Pessuti
Relator(a)

Chico do Uberaba
Membro



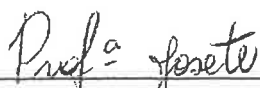
Geovane Fernandes
Membro



Mauro Ignacio
Membro



Paulo Rink
Membro



Professora Josete
Membro



Tiago Gevert
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 9ª/2013 de 12/09/2013

Data / Hora da Notificação: 23/09/2013 - 14:33

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA OITAVA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia dezessete de setembro de dois mil e treze, às doze horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Chicarelli, Professora Josete, Paulo Rink, Mauro Ignacio, Tiago Gevert e Noemia Rocha.- Com a palavra, o Vereador Bruno Pessuti solicitou que os Vereadores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito assinem o requerimento de prorrogação da CPI, por trinta dias, a partir do dia 28 de setembro.- O Senhor Presidente informou que será acatada a sugestão da Procuradoria Jurídica desta Casa, para que todos os convocados sejam ouvidos como testemunhas e, em seguida, informou a programação das reuniões da Comissão nesta semana: quarta-feira, 18 de setembro, às dezoito horas, com a presença do Senhor Alberto Mauad Abujamra, Presidente da Dataprom; quinta-feira, 19 de setembro, às nove horas, com a presença do Senhor Marcos Valente Isfer, ex-Presidente da Urbs e na sexta-feira, 20 de setembro, às nove horas, com a presença do Senhor Fernando Ghignone, ex-Diretor de Transporte da Urbs; prosseguindo, reportou-se à divulgação na mídia de que o Tribunal de Contas chegou à conclusão de que houve fraude na licitação do transporte coletivo e que hoje divulgará o relatório recomendando a anulação desta licitação.- Foi concedida a palavra aos Vereadores: Chico do Uberaba pediu cautela aos membros da Comissão na divulgação de possibilidades de redução de valor da tarifa antes das conclusões dos trabalhos da CPI.- Professora Josete questionou se a Comissão já recebeu da Urbs os relatórios gerenciais solicitados verbalmente e reforçou que os Vereadores não podem fazer afirmações precipitadas, antes da conclusão dos trabalhos desta CPI, pois as divulgações criam expectativas na população.- Paulo Rink solicitou que o tempo limite disponibilizado a cada Vereador nos questionamentos aos convocados seja respeitado para que a condução da reunião seja efetiva e organizada.- Serginho do Posto reportou-se aos quatro eixos de investigação, fazendo breve explanação sobre os mesmos e, na sequência, enfatizou a importância de se aguardar o relatório final da Comissão para divulgação da investigação.- Valdemir Soares disse que algumas declarações são motivadas pela ansiedade de demonstrar o trabalho efetivo da CPI, ensejando que o relatório final desta Comissão possa apresentar uma proposta de melhorias no transporte coletivo, bem como, a redução da tarifa.- A seguir, foram discutidos, votados e **aprovados** os requerimentos de diversos Vereadores, nº410.00066.2013 e do Vereador Chicarelli, 410.00063.2013.- Não havendo mais

matéria, o Senhor Presidente encerrou a reunião administrativa.- Do que para constar, nós, Edson Rebello e Maria Inês Wrubel, Redatores, lavramos a presente Ata, a qual depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(1) ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, 4ª REUNIÃO ADMINISTRATIVA, DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 12H15min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignacio, Tiago Gevert, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Cristiano Santos.

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Concedo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti para a leitura dos requerimentos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento, requer à Câmara Municipal de Curitiba que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, código 049.0003.2013, seja prorrogada por trinta dias a partir do dia 28 de setembro de 2013. Peço a todos os vereadores que ainda não assinaram, para assinarem, para que possamos protocolar e que toda a Câmara Municipal de Curitiba aprove a prorrogação por trinta dias da CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Quero esclarecer que a prorrogação por mais trinta dias da CPI foi aprovada por essa comissão, e ela deverá ser encaminhada para o Plenário, que deverá deliberar. Havíamos estabelecido o período de mais trinta dias.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, qual é o procedimento?

O SR. PRESIDENTE:- Agora nós aprovamos e vai ao Plenário.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Vai ao Plenário amanhã e os trinta dias começam a contar

B

desde quando?

O SR. PRESIDENTE:- Do dia 28 de setembro. O período da CPI vai ficar de cento e vinte dias.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, com esses trinta dias o término seria dia 28 de outubro.

O SR. PRESIDENTE:- Sim. Quero dar um esclarecimento. A assessoria jurídica da Casa esteve conversando comigo, e há uma sugestão da procuradoria jurídica para que todos os convocados sejam ouvidos como testemunhas. Não faz muita diferença, já que por enquanto não indicamos ninguém, e os indiciamentos deverão ser sugeridos no relatório da CPI. Então, ouviremos as pessoas como testemunhas. E amanhã vamos ouvir, a partir das 18 horas, o Sr. Abujamra, que é o presidente da Dataprom, está confirmado. E quero esclarecer, senhores vereadores que estão aqui, que todos os vereadores desta Casa podem fazer perguntas para os nossos interrogados, podem participar aqui das reuniões. Agora vamos chegar ao ponto máximo da CPI que é a oitiva do ex-Presidente da Urbs e do ex-Presidente da Comissão de Licitação. Amanhã a noite teremos reunião aqui, na quinta e na sexta-feira pela manhã. Peço aos Vereadores que tenham perguntas, que por favor tragam essas perguntas e façam as indagações. Aliás faço um apelo, Vereador Chico do Uberaba, V. Exa. que é um policial, que os demais Vereadores nos auxiliem nesse momento que é um momento crucial da CPI. Em relação a esse aspecto já estou me preparando com as perguntas e peço que cada um dos membros da CPI preparassem perguntas de acordo com os documentos que nós temos. Vamos ouvir as pessoas a partir de agora como testemunhas, porque se a pessoa for ouvida como testemunha e ela cometer crime de falso testemunho, ela responderá por crime de falso testemunho. Isso não impede que a pessoa venha a ser indiciada posteriormente, de acordo com as suas ações. Então nós, por orientação do Departamento Jurídico desta Casa, vamos ouvir a todos como testemunhas e como testemunhas terão que dizer a verdade. Com a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Só uma dúvida, no depoimento do Sr. Rodrigo Zanetti sobre a questão dos relatórios gerenciais. Ele foi indagado sobre o posicionamento da Urbs, se na época da Urbs tinha de fato comunicado as empresas, solicitado esses relatórios e ele afirmou que sim. Nós solicitamos verbalmente a ele que pudesse encaminhar cópia desse documento para ficar comprovado que a Urbs tomou essa iniciativa. Gostaria de saber se veio esse retorno ou se foi encaminhado, se não veio, se é possível encaminhar ofício cobrando isso da Urbs.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Só para complementar a pergunta da Vereadora Professora Josete, que no momento da resposta o que foi dito pelo representante da Urbs é que eles estavam desenvolvendo junto com as empresas esses relatórios que seriam colocados em prática, porém as empresas alegaram que a Urbs deveria criar diretrizes do relatório, como que ela gostaria que viessem essas diretrizes. Foi pedido, solicitamos verbalmente e até o momento acho que ainda não chegou.

O SR. PRESIDENTE:- Não posso responder mas peço a assessoria, porque recebemos

B

muitos relatórios da Urbs, então vamos examinar. A nossa assessoria está nos informando que se comprometeu a encaminhar, independente de requerimento. Solicito que a assessoria prepare o ofício e encaminhe. Tenho mais uma informação antes de encerrarmos a reunião, amanhã vamos começar depois das 18h aqui ouvir o Sr. Abujamra. Na quinta-feira pela manhã ouviremos o Sr. Marcos Isfer e na sexta-feira pela manhã ouviremos o Sr. Guinho e. Hoje às 15h teremos uma entrevista coletiva do Tribunal de Contas e segundo adiantou a RPC ontem, parece que eles chegaram a mesma conclusão que chegamos aqui de que a licitação foi fraudada e de que houve formação de cartel. Isso estou repetindo aos senhores o que está na reportagem (A) da RPC, e que eles estão sugerindo, propondo a anulação da licitação e o prazo de um ano para que o Município faça uma nova licitação. Então, gostaria de convidar os Srs. Vereadores que pudessem ir lá hoje, na entrevista coletiva, no Tribunal de Contas, às 15h, para que pudessemos acompanhar lá e depois até agendar uma reunião e pegar esses documentos também para contribuir aqui com a CPI. Pergunto aos Srs. Vereadores se têm mais alguma sugestão. (Pausa). Pois não.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Esses documentos, eles vão disponibilizar para nós?

O SR. PRESIDENTE:- Acredito que sim, né, nós vamos requisitá-los. Pergunto se temos mais, o Chico do Uberaba, se a Vereadora Noemia Rocha, que foi a Brasília, se ela teve contato com a deputada Celina Leão ou não. Ah, não foi. Esquecemos de pedir para que a... E pergunto ao Pastor se tem algum questionamento; o Vereador Mauro Ignacio. Também não?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Presidente!

O SR. PRESIDENTE:- Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quero pedir ao Sr. Presidente e aos demais componentes da CPI que nas suas entrevistas, nas suas matérias, tomassem um certo cuidado quando falassem em redução de passagem de ônibus. Estamos fazendo um trabalho, já estamos há quantos meses em cima desse trabalho, e acho que é um mérito de toda a Comissão. E discordo quando colocam que é dois centavos que já pode baixar. É muito mais do que isso! Só que fosse de comum acordo com todos os membros da CPI para se colocar um título numa matéria como essa, uma informação como essa, porque é muito importante, Sr. Presidente. Tenho visto aí um falando coisas de um lado, outro falando coisas do outro, e de repente as coisas estão acontecendo, vi lá aquele brilhante relatório do Bruninho, né, uma página inteira do Gazeta do Povo que a CPI analisou. Nós tivemos o conhecimento naquela reunião, eu não tive conhecimento antes, e os demais Vereadores também não tiveram conhecimento. Então, temos que tomar um certo cuidado, porque é muito importante esse momento, é uma coisa muito séria que estamos tratando, é uma coisa que não é de agora, é uma coisa que envolve muitos e muitos anos, várias e várias gestões. Então, qualquer coisa colocada na mídia, que fosse antes discutida com a CPI. E nenhum tipo de informação: "Olha, pode baixar um real, dois reais", ou qualquer coisa parecida, porque tem que ser discutido antes para que se tenha um "pode" de todos. Só isso.

O SR. PRESIDENTE:- Acatamos a sugestão do Vereador Chico do Uberaba. E gostaria de explicar que aquilo foi específico, os dois centavos, em relação à manutenção da catraca.

8

Então, por isso que às vezes a coisa sai de uma forma, mas foi específico. Porque eles perguntaram, se mudasse a empresa de manutenção, quanto diminuiria. (Falam ao mesmo tempo).

O SR. CHICO DO UBERABA:- Pois é. Mas a população lá fora quer saber, não está preocupada com a catraca; quando chegarmos numa informação de redução, nós temos que chegar com um valor estimado real. Entendeu? E não: "Ah, pode dois centavos hoje, um amanhã, três, quatro, cinco", uma somatória. E a população lá fora nos cobra essa informação.

(Falam ao mesmo tempo)

O SR. BRUNO PESSUTI:- Na planilha disponível pela própria Urbs, nas tratativas que já fizemos, é dois centavos referente à bilhetagem eletrônica; o seguro do ônibus, que o senhor muito questiona, retirando ele da planilha; a questão da vigilância dos terminais também, retirando da planilha; a questão do combustível, do custo vinculado do lubrificante em relação ao combustível; e o custo vinculado do pessoal, administração vinculado ao pessoal de operação. Para valores reais, conforme os balanços apresentados pela empresas, de forma muito clara e objetiva, nós conseguiríamos ter hoje uma tarifa técnica no valor de dois reais e setenta e seis centavos em Curitiba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Essa é uma posição que temos hoje também.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Somente nesses itens. (Falam ao mesmo tempo).

O SR. CHICO DO UBERABA:- Dos empregados do correio, oficial de justiça, policial, tudo isso tem que ser revisto, para quando chegar no final dizer: "Olha, pode-se baixar xis." E é isso que toda a nossa Comissão tem que falar.


O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu estou falando bem claro, alterando apenas esses dados que foram tratados na planilha aqui, em reuniões com a própria Urbs e com o Setransp, poderemos ter, de forma objetiva, em torno de dois reais e setenta e seis a tarifa técnica na Cidade de Curitiba hoje.

O SR. PRESIDENTE:- É, e se diminuirmos ainda o lucro das empresas, que hoje é de trinta e quatro centavos, para quatorze centavos, dá para tirar mais vinte centavos do lucro operacional.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, já não são só os dois centavos, é muito mais que dois centavos. É a isso que me refiro.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra à Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu só queria reforçar isso, no sentido de nós termos uma, digamos, posição em relação a isso ao final da CPI, porque acho que nós não podemos ficar falando de redução de tantos centavos agora sem ter concluído e ter base sólida para isso. Acho que para nós afirmarmos isso, temos que esperar a conclusão dos trabalhos da CPI, aí nós vamos



chegar com critérios técnicos e dizer: nesse aspecto, naquele, naquele outro, chega-se a conclusão que é possível abaixar em tantos centavos. Mas acho que é cedo nós ficarmos divulgando isso, porque se cria uma expectativa e tudo que nós afirmarmos nós temos que ter um estudo comprovando o que dissemos. Então, acho que nós temos que ter esse cuidado para evitar que mais à frente nós sejamos desqualificados de alguma forma por ter feito alguma afirmação sem ter o dado técnico preciso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- V.Exa. tem toda razão e vamos tomar um certo cuidado. Com a palavra o Vereador Paulo Rink.

O SR. PAULO RINK:- Primeiramente, concordo com a opinião da Professora Josete da situação nossa, acabamos de assinar aqui a renovação por mais trinta dias, porque dá-se a importância de nós fazermos o relatório final, que foi a discussão da última reunião, para não ficarmos mais protelando essa situação e darmos uma resposta em conjunto com nossa CPI, pela questão da tarifa. Eu só queria fazer uma colocação para os questionamentos da próxima reunião com o Sr. Abujamra, na questão do tempo, porque se nós nos organizarmos como Vereadores, como ela vai começar às 18h, eu acho que tem que ser uma coisa organizada, pontuais as perguntas, evitar as perguntas repetitivas. Peço aos colegas que nós repassemos, de certa maneira, um pouco antes as perguntas ou ver se ela já foi feita, para que cada Vereador tenha um limite de tempo para perguntar. Eu acho que será importante para condução, senão nós vamos adentrar a madrugada, não tenho problemas de adentrar a madrugada para se obter a verdade, mas não ficar o tempo desnecessário aqui repetindo perguntas duas, três vezes num horário em que estamos tentando fazer um trabalho investigativo, um trabalho para a população. E como a Professora Josete falou, nós temos que fazer um relatório depois das perguntas e não ficar repetitivo. Então, pediria que tivéssemos esse cuidado, pelo que eu li são dez minutos mais cinco, que cada Vereador tenha esse tempo respeitado, mas que não ultrapasse o tempo, peço a gentileza, e os Vereadores que não tiverem, que as perguntas já tenham sido feitas, vai dando sequência ao trabalho, senão fica uma coisa inapropriada para o horário e para o momento.

O SR. PRESIDENTE:- Acatamos a sua sugestão. Eu que o até sugerir que, num caso como esse que V.Exa. levantou, o senhor seja um dos primeiros a ir lagar o Sr. Abujamra, porque essa questão foi levantada por V.Exa. Eu até abro mão de ser o primeiro, como tenho sido sempre, se alguém tiver perguntas para iniciar.

O SR. PAULO RINK:- Na verdade não é a ordem, Presidente, que importa, a questão é a qualidade das perguntas. Acho que a nossa CPI tem que tomar cuidado com isso. E como a CPI vem dando resultado, hoje o próprio Prefeito entrou na justiça para tentar o código fonte, para tentar conseguir quebrar esse sistema que vem sendo feito, e que nós vamos ter aí a opção de colocar a população a par da situação que vem acontecendo. Inclusive, tem outras situações, vem o Presidente depois, na sequência, vem o próprio Ghignone, então, nossas perguntas têm que ser de qualidade para podermos ter realmente o ponto, mais subsídios para o nosso relator, Vereador

B

Valdemir, ou o Sub-relator, o Bruno, para que possam fazer um relatório consciente e efetivo dessa CPI que, tenho certeza, conseguindo abaixar ou não, mas podemos colocar transparência nesse assunto da questão da passagem e da bilhetagem eletrônica.

O SR. PRESIDENTE:- Então, agradeço, V.Exa. tem toda razão (r) e acredito que todos estamos aprendendo ao longo dessa CPI. Com a palavra Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- nesta linha gostaria de me posicionar, porque quando a CPI foi criada tinha um fato determinante, V.Exa. colocou quatro eixos que esta CPI está investigando. Acredito que o relatório que será elaborado pelo relator Bruno Pessuti ele deverá apontar nesses quatro eixos que a investigação da CPI está fazendo os apontamentos quanto ao contrato, ao valor justo da tarifa e o lucro excessivo. Acredito que temos dois desdobramentos e temos um fato novo que é o relatório do TCE, porque isso também fará, dentro dessa possibilidade, irá compor a elaboração do relatório. Porém, quais são os desdobramentos após a conclusão dos trinta dias da CPI que apresentará o relatório? É a indicação para o Executivo se vai, as indicações que o relatório produzir, dizer ao Executivo: "Tira isso aqui, corta aquilo, corta esse serviço", se o executivo também terá condições de absorver esta orientação que a CPI produzirá e após isso o Ministério Público fará uma avaliação com muita profundidade para que tenha outro desdobramento. Então, esses cuidados e estamos falando, hoje foi levantado esse tema, é importante nesse momento em que estamos passando por outra fase na CPI que aguardássemos o relatório final, porque se antecipar algumas informações para a imprensa e para o cidadão muitas vezes eu não tenho respostas quando me perguntam. Então, acho que a cautela é muito importante nesse momento. Só peço cautela e responsabilidade que devemos ter, com certeza iremos avançar no objetivo que é a redução, a transparência. Isso tudo e, se necessário, até mesmo, como apontou o TCE, uma nova orientação para essa modalidade de licitação e contrato.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço as orientações do Vereador. Quero dizer que esta CPI começou como todas as CPIs, com a credibilidade total, ou seja, a imprensa falava que tudo iria acabar em pizza. Aliás, quero parabenizar o Vereador Chicarelli, porque se ele não fizer mais nada nos próximos quatro anos já valeu o seu mandato. Estamos fazendo um esforço grande no sentido de que possamos informar a opinião pública e tanto eu como os demais Vereadores que dão entrevistas falamos que isso, provavelmente, vai constar do relatório final. Temos que ganhar a credibilidade da opinião pública e agora todos estão apontando que estamos investigando. Esta será a semana decisiva da CPI e precisamos fazer boas perguntas, estar preparados, porque no começo até vacilamos, mas agora estamos craques.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Só para contribuir é mais uma pressão política e fortalecendo o que o Vereador Serginho acabou de falar, o que acontece é que algumas declarações (r) é a ansiedade de realmente haver uma contribuição real e eficiente dessa CPI na questão da baixa da passagem, da melhora do sistema de transporte coletivo da Cidade de Curitiba. Então, a CPI a verdade quer, numa visão política, Vereador Serginho do Posto, o senhor pode confirmar, ela está em alta. Tanto é que ouvi dizer que fizeram uma pesquisa na Prefeitura perguntando quais são as principais ações do Prefeito Gustavo Fruet. E a CPI está acima de todas

B

as outras ações, como se fosse uma ação administrativa, não uma ação legislativa. Isso é fato, independente dessa pesquisa não ser oficial, não ter sido divulgada ela existiu, ela aconteceu. Então, o que acontece é que nós Vereadores, eu falo nós porque me incluo também, na ansiedade de podermos realmente contribuir, de podermos levar um conteúdo final desse trabalho, mostrarmos que a Câmara realmente mudou, mostrarmos que essa legislatura é diferente, mostrarmos que a cabeça do Vereador curitibano hoje é outra em relação a questões pontuais, esse desejo é muito grande e isso acontece. Então, eu quero até entender esses Vereadores e me coloco junto. Se eu também na ansiedade de poder levar um conteúdo realmente eficiente para a sociedade e extrapolei ou extrapolamos em alguma informação, ou o tomamos a frente em alguma situação é porque nós acreditamos no resultado desse trabalho. Há uma ansiedade, ela está implícita em todos os Vereadores que muitas das vezes querem dar suas posições pessoais em relação a algum tema coletivo de dentro da Comissão. Isso é normal, Sr. Presidente, é um momento impar, é um momento especial, temos que viver este momento. E, para finalizar, quero colaborar que nesse dia 28 de outubro realmente a Câmara Municipal de Curitiba fique na história, que venhamos a apresentar realmente um relatório que mostre à sociedade que a Câmara mudou, que não somente a CPI trabalhou e mostrou resultados na questão da melhora do transporte coletivo e na proposta de baixarmos a passagem, mas que o Legislativo Municipal cresceu, amadureceu, se fortaleceu e contribuiu com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE:- Então, companheiros, Srs. Membro da CPI, vamos, como dizem os nossos Presidentes Ulisses e Salamuni "vamos votar". Vamos votar nos requerimentos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº49.410066/2013 requer a Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba o encaminhamento de ofício ao Setransp, solicitando o envio do balanço consolidado dos anos de 2011, 2012 e 2013, aí incluídos o 4º lote metropolitano, bem como, o balanço consolidado do período compreendido entre 1995 até 2010 das empresas que operavam à época.

O SR. PRESIDENTE:- Este relatório é o relatório consolidado das empresas. Em discussão. (Pausa).

O SR. BRUNO PESSUTI:- Só para discutir, Sr. Presidente. A importância do 4º lote que não foi solicitado anteriormente pelo requerimento, para termos essas informações.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Proposição nº 410163/2013. O Vereador Chicarelli requer a Comissão Parlamentar de Inquérito que seja informado qual é a retirada mensal, pró-labore dos sócios de todas as empresas mencionadas nos contratos sociais que compõem os três consórcios.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa).

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, só para complementar a discussão, é muito importante visto que apenas em uma empresa foi possível através do contrato social determinar

B

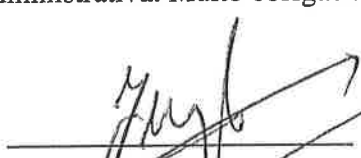
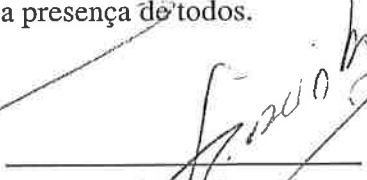
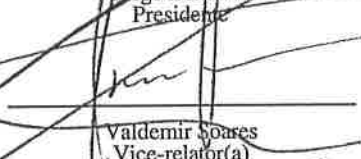

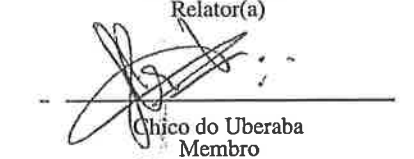

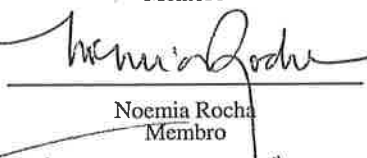



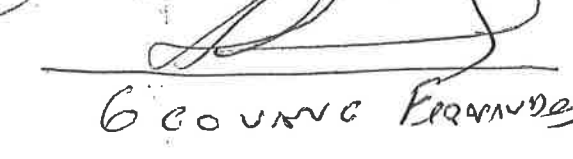
qual é o pró-labore, que chega a quarenta mil reais. Nas outras empresas o contrato social não traz essa informação. E algumas dessas empresas chega até a ter vinte sócios que podem fazer uma retirada próxima a este valor, afinal são sócios das empresas. Então, uma informação importante.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Para discutir, Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Só quero acrescentar. Achei muito importante a iniciativa. Empresas e consórcios ou só as empresas? Talvez se reformulasse...

O SR. BRUNO PESSUTI:- Três consórcios. As empresas que compõem os três consórcios.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Não havendo mais matéria na pauta, declaramos encerrada esta reunião administrativa. Muito obrigado pela presença de todos.

 _____ Jorge Bernardi Presidente	 _____ Serginho do Posto Vice-presidente	 _____ Bruno Pessuti Relator(a)
 _____ Valdemir Soares Vice-relator(a)	 _____ Chicarelli Membro	 _____ Chico do Uberaba Membro
 _____ Mauro Ignacio Membro	 _____ Noemia Rocha Membro	 _____ Paulo Rink Membro
 _____ Professora Josete Membro	 _____ Tiago Geyer Membro	 _____ Geovane Fernandes



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 8ª/2013 de 17/09/2013

Data / Hora da Notificação: 16/10/2013 - 16:14

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



19

18/09/13

Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA NONA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia **dezoito de setembro** de dois mil e treze, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Às dezoito horas foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Chicarelli, Chico do Uberaba, Cristiano Santos, Serginho do Posto, Geovane Fernandes, Mauro Ignacio, Noemia Rocha, Paulo Rink, Professora Josete, Tiago Gevert e Valdemir Soares, bem como do Vereador Rogerio Campos.- O Vereador Bruno Pessuti leu os requerimentos nºs: 410.00071.2013, 410.00067.2013, 410.00068.2013 e nº 410.00070.2013, que em votação simbólica foram **aprovados**.- O Senhor Presidente informou que, conforme o Art.203 do Código Penal, os depoentes estarão sob juramento.- Foi concedida a palavra ao Senhor Alberto Mauro Abujamra que, inicialmente, esclareceu a respeito dos contratos que a Dataprom tem, sendo um com o ICI, iniciado em 18 de setembro de 2009, com duração de 48 meses, tendo seu término em 19 de setembro de 2013, e outro com as empresas de ônibus, iniciado em 29 de fevereiro de 2012, com dezoito meses de duração; prosseguindo, explanou sobre as diferenças contratuais entre as empresas Dataprom e Enterhelp junto às empresas de ônibus; informou que toda a documentação será entregue aos componentes da CPI; afirmou que o proprietário da empresa Enterhelp forneceu informações equivocadas a esta CPI, e que apresentará prova de ilegalidade junto a referida empresa; alegou também que o advogado Sacha Reck prestou informações sem procedência.- O Senhor Carlos Gustavo Brand, Diretor Técnico Operacional da Dataprom, prestou esclarecimentos sobre a instalação de bordas sem catraca. Foram inquiridos pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Cristiano Santos, Chico do Uberaba.- O Senhor Presidente suspendeu a Reunião.- Reaberta a Reunião, o advogado da Empresa Dataprom, Marcelo Paste, também fez o juramento legal e, em seguida, os Senhores Vereadores retomaram os questionamentos, usando da palavra os Vereadores: Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Tiago Gevert, Noemia Rocha, Mauro Ignacio, Chicarelli e Rogério Campos.- Foi exibida reportagem da Rede Parananense de Comunicação sobre o ICI.- A seguir, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Alberto Mauro Abujamra que fale sobre o código fonte, no que foi esclarecido pelo depoente.- Dando continuidade, foram deliberados os seguintes requerimentos: do Vereador Valdemir Soares, nº 410.00072.2013 e nº 410.00073.2013 e do Vereador Tiago Gevert nº 410.00074.2013.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando outra, para amanhã, dia dezoito de setembro.- Do que para constar, nós, Edson Rebello, Jacqueline M. Durand, e Rosimeri M. Baglioli,

[Handwritten signature]

Redatores, lavramos a presente Ata, que depois de lida e votada será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(J) ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 18h, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignacio, Tiago Gevert, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Cristiano Santos.

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. A reunião de hoje tem por objetivo ouvir o Sr. Alberto Mauad Abjamra - Presidente da Empresa Dataprom. Passo a palavra ao relator Vereador Bruno Pessuti para que possa fazer... Antes passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto, nosso vice-Presidente, para que possa ler as pessoas e autoridades presentes.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Boa noite a todos. Citar a presença do vice-Presidente do Conselho de Tributação e Finanças da ACP, Sr. Aílton Racki, representando a Associação Comercial do Paraná; Carlos Gustavo Brandt - Diretor Técnico Operacional da Dataprom - Equipamento e Serviços de Informática; Sr. Marcelo Paste - Advogado da Dataprom; Sr. César Valle - Assessor de Imprensa da Empresa Dataprom; Fabiano Godoy - Advogado também da Dataprom e Rose Dranka - Secretária Nacional do Fórum de Transporte, Eram essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti para a leitura dos requerimentos que dependem de aprovação desta CPI.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento 410071/2013.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão o requerimento que acaba de ser lido. Com a palavra Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Este requerimento foi assinado por diversos Vereadores e solicita a informação dos sócios das empresas que são sócias das empresas de transporte coletivo de Curitiba. As empresas têm sócios pessoas físicas e pessoas jurídicas. Então, aqui, solicita-se o corpo societário das pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. Com a palavra o Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse ofício seria encaminhado a quem?

O SR. BRUNO PESSUTI:- A Junta Comercial do Paraná.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Seria enviado à Junta Comercial? Pode repetir o teor.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento 410071/2013.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu queria só adequar a redação e indicar dos três consórcios, para que fique bem claro. Teria como fazer uma emenda nesse ofício, relator?

O SR. BRUNO PESSUTI:- Acho que não há problema, pode ser feita a emenda.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quero fazer essa emenda, quero pedir à assessoria para fazer a alteração por escrito.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. Então, vamos votar. Está em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Com a emenda solicitada pelo vice-relator. (Lê) Requerimento 41067/2013 "Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que sejam solicitadas cópias de todos as Ações Judiciais pela empresa Auto Viação Água Verde, CNPJ 76.524.412/0001-92.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00068.2013: "Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba que seja solicitado à Urbs informações referentes ao custo da Vigilância nos terminais."

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.



O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00070.2013: "Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo que seja solicitado à Urbs informações sobre o seguro SEGBus."

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Pergunto à Mesa se temos alguma ata de reuniões anteriores para deliberar. Só para a próxima reunião. Eu só consulto o Sr. Alberto se ele não deseja a presença dos seus advogados.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, só uma consulta. Aproveitar e informar a todos desse sistema on line, qual é o endereço que pode ser acessado para que seja assistida a sessão on line, pela Internet.

O SR. PRESIDENTE:- Bem. No site da Câmara, evidentemente, as pessoas podem assistir, e também no... Vamos pedir o endereço ali do pessoal que está filmando? O endereço do site.



O SR. BRUNO PESSUTI:- Que seja divulgado pela nossa assessoria de imprensa também.

O SR. PRESIDENTE:- Então, vamos pedir para que a assessoria de imprensa divulgue. No site da Câmara ou na rádio on line, qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, pode acompanhar; na rádio web aqui da Câmara. Só quero perguntar o nome do advogado do Sr. Abujamra. (Fala fora do microfone; inaudível). Sr. Alberto Mauad Abujamra, o senhor será ouvido nesta CPI na condição de testemunha. E, conforme reza o Artigo 203 do Código de Processo Penal, a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar a sua credibilidade. Só para não expor os seus dados publicamente, Sr. Alberto, pediríamos que o senhor preenchesse uma ficha. (c) . (Já foi preenchida). Todo esse depoimento será publicado no site da Câmara. Os dados pessoais ficarão sob sigilo desta CPI. Solicito o juramento de Vossa Senhoria. Pergunto: O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Juro.

O SR. PRESIDENTE:- Quero alertá-lo de que a partir deste momento o senhor está sob juramento e qualquer inverdade que venha eventualmente a pronunciar, poderá sofrer um processo por falso testemunho. Consulto o relator ou algum vereador que deseje inicialmente fazer as perguntas.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sr. Presidente, se fosse possível eu gostaria de explicar algumas coisas para depois responder as perguntas.



O SR. PRESIDENTE:- Exatamente. Vamos conceder um tempo para que o senhor possa colocar o seu ponto de vista sobre essa situação a que o senhor foi convocado e o senhor pode fazer a exposição. Se o senhor desejar inclusive utilizar-se do serviço de áudio visual, temos também.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Quero registrar a presença do Sr. Henrique Credidio, que é do Setransp e está acompanhando esta CPI. Foi perguntado aqui qual o endereço para as pessoas que queiram acompanhar, que estão nos ouvindo pela rádio web. Vocês podem entrar em www.eventoslive.com.br/cpi. Com a palavra o Sr. Abujamra.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Obrigado. Boa noite! Quero agradecer a Câmara de Curitiba por esta oportunidade de esclarecer alguns fatos aqui primeiramente. Eu gostaria de começar a esclarecer sobre o problema de contratos de que se fala muito aqui. (Lê: Relatório).



O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Boa noite, meu nome é Carlos Brandt, (L) sou diretor técnico operacional da Dataprom. Nessa situação relatada, a Dataprom estava fazendo instalação dos veículos sem catraca...

O SR. PRESIDENTE:- Pedimos escusas, o senhor se dispõe a fazer o depoimento para nós? O senhor não está convocado, eu vou fazer o seu juramento, de acordo com o artigo 203 do Código de Processo Civil. O Sr. Carlos Gustavo Brandt será ouvido também como testemunha e eu só vou ler novamente o artigo 203, vou pedir o seu compromisso legal, é o que determina o Código Penal. Sr. Carlos Brandt, o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Eu juro.

O SR. PRESIDENTE:- Eu quero só orientá-lo que, a partir de agora, o senhor está sob juramento e, se faltar com a verdade, poderá ser processado por falso testemunho. Por favor, está com a palavra.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Nessa situação relatada pelo Dr. Alberto, a Dataprom estava fazendo a instalação dos computadores de bordo nos equipamentos, nos ônibus, sem catraca, para podermos fazer o monitoramento em tempo real desses veículos. Acontecia que, às vezes, até na mesma noite, a Dataprom terminava de instalar um veículo e, no outro dia cedo, nós recebíamos a informação de que esse veículo não estava mais funcionando. Como todos os dados são gravados, nós conseguimos rastrear para onde foi esse computador que nós tínhamos acabado de instalar. Esse computador foi retirado pela equipe da Enterhelp, do ônibus que nós tínhamos recém-instalado para colocar em outro veículo. Algumas vezes da mesma empresa, algumas vezes de outras empresas.



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Bom, nós vemos aqui certas coisas meio demasiadas. Essa empresa, pelo que parece, não quer manter o sistema, ela quer dismantelar o sistema de Curitiba. Ela não tem condições financeiras, nós tivemos que pagar indenizações, tive que pagar salário de seus funcionários, é uma firma muito pequena, eu não quero fazer conexões nenhuma, mas está muito estranho. O valor que era pago não se sustentava pelos motivos que eu falei, o valor que ela veio propor aqui de novo não vai se sustentar, a diferença é irrisória, a Dataprom é a empresa que mais tem interesse de manter esse sistema, porque foi uma das criadoras desse sistema. Esse sistema é a controladoria da Urbs, se esse sistema sucumbir, a Urbs está sem pai e sem mãe, ela não vai saber o que está acontecendo em lugar nenhum. Qualquer empresa que não tenha uma controladoria forte, uma empresa que não sabe o que está acontecendo, ela está perdida. E aqui estão querendo tirar isso da Urbs. Então, eu não estou entendendo. E o valor que estão falando aqui, a diferença não é de duzentos e quarenta para quinhentos mil reais. E duzentos e quarenta é um valor mentiroso, esse valor, por qualquer coisa que seja, seria, no mínimo, duzentos mil a mais. Eu não estou entendendo como acreditar numa pessoa desse naipe (r). Então, não estamos falando aqui em qualquer tipo de economia. Economia me pareceu ver nos jornais esses dias, onde lugares que se falam em 15, 8, 10% do valor da tarifa, e não em 0,005, meio centavo, um centavo. Qualquer aluno do primeiro ano de Economia ou de Administração sabe isso de cor. Onde que eu vou intervir num sistema para dar economia? E onde que eu vou intervir para dismantelá-lo? Eu gostaria de fazer algumas observações, porque teve uma pessoa aqui do sindicato que gastou algumas horas falando mal da empresa Dataprom, que tem vinte e cinco anos de mercado, tem vinte e cinco anos de Curitiba, é uma empresa que nasceu em Curitiba, que hoje está em todo território nacional, que já está na América Latina. Nós nascemos aqui, trabalhamos com todos os curitibanos, todos os nossos funcionários são curitibanos. E essa pessoa veio denegrir a imagem da empresa. Eu acho que para denegrir a imagem de uma empresa pelo menos você precisa ter idoneidade para isso. Então, eu queria falar do Sr. Sacha Reck e dizer que o Sr. Sacha Reck é processado pelo Ministério Público por improbidade administrativa. Segue anexo a decisão interlocutória proferida nos autos de ação de improbidade administrativa na comarca de Guarapuava pelo Ministério Público contra o Sr. Sacha Reck e outros. E ele já foi condenado em primeira instância, está com os bens bloqueados por ordem judicial. Conforme muito bem explicado pelo magistrado prolator da decisão, o advogado Sacha Reck, junto com outras pessoas, tanto físicas como jurídicas, frustraram a licitude do processo licitatório da comarca de Guarapuava, mais precisamente a concorrência pública 05 de 2009, proferida pelo município daquela comarca, ocasionando com essa conduta, inclusive, enriquecimento ilícito de algumas pessoas. Por esses motivos o Sr. Sacha Reck e também os demais réus naquela ação tiveram seus bens bloqueados por ordem judicial com a consequente decretação também de indisponibilidade de bens, como veículos, imóveis, valores depositados em instituições bancárias, entre outros, além da quebra dos sigilos fiscais e bancários. As decisões judiciais contém quarenta e quatro laudas e está extremamente bem fundamentadas em fatos, provas, doutrina e jurisprudência. Eu acho que gostaria de falar mais, mas acho que os vereadores gostariam de fazer algumas perguntas, e eu estou aqui para respondê-las. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que por enquanto eu encerrei.

3

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a contribuição inicial do Sr. Alberto Abujamra. Essa presidência vai iniciar as perguntas. Sr. Abujamra, qual a sua formação profissional?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu sou formado em Engenharia Civil e em Administração de Empresas. (E) Eu gostaria de saber: o senhor é um dos sócios fundadores da Dataprom? O senhor disse que ela foi fundada em 1988.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente Sr. Presidente, sou sócio fundador.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria que o senhor explicasse melhor, que o senhor acabou de nos dizer, de que a empresa Enterhelp colocava no sistema, ou mantinha, veículos fantasmas. Gostaria que o senhor aprofundasse essa explicação a esta CPI.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu vou pedir para os "universitários" que estão aqui do meu lado, para explicarem melhor, porque eu posso me embaralhar um pouco.

O SR. PRESIDENTE:- Então, quem falará?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Falará o Sr. Carlos Brante.

O SR. PRESIDENTE:- É porque nós estamos registrando tudo, então o depoimento seu e dele constatarão aqui no termo.

O SR. CARLOS BRANTE:- Perfeitamente. Para que um veículo descarregue as informações no sistema de bilhetagem é necessário que o veículo esteja cadastrado dentro desse sistema. A manutenção da lista dos veículos ativos no sistema é de responsabilidade da manutenção. Pois, a todo momento veículos antigos estão sendo desativados, para substituição para veículos novos. A equipe de manutenção tem uma ferramenta dentro do sistema de bilhetagem para fazer essa configuração. Uma vez que são inseridos os validadores de um veículo novo e não é configurado dentro do sistema de bilhetagem, esse veículo não consegue descarregar os dados para dentro do sistema. Para ser mais preciso, esses dados são descarregados, contudo são descartados. Então, eles ficam numa área de descarte, eles não estão perdidos. Eles só podem ser reprocessados após o devido cadastramento. Novamente, isso é de responsabilidade da empresa de manutenção, porque a empresa fornecedora de sistema não tem informação de quem está sendo ativado ou desativado. Quando a Dataprom conseguiu detectar esse fato, informou à Urbs, ao Setransp, fizemos o levantamento dos veículos que estavam fazendo essas descargas, as descargas de dados estavam sendo descartadas para proceder a manutenção na configuração, dentro do sistema como veículo válido. Após esse momento a Dataprom reprocessou todos esses dados para que isso aparecesse no sistema.

O SR. PRESIDENTE:- O que significa isso? Esses dados desaparecem, é um prejuízo para o próprio sistema? Quem ficam com os recursos advindos dessas tarifas?

O SR. CARLOS BRANTE:- Esses dados no momento em que estão descartados não

estão contabilizados no sistema. As passagens que foram efetuadas por cartões foram debitadas do usuário, mas não entrou na conta corrente do usuário, está faltando informações. As passagens que foram pagas em dinheiro ficaram com os empresários. A partir do momento que isso foi cadastrado e reprocessadas essas informações, aí sim puderam ser consolidadas, e esse acerto financeiro foi feito.

O SR. PRESIDENTE:- Qual o número, no caso, de ônibus "fantasmas" que vocês apuraram nesse período?

O SR. CARLOS BRANTE:- Vou consultar um documento que temos aqui de uma das situações. (Pausa). No momento em que detectamos essa situação, encontramos vinte carros, vinte veículos, nessa situação.

O SR. PRESIDENTE:- Isso foi quando vocês reassumiram a manutenção da bilhetagem eletrônica, em fevereiro de 2012?

O SR. CARLOS BRANTE:- Não, isso aqui foi na data • (Pausa). Essa informação foi da data de 09 de maio de 2012. (c) .

O SR. PRESIDENTE:- Esses são números absolutos ou é um caso que o senhor está apresentando?

O SR. CARLOS BRANTE:- Essa é uma situação que pegamos com vinte casos.

O SR. PRESIDENTE:- E no sistema todo, quantos veículos fantasmas vocês apuraram durante esse período?

O SR. CARLOS BRANTE:- Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE:- Então, eu gostaria que vocês fizessem esse levantamento e depois vamos fazer um ofício à empresa para que nos forneçam todos esses dados uma vez que a Enterhelp entregou todos os documentos relativos aos problemas que os validadores apresentavam.

O SR. CARLOS BRANTE:- Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE:- Vou continuar as perguntas para o Sr. Abujamra. Gostaria de saber, Sr. Alberto, se a Dataprom foi contratada para desenvolver o sistema de bilhetagem automática para a Prefeitura de Curitiba ou foi o ICI que contratou, e se esse sistema era específico para a cidade de Curitiba.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Fomos contratados pelo ICI. Já tínhamos um sistema e ele foi adaptado para Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- Esse sistema que o senhor já tinha foi desenvolvido anteriormente

por uma outra empresa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Uma empresa ligada ao ex-Prefeito Cássio Taniguchi ou seu filho Gustavo Taniguchi era que fornecia o sistema de bilhetagem anterior à Prefeitura de Curitiba? O senhor tem essa informação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não tenho essa informação, mas pode ser que seja verídica.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor se lembra de alguma empresa que atuava no ramo do senhor e que era ligada ao filho do ex-Prefeito Cássio Taniguchi?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A impressão que eu tenho, parece que era Smart N.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar, no período anterior a Enterhelp, quando ela entrou para fazer a manutenção do sistema de bilhetagem, era a Dataprom que fazia o sistema de bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. PRESIDENTE:- O senhor vendeu o sistema para o ICI que por sua vez repassou para a Urbs em 2009, correto?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Foi alugado para no final eles poderem comprar. Foram quarenta e oito meses.

O SR. PRESIDENTE:- Em 2009?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Em 2009.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O senhor me explique então, nesse período de 2009, no início desse contrato era a sua empresa que fazia a manutenção?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Era.

O SR. PRESIDENTE:- E depois que entrou então a Enterhelp?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eles forçaram para entrar a Enterhelp.

O SR. PRESIDENTE:- Quem forçou, o Setransp?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O Setransp.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor se lembra do contrato inicial que tinha com as empresas

nesse período anterior a esse último?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ficou em duzentos mil reais por cinco anos e não queriam reajuste. Foi aí que eu desisti.

O SR. PRESIDENTE:- Ah, o senhor desistiu então desse contrato?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Porque não queriam aumentar de maneira nenhuma. Cinco anos sem reajuste e o sistema era outro, não tinha todo esse complexo de hoje. O sistema não estava já com essa complexidade de hoje.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber se o senhor tem patente registrada desse produto que o senhor vende, que é o sistema de bilhetagem automática para a Prefeitura de Curitiba.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Veja, Sr. Presidente, patente desse sistema não tem ninguém que tenha. Não é um sistema patenteado. Existe ter a legitimidade do software específico que pode ser pedido. Mas patente desse sistema (v) não tem ninguém que tenha. Não é um sistema patenteado. Existe você ter a legitimidade de software específico que você pode ir lá e pedir isso. Mas patente de sistema não tem ninguém que tenha. Não pode ter porque é um produto que você não pode patentear.

O SR. PRESIDENTE:- O sistema de bilhetagem não pode patentear?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Então, ele não é uma invenção. Ele é um produto, digamos assim, não é uma invenção, é um sistema operacional.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É. Você tem uma propriedade intelectual sobre o software que você tem ali e todo mundo pode ter uma ideia que usem aqueles equipamentos. Certo? Tanto que pode ter coisas similares. Agora, a operação dele, a maneira como ele é feito e, digamos assim, a complexidade e a sabedoria com que ele é feito, isso sim que dá as características do sistema.

O SR. PRESIDENTE:- Esse sistema de bilhetagem foi criado pela Dataprom, foi a Dataprom, com seus programadores, que desenvolveu esse sistema?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor estava em negociações com a Prefeitura e estava parece bem adiantadas essas negociações e o senhor iria oferecer o código fonte, desde que o senhor pudesse participar da licitação. Por que não deu certo essa negociação que o senhor iria oferecer gratuitamente, e a Prefeitura teve que entrar na Justiça para tentar conseguir o código fonte?



OO SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A entrada na Justiça não sei. Sei que continuamos a negociação e estamos adiantados. Essa parceria de vinte e cinco anos com a Cidade de Curitiba está pesando muito para a Dataprom. E o que posso dizer que estamos em negociação.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor, pelo seu depoimento inicial, não concorda com a reclamação dos empresários de que o seu software tem muitos problemas. O senhor descarta qualquer problema com seu sistema de bilhetagem? Porque essa foi a reclamação e o objetivo aqui das empresas criticarem muito. Aliás até no dia aplaudiram quando o Sr. Sacha Heck se manifestou dizendo que o seu sistema tinha muitos problemas, enfim, era problemático esse sistema. O senhor evidentemente não concorda com essa afirmação.



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sem sobra de dúvida. Gostaria que ele viesse com uma pessoa idônea e com alguém que entendesse de sistema vir questionar. Além de não ser idôneo, ele não tem conhecimento nenhum sobre o assunto. Então, não posso levar em consideração qualquer afirmativa de uma pessoa dessa e encher o auditório aqui com pessoas amigáveis eu faço, a qualquer hora.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Alberto, o senhor falou também em sabotagem por parte da Enterhelp. Gostaria que o senhor explicasse. O senhor até falou que essa era uma palavra pesada e que o senhor não havia encontrado no dicionário nenhuma palavra amena para colocar. Então, que o senhor explicasse que tipo de sabotagem a Enterhelp efetuou.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Novamente vou pedir ajuda aos universitário, porque eu até posso explicar, mas não vai ser muito bem explicado. Vou pedir para o Carlos Brandet.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDET:- Sr. Presidente, nesta situação acontecia que o computador de bordo do veículo era trocado por apenas algumas horas. E como ele era trocado temporariamente, esse computador de bordo carregava a rota do próximo, do veículo que ele estava temporariamente instalado, ou seja, eu tenho um computador de bordo que deve carregar a rota do meu trabalho. Tiro esse computador de bordo e coloco ele em outro veículo e a rota do outro veículo é carregada nesse computador de bordo. Eu pego esse computador de bordo e coloco novamente em outro veículo. Veja, estou confundindo o sistema na rota que aquele veículo deverá fazer. No outro dia não vou conseguir fazer a verificação em tempo real, o programado versus realizado desse veículo.

O SR. PRESIDENTE:- Voltando à questão anterior Sr. Alberto, tenho aqui uma correspondência do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana de 24 de julho de 2013, o Sr. Roberto Gregório da Silva Junior, Presidente da Urbs e eles colocam em um dos tópicos que a avaliação unânime de todas as empresas da RIT, conforme pesquisa feita por esse sindicato, é que os equipamentos fornecidos pelo ICI, o hardware e o software do sistema de bilhetagem eletrônica, bem como os serviços de manutenção prestados





pela empresa Dataprom não atingem os níveis mínimos de qualidade exigida. A pergunta que faço em relação a essa observação da Setransp, é se o sistema, por hardware e o software têm qualidade, por que precisa de quase seiscentos mil reais da manutenção desse sistema por mês?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A sua pergunta foi excelente e oportuna,. Até agradeço ela. Como é que se mede a eficiência dela? É por aquilo que ele te traz no final. Eu penso assim, hoje o sistema, além, de dar todos os dados para a Urbs pensar no que ela vai fazer, tivemos a reportagem na TV dizendo que os ônibus estão cheios, estão congestionados no horário de pico. Tudo isso o sistema acusa. A Urbs já está vendo isso, está tentando solucionar, vendo se coloca mais ônibus nas linhas como é que vai fazer. Claro que a população sente, e com razão, e quer a resposta imediata. A Urbs está tentando fazer isso. Vamos pedir que faça isso urgentemente. Mas existe uma coisa que é a parte financeira do produto, que é uma coisa que afeta diretamente aos empresários. Isso me parece totalmente contrário do que eles estão falando. Chama-se conciliação. O que é uma conciliação? A conciliação é o seguinte: toda hora que está entrando um usuário e passa um cartão, o sistema está mandando para a Urbs essas informações. Esse usuário pode ser quem seja, ele pode ser um idoso, pode ser um comum, qualquer categoria, o sistema está mandando para a Urbs. Chega no final do dia, às 11h59m e tantos segundos ele passa para o dia seguinte. Então, para a conciliação do dia. As empresas também param de fazer essa conciliação. Como é que as empresas param? Elas pegam no final de cada turno dos cobradores, eles têm um cartão mestre deles, cada vez que eles encerram um turno, eles passam seus cartões no validador e ali é descarregado todo movimento daquele turno. Tudo o que passou em cartão, tudo o que passou ali em dinheiro e vai na garagem fazer o acerto de contas dele. Ele põe o cartão, descarrega e na hora aparece o que ele tem que pagar, o que passou, o que deixou de pagar e vai para o computador da garagem. Aquele computador da garagem manda para a Urbs que acabou de fazer o encerramento dele naquele período. As informações que a Urbs recebe durante o dia, com as informações que ela recebe das garagens, são conciliadas de madrugada, ônibus por ônibus, turno por turno. E às 08h do dia seguinte, 99,95% das informações de todo dia anterior já foi conciliada e batida ônibus por ônibus, cobrador por cobrador. Eu queria saber se essa eficiência não é boa. Se essa eficiência não é boa, eu queria saber o que eles consideram boa. Aí, até pergunto, o que é 0,05? (r) 0,05 se divide em problemas técnicos, que eu aceito e problemas de operadores do sistema que são os cobradores que, às vezes, esquecem de descarregar ou fazem erradamente.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor afirmou numa entrevista o jornal Gazeta do Povo, de que cobra mais caro pela manutenção do serviço de bilhetagem automática, porque é a única empresa que pode prestar esse serviço. É correto afirmar?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não é bem assim, o que eu cobro é um preço justo para manter o serviço. A bilhetagem de Curitiba é diferente da região metropolitana, Curitiba você tem todo gerenciamento de frota, tem informação ao usuário, tem o console, tem vários outros equipamentos. Para você ter ideia a região metropolitana são trezentos ônibus e eles têm quatrocentos equipamentos. Curitiba tem dois mil ônibus e tem mais de doze mil equipamentos. Só que aqui é bem mais complexo, ele dá uma interação muito maior para o usuário, só não estão ainda operando todos os pontos de interatividade com os usuários, porque as



fibras óticas para ligar os PMV dos usuários não estão prontos ainda, senão todos os PMV, da hora que vai passar a próxima linha, já estariam prontos e a população saberia em oitocentos pontos na Cidade de Curitiba quando viriam o próximo ônibus com erro menor de um minuto. Então, é outra diferença, outro sistema que facilita muito ao usuário, não estou dizendo que seja o que o usuário mereça, ele merece muito mais, mas estamos chegando muito mais que qualquer outra capital do país.

O SR. PRESIDENTE:- Quem são os seus sócios na Dataprom?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Tenho a Simara e a Maria.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor tem alguma sociedade alguma cooperação com a empresa Consilux?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Nenhuma!

O SR. PRESIDENTE:- Tem algum sócio oculto na sua empresa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não!

O SR. PRESIDENTE:- O senhor conhece o Sr. Luis Abi que se apresenta como primo do Governador Beto Richa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Conheço!

O SR. PRESIDENTE:- Qual a sua relação com o Sr. Luis Abi, é de amizade, frequentam a mesma casa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Só de amizade.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao relator Bruno Pessuti. Queremos agradecer as respostas do Sr. Alberto.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Recentemente, vinculou na Imprensa até chegou a nossa assessoria, que a Dataprom foi declarada inidônea O senhor poderia nos prestar mais informações a respeito de qual foio motivo pela qual foi declarada inidônea?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Agradeço ao Vereador por essa pergunta. Vinculou essa manchete erradamente, a decisão proferida no TCU é a seguinte: (Lê).

O SR. BRUNO PESSUTI:- Voltando ao tema da suspensão para a análise recursal, existe um prazo para que esse recurso seja verificado? Qual o procedimento?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Nem abriu o prazo ainda para que a gente entrasse com o recurso, nós nem começamos a nos defender ainda.



O SR. BRUNO PESSUTI:- Na eventual situação de que a empresa seja realmente considerada, após todos os recursos, inidônea, como ficaria a bilhetagem eletrônica na cidade de Curitiba, já que a sua empresa faz a manutenção do sistema?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Isso é uma suposição que para mim não é aventada. Já estamos vendo uma coisa feita lá que está completamente fora dos padrões judiciais, nós nem estamos levando em consideração. Essa coisa não existe, mas se por um acaso existisse, acho que não tem nenhuma probabilidade, está em nível federal e não em nível municipal.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor afirmou agora há pouco que há uma quantia de quatro milhões, quatrocentos e um mil, duzentos e dois reais e cinquenta e dois centavos referentes à parcela quarenta e um e quarenta e oito, que o ICI não pagou a Dataprom. Essa informação é referente ao sistema de bilhetagem de Curitiba?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor tem conhecimento se a Urbs repassou esses valores ao ICS?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não tenho conhecimento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ok. O senhor também afirmou que há um repasse, o orçamento antigo era de quinhentos e sessenta e seis mil reais, porém o custo atual é de quinhentos e seis mil reais. É correta essa informação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Era quinhentos e sessenta e seis mil reais e em março passou para quinhentos e seis mil reais.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sabe dizer a esta CPI se essa quantia foi alterada na planilha de custo do sistema de transporte coletivo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não sei.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E se não foi alterada, essa diferença de sessenta mil reais está indo para quem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Também não saberia lhe informar, esta é uma pergunta que deveria ser feita ao Setransp..

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ok. O senhor falou que a Enterhelp, o custo de manutenção da Enterhelp seria no mínimo de duzentos mil reais mais caro. Ela firmou aqui que seria duzentos e quarenta, então seria correto afirmar que a Dataprom poderia fazer esse serviço de manutenção por até quatrocentos e quarenta mil reais?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Dependendo do prazo do meu contrato, a

gente poderia conversar, porque eles fazem contrato curto e sem estabilidade nenhuma, toda empresa que tem contrato de longo prazo pode-se pensar em fazer alguma coisa melhor.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Voltando a falar sobre a quantia de quatro milhões e quatrocentos mil reais, a partir do pagamento dessa quantia devida, seria possível que o código fonte, as licenças fossem concedidas a Urbs para que ela pudesse licitar o sistema para que outra empresa também pudesse disputar a manutenção do sistema de bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A sua pergunta também é muito bem colocada. Veja só, o que é um código fonte? Um código fonte é todo um conhecimento técnico de uma empresa. Quando uma empresa quer ter seu código fonte já licita desta maneira o edital. É claro que ela vai pagar muito mais caro por isso. É por isso que nós temos a palavra licença de uso do solo. Hoje o que a Urbs tem é licença de uso total (P) do software. Ela pode utilizar o software para a vida toda e ainda assim sabemos que precisa se fazer uma manutenção nesse software ou se a Urbs desejar mudar alguma coisa, fazer desenvolvimento ou outras coisas. Isso não é a Urbs, qualquer software do mundo é dessa maneira. Se eu entregar um código fonte, estou abrindo todo o conhecimento da minha empresa, todos os vinte anos de desenvolvimento da minha empresa. Por isso que estamos em negociação com a Urbs para ver como é que isso pode ser feito.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A Dataprev fez algum contrato ou forneceu sistema de bilhetagem antes de 2009?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim, tínhamos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O contrato era com o ICI ou era diretamente com a Urbs?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não era com a cidade de Curitiba, era com outras cidades.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Aqui em Curitiba não tinha o sistema de bilhetagem antigamente?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Olha, para responder essa pergunta vou pedir um prazo, porque tenho que dar uma olhada para trás, não sei se tem um prazo, alguma coisa de seis meses. Eu posso lhe trazer essa resposta tão logo eu consiga ou amanhã mesmo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- No ato da assinatura do contrato há quatro anos a Dataprev não fornecia o sistema de bilhetagem eletrônica na cidade de Curitiba?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então o aluguel foi a implantação de um sistema completamente novo, entre equipamentos de hardware e software?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente, um sistema completamente

novos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Os senhores falaram a respeito dos vinte veículos que...(inaudível) O senhor falou referente aos vinte veículos fantasmas. Poderia dizer em quais linhas operavam esses ônibus?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu posso levantar pelo número dos ônibus, mas aqui não tenho. Tenho só o número dos ônibus.

O SR. BRUNO PESSUTI:- No seu entendimento, a Enterocel poderia ser considerada uma "laranja" das empresas? Em busca de obter por parte das empresas o controle da bilhetagem eletrônica?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Estou impedido de responder essa sua pergunta.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Serginho do Posto, Vice-Presidente desta CPI.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Alberto, algumas perguntas que quero fazer, elas são até de conhecimento público, porque estão no relatório do Tribunal de Contas que ontem passou a ser publicado a todos os cidadãos para que tenham acesso. O relatório nos traz algumas informações e gostaria de fazer a pergunta baseado no relatório que agora foi publicado e a partir daí estamos recebendo, via ofício do Tribunal de Contas. Agora, a Câmara passou a ter acesso a esse documento que foi entregue hoje aqui. O Ministério Público do Maranhão representa a empresa Dataprev num processo de bilhetagem. O que gostaria de saber do senhor é se a empresa Dataprev presta serviços ao Município de São Luís, no Maranhão e se houve uma representação ao Ministério Público do Estado. Houve algum inquérito ou apenas uma representação administrativa? (A) A empresa Dataprom responde alguma representação junto ao Ministério Público impetrada por um deputado do PT?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não que a gente saiba. Não sabemos ainda.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Não tem, perfeito. Outra pergunta. A Urbs não tem, como o senhor já respondeu, acesso ao banco de dados. Esta base que possui a empresa Dataprom ela é vulnerável, ela permite que outros circulem nesse circuito, ou é apenas a Dataprom que tem essa senha e esse acesso que depois transmite esses acessos e esses dados ao banco de dados da empresa Urbs? O senhor poderia me afirmar de que forma é feita essa transferência de dados da Dataprom quanto a aferição de bilhetagem, o quantitativo de passagens e outros dados?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A Dataprom entregou o sistema para a Urbs. Nós temos os acessos só para verificação, quem tem o acesso master é a Urbs. O banco de dados, o acesso maior é da Urbs. Nós não temos o acesso master, só temos um acesso restrito que

criamos níveis hierárquicos. E o nível hierárquico mais alto é o da Urbs. E o banco de dados quem mexe é só pessoal da Urbs. Só estamos no sistema ajudando eles para algum problema que tiver, mas o nível mais alto e o controle do banco de dados é da Urbs.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eu também estou baseando essa pergunta no relatório. Na página 60, o Tribunal de Contas, o apontamento mais relevante pela empresa que foi contratada para auditar o sistema ele diz da seguinte forma "fornecedor por diversas vezes, acesso ao banco de dados e faz ajustes que foram e não solicitados, sem oficialmente responder o que foi feito, como ficou sabendo do problema e o motivo do problema". Essa informação que foi colocada aqui é na página 60 do relatório.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Todas os acertos que fazemos são feitos através de chamados e estes chamados estão todos identificados e documentados, não há nenhum tipo de... nós não conseguimos esse acesso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- E para finalizar. A Dataprom em algum momento forneceu a cópia do contrato ICI Dataprom, a cópia à empresa Urbs. A Urbs alegou que essa cópia do contrato entre ICI e Dataprom eles não possuem cópia alguma. Foi relatado ao Tribunal de Contas quando o Tribunal de Contas solicitou alguns representantes da Urbs que fornecessem essas cópias de contratos. O senhor pode me afirmar se a empresa enviou alguma cópia de contrato à Urbs, eles tivessem acesso para saber como foi feito essa terceirização ou quarteirização do serviço prestado pela Dataprom?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A nossa cópia do contrato com o ICI a Urbs queria?

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na verdade eu gostaria de saber se a empresa Dataprom enviou uma cópia do contrato ICI e Dataprom à Urbs, vocês enviaram oficialmente?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu não posso por cláusula de confidencialidade, o meu contrato é com o ICI. Agora, se o ICI me der a permissão ou a Urbs ligar para Instituto Curitiba de Informática. que ela está fazendo o contrato com o ICI e pedir, ela pode ligar para mim e conseguir. Eu é que não posso, eu sou o terceiro na jogada.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Esse contrato o senhor poderia fornecer, disponibilizar à CPI?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMR:- Já está aqui.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eram estas perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Serginho do Posto e passamos a palavra ao Vice-Relator dessa CPI, Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos.



Primeiro gostaria de fazer um comentário pertinente em relação aos dois interrogatórios, o realizado na última Sessão e o realizado hoje. A CPI em momento algum (c)tem o interesse de apontar quem é melhor na questão das empresas que poderiam fazer esse trabalho de bilhetagem, se é a Dataprom, se é a Enterhelp, uma terceira, uma quarta, uma quinta ou uma sexta possibilidade. Não. Estamos fazendo todo esse trabalho aqui para entendermos como podemos otimizar esse sistema, diminuir a passagem, deixar mais transparente esse procedimento porque para a CPI há muitas interrogações e muitas dúvidas. E claro, para nós amanhã, futuramente a própria Urbs ou a instituição pública municipal fazer todo esse procedimento, fazer todo esse trabalho, fazer toda essa operação. O desejo dessa CPI, o desejo desta Casa é que futuramente a própria instituição pública faça esse procedimento e não dependa de terceirização ou quarteirização. Esse é um ponto. Não estamos aqui, quando uma pergunta fortalece uma empresa ou quando outra empresa aponta uma fraqueza da adversária, com o intuito de apontar para um lado ou para o outro. Estamos aqui fazendo uma investigação para otimizar esse serviço e futuramente termos a instituição pública administrando esse serviço. Alberto, queria saber, além do contrato desse sistema, quantos contratos a Dataprom tem atualmente com a Prefeitura ou com a Urbs? Quantos e quais são?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- De cabeça não posso dizer. Acho que tenho mais um, mas posso levantar para depois lhe informar.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mais um vigente, atual?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual o valor e qual o período? E qual é o objeto desse contrato?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Tenho que levantar. De cabeça não sei.



O SR. VALDEMIR SOARES:- Tem como alguém da empresa, o setor administrativo poder levantar?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Agora não, mas lhe entrego pessoalmente isso. Lhe garanto.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não, pessoalmente não. Gostaria que entregasse à CPI. Há a possibilidade de entregar ainda e apresentar no momento que estiver em mãos esse conteúdo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Será entregue amanhã, sem falta.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor poderia, juntamente com esse conteúdo, entregar para a CPI uma planilha de todos os contratos que a Dataprom fez ou ganhou por licitação com a Prefeitura de Curitiba e com a Urbs S.A?



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. VALDEMIR SOARES:- A planilha com todos os contratos que foram executados hoje entre a Dataprom e a Urbs, entre a Dataprom e a Prefeitura de Curitiba, aqueles que foram vencidos por licitação, seja venda de sinalização, seja a questão dos PDAs, que vocês também estão inseridos como parte do consórcio, sejam outros de informática. Gostaria da planilha de todos os contratos com os valores e com os objetos desses contratos, contratos feitos da Dataprom para com a Urbs, da Dataprom para com a Prefeitura através de licitação ou de indicação do ICI ou de alguma outra indicação.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A Dataprom está à disposição de todos os membros da comissão desde que seja oficializado e que tenha relação com o processo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então vamos oficiá-lo agora. Já estamos fazendo esse requerimento de forma verbal. A nossa equipe vai fazer agora por escrito, vamos entregar hoje e estamos requerendo essa documentação para saber qual é toda a relação que a empresa tem e toda a prestação de serviço que a empresa faz tanto para a Urbs como para a Prefeitura. Porque são vários contratos, pelo menos inicialmente, que integrantes da CPI identificaram na visita *in loco* feita à administração e ao departamento licitatório da Urbs por vários vereadores, Vereadores Valdemir Soares, Chicarelli, Chico do Uberaba. Precisamos dessa planilha para analisar esses documentos. Até porque, Alberto, a empresa nesse momento está num processo de investigação dentro da CPI. O senhor está falando como testemunha mas a empresa está sendo investigada. Há indícios de irregularidades (e), há indícios de inidoneidade, e nós precisamos desses documentos para darmos prosseguimento aos trabalhos da CPI. Há quanto tempo, há quantos meses, no total, a Dataprom faz esse trabalho da bilhetagem para a Urbs, ou para o ICI?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vai fazer quarenta e oito meses amanhã.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Amanhã vence?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Amanhã vence.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual é a margem de lucro da empresa, nesse trabalho prestado para a Urbs?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Acho que não é relevante a sua pergunta, desculpe-me.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É relevante e faço questão. É relevante até porque aquele que você disse que era inidoneo aqui, trouxe todos os números, toda planilha de trabalho, trouxe também a sua percentagem de lucro, abriu detalhes que são importantes para nossa investigação, são importantes para a CPI. Se não fosse importante não lhe perguntaria.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor oficialize e eu vou ver o que respondo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quer dizer, o senhor vem à CPI, está sob juramento, é perguntado e o senhor quer se faça por escrito? Coisa que o senhor está com a sua equipe aí e pode responder?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor tem toda liberdade, não tem problema. O senhor oficialize e eu lhe respondo com todo prazer.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, Sr. Presidente, já faço aqui esse requerimento verbal, e a minha assessoria também fará esse pedido por escrito. Queremos a deliberação ainda hoje, Sr. Presidente, para que a Dataprom possa trazer então essa planilha de contratos, e possa também trazer essa margem de lucro que ela tem em relação a esse serviço. Quem foi que negociou, quem da Urbs, ou do ICI que negociou a contratação da Dataprom? Ou da Urbs, ou do ICI ou do Setransp? Quem foi a pessoa que procurou a Dataprom para fazer esse contrato?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Foi o Presidente em vigor em 2009. Está perguntado do contrato? Do qual contrato o senhor está falando?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Estou perguntando do contrato da bilhetagem. Esse que não passou pelo processo de licitação. Esse que a princípio foi "terceirizado" pelo ICI.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Foi o Presidente do ICI há época.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual o nome dele?

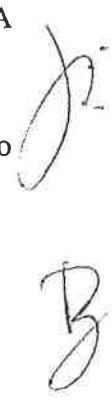
O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ah, eu dou a resposta amanhã.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor fecha um negócio milionário como esse e não sabe com quem fechou?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor quer oficializar também qual é a minha memória? Vou fazer o quê?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ah, pelo amor de Deus! O senhor não saber com quem fecha um contrato desse, com quem o senhor fala, com quem • É complicado para a gente. Estamos aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor está sob juramento. Há controvérsias do depoimento que o senhor trouxe aqui, com o depoimento de outra empresa. E também com algumas posições. O senhor falou há pouco que não sabia que a Prefeitura está pedindo na justiça o código fonte. Só o senhor também, que é dono do código fonte, não está sabendo. Porque até o porteiro do meu prédio, onde moro, quando desci hoje para vir à Câmara, já sabia disso. A omissão dentro da CPI é também um falso testemunho.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não sei de onde o senhor tirou isso, respeito a sua opinião.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Onde eu tirei o quê?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- As suas observações.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Essa observação de que a Prefeitura entrou na justiça para buscar o código fonte, eu tirei da própria Prefeitura. Há documentos. Foi apresentado à Cidade, à sociedade, à imprensa, todos os jornais noticiaram hoje isso.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O contrato do ICI já foi fornecido à CPI há mais de mês. Estou vendo aqui, o Presidente era o Sr. Jackson Leite. (M)

O SR. VALDEMIR SOARES:- Foi com ele que o senhor ou representantes da Dataprom conversaram para poder contratar esse negócio?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não foi conversado, ele levantou esses valores e nós vencemos na época.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Venceram o que, se não teve licitação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A pesquisa que eles fizeram! Não é da maneira que o senhor está falando.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ele venceu uma pesquisa? Vocês venceram uma pesquisa, foi isso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Como é que o senhor compra particularmente algum fato? O senhor levanta os preços, faz uma concorrência de preços.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Houve concorrência, houve outras empresas participando?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim, senhor. Processo licitatório não é só o governo que faz.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas não houve licitação, nem do governo, nem do ICI; não foi notificada, não foi noticiada, não foi publicizada nenhuma licitação.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Só que o ICI procura no mercado as empresas que têm condições de fazer isso e faz a sua licitação. É uma pesquisa que é feita.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Alberto, existem contradições aqui entre o seu depoimento e o depoimento da Enterhelp. E existem contradições pesadas, inclusive acusações. O senhor sabe que está sob juramento, estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, todas as pessoas que vêm aqui ser interrogadas podem responder por falso testemunho, se isso acontecer, e o senhor pode ter certeza, o embate de posições contrárias entre o senhor e os representantes da Enterhelp já aponta falsos testemunhos de um dos dois lados. O senhor tem consciência de que

isso entrará no relatório da CPI, essa contradição vai mostrar mentiras, inverdades, fatos mentirosos, e isso aí vai ser apurado? Inclusive, vai ser entregue um relatório para o Ministério Público e nós vamos apontar que houve inclusive acusações de empresa para empresa e a posição de que houve mentira e de que houve irregularidade naquilo que foi passado dentro desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor tem certeza absoluta em todas as palavras que deu no seu depoimento antes de começarmos aqui o interrogatório?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vereador, eu estou supertranquilo, supercalmo, tudo que falei aqui é verdade, todos os documentos estão aqui, e o senhor fique tranquilo, porque, se o senhor está com toda a vontade de saber a verdade, é aqui que o senhor vai saber.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Além desse serviço de bilhetagem, quais os serviços que normalmente a Dataprom presta em outros contratos para a Prefeitura?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Manutenção semafórica.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Vendas de equipamentos também?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Na área de manutenção semafórica, quando tem alguma licitação, nós participamos também.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quantas licitações vocês ganharam nesse período?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Qual período?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nesse período em que vocês atendem o sistema de bilhetagem.

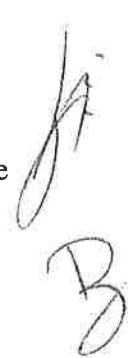
O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Tem que ser levantado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- São muitas, né? Por isso eu necessito da planilha. Eu necessito da planilha para que possamos fazer o levantamento necessário e analisar os dados que precisamos. Outra coisa: na questão das informações recebidas, dos dados coletados pelas catracas, a informação que esta CPI tem é que inicialmente essas informações são transmitidas para os servidores da Dataprom e é feito ali um pré-processamento, para posteriormente serem enviadas para os servidores da Urbs. O senhor confirma isso, esse procedimento?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu gostaria que o senhor me desse a fonte, porque eu gostaria de processá-la judicialmente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu fiz uma pergunta e o senhor não me respondeu.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Bom, eu acho que está subentendido, mas se o senhor quiser...



O SR. VALDEMIR SOARES:- Não, não, não está subentendido. Eu não tenho bola de cristal, nem sou vidente. (u). Eu estou perguntando para o senhor se o senhor confirma a informação que a CPI recebeu de que os dados coletados passam primeiro para os servidores da Dataprom para um pré-processamento para depois passar para os servidores da Urbs? O senhor tem que falar sim ou não.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor não deve ficar nervoso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu não estou nervoso, estou calmissimo. Quem deveria se preocupar em ficar nervoso ou não é o senhor, que está sendo investigado. Aqui quem está sendo investigado não é nenhum integrante da Comissão Parlamentar, quem está sendo investigado é o senhor. Eu quero que o senhor responda a minha pergunta, o senhor respondendo eu pularei para a próxima.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não passa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não faz e não existe a possibilidade de se alterar esse número antes de chegar nos servidores da Urbs?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor confirma que não?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Confirmo que não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Só para deixar bem claro, já é mais uma informação que é contradição no que a Dataprom fala e no que a Enterhelp fala. Por que houve essa diminuição do valor de quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e dezoito, para quinhentos e seis mil setecentos e dezoito mensais para o serviço de bilhetagem? O que alterou esse valor, vocês cobravam quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e dezoito, houve uma diminuição nesse valor para quinhentos e seis mil, setecentos e dezoito. Qual a alteração que houve para ter diminuição nesse valor?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Foi uma negociação entre o Setransp e a Dataprom.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O que levou vocês a abaixarem quase sessenta mil reais mensais?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Uma negociação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sim, mas tem uma justificativa. Que é uma negociação nós sabemos, queremos saber se houve a aquisição de novos equipamentos, houve algum produto

que foi retirado, alguma prestação de serviço que foi retirado desse contrato para diminuir o valor? Porque houve uma diminuição, houve um motivo. Eu quero saber o motivo dessa diminuição de valores.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eles pediram uma redução de valores, um desconto. Eles estão na posição deles, penso eu.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não houve nenhuma alteração na prestação de serviços?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não houve nem um tipo de adesão ou retirada de prestação de serviço?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, pediram para o senhor uma diminuição de sessenta mil mensais, ou seja, setecentos e vinte mil por ano e o senhor, de bonzinho, liberou, logo na primeira vez, sem nenhum argumento, de pronto?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Mas agora o senhor está falando que duzentos e quarenta o outro pode falar, e eu falar em sessenta mil o senhor não acha nada espetacular?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não entendi. Aqui quem faz pergunta sou eu. Não entendi sua pergunta. Vamos trocar, então, eu vou ser interrogado e o senhor o membro da CPI. Eu fiz uma pergunta pertinente, houve uma diminuição num valor de quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e dezoito, para quinhentos e seis mil setecentos e dezoito. Nós queríamos saber o motivo, porque se foi só um pedido, eu já quero fazer outro pedido, que o senhor, quando fizer uma nova proposta, então alcance pelo menos esse valor de duzentos e quarenta mil, que a outra empresa disse que dava certeza de poder operar o mesmo sistema, com o mesmo serviço, dentro de dois dias, se tivesse o código fonte, por duzentos e quarenta mil reais. Então, quero fazer um pedido para o senhor, que o senhor alcance esse valor, porque já vamos ter, pelo menos, dois centavos na diminuição da passagem. Se é uma questão de pedir e o senhor conceder, então, conceda, o que queremos aqui é diminuir o valor da passagem para o usuário.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Primeiro, acho que o senhor está confundindo código fonte com manutenção. Código fonte é uma coisa de software, eles fazem manutenção de hardware. O hardware não tem nada a ver com o software. Então, se ele lhe pediu código fonte, ou ele não sabe ou se enganou. O código fonte não tem nada a ver com a manutenção do hardware que eles querem. Ou ele se enganou, trocou de nome, ou coisa que o valha.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quem está se enganando aqui é o senhor. O senhor não consegue entender uma pergunta básica que está sendo feita na CPI, como que nós vamos

continuar os trabalhos assim? Quem está se enganando é o senhor. O que foi passado aqui pela outra empresa (né que, com o conteúdo que estaria sob a responsabilidade da Dataprom e da Urbs, a outra empresa poderia operar o mesmo trabalho que vocês fazem por quinhentos e seis mil setecentos e dezoito mensais, ou quinhentos e seis seiscentos e dezoito mensais, por duzentos e quarenta mil mensais. Essa foi a informação e o senhor também disse que foi mentira, que não tem essa possibilidade de ser feito. Gostaria de saber, porque não há essa possibilidade, já que o senhor abaixou o preço naquela época à pedido da Urbs, por que o senhor não abaixa, não chega aos duzentos e quarenta, conforme as outras empresas que deporam aqui na CPI e colocaram?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Primeiro, não foi pedido da Urbs, foi uma negociação com os empresários e lá eu baixei sessenta mil e não duzentos e sessenta como outra empresa está falando. Acho que estou mais coerente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E por que o senhor disse que a outra empresa não teria condições de fazer nesse valor que se comprometeu. O mesmo serviço fazem por quinhentos e seis mil eles se comprometeram a fazer por duzentos e quarenta e mais, outras empresas de fora, que podem trabalhar com essa tecnologia, também se interessaram, entraram em contato com várias partes do serviço público, dizendo que conseguiriam fazer num valor mais baixo. Qual é a mentira ou possibilidade de mentira que existe nisso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu vim aqui falar sobre o serviço que a Enter Help fez e que tirou ela do serviço, outras empresas é uma informação nova que o senhor está me prestando agora.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não! O senhor disse que sabia da informação e disse que era uma mentira, que eles não teriam condições de fazer o mesmo serviço que hoje custa quinhentos e seis mil seiscentos e dezoito para a Dataprom por duzentos e quarenta mil. O senhor falou, está gravado, taquigrafado e faz parte do seu juramento.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Código fonte é uma coisa..

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não estou falando código fonte, estou falando a prestação de serviço de bilhetagem.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Se o senhor fala que assim , é assim..

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quem falou foi o senhor!

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Então, está bom!

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor chegou e disse, que seria impossível que a Enter Help fizesse o mesmo trabalho que vocês fazem, por quinhentos e seis mil setecentos e dezoito por duzentos e quarenta mil, que era impossível, que era uma mentira, que a Enter Help estava mentindo quando disse que poderia fazer essa mesma prestação de serviço por esse valor tão baixo. Queria saber por que o senhor disse que é uma mentira e por que é impossível, já que

B

outras empresas também, depois do depoimento da Enter Help se posicionaram com interesse de participarem de um certame, de uma licitação e poderem fazer esse mesmo trabalho numa margem de valor próximo a essa que a Enter Help trouxe aqui para a comissão.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu vim aqui mostrar as dificuldades que eles tiveram e as coisas que se passaram na fase que eles estavam pondo e a diferença de serviço com os quais eles não prestaram e o que fazemos no serviço e tudo que tivemos que apoiar a Urbs para que o serviço não degradingasse. É nessa situação, com esses princípios, com essa base, com esse know Hall é que estou falando que eu consegui dar sessenta mil de desconto para os empresário numa discussão que fizemos e que eles não são capazes de fazer por esse preço.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Se eles não são capazes, porque os empresários, o Setransp teve o interesse de finalizar esse serviço com vocês em contratar outra empresa em relação a essa diferença de preço. Qual o interesse da diminuição dos valores?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Você está falando agora ou lá atrás?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Estou falando agora.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Aí você tem que perguntar para o Setransp.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor não sabe o por que estão desmerecendo o trabalho do senhor num valor de quinhentos e seis mil, setecentos e dezoito para pegar outra empresa que possa fazer no valor de duzentos e quarenta mil? O senhor não tem a mínima ideia do por que as empresas estejam querendo trocar a prestação de serviço que paga quinhentos e seis mil, setecentos e dezoito para vocês, por duzentos e quarenta mil? O senhor não entende que é uma diferença gritante de valor?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Realmente eu não sei porque. Com 99,95% de eficiência da "consiliação", com todas as vantagens que eu dou, com todos os problemas que tiveram com a Interhelp, eu não sei. Eu só vou fazer ilações ou pensamentos, e isso eu não gostaria de declarar aqui porque o que eu falo eu provo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, vou ficar por aqui. Mais uma vez pedir para que as perguntas não respondidas pelo interrogado já estão sendo recebidas por essa CPI de forma verbal, e na sequência de forma redigida através de pedido oficial de informação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Dando continuidade, Vereador Valdemir Soares, o senhor pode nos enviar até o final dessa sessão para análise da comissão. Na sequência, a fala está com o Vereador Cristiano Santos, em seguida com o Vereador Chico do Uberaba e Vereador Paulo Rink. Com a palavra o Vereador Cristiano Santos.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Boa noite a todos. Sr. Alberto, o Vereador Valdemir Soares perguntou para o senhor agora há pouco se era correto afirmar a informação que a CPI

recebeu que no sistema de bilhetagem automático da Dataprom seriam rotinas internas a possibilidade de manipular os registros de coleta. Ele não chegou a falar em valores, mas eu tenho informação que foi passada à CPI, chegando a possibilidade de tirar seis centavos de cada passagem registrada. O senhor chegou inclusive a perguntar o nome de quem teria passado essa informação a fim de processá-lo. Enfim, o senhor não respondeu. Ainda nessa esteira a minha pergunta seria a seguinte: o que seria a garantia da veracidade da autenticidade dessas informações? Quem autentica essas informações, e qual a garantia da autenticidade e da veracidade delas?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O sistema que nós fazemos é diferente de alguns sistemas, tem alguns sistemas que são parecidos. A nossa rotina é dupla. Além dos dados que são mandados automaticamente para os servidores da Urbs, cada vez que o usuário passa ele é mandado diretamente para o servidor da Urbs. Eles são guardados dentro do validador e são, como eu expliquei, descarregados no momento em que o cobrador encerra o turno dele. Então, tudo o que foi para a Urbs tem que ser a cópia exata daquilo que o cobrador passa no cartão dele, descarrega dentro do cartão dele, e ele vai fazer o seu caixa dentro da empresa. Então, ele vai lá no fim da seção, passa o cartão dele, tudo que estava dentro do validador passa para o cartão dele, naquele período dele, tudo que ele fez, ele vai lá descarrega, aparece automaticamente tudo o que ele fez e ele presta as contas para as garagens. Depois dá lá o dinheiro, o que aconteceu, se é crédito, claro que não aparece, e isso vai para o computador da garagem e vai mandar para a Urbs. E esses dois dados são conciliados. Então, o que foi diretamente com o dado da garagem. E eu não tenho nada a ver com isso. São rotinas completamente separadas que vão do banco da Urbs, passa pela garagem e vai. Muitos sistemas fazem só o da garagem. Passa pelo computador da garagem. É aí que é o problema. O cobrador vem, descarrega no cartão dele, faz o seu caixa, passa pelo computador da garagem e depois descarrega para a prefeitura. Aí sim você tem como manipular os dados. O nosso sistema não. Ele manda para a prefeitura e descarrega para as garagens e os dois têm que se acertarem.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- De todos esses valores?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- De todos os valores.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- E se houver divergência?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Aí é que está. A nossa conciliação é 99,95%, esses 0,05% são acertados nos dias seguintes, então sempre fecha 100%. E 99,95% são 8h, porque tem que fechar 100%. isso é interessante, é fechado 100%.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- O senhor não respondeu a pergunta se as empresas estão querendo tomar conta do controle de bilhetagem. Isso teria algo a ver com a questão daquelas passagens e que ainda não foram utilizadas, aproximadamente cento e setenta milhões de reais?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Poderia repetir?

O SR. CRISTIANO SANTOS:- O senhor não respondeu a pergunta se as empresas estão querendo tomar conta do controle de bilhetagem. Isso teria algo a ver com a questão daquelas passagens e que ainda não foram utilizadas, aproximadamente cento e setenta milhões de reais?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O que eu posso responder, Vereador, é o seguinte: a intenção dos outros eu não posso lhe afirmar, mas onde a bilhetagem é das empresas que trabalham com o sistema que são delas e existe uma coisa que se chama caixa flutuante, cada um dá um nome. Como o senhor disse, os créditos que não são utilizados ficam nos cartões e esse dinheiro fica na caixa e essa caixa é utilizada pelas empresas da forma que elas quiserem, porque elas não dão conta desse valor para a prefeitura. Em Curitiba esses cento e sessenta milhões a Urbs dá conta desse valor, porque ela emprega no mesmo sistema pagando as empresas de ônibus. Então, essas diferenças tarifárias ela aplica no próprio sistema. Então, uma empresa que trabalha no setor e que tem a bilhetagem é a raposa guardando o galinheiro. Não estou afirmando aqui que eles queiram fazer isso, mas se você deixar é uma coisa que não se faz.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Está certo. Sr. Presidente, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Cristiano Santos e passamos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Sr. Alberto Abujamra, a sua empresa Dataprom prestou algum serviço para o Estado de Tocantins no município de Palmas?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Houve algum problema lá naquele Estado?



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O problema, o senhor deve querer chegar na mesma proposição que o nosso querido relator me perguntou que é sobre o Tribunal de Contas da União. É esse o problema que está aqui e já respondi a pergunta. Se é isso que o senhor quer saber.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu não entendi a sua resposta, Sr. Abujamra. O senhor poderia ser um pouco mais claro, por gentileza?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor perguntou sobre o Estado de Tocantins, não é isso?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Isso.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- E eu falei que já trabalhei lá e o senhor deve estar querendo chegar na questão do Tribunal de Contas de Tocantins, não é isso?



O SR. CHICO DO UBERABA:- Isso. Sobre algumas irregularidades que foram apontadas no Tribunal de Contas, procede?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A sua empresa teve alguma irregularidade no sistema de transporte, sinalização, alguma coisa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não. No sistema de transporte não tive absolutamente nada.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas em qual área foi o problema?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Isso não procede. Nós tivemos um problema da parte que é semaforico e esse negócio ainda vamos nos defender. Está ainda na parte que vai entrar o recurso. Então, não temos problema nenhum ainda, estamos com o Sicafe totalmente em dia

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor é sócio de alguma empresa de ônibus de Curitiba?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sócio oculto de alguma empresa de ônibus?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor conhece o Sr. João Abujamra Neto?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Conheço.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É seu parente?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não sei até hoje, já o conheço mas não sei se somos parentes.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ah, o senhor não sabe se é seu parente?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Já conversamos sobre isso e não sabemos. Exatamente isso.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe se ele opera algum sistema de transporte, tem alguma empresa na cidade?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim, eu sei que ele tem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então o senhor o conhece? Parente não é?

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Conheço. Até hoje não sabemos porque se pegar qualquer Silva não vai saber porque tem muitos. Abujamra sei que não é um nome tão comum, mas já falei com ele, que também não sabe qual é a origem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Gostaria de saber quem contrata os serviços da Dataprom no sistema de bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- No contrato original de quarenta e oito meses foi o ICI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O ICI? E como é que foi feita essa contratação, por concorrência ou por licitação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O ICI, pelo que eu saiba, ele faz pesquisa de mercado das empresas que podem fazer e contrata.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então não existe licitação e nem concorrência?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Olha, pelo que eu sei é assim que ele faz, mas quem pode responder melhor é o ICI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Pelo que o senhor sabe? No relatório do Tribunal de Contas, muito bem elaborado e ontem relatado pelo Dr. Cláudio Henrique de Castro, Coordenador da Comissão de Auditoria. Ele diz assim: "Assim caracterizou-se a terceirização de serviços indelegáveis da Urbs e ato contínuo o ICI, que quartearizou os serviços da Urbs para a empresa Dataprom, sem licitação". O senhor concorda que foi sem licitação? Está no relatório do Tribunal de Contas.


O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sem licitação sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Foi feita a contratação sem licitação? É isso? O senhor confirma?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sem licitação? A palavra "licitação", o senhor está perguntando sem licitação? Pelo que eu saiba sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Pelo menos está aqui nas trezentas e poucas páginas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que diz que a Urbs e ato contínuo o ICI quartearizou, não foi nem terceirizou. O senhor falou que era terceirizado aqui nas perguntas do Vereador Valdemir Soares, mas não é nem terceirizado, foram quartearizado os serviços da Urbs para a Dataprom sem licitação. A minha pergunta é: o senhor reconhece que essa contratação foi sem licitação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vereador, pelo que eu sei o ICI é uma Oscip e pelo que também eu sei a Oscip tem essa facilidade ou esses procedimentos.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E qual foi o critério da facilidade da contratação para a sua empresa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Nenhum.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Nenhum? Quem realiza a comercialização dos créditos de transporte?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A Urbs.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem faz a emissão dos boletos bancários para a compra de créditos via internet?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O sistema de bilhetagem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E quais são os procedimentos de fiscalização? Existe sobre esse procedimento de emissão de boletos?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Qualquer usuário pode entrar e emitir um boleto. Não entendi bem a sua pergunta.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Nos procedimentos de fiscalização, nos boletos, existe algum tipo de fiscalização ou não na emissão dos boletos?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O que o sistema faz é que os créditos são liberados quando o banco manda o dinheiro para a Urbs, aí que a Urbs libera o crédito, o arquivo de retorno (A) que eles chamam, que é processado pelo financeiro da Urbs.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem faz o cadastramento de gratuidades e descontos?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Tudo a Urbs.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Alguma vez já foi realizado um recadastramento de usuários gratuitos para atualização dos benefícios? O senhor tem conhecimento?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Do nosso conhecimento, não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo. Alguma instituição independente já realizou auditoria sobre o sistema de bilhetagem de Curitiba?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Tem que verificar com a Urbs. Do nosso conhecimento, não sabemos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não acha transparente que seja feita uma auditoria anual sobre a bilhetagem?

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu acho ótimo. Estamos carentes que seja feito isso. Inclusive, eu trouxe aqui uns quinze mil laudos da bilhetagem para entregar à CPI, de alguns relatórios que o sistema dá que demonstra todos os números de operações que são feitos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O ICI tem algum contrato com a Dataprom?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Só esse contrato que tenho com ele que vai acabar amanhã.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Só esse contrato? Nunca mais teve contrato nenhum?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Só esse contrato que eu tenho com o ICI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Em caso de quebra, pane, a Enterhelp não poderia abrir os equipamentos, sendo obrigado a levar no laboratório da Dataprom?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ela tem que levar lá; porque ela não sabe mexer.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Era obrigado a levar?



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas um serviço que levaria quinze minutos no local? Aqui nos colocaram que chegou a levar oitenta dias para que Dataprom desse esse retorno. Por que essa diferença tão grande, Sr. Abujamra? Se a Enterhelp que era contratada de vocês, ela podia efetuar o trabalho em quinze minutos? Mas ela era obrigada a levar no laboratório de vocês e chegou a levar até oitenta dias para darem a resposta, para arrumar esse equipamento.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu não sei se o senhor estava presente, eu vou de novo aqui responder, porque eu já o fiz. Existem duas coisas a este respeito, exemplos de prazos para aprovação dos orçamentos pelos empresários, este foi um. Eu trouxe alguns aqui. A Marechal num orçamento do dia 22 me levou...

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não estou entendendo, eu só fiz uma pergunta. O que precisa da empresa para trocar uma pecinha de quinze minutos, aprovar o quê a empresa? É a empresa ou a Dataprom que aprova? É a minha pergunta, ou eu não fui claro?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor me perguntou porque demorava oitenta dias. Estou tentando lhe responder da seguinte maneira, como fiz aqui no começo. Para que eu pudesse arrumar os equipamentos, eles tinham que mandar o equipamento, esse equipamento deveria ser aprovado o orçamento para que depois eu arrumasse. Vou dizer a vocês aqui alguns exemplos de prazos de aprovação de orçamento. Eu mandei o orçamento e estou dizendo aqui prazos que eles demoraram para aprovar o orçamento que mandei a eles. Marechal, o orçamento dia 22/11/11 levou vinte e oito dias para aprovar o orçamento. Araucária, do dia 28/08,



levou trinta e nove dias. A Redentor, quarenta e cinco dias. A São José, oitenta dias. A Leblon, noventa e três dias. Agora vou falar sobre a troca de baterias que a Enterhelp falou diretamente. A solicitação de procedimentos que demorava aproximadamente oitenta dias que o senhor comentou. A solicitação de troca, foi exatamente este o seu caso. A solicitação de troca de oito baterias (v) ocorreu via SPTrans na data de 03/01/2012, a Setransp aliás. Em 12/01 devolvemos sem custo os primeiros dois equipamentos, ou seja, nove dias depois. Em 17/01/12 devolvemos sem custo os seis equipamentos restantes, ou seja, quatorze dias depois. Os formulários de devolução estão assinados pelos funcionários da Enterhellp. Salientamos que os dois primeiros devolvidos para a Enterhelp antes mesmo de ser protocolada a documentação formal para ser executada a manutenção, uma vez que por telefone foi solicitada a urgência dessa liberação. Estou lhe falando isso com a documentação em anexo que está sendo entregue aqui na CPI. Não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É muito estranho, Sr. Abujamra, porque se existe um contrato milionário, vou até pegar uma tese aqui sobre as baterias, que não entendi.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Nessa época não tinha esse contrato.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não tinha o contrato e falou das baterias? Estou enganado? Acho que está aqui. Foi o senhor que falou. Até anotei aqui no meu papel Sobre as baterias de nobreaks aqui, segundo o senhor informou, eram de responsabilidade das empresas de ônibus. O senhor quer dizer que o contrato pago mensal pelas empresas, que não era pouco, não contemplavam essa simples substituição de baterias?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vou pedir aqui para meu diretor técnico que tem mais propriedade, Carlos Brandet, vai explicar com melhores palavras.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDET: Sr. Vereador. Têm duas situações de baterias. Bateria de validador, que é uma situação, e têm baterias dos nobreaks, que é outra situação. As baterias que são de responsabilidade de fornecimento da Setransp, são baterias que devem ser colocadas nos nobreaks das Estações Tubo e terminais. A ligação que levávamos até oitenta dias para trocarmos uma simples bateria é referente a uma troca de bateria de validador, que é a bateria que apenas mantém o relógio do validador. Situação essa que trouxemos alguns documentos que demonstram os tempos que levávamos para fazer essa troca e os tempos que levávamos para fazer a aprovação desse orçamento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E esse prejuízo aí o senhor confirma que era em média de mais ou menos quinze mil reais por dia? Às vezes, se desse uma falta de energia ou alguma coisa, em média, dava em torno de quinze mil reais por dia de prejuízo para a empresa?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor está se referindo aos nobreaks das Estações Tubo agora?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sim.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Esse prejuízo era um prejuízo que, quem tem que fornecer as baterias dos nobreaks são as empresas da Setransp. Sem as baterias não se pode fazer nada. Se elas estão dizendo que tinham esse tipo de prejuízo, elas estão querendo arcar com esse prejuízo. Eu não estou entendendo essa ligação. Se foram feitas por elas, eu não estou entendendo, porque se elas têm que me fornecer a bateria e eu já disse aqui em uma outra declaração, que estão aqui os documentos, que até hoje elas não forneceram as baterias, é meio estranho.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É muito estranho.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Concordo contigo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Esse PC de bordo, o senhor sabe o valor de um produto desses, de uma peça dessas em média? Aproximadamente?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Uns três mil e quinhentos reais mais ou menos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Três mil e quinhentos reais?


O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Cabe salientar que não é um PC normal que você vai e compra e que tem uma produção absurda. Sei o que o senhor deve estar pensando e concordo com o senhor. Vou e compro aqui um PC por mil reais, novecentos reais. Essa é uma produção em massa. Esses PCs são industriais, embarcados. Eles têm uma tecnologia completamente diferente e a produção deles é em quantidade muito pequena. O que barateia um produto é uma produção em massa, além de serem produtos embarcados. Eu também concordo que o preço é muito maior, mas infelizmente é esse o mercado, não tem como.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Um depoente que passou por aqui falou que esse PC ainda provavelmente vem da China. Parece que nas contas de vocês colocaram aproximadamente um custo de oito mil reais, e lá não custo duzentos dólares. Processa essa informação ou não? Vem da China esse produto, ou não?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, não vem da China e não tem custo duzentos dólares e não está na minha planilha por oito mil reais.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe informar se em outra Cidade, São Paulo, Rio de Janeiro, outros Estados, o fornecedor do hardware é quem faz a manutenção dos equipamentos em campo ou em laboratório? O senhor deve ter contato com essas empresas, é o mesmo ramo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A maioria que eu saiba, quase 100% das empresas de bilhetagem que fazem a bilhetagem é que dão manutenção no sistema. Por que motivo? Por que elas querem? Não é totalmente verdade. Porque elas são as maiores interessadas



que o sistema funcione, porque se elas não derem manutenção, elas próprias no sistema, o sistema vai degradingolar. Se um terceiro, não compromissado com aquilo, é muito claro que o sistema pode ir por água abaixo. Então, normalmente as empresas que fazem o hardware da bilhetagem é que dão manutenção no sistema.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Porque a Dataprom insiste em fazer essa manutenção?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Por esse motivo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A Dataprom não tem receio que outras empresas conheçam uma eventual baixa qualidade e fragilidade dos seus equipamentos?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu não acho.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sabe se alguns técnicos da Enterhelp tiveram que se transferir para a Dataprom?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não sei se o senhor estava aqui, mas eu declarei aqui como foi a transição do contrato da Enterhelp para a Dataprom. Em que tivemos que arcar um mês inteiro com a folha de pagamento deles, tivemos que nós pagar a indenização de quinhentos mil reais, porque o Setransp não arcou com essa indenização, e fomos obrigados a ficar com os funcionários deles para não terem problemas trabalhistas. Tudo isso está aqui documentado.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Até o dia 28 de agosto a Dataprom é contratada diretamente pelas empresas para realizar a manutenção dos equipamentos da bilhetagem eletrônica. Já o contrato para realizar a manutenção do software é diretamente com o ICI. Qual o valor que o ICI paga para a Dataprom para realizar a manutenção do software de bilhetagem eletrônica?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não tem isso ainda. Existe um contrato com o ICI que é de locação de equipamentos que eu li aqui. Um minutinho só que eu vou pegar. (Pausa).



O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não tem o valor, não quer consultar os seus "universitários" aí. Fique à vontade doutor.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Muito obrigado Vereador.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Oi?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Muito obrigado.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, o senhor não sabe me responder nem • O senhor fala muito obrigado mas não me respondeu. O senhor sabe o valor ou não sabe?



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Existe um contrato da Dataprom com o ICI, que o objeto do contrato, Vereador, é locação de uma solução integrada de informática de novos equipamentos, com opção de compra dos equipamentos ao final do contrato. A descrição dele, detalhada do objeto é: locação • Não sei se o senhor está me entendendo que é locação pela Dataprom ao ICI, de uma solução integrada de informática de computador de bordo, plataforma de PC, com a continuação de utilização da solução denominada sistema de bilhetagem eletrônica e locação de novos equipamentos, bem como o serviço de instalação e manutenção compreendendo: fornecimento de terminais de usuários, computadores de bordo, fornecidos de modos GPS, controles para motorista, fornecimento de POS com leitor de cartões de bateria, fornecimento de PDV portátil, fornecimento de manutenção de sistema aplicativos de software, garantia de equipamentos, serviço de instalação (m) de equipamentos e ajuste de software; transmissão e recepção de dados. Valor total do contrato: vinte e nove milhões e novecentos mil, para serem pagos em quarenta e oito meses, dos quais o ICI está devendo quatro milhões e quatrocentos e um mil reais até a data de hoje; e o contrato expira amanhã.

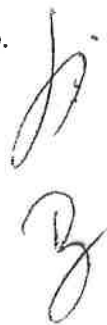
O SR. CHICO DO UBERABA:- Muito bem. Viu só como agora saiu um valor, doutor? Assim que é bom, a gente fica contente, porque estamos aqui também nos debruçando em cima, eu peguei esse relatório aqui, ó, do Tribunal de Contas, e fiquei a noite inteira estudando, e acho que ninguém aqui está para brincar, nem para... Por que todos os dias uma equipe de mais de quinze técnicos da Dataprom tem que comparecer durante a madrugada nas garagens, para resolver problemas nos equipamentos, no sistema de bilhetagem eletrônica, que trava e deixa de comunicar e enviar dados ao Datacenter?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vereador, eu acho que... Bom, eu não vou dizer nada, mas vou dizer o seguinte: à noite, os ônibus param; é a única hora boa para se fazer manutenção. Então, é nessa hora que os meus técnicos vão fazer a manutenção, principalmente a preventiva, que eu há uma hora, uma hora e pouco, ou duas horas, informei que temos que fazer nos ônibus.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Existe uma informação que no mês de julho de 2013 houve cerca de trinta e dois mil e oitenta *resets* somente nos equipamentos validadores. É normal haver tantos *resets* assim no sistema de bilhetagem eletrônica? Isso não gera uma indisponibilidade para o usuário e também não danifica os equipamentos? Vou repetir aqui: trinta e dois mil e oitenta *resets* só no mês de julho de 2013.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Só um pouquinho. O senhor poderia fornecer esse documento só para a gente poder falar a coisa bem certinha? Porque só assim a gente não consegue, digamos, entender exatamente o que é que está...

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu vou ler com bastante calma, acho que está bem claro. Existe uma informação que no mês de julho de 2013 houve cerca de trinta e dois mil e oitenta

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

resets somente nos equipamentos validadores. É normal haver tantos *resets* assim no sistema de bilhetagem eletrônica? Isso não gera uma indisponibilidade para o usuário e também não danifica os equipamentos?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, não. Se o senhor me disser que isso aí está dentro de um relatório que nós mesmos produzimos, aí eu começo a ter uma ideia do que o senhor está falando. É isso?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Olha, não sei se foram vocês que produziram, mas pode ter certeza de que na minha aqui não foi, eu procurei, pesquisei.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Provavelmente é um relatório que o próprio sistema dá, então vou pedir aqui para o Carlos Brandt responder

O SR. CHICO DO UBERABA:- Porque o que eu tenho aqui, nos sistemas convencionais de outras cidades não precisa haver tantas intervenções manuais por parte de técnico de bilhetagem eletrônica, para que funcione corretamente, ou porque acontece isso no sistema só aqui em Curitiba. Então, é uma coisa assustadora, né?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Prezados Vereadores. Para lhe responder exatamente essa pergunta, eu necessitaria saber de qual relatório saiu essa informação. Eu posso lhe dizer, por exemplo, que os veículos, após seis horas desligados na garagem, todos os equipamentos vão se desligar para não gastar a bateria do veículo. No momento que for ligada a chave do veículo, o sistema se religa, e nesse momento nós marcamos um *log* por exemplo de *reset*. Então, esse número absoluto eu não... Só com número absoluto, sem saber de onde exatamente veio isso, eu não consigo lhe responder com assertividade. Se for possível você passar o documento, nós podemos fazer todas as explicações devidas.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu gostaria, deixa só eu achar um documento aqui. O senhor sabe como é o *modus operandi* (A) de uma catraca? O senhor sabe como funciona, desde o início da bilhetagem, desde que o passageiro chega no ônibus e passa o cartão até onde vai a informação final?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Pode ser que eu cometa algum deslize e vou pedir ao Carlos para responder essa pergunta.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu gostaria que o senhor viesse me mostrar aqui, eu trouxe uma catraca, quer chegar aqui por gentileza, já que o senhor é o detentor do software?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu posso, mas não sei se vou poder lhe responder.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe me dizer o que são essas três peças, como funcionam? Como é o sistema, o usuário vem, coloca o cartão...



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A parte técnica não sei.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O Carlos sabe, então, por gentileza, só para nós sabermos como funciona. O usuário vem, coloca o cartão...

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- O usuário encosta o cartão, há o débito no cartão, nesse momento, o validador manda uma informação para a catraca, liberando a trava...

O SR. CHICO DO UBERABA:- Tem um cartão aqui, do nosso colaborador Bruno Pessuti.

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Ao encostar o cartão, esse cartão é validado, existe uma enormidade de regras de negócio, que vai desde a data da última validação, se ele está ativo, se ele tem créditos, enfim, tem toda uma regra de negócio que é checada nesse momento. Estando tudo correto, é feito o débito no cartão, é mandado para a catraca o sinal de liberação da trava mecânica da catraca, que é controlada através de um solenóide. Ela libera, essa catraca tem um sensor de início de giro e um sensor de fim de giro. A hora que detectou início e fim de giro, trava-se novamente a catraca para que exista o próximo...

O SR. CHICO DO UBERABA:- E a informação daqui vai para onde?

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Essa informação, você tem um contador nos veículos, após 2009 tem um contador mecânico que cada giro que ocorrer na catraca o contador mecânico mostra. Anterior a 2009 não existia a obrigatoriedade de ter esse equipamento, uma vez que era pago por quilômetro rodado e não pelo giro da catraca.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu vou lhe ajudar. Para nós chegarmos até o ICI, na informação, que é a informação desde que se passou o cartão aqui, ela vai para a catraca, gira a catraca, vai para o PC isso e do PC vai para o ICI? Assim que funciona?

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Vai diretamente para o ICI. Vai para o banco de dados do sistema de bilhetagem que está hospedado no datacenter do ICI, através de tecnologia 3G.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E se der um pane aqui, acabou a luz no tubo, como é o procedimento? Libera a catraca, o pessoal vai embora? Como é?

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- O tubo tem um no-break que mantém esse sistema funcionando.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas acabou a bateria ali, a bateria não chegou lá para o sistema de vocês.

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- A catraca fica travada.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, quer dizer que não dá para utilizar a catraca.

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Fica travada, há um procedimento operacional definido para a Urbs.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Determinação de quem que ela fica travada?

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- A catraca tem uma trava mecânica. A trava mecânica sempre está travada. Ela só é liberada com o comando do validador, portanto, com falta de energia continua travada a catraca.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu vou abrir essa capinha aqui. Aqui tem um outro sistema para computar.

O SR CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Esse é o contador mecânico.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Porque a Dataprom pediu para retirar (r) todos os contadores do sistema?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- A Dataprom não pediu para retirar contador nenhum do sistema.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem que tampou aqui todas as caixinhas para não aparecer o contador? Não foi a Dataprom que determinou isso também?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- O senhor está falando de uma época em que o pagamento era feito por quilometro rodado. Então, nesse momento, confia-se 100% na informação do validador que pode ser auditada a qualquer momento, tanto através desse contador mecânico como através de uma auditoria especializada que possa ser contratada pela Urbs em cima do banco de dados.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Podemos dizer que é uma falha no sistema, porque se travar, acabou a luz, ou o passageiro não vai para casa ou ele passa sem rodar, como funciona?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- É uma definição do sistema, isso é uma definição mecânica, existem catracas de mais de dez anos no sistema, a catraca funciona desta maneira, o solenoide é uma trava mecânica que sempre está travada, a partir do momento que eu aplico energia nesse solenoide ele levanta essa trava mecânica permitindo o giro.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas numa falha no sistema não podemos liberar a catraca e fazer o controle para não deixar o cliente para fora do sistema?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Esse é um procedimento operacional num caso extremo. Obviamente, não deveriam, a falta de energia elétrica se as baterias estivessem os nobreaks não deveriam ocorrer, seria um procedimento extremo, o que infelizmente não é uma

vez que os nobreaks estão ou sem baterias ou com as baterias completamente gastas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor concorda que as informações que passam por aqui chegam lá para denominador final?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- 100%, essa informação não vai em momento algum para nenhum computador, é configurado o IP de descarga, que pega essa informação no validador e manda diretamente para o servidor de bilhetagem do sistema de Curitiba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E não existe nenhum software para tentar desvirtuar ?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Teria que passar por um caminho alternativo, é justamente o diferencial do nosso sistema. A Dataprom trabalhava com GPS, agora ela trabalha com 3G que é uma tecnologia de informação de envio de dados via telefone celular, em outro sistemas o veículo descarrega para uma tecnologia que chama-se Wi FI na garagem. Então, todo movimento está armazenado no validador em outro sistema. Então, quando esse validador chega na garagem de ônibus, descarrega por WI FI para um banco de dados intermediário, que somente após vai ser mandado para um banco de dados central. Não é assim que funciona o sistema de Curitiba, que manda diretamente do validador para o sistema de bilhetagem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como temos ali informações que esse sistema já é obsoleto, só Curitiba que usa esse sistema. Então, fico preocupado, não saio satisfeito com essas informações, vou me aprofundar mais ainda, porque só Curitiba.. Hoje, procurei ver em outros estados, já liguei para algumas empresas e só vocês que insistem em manter esse sistema aqui. Por que não podemos fazer um confere por cima disso que pode dar, isso aqui é o correto, é infalível.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Pode fazer todos os veículos, a partir do ano de 2009.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não, mas é que foi tampado propositalmente!



O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:-Não! Para veículos antigos antes de 2009 ou está tampado ou não tem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O único que tem esse sistema é esse aqui, o resto foi retirado todo, eu só trouxe aqui para amostra, esse não tem mais, mas nos ônibus não tem mais.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Todos os veículos acima do ano de •

O SR. CHICO DO UBERABA:- A Enter Help nos passou aqui, que vocês determinaram para retirar tudo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Chico do Uberaba. Está suspensa a Sessão por cinco minutos.



(Está suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE:- Está reaberta a Sessão m Concedemos a palavra ao Vereador Paulo Rink.

O SR. PAULO RINK:- Boa noite a todos. Quero agradecer ao Sr. Alberto por estar aqui pessoalmente. Sr. Presidente, quero lembrar que no acordo dessa reunião extra, como esse assunto da Dataprom é um assunto relevante à cidade de Curitiba, por ser levantado por nossa pessoa, houve um acordo dos vereadores para que eu fizesse as perguntas primeiramente. Mas respeitosamente eu aguardei, e vou fazer as minhas perguntas que eu acho relevantes a esse assunto, sem tentar ser repetitivo, senão ficamos perdendo tempo, temos que qualificar as perguntas para que a gente possa realmente conseguir ter objetivo, que é esclarecer as situações que vem acontecendo. Agradeço também a presença do Sr. Carlos Gustavo, que está aqui, que é diretor técnico e pode ajudar numa questão técnica quando for necessário. A primeira questão vocês falaram assim: pode ser auditado. Alguma vez a Dataprom, nesse contrato com a Urbs, foi auditada?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu sei que durante o processo foi exaustivamente auditada. Depois, diretamente não, mas durante o processo foi auditada.

O SR. PAULO RINK:- O senhor pode me confirmar por quem foi feita essa auditoria?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não foi uma auditoria externa, foi auditoria de processos dele mesmo. Eles checavam para ver tudo o que se fazia. Mas de fora, depois, se eles fizeram, eu não sei. Os processos foram auditados.


O SR. PAULO RINK:- Foi auditado por vocês mesmos para ver se o sistema estava validando?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Por eles.

O SR. PAULO RINK:- Por eles, o senhor fala a Urbs

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A Urbs, exato.

O SR. PAULO RINK:- Então foi auditado pela Urbs. Só relembrando, o senhor falou da questão do contrato. Temos o contrato, foi um requerimento que eu fiz dia 9 de agosto, eu já tenho o contrato aqui, já foi respondido com a sua assinatura. Então, o contrato do ICI com a Dataprom está aqui, está em posse da CPI. Só para confirmar. Mas, voltando ao sistema da licença que vocês tem, sobre essa sua intenção, porque todos em Curitiba querem saber: O contrato venceu. Primeiramente venceu dia 26 de agosto, foi renovado por mais trinta dias, até 19, que será amanhã, e teve uma renovação. Qual a intenção da Dataprom com esse contrato .



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vereador, só uma coisa, está falando do contrato com o ICI?

O SR. PAULO RINK:- Exatamente. Contrato com o ICI.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O contrato foi feito com o Setransp.

O SR. PAULO RINK:- O do Setransp foi prorrogado por trinta dias, certo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Isso.

O SR. PAULO RINK:- E é esse contrato que vence agora, dia 19. Qual a intenção da Dataprom perante esse contrato?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Nós estamos esperando para ver o que o ICI e a Urbs resolvem. Nós somos terceiros de boa fé.

O SR. PAULO RINK:- Por serem terceiros de boa fé, o senhor tem uma chave mestra da cidade de Curitiba hoje, que é o código fonte. É o seu trabalho, é o que o senhor falou, é a sua tecnologia que tem. Quanto vale isso hoje para o sistema, na sua opinião?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Teria que levantar o valor comercial, o que vale hoje para a Dataprom entregar isso. Mas hoje estamos tentando fazer com a Urbs e com a cidade de Curitiba alguma coisa que não venha a onerar a cidade de Curitiba. Estamos em negociações com eles para que não onere a cidade de Curitiba.

O SR. PAULO RINK:- Não onerar a cidade de Curitiba.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Em custos.

O SR. PAULO RINK:- Em valores.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Em valor nenhum, entendeu? Estamos tentando fazer com que o código fonte venha para Curitiba sem onerar.

O SR. PAULO RINK:- Sem custo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente.

O SR. PAULO RINK:- Então, temos um final de contrato dia 19, talvez, se tiver uma negociação positiva, sem custo esse código fonte seria liberado.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É o que estamos tentando.

O SR. PAULO RINK:- Essa é a intenção da Dataprom, tentar fazer o acerto.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exato.

O SR. PAULO RINK:- Agora eu vou perguntar umas questões técnicas, talvez o senhor... mais uma questão sobre esse assunto, o senhor falou sobre sistema que não tenha a validação, não tem problema, é passado para a Urbs uma cópia fica para a Dataprom, o senhor sabe o que é ISO 27.000?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- ISO 27.000? ISO do Software, o senhor fala?

O SR. PAULO RINK:- Exatamente, o senhor possui essa ISO?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.


O SR. PAULO RINK:- Essa ISO, para quem não sabe, dá uma transparência para o sistema para que mais de uma pessoa, quando for auditada, possa ter acesso. Então, acho importante, Presidente, para que uma questão de bilhetagem seja mesmo que renovado, com vocês ou com outrem, empresa que seja feita seja uma questão de licitação ou de contratação, e acho que o caso aqui não foi licitação, foi uma contratação do ICI, como todos já sabem e isso diz no contrato, que essa ISO tenha e faça parte desse contrato, desse acordo com a próxima empresa, porque isso dá transparência para a isonomia da empresa, da cidade e da entidade, enfim, transparência. Sobre a questão técnica agora, eu estava vendo nos meus documentos, a questão do precisa que foi ali demonstrado pelo meu colega, mas acho que não foi indagado uma questão importante. Temos PC's no sistema aqui de interface de PC a gente tem dentro dos ônibus dos sistema no Metrocar na metropolitana, que também é da Dataprom. Ela tem esses PC's também na urbana, não sei, Carlos não tem uma diferença?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Lá não tem o computador de bordo.

O SR. PAULO RINK:- Por que no sistema urbano tem os validadores o dos sistema metropolitano não tem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu vou pedir para o Carlos responder.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Nobre Vereador, são sistemas completamente diferentes. No sistema da região metropolitana só tem o validador, ou seja, só tem o sistema bilhetagem, dentro desse validador tem um modem que da mesma forma envia essas informações diretamente para o servidores do sistema de bilhetagem da região metropolitana. No sistema de Curitiba, além do validador, tem-se o computador de bordo, tem-se um painel que é a interface com o motorista, tem GPS, tem botão de pânico. Enfim, tem uma plataforma completamente diferente. Uma plataforma de Curitiba é possível chegar as informações, é possível além de fazer gestão de frota, fazer os sistema de informação aos usuários. Hoje, em vários terminais de Curitiba, existem painéis que estão mostrando a previsão do tempo. Essa previsão do tempo só é possível, porque toda essa plataforma instalada gerou informações para que se consiga fazer a previsão. Essa previsão é feita dentro do sistema que foi fornecida para a Urbs. Então, são sistemas completamente distintos.



O SR. PAULO RINK:- Sr. Carlos, uma pergunta que eu tenho para ficar mais claro, vocês estão há quatro anos no sistema, quais são os problemas mais constantes, mais comuns que vocês têm no sistema Dataprom, que vocês enfrentam para a manutenção do sistema da bilhetagem?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Hoje eu diria que existem dois problemas grandes que teríamos que trabalhar para melhorar mais ainda o sistema. Primeiro são as catracas, as catracas são muito antigas por serem equipamentos mecânicos, pouco tem a ver com o validador no que diz respeito de interação, uma vez que o validador comanda (inaudível), o assessor de giro analisa o assessor de giro inicial e o assessor de giro final. Dá-se muito manutenção nas catracas por causa da idade das catracas. Outro problema que existe, é um problema de difícil análise, é com relação à própria comunicação. Muitas vezes nós achamos que um determinado veículo está sem comunicação e ele está somente em uma área de sombra, uma área de sombra da rede de telefonia celular. Muitas vezes achamos que um veículo está sem comunicação, mas esse veículo se desligou porque estava mais de seis horas sem utilização. Então, os equipamentos se desligam para que não gaste as baterias (F) dos ônibus. No momento em que você liga a chave do ônibus todo sistema volta de novo.

O SR. PAULO RINK:- E os PCs não dão muito manutenção? Isso não é também um dos problemas que tem hoje a Dataprom com relação aos PCs, ligar e desligar? Não tem esse problema também?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Não.

O SR. PAULO RINK:- Não é um montante relevante?



O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Eu posso levantar essas informações corretamente no sistema para lhe dar o número preciso. Vou lhe fazer uma aproximação que isso acontece em mais de cinco veículos por dia.

O SR. PAULO RINK:- Outra pergunta que gostaria de fazer. Temos aqui uma questão da instalação... Estava olhando o contrato e vi que foi feito e não consta a bateria. O próprio Alberto falou que elas têm a locação de PC e a solução completa. Talvez fique uma discrepância na solução completa, mas o contrato já prevê que não tem a bateria, então ela não é completa. Gostaria que você tecnicamente me explicasse isso?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Esse equipamento...os no breaks já existiam há muitos e muitos anos, não sei nem precisar há quantos anos. Já era um equipamento que existia dentro do sistema.

O SR. PAULO RINK:- A média que eu calculei de manutenção aqui em Curitiba é equivalente a mais ou menos duzentos reais por ônibus/mês, mais ou menos. É correta essa informação ou não? Acho que seria mais indicado o custo de manutenção dos ônibus do sistema.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Como é que o senhor chegou a esse valor?



Teríamos que dividir o valor total da manutenção...

O SR. PAULO RINK:- Dividindo mais ou menos o que vem sendo validado pelos valores de custeio, comparando com outras cidades. São os valores aqui, dividindo pela frota.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDIT:- Essa divisão tem que considerar, para o senhor poder fazer uma comparação...

O SR. PAULO RINK:- Vou retomar a pergunta, quanto custa hoje por ônibus por mês a manutenção no sistema?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDIT:- Teríamos que dividir o valor hoje da manutenção pela quantidade de ônibus no sistema, mais tubos e terminais porque há conjunto de equipamentos nesses locais.

O SR. PAULO RINK:- Pode-se dizer que a manutenção de uma cidade para outra não vai ficar tremendamente diferente, dependendo dos pontos de diferença, é isso?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDIT:- Exatamente. Do sistema você vai dar manutenção, da Região Metropolitana de Curitiba é só um validador e em Curitiba é validador, computador, GPS, touch screen.

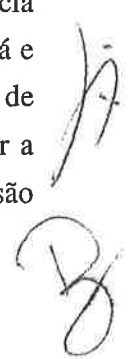
O SR. PAULO RINK:- É que a conta que eu fiz com ônibus, custo de manutenção, na minha conta leiga, digamos assim, dava duzentos reais. E temos o mesmo produto de vocês em outra cidade por um valor bem menor, por isso essa minha pergunta, se seria setenta e sete reais a manutenção do sistema. Então, uma cidade paga setenta e sete e em Curitiba paga-se duzentos.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDIT:- O sistema que tem implantado em Curitiba eu não tenho implantado em nenhum outro cliente. O que tem implantado em Curitiba é o que tem de mais moderno para a Dataprom.

O SR. PAULO RINK:- O sistema daqui é único e pode ser um pouco mais caro que o valor normal de mercado?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDIT:- Exatamente isso. Nenhum outro sistema que eu opero tem a tecnologia que tem em Curitiba.

O SR. PAULO RINK:- Gostaria de saber mais uma vez do Alberto, qual a sua intenção, mais uma vez. O seu código fonte é importante para Curitiba. E qual é a intenção a partir de amanhã para a Dataprom? Acho que tem que ter um valor que hoje as pessoas com a transparência que tem os contratos, estão todos aqui. Temos que ter uma definição se a Dataprom continuará e você tem um contrato hoje com o ICI e tem uma responsabilidade perante a população de Curitiba. Qual a sua intenção com esse sistema? Manter o sistema, abrir o sistema? Colocar a chave a disposição da Cidade de Curitiba? O senhor falou que não foi comunicado ainda da decisão do Prefeito e eu gostaria que o senhor explanasse esse assunto.




O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Gostaria que o senhor pensasse junto comigo e vou lhe fazer de primeira mão, com o coração aberto. Tenho o maior apreço (A) por Curitiba porque eu sou curitibano, nasci aqui há cinquenta e oito anos, moro aqui há cinquenta e oito anos, amo a minha cidade. Desenvolvi esse projeto aqui para Curitiba e quero que esse projeto, sei que esse projeto é o melhor que existe, porque estamos em várias cidades do Brasil e da América Latina. Eu estou tentando junto com a Urbs que também está tentando e a Prefeitura fazer um acordo para que esse código-fonte possa ficar aqui. E isso passa para que esse serviço não seja maculado, não seja mal-representado, não seja mal-executado por ninguém. Então, está passando mais ou menos por aí. Então, a gente pode ser que chegue numa coisa muito boa.

O SR. PAULO RINK:- Fico a disposição, se o senhor quiser me convidar para tentar participar das negociações, ajudar e finalizar para Curitiba, eu agradeceria. Minha última requisição, não seria nenhuma pergunta, seria até para o seu advogado, é o mais correto, sobre aquela questão já citada por outros Vereadores sobre a inidoneidade da questão de Tocantins. Gostaria de deixar uma cópia com a Comissão, porque temos outros contratos, temos aqui licitação que vocês venceram, só para que possamos arquivar junto essa cópia do contrato, quero pedir que o senhor deixe uma cópia dessa Resolução que tem já desse recurso, para que possamos acordar, até porque eu vejo aqui na minha mão tem um outro contrato da questão do consórcio e essa Dataprom com a Urbs na questão do SIM, que é um sistema que temos para o ano que vem da Copa do Mundo. Temos uma comissão da copa do mundo aqui também, só para ficar anexado e documentado que está tudo legalizado com a empresa para que possamos, Presidente, o senhor também faz parte da Comissão, formalizar todos os documentos e verificar mais uma vez. Agradeço o seu tempo e vou passar a palavra ao Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Nós é que agradecemos as perguntas do Vereador Paulo Rink. Mas antes pedimos ao Sr. Alberto para que o seu advogado possa responder.

O SR. MARCELO PASTE:- Nobre Vereador, nós trouxemos aqui hoje a decisão que foi comentada, ela vai ser disponibilizada, vai ser entregue hoje aqui para a Comissão. Essa decisão é a primeira no processo e já está sob discussão, tem recursos, cabe inúmeros recursos, ela não é terminativa, os efeitos dela estão suspensos. A prova disso é que se você entrar hoje no Sicafe, que é o cadastro federal das empresas proibidas de licitar, a Dataprom, tenho aqui o documento que vai ser disponibilizado, fala "nada consta, não há nenhuma proibição". Então, esse é um processo que a Dataprom rechaça totalmente a decisão que foi proferida, nós não concordamos, nós vamos discutir e levar isso a todas as instâncias possíveis. E com relação as fotocópias dos outros contratos o Vereador Valdemir Soares já pediu, até onde eu sei esse documento vai ser oficiado hoje, vai ser mandado para a Dataprom, a Dataprom vai fazer os levantamentos desses contratos, prestar as informações, nós estamos aqui para ajudar. Como Dr. Alberto falou, a Dataprom é uma empresa curitibana, é uma empresa que gosta da cidade, faz um sistema muito bom, ajuda todos nós aqui. Esses documentos vão ser fornecidos, sem dúvida.



O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as contribuições e passamos a palavra ao Vereador



Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Boa noite, Sr. Alberto, serei breve. A Dataprom atua no ramo de radares eletrônicos?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Os dados dos radares eletrônicos da Dataprom podem ser modificados?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Como o senhor responde a denúncia do Fantástico que funcionários da Dataprom afirmaram que poderiam alterar os dados dos radares eletrônicos?

O SR. MARCELO PASTE:- Sr. Presidente, eu posso responder essa pergunta pelo Sr. Alberto?

O SR. PRESIDENTE:- Eu pediria que fosse... porque o senhor não está sob juramento. Só se o senhor prestar juramento.

O SR. MARCELO PASTE:- Eu posso prestar o juramento?

O SR. PRESIDENTE:- De acordo com o Artigo (c), a testemunha fará sob palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Como é seu nome? (resposta). Sr. Marcelo Paste, o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade?

O SR. MARCELO PASTE:- Juro.

O SR. PRESIDENTE:- Quero adverti-lo que a partir desse momento o senhor está sob juramento e qualquer resposta inverídica poderá ensejar um processo por falso testemunho. Pode fazer a pergunta, Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Como o senhor responde a denúncia do Fantástico de que funcionários da Dataprom alteravam dados dos radares eletrônicos.

O SR. MARCELO PASTE:- A matéria que foi publicada, pelo que eu me lembro, nenhum funcionário nosso fez afirmação nesse sentido. Talvez o senhor esteja se referindo ao funcionário da Consilux, uma empresa que trabalha com radares, inclusive aqui em Curitiba, e realmente na época em que foi divulgada uma informação dessas causou bastante alvoroço, mas não era funcionário nosso.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- A Dataprom possui o sistema do controle de semáforos de Curitiba desde quando?

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O SR. MARCELO PASTE:- Nós temos um contrato de manutenção semaforica, contrato 127/2009, vai fazer parte inclusive da lista solicitada pelos vereadores desta Casa, é um contrato de manutenção semaforica. Nós garantimos que os semáforos de Curitiba fiquem funcionando perfeitamente.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Quanto a Dataprom fatura por mês com esses semáforos em todos os contratos que possui com o município de Curitiba/Urbs?

O SR. MARCELO PASTE:- Não sei precisar o valor de cabeça, mas como esse contrato vai ser fornecido em fotocópia para a Casa, esses valores vocês terão em breve.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- A CPI recebeu a informação de que para validar um novo semáforo em Curitiba, que não seja da própria Dataprom, sua empresa cobra praticamente o valor de um semáforo. O senhor confirma a informação?

O SR. MARCELO PASTE:- Não confirmo essa informação. Gostaria de receber a fonte e se ela tem essas informações por escrito, se tem como comprovar isso porque desconheço informação assim.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Qual o valor que a Dataprom cobra para validar um semáforo que não seja fornecido pela própria Dataprom?

O SR. MARCELO PASTE:- Consultando o diretor técnico ao meu lado, nunca fizemos esse serviço.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Existe alguma relação empresarial com a Consilux?

O SR. MARCELO PASTE:- Nenhuma.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor é sócio oculto ou a sua empresa da Consilux?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Algum sócio da Dataprom ou seu cônjuge tem sociedade com a Consilux?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- A Dataprom possui algum tipo de sociedade formal ou oculta com a Consilux?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Na sua opinião, por que a Enterhelp prestava serviço de péssima qualidade? Estaria no sócio ou nos funcionários essa péssima qualidade? Para

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'J' and the initials 'B'.

completar a pergunta. Estaria onde essa péssima qualidade no proprietário da empresa ou nos funcionários?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Passo a palavra ao meu advogado.

O SR. MARCELO PASTE:- Permite que eu responda? (Assentimento). Acho muito complicado tecermos comentários sobre determinada pessoa. Temos muito cuidado para não ofender ninguém. O fato é que hoje mesmo pelo Dr. Alberto foi dito, foi colocado aqui (V) em pauta pra vocês um fato gravíssimo, o senhor Wandelerlei procurou um ex-funcionário nosso para que ele falasse mau do contrato da ex-empregadora. Eu acho gravíssimo. O ex-funcionário fez uma declaração de próprio punho confirmando esse fato. E talvez isso responda a sua pergunta e não precise eu responder. O senhor compreende isso? Quando eu digo que o fato que aconteceu é possível que alguns façam suas próprias conclusões, sobre a lisura da pessoa, sobre o comportamento dela, como ela atua comercialmente ou não. Acredito que isso responde. Não sei se ficou claro.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Para mim não contemplou a pergunta porque talvez uma empresa pode ter um péssimo empresário mas tem um grupo de funcionários excelente. Então, a pergunta é, vocês qualificam, o Sr. Alberto qualificou essa Enterhelp de péssima qualidade pelo depoimento. Está gravado. Só gostaria de entender. Essa má qualidade da Enterhelp estaria ligada ao seu proprietário ou a equipe de técnicos que não correspondiam talvez com a empresa ou ao serviço que eles prestavam.

O SR. MARCELO PASTE:- O que nós trouxemos hoje e que serão analisados pela Comissão é que irão comprovar a qualidade ou não dos serviços prestados pela Enterhelp. Uma documentação farta, bem grande, muitas provas, muitos documentos que podem elucidar essa sua dúvida.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Na minha opinião, se existia uma má qualidade, como existiu, talvez qualificasse como os funcionários, técnicos que prestavam esse serviço e no mesmo tempo a Dataprom pegou todos esses técnicos e levou para trabalhar com vocês. Acho que essa confirmação que a Enterhelp fez.

O SR. MARCELO PASTE:- Quando a Datapron assumiu esse serviço, uma das condições negociais da Setransp, empresas de ônibus, Dataprom e a própria Enterhelp, era que tinham funcionários da Enterhelp que ficariam desempregados, e a Datapron falou "Não, eu garanto o serviço para vocês, não vou deixar seus funcionários desempregados". Tenho esse documento formalizado, enviado e protocolado na Enterhelp. É uma carta aqui datada de 04 de julho de 2012 falando "Eu garanto a contratação de seus funcionários". Não que eu esteja qualificando eles, dizendo que são bons, nada. Simplesmente garantindo que eles teriam o serviço.

O SR. GEONAVE FERNANDES:- Ok. Sr. Presidente. Passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Geovani Fernandes e passamos a

palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Boa noite a todos. Vou iniciar primeiramente me reportando ao contrato de prestação de serviços e locação de equipamentos que deu origem a essa relação entre o ICI e a Dataprom. Colocando o que está posto na primeira página desse contrato antes da cláusula primeira, se faz uma consideração dizendo o seguinte "Considerando que a Dataprom possui reconhecida capacidade técnica e equipamentos compatíveis com as necessidades do ICI e fornecedora do processo interno de cotação de preços - mais adiante - resolvem firmar o presente contrato". Então, obviamente houve um processo interno de cotação de preços realizado pelo ICI. Sr. Alberto, o senhor tem conhecimento das outras empresas que participaram desse processo de cotação que foram avaliadas pelo ICI ou não?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É um processo interno. Não sei.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não tem conhecimento. Existem os aspectos que foram já, enfim, questionados pelos demais Vereadores. Então, não vou me ater a isso. Mas uma das questões que já foi colocada, como foi na sequência anteriormente ao que falei pelo Vereador Geovane Fernandes, eu gostaria de saber: hoje a sua empresa continua com os dezoito funcionários que foram contratados no momento de transição, quando a Enterhelp deixou de prestar o serviço e a Dataprom assumiu o contrato com as empresas de transporte?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, esses funcionários foram dispensados na sequência?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Depois de algum tempo tiveram que ser dispensados.


A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Por conta •

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu sei que muitos foram. Não sei se tem alguma, isso não posso precisar, mas eu sei que muitos foram dispensados. Posso fazer um levantamento e entregar depois da CPI.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E foi em face de problemas na prestação de serviço?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Exatamente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O que levou naquele momento... Obviamente, o senhor já colocou que houve por parte da empresa uma compreensão de garantir que eles não perdessem seus empregos. Mas obviamente essa não era uma obrigação da Dataprom. Se havia uma preocupação com a qualidade da prestação de serviço, não foi um risco para a Dataprom contratá-los, ou foram trabalhar em outro tipo de serviço que não a manutenção dos equipamentos do sistema de transporte de Curitiba?



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A senhora tem toda razão. Tendo em vista que eu assumi aquilo, ou as coisas poderiam piorar, eu tive que assumi o risco. Alguns, por algum tempo ficaram nesse serviço, outros eu pude colocar em outras tarefas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Retomando um dos aspectos que foi colocado aqui pela Enterhelp, através do seus representantes, e que foi afirmado aqui também pelo senhor, pela sua assessoria também, é que uma das peças do sistema, que tem que haver uma manutenção prévia para evitar que o sistema pare, é a questão das baterias. Essa bateria é uma peça fabricada pela própria Dataprom, ou é comprada no mercado? Como se dá isso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Essa é uma peça •

O SR. CARLOS BRANTE:- Essa bateria é uma bateria • São as baterias de no-break, são baterias comerciais, não são inclusive comercializadas pela Dataprom. O Sindicato pode comprar, ou as garagens podem comprar onde for mais conveniente para as empresas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, não era uma exigência do contrato que a Dataprom fornecesse esse material?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, não tem isso. O próprio Vereador ali já viu que não está no nosso contrato.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Nesse sentido, por que então as empresas solicitavam esse tipo de peça para a Dataprom.

O SR. CARLOS BRANTE:- Prezada Vereadora, eu já expliquei uma vez e vou explicar novamente. São duas coisas completamente diferentes. Uma coisa é bateria que vai no no-break das estações tubo e dos terminais. A outra situação é uma bateria que está dentro da validador que é responsável pela manutenção do relógio do validador. Da mesma forma que o nosso relógio tem uma bateria, dentro da validador também tem uma micro bateria para garantir o horário do validador. Então, são assuntos completamente distintos. No caso dos no breaks que vão manter energia elétrica para todo o sistema de catraca, validador, computador que está instalado, precisa-se de uma bateria que é comercial. Ok? No caso do validador é uma bateria pequena, que está dentro do validador. Aí sim precisa de um processo de manutenção para você fazer a troca dessa bateria dentro, internamente, do validador.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E quem faz isso e teria a capacidade de fazer é a Dataprom, pelo contrato, é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO BRANDT:- Exatamente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E é esse processo que tinha uma demora na substituição desse equipamento?



O SR. CARLOS AUGUSTO BRANDT:- Nesse processo, nós argumentamos que, no caso citado, porque foi explicitado um caso, nós trouxemos documentos que o prazo informado pela Enterhelp não condiz com a manutenção feita pela Dataprom. Inclusive, a devolução desses equipamentos com problema de bateria está assinado por funcionários da Enterhelp. Isso é um problema. A segunda questão é: quando enviavam equipamentos para a Dataprom, a Dataprom não tinha mais um contrato de manutenção com o Setransp, era feito um orçamento para essa manutenção, e muitas vezes esses orçamentos levavam um grande espaço de tempo, como já foi, por duas ou três vezes, aqui informado.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas no caso, então, das baterias do validador, a única forma das empresas poderem, digamos, manter o sistema era através dessa manutenção realizada pela Dataprom?

O SR. CARLOS AUGUSTO BRANDT:- Retirando o equipamento, encaminhando à Dataprom, a Dataprom faz a manutenção eletrônica e devolve. Em um exemplo aqui nós devolvemos em quatorze dias:

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Mas havia situações que demoravam até oitenta dias. Não?



O SR. CARLOS AUGUSTO BRANDT:- De responsabilidade da Dataprom, não existiam situações.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E em relação ao valor dessa bateria, é um valor comum, de mercado, tem uma diferenciação por ser um trabalho que a Dataprom, digamos, teria a incumbência e seria a única empresa a prestar esse serviço?

O SR. CARLOS AUGUSTO BRANDT:- O valor da bateria é um valor de mercado, um valor pequeno. Contudo, todo equipamento que entra no laboratório da Dataprom, não é checado somente o defeito apontado, e sim é feita uma bateria de testes com todas as funcionalidades do equipamento. Uma vez que, se pegar esse equipamento, esse equipamento vai para o laboratório com problema de bateria, eu instalo esse equipamento num determinado veículo e aparece um outro defeito, a Dataprom é responsabilizada. Então, nós nunca trocamos uma bateria, nós trocávamos a bateria e fazíamos toda uma gama de testes em cima desse equipamento.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Agora vou me reportar um pouco ao que está colocado no relatório do Tribunal de Contas, vamos ver se é possível a gente esclarecer algumas dúvidas aqui. Foi afirmado pelo senhor que hoje o único contrato que a Dataprom tem com o ICI é esse que acaba amanhã. Anteriormente à assinatura desse contrato, havia algum outro contrato entre a Dataprom e o ICI?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu não me lembro, Vereadora, mas posso ver e entregar aqui para a senhora, não há problema. Faz quatro anos que é o único.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá. Faz quatro anos que é o único. Então, essa é uma dúvida, até porque, na página 48 do relatório do Tribunal de Contas, e na página 49, há duas tabelas sobre repasses e valores do ICI diretamente à Dataprom, e também do Fundo de Urbanismo para a Dataprom. Tá? Então,...

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não é do ICI, né?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não. Do Fundo de Urbanismo para a Dataprom. Por isso que eu estou tentando separar, para entendermos as relações contratuais aqui. Nesse momento o senhor não pode me afirmar se existia ou não, então a indagação foi feita justamente por quê? Nós temos o contrato em vigor a partir de 18 de setembro de 2009 (1.) e nós temos esses valores do Instituto Curitiba, repassados entre 13 de março de 2009 e 05 de agosto de 2009, que seriam anteriores à vigência desse atual contrato. Então, nesse aspecto os senhores se comprometem a passar essa informação para nós referente ao que, a que tipo de contrato havia no momento anterior a esse. Bem, o senhor já colocou aqui também que existe hoje um contrato para manutenção do sistema semafórico, esse contrato, então, é assinado entre a Dataprom e a Urbs?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não. Esse é um contrato que existe entre a Dataprom e as empresas, uma por uma do sistema. Semafórico, perdão, é a Setransp. E antes de ser a Setransp, porque foi criada recentemente, havia um contrato com a Urbs. Com a Setransp então, esse contrato entrou em vigor a partir do final do ano passado?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Provavelmente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, anteriormente havia um contrato com a Urbs de manutenção do sistema semafórico. E, nesse caso, esse recurso era repassado via fundo de urbanismo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não saberia lhe responder.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor poderia repassar essa informação para nós também, porque aí há uma dúvida que nós precisamos cruzar a dados. Se há uma relação contratual entre o ICI e a Dataprom é uma forma de repasse, de recursos. Se é entre Urbs e Dataprom é outra forma, e daí nós teríamos que checar esses valores aqui. Qual a média de repasse mensal, no caso, hoje seria da Setransp para a Dataprom em relação a manutenção do sistema semafórico?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu vou lhe mandar, as informações do contrato eu não sei de cabeça, mas eu vou lhe mandar sem problemas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E o contrato como um todo, o senhor lembra do valor?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bem, então nós aguardamos essas respostas, porque eu acho que esse é um dado importante para que possamos avançar aqui nos nossos dados.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É que como eu tenho a respeito aqui, eu não estudei a matéria.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Hoje, qual o tipo de contato que existe, daí voltando ao contrato que se encerra amanhã, em relação ao sistema de bilhetagem? Qualquer problema do sistema, há uma comunicação da empresa, da Dataprom com o ICI, ou há uma relação direta com a Urbs? Existe esse contato direto, já que existe uma central que recebe todos os dados, enfim, como foi colocado aqui, existe essa relação direta da Dataprom com a Urbs ou há um primeiro contato com o ICI e é o ICI quem faz intermediação com a Urbs?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- A grande maioria dos contatos são feitos diretamente pelo ICI. Contudo, existem algumas informações que são solicitadas via uma ferramenta de chamado, todos os chamados são registrados por alguns setores da Urbs, mas o ICI tem acesso a todos as informações.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor saberia dizer quem é o funcionário (r) da Urbs que faz esse tipo de contato com a Dataprom?

O SR. MARCELO PASTE:- Todos os chamados são registrados, teremos como fornecer essa informação, mas não sei agora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas é o único funcionário ou são vários funcionários, isso o senhor também não sabe dizer.

O SR. MARCELO PASTE:- Não sei dizer, não vou correr o risco de passar informação errada, mas todos os chamados que são encaminhados para Dataprom são feitos por uma ferramenta e tudo isso é formalizado, escrito, tem o seu retorno, tem a data de todos os passos desse suporte que está ocorrendo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então o senhor tem condições de encaminhar um relatório para nós com essas informações.

O SR. MARCELO PASTE:- Perfeitamente!

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Vereadora, só vou lhe pedir uma gentileza de discriminar todos esses pedidos para não incorreremos o risco de não lhe responder alguma coisa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- São esses os questionamentos e aguardamos as respostas.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Vereadora Professora Josete e passamos a palavra ao Vereador Tiago Gevert.

O SR. TIAGO GEVERT:- Boa noite Sr. Alberto. Deixe eu tentar entender, no momento em que trava a catraca a porta lateral é aberta?

O SR. MARCELO PASTE:- Esse é um procedimento definido pela Urbs. Se você questionar, a Urbs te diz, exatamente, qual é o procedimento se eu lhe falar sobre isso posso correr o risco de passar uma ou outra informação incorreta.

O SR. TIAGO GEVERT:- Com essa resposta o senhor está colocando, que com esse prejuízo que há, quem arca é a Urbs, o usuário?

O SR. MARCELO PASTE:- Não entendi a sua pergunta.

O SR. TIAGO GEVERT:- Vou reformular ela inteira para o senhor. No momento em que trava a catraca a porta lateral é aberta e o acesso aos ônibus é liberado a todos os usuários. Nessa situação, quem arca com o prejuízo? Há uma previsão contratual sobre essa hipótese?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- O contrato de manutenção da Dataprom, disse que a Dataprom tem que fazer a manutenção em tubos e terminais em até duas horas justamente para que a passagem dessas pessoas seja o mínimo possível, no procedimento da Urbs existe todo um detalhamento do cobrador ligar para a garagem e ligar para a Urbs de mandar um fiscal. Então, o fiscal pode chegar ali em questão de minutos como pode levar mais tempo. É difícil mensurar exatamente para poder lhe responder.

O SR. TIAGO GEVERT:- A Enter Help foi prestadora de serviço para a Dataprom?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Não!

O SR. TIAGO GEVERT:- Gostaria de saber quando o usuário da Enter Help foram contratados pela Dataprom quem pagou essas rescisões contratuais?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Dezesete funcionários.

O SR. MARCELO PASTE:- Vereador, vou tomar a liberdade de responder a sua pergunta. Quando assumimos o serviço de manutenção trinta e sete funcionários da Enter Help foram assumidos pela Dataprom, a listagem com os nomes deles estão aqui serão entregues hoje para esta Câmara.

O SR. TIAGO GEVERT:- Quem pagou essa foi a Dataprom.

O SR. MARCELO PASTE:- Nós pagamos a folha de pagamento deles e com a indenização que eles receberam de quinhentos mil ele ficou com o encargo de quitar essas verbas.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor Alberto respondeu com relação o contrato do senhor consta que em 2009 houve mudanças do tipo de validador de V5 a V6 n) Eu só quero fazer uma outra pergunta: qual é a descrição dos computadores, dos Pcs de bordo dos ônibus? O senhor tem

algo aí que possa me passar?

O SR. MARCELO PASTE:- Vereador, nós temos aqui quinze contratos, um com cada empresa de ônibus, alguns, na verdade, fechados com os consórcios, que tem várias empresas dentro deles. Eu tenho a descrição no contrato que vai ser entregue hoje, caso a Câmara solicite. O contrato tem todas as informações.

O SR. TIAGO GEVERT:- Sr. Presidente, encerro as minhas perguntas. Sr. Presidente, eu recebi uma solicitação do representante da empresa Interhelp, e se o senhor me autorizar vou ler a solicitação. " Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo da Câmara Municipal de Curitiba. WS Lima Ltda. Interhelp, já qualificada nesse processo em trâmite, por seu procurador abaixo assinado, conforme procuração inclusa, requer: diante das contradições existentes entre o depoimento da testemunha ouvida nesta data com o depoimento da empresa ora subscrita, que seja realizada acareação entre as testemunhas com fundamento no artigo 229 do Código de Processo Penal, a fim de sanar as divergências encontradas e esclarecer ainda as dúvidas pertinentes e existentes ao caso ora investigado. Curitiba, 18 de setembro de 2013, Bihl Elerian Zanetti, OAB 28.481".

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos. Solicitamos que V.Exa. formalize por escrito o pedido anexando essa correspondência para que possamos deliberar. Concedemos a palavra à Vereadora Noemia Rocha.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada. Quero cumprimentar o Sr. Alberto Abujamra, sua esposa e toda a equipe aqui presente. Tem algumas questões que eu gostaria de entender. Eu trabalho numa empresa e recebo um cartão, tenho crédito, e numa determinada situação eu guardo esse cartão. A minha pergunta é: como é contabilizado esses créditos desse cartão. Outra pergunta, por exemplo, cartões de gratuidade que um aposentado recebe. Como é creditado nesse cartão a quantidade, e se esse cartão também é parado e não é usado. Como é contabilizado esse crédito? Quando as pessoas passam sem pagamento, como é feita essa contabilização desse controle de manutenção da Dataprom?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Respondendo a sua pergunta com relação aos créditos. Se a senhora tem um cartão em que foi colocado crédito no sistema de Curitiba, o que a minha memória me ajuda nesse momento, não há validade para a utilização desses créditos. Contudo, após um ano com o cartão sem utilização, após a primeira utilização ele será bloqueado e a senhora terá que ir à Urbs para fazer o procedimento no qual a senhora será, se não me engano, recadastrada, vai ganhar um novo cartão, e os seus créditos serão restituídos. Todos esses créditos, usados ou não, estão na base de dados do sistema.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual sistema?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Com certeza absoluta.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual sistema?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- O sistema de bilhetagem eletrônica.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Está lá, um crédito?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- O crédito está lá.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Tem noção desses valores?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Eu não tenho noção desses valores, mas a Urbs comentou que são cento e setenta milhões. A Urbs tem os relatórios que possibilitam verificar essa informação de forma precisa e exata.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Ok.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Já com relação aos cartões dos isentos, eles não recebem crédito, ele tem um tipo isento e nesse tipo isento ele tem algumas regras de negócio que são definidas pela Urbs. A Urbs consegue explicar melhor que eu, contudo, sei, por exemplo, que este cartão não consegue passar no mesmo validador em determinado intervalo de tempo. Enfim, existem algumas regras de negócios para os cartões de isento.



A SRA. NOEMIA ROCHA:- E por causa do *nobreak* por causa da bateria ou não está funcionando?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Quando acaba a energia elétrica e o *nobreak* não tem baterias que possam sustentar essa situação o procedimento, senão me engano, é de realmente abrir a porta, cobrar dos passageiros em dinheiro e imediatamente chamar um fiscal. O fiscal da Urbs tem um intervalo pequeno para chegar, a Dataprom tem um intervalo muito pequeno para fazer toda essa manutenção. A partir do momento que o fiscal da Urbs está ali ele controla as pessoas que passaram. É claro que as pessoas que forem passar ali, que estão com cartão, o validador está desabilitado e essas passagens são perdidas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Nesse contexto acaba refletindo na tarifa de negociação da passagem também? Já é contabilizado?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Acredito que para responder essa pergunta deveria ter levantado a quantidade de falha de energia elétrica que existe, lembrando que uma estação tubo numa região mais afastada por intervalo de tempo pequeno vai gerar muito menos do que uma estação tubo central. Então, depende da região de onde faltou essa energia, depende da quantidade de vezes que falha a energia, acredito também que não é nada expressivo. O que não justifica não ter as baterias de *nobreak* para o perfeito funcionamento.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Sim. O Dr. Alberto falou do contrato com o ICI, que tem um contrato com o ICI e com as empresas de ônibus, gostaria de saber se esses contratos tem alguma relação entre si, gostaria que o senhor me esclarecesse melhor.



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O contrato com o ICI em 2009 era para fazer a locação pela Dataprom de uma solução integrada de informática de computador de bordo, de plataforma PC com a continuação da utilização da solução denominada em sistema de bilhetagem eletrônica e locação de novos equipamentos bem como de serviço de instalação, manutenção compreendendo todos aqueles vários itens. Como a Urbs na época não tinha dinheiro ela queria fazer isso em quarenta e oito vezes. Então, esse é o contrato que tem com o ICI. Quer dizer, quando o ICI foi a praça ele queria que alguém fizesse isso em quarenta e oito vezes, além de ter as qualidades técnicas teria que fazer essa locação ou esse pedido por quarenta e oito vezes. Como foi feito dessa maneira vai se encerrar esse contrato amanhã e temos a ver quatro milhões e quatrocentos e poucos do ICI por este contrato. Este contrato não tem nada a ver com o contrato de manutenção do hardware que nós temos com os empresários.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Sim, nenhuma relação.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Tem, porque é com os equipamentos que foram colocados. Quando se põe os equipamentos se você não der manutenção ele acaba. Então, essa é a relação que existe. Mas não existe relação contratual, contratual não existe nenhuma (r). Uma é para terminar, que está acabando agora e a manutenção é outra coisa. Eu em seis meses coloquei todos os equipamentos lá há quatro anos e está se mantendo esses equipamentos. É por causa disso que tem esse outro contrato, mas a relação não tem nada a ver, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

A SRA NOEMIA ROCHA:- Sr. Alberto, a Urbs acompanhou a execução desse contrato da Dataprom com o ICI, com as empresas?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Qual, o de manutenção ou o que eu fiz com o ICI?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Todos os contratos.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O ICI não participa do contrato de manutenção dos equipamentos, não tem nada a ver.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Tem a Urbs, o ICI e a Dataprom. A pergunta é, a Urbs acompanhou esses contratos da Dataprom com o ICI e com as empresas?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Existe uma relação da Urbs com o ICI. Ela contratou o ICI para ficar de frente entre ela e nós. O ICI faz a fiscalização, vê se o trabalho está sendo bem feito, fiscaliza tudo que está sendo feito. Essa é a relação que tem o ICI e mais outras coisas aí no meio.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A Urbs não acompanhou nada?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Aí quando o trabalho é executado, tudo passa

pela auditoria da Urbs.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A pergunta é na execução do contrato, se ela participou em relação a pesquisa de preços, se ela participou na escolha...

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ah não, só um minutinho.

O SR. MARCELO PASTE:- Como se trata de um processo interno do ICI, acredito que somente o ICI sabe. É dele, não é da Urbs e nem da Dataprom. Imagino que a Urbs não tenha participado mas pode ser feito isso, é uma pergunta que tem que ser feita para eles.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A minha pergunta é com relação a Dataprom. Vocês têm ciência de que a Urbs participou desse contrato de manutenção de contratação da Dataprom para fornecer um serviço para o ICI, que automaticamente fornece para a Urbs.

O SR. MARCELO PASTE:- Nessa relação que a senhora falou, isso sim, porque a Urbs está numa ponta e a Dataprom está na outra e no meio temos o ICI. Os três ali sim, a Urbs...

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Vocês tiveram a presença de algum representante da Urbs em toda a negociação da Dataprom com o ICI?

O SR. MARCELO PASTE:- Não. Essa é uma negociação...a nossa relação contratual é com o ICI, que tem uma relação contratual com a Urbs.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não participou então?

O SR. MARCELO PASTE:- Até onde eu sei não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Para eu entender, na contabilidade, na documentação contábil da Dataprom como é lançado o recebimento pelo contrato, da Urbs ou do ICI?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Pelo ICI.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A Urbs não participa também?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Os valores dos contratos e a manutenção foram discutidos? Quando o ICI chamou a Dataprom para discutir valores, para discutir o serviço, para conhecer o trabalho de vocês, tinha alguém da Urbs participando desse processo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Para discutir a manutenção do hardware, que a senhora está falando?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- De todo o processo.



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O contrato do ICI eu nunca vi a Urbs, éramos nós com o ICI.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual foi o papel da Dataprom durante a confecção do processo de licitação em 2009? Se é que a Dataprom participou.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Oferecemos as propostas, eles mandaram todos os quesitos e oferecemos as propostas. Até teve uma briga, na época, não me lembro o nome dele, o Leite, que veio forçar a barra para a gente baixar o preço lá. Tem até um pessoal falando que era trinta e dois milhões o contrato e eu nunca vi esse contrato de trinta e dois milhões.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A informação que temos é de trinta e dois milhões.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Está aqui o contrato e pode ser visto que é vinte e nove e novecentos, com aditivo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor falou da qualidade do seu trabalho no sistema. O senhor sabe se há alguma sistema alternativo de bilhetagem ou a Dataprom não tem concorrência.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A senhora poderia explicar melhor a pergunta.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Gostaria de saber se o senhor conhece algum outro sistema alternativo (A), o mesmo parâmetro da Dataprom em relação a bilhetagem eletrônica em nível de Brasil ou não há concorrência nesse controle?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Existem vários sistemas de bilhetagem eletrônica. Aí tem algumas observações a serem feitas, que tipo você quer, quem vai controlar. É a Prefeitura que vai controlar a bilhetagem eletrônica ou a bilhetagem eletrônica vai ficar a cargo dos empresários? Os empresários tem certo tipo de preocupação, a municipalidade tem outros tipos de preocupações. Só aí já cria uma diferença grande para os sistemas. O nosso já compõe dessa maneira. Você já passa, digamos, por dois sistemas, eu mando através do GPS as informações para a Prefeitura e a outra passa por eles através das garagens, depois que eles se unem. Em outros sistemas onde é só feito pelos empresários só vai para eles na garagem, depois que eles passam para a Prefeitura. Então, são sistemas diferentes, existem sistemas que só tem o validador, não tem computador de bordo, não tem as outras coisas que interagem com o público, que a Prefeitura precisa controlar para ver se eles estão fazendo a manutenção certa, se eles estão indo no horário, se eles estão cumprindo as rotas, se eles estão indo às 23h., se eles estão indo no ponto final do ônibus, não estão às 22h.30min. indo embora para as garagens. A municipalidade tem outras preocupações com aqueles ônibus por causa dos usuários. Então, são sistemas que tem necessidades diferentes, necessitam de equipamentos diferentes, caso a municipalidade queira fazer um serviço bem feito.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Então, o senhor diria que não há concorrência?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Há concorrência, sim, claro.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor tem conhecimento de concorrência do mesmo serviço?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sim.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Eu gostaria de saber se a Dataprom mantém contato direto com algum setor da Urbs, uma rotina, ou só quando é chamado ou solicitado?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vou passar para o Brand.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Qual é a pergunta?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A Dataprom mantém um contato direto com algum setor da Urbs, com algum funcionário no acompanhamento de fiscalização, no acompanhamento do trabalho da Dataprom? Se tem, quem é ?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- O nosso contato com a Urbs ocorre somente via chamados formais da Urbs para a Dataprom.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Pontuais, então? Não há um acompanhamento diário do trabalho de vocês?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Não. Qualquer dúvida sobre o objeto do contrato é nos questionado via ICI. Qualquer debilidade, qualquer possível problema que se detecte a Urbs informa o ICI, o ICI informa a Dataprom.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não há um setor específico ou uma pessoa específica?

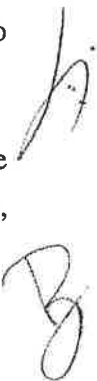
O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Não. E quando há, todos esses chamados são formalizados e são respondidos e tem todo esse controle que podemos fornecer.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Foi dito aqui que a Dataprom presta o mesmo serviço em outras cidades do Brasil, eu gostaria de saber se em alguma delas o sistema também é gerido por algum dos consórcios aqui de Curitiba.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Eu acredito que nem um consórcio de Curitiba. Acredito que não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Nenhuma empresa de ônibus de Curitiba também não? Não tem certeza da informação?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Eu não tenho certeza, porque é uma quantidade grande de empresas, pode ter ligações, ramificações, sócios. Não tenho certeza, mas a princípio, não.



A SRA. NOEMIA ROCHA:- O Sr. Alberto disse que a Enterhelp tinha dificuldades na documentação, tinha dificuldades em certidão negativa, isso foi avaliado como? Foi a Urbs que avaliou essa situação da Enterhelp, ou foi o ICI ou a Dataprom?

O SR. MARCELO PASTE:- Vereadora, se me permitir? (Assentimento). No momento da retomada desses serviços foi levantado pela Dataprom certidões para verificar a regularidade fiscal e tributária da Enterhelp, naquela consulta naquela data (c), algumas certidões não saíram. Consegue-se emitir a maior parte das certidões hoje em dia pela internet, e quando ela não sai direto pelo site é porque há alguma pendência para ser regularizada, o que leva a crer que haviam pendências com a Prefeitura de Curitiba, com a Receita Estadual e com a Receita Federal porque foram as certidões que buscamos.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Entendi. Mas quem fez essa análise foi a Dataprom?

O SR. MARCELO PASTE:- Sim, a Dataprom.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Em relação a sabotagem da Enterhelp, foi tomada alguma medida jurídica por parte da Dataprom?

O SR. MARCELO PASTE:- Não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Vou fazer uma pergunta que na verdade já perguntaram, mas eu gostaria de saber em percentual, se for possível. Esses contratos com o ICI representam quanto em percentual do faturamento da Dataprom?

O SR. MARCELO PASTE:- Tenho que levantar, pegar com a contabilidade.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Eram essas as minhas perguntas. Obrigada, Dr. Alberto. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos, Vereadora Noemia Rocha. Concedemos a palavra ao Vereador Mauro Ignácio.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Obrigado, Sr. Presidente. Após quatro horas de depoimentos, muitas das perguntas que queríamos fazer já foram respondidas. Porém, Sr. Alberto, eu lhe pergunto, há quantos anos a Dataprom presta serviços a Curitiba na área de transporte coletivo?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Mais de cinquenta. Posso levantar precisamente.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- O senhor falou agora há pouco que o contrato é de 2009. Anterior a 2009 vocês nunca tiveram contrato com o ICI ou Urbs?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É exatamente isso que vamos levantar para o

senhor porque já foi feita essa pergunta e eu falei que talvez tenhamos tido. Vou trazer exatamente isso, não posso precisar de cabeça.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- O senhor pode dizer quem antes de vocês atuava nesse serviço?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Lá atrás foi feita uma pergunta e falado que parece que a Smart N bem no comecinho trabalhou.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Smart N, depois vocês e a Enterhelp. Ou antes?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Veja, são coisas separadas. A Enterhelp é só manutenção.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Não é bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não. É só manutenção de equipamentos. A Enterhelp não tem nada a ver com o sistema todo. Não é software, não é outras coisas. A Enterhelp faz só manutenção.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Só equipamentos.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Só equipamentos.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Em boa parte do seu depoimento o senhor falou muito sobre a Enterhelp, depreciou, falou de carro fantasma, sabotagem. Alguma providência foi tomada com relação a isso? O senhor fez uma denúncia, formalizou uma denúncia?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Todas essas informações foram por nós levantadas e foram lá demonstradas para a Urbs e o ICI.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Há comprovante disso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Está aqui na documentação anexa.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Resposta da Urbs?

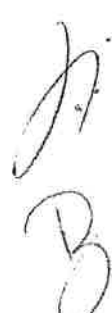
O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não temos.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Sabe precisar a data?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Está nos documentos.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- O senhor vai deixar isso para a CPI?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vai ficar aqui hoje.



O SR. MAURO IGNÁCIO:- Uma das questões que foi apurada nos depoimentos dessa CPI é que as empresas colocam em dúvida o número de passageiros pagantes no sistema, até por essa questão de queda no sistema. Esse sistema de vocês é confiável?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- 100% confiável.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- A Urbs, o ICI, as empresas, têm acesso a esses números?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Totalmente.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- É feita uma auditoria disso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu não audito. Eles que devem fazer a auditoria.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Pois é, mas vocês fornecem? Porque para fazer a auditoria, para fazer essa conferência, vocês tem que fornecer o acesso ao sistema.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Claro. É 100%.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- E se eles alegam isso, eles alegam prejuízo porque vem caindo o número de passageiros. Essa foi a alegação das empresas aqui, que vem caindo ano a ano o número de passageiros. E além da queda de passageiros tem essa perda por eventual queda de energia, essa questão de *no break*, da bateria. Segundo eles, isso pode dar um número considerável que pode ser um dos fatores do prejuízo alegado por eles. Por isso lhe pergunto, vocês abrem esse sistema tanto para a Urbs quanto para as empresas?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Se o senhor me permitir responder, esse sistema é 100% transparente. Todas as informações estão no banco de dados. Esse banco de dados, a senha master não é da Dataprom, é da Urbs. Hoje se a Urbs decidir contratar uma auditoria internacional autônoma (v) para fazer auditoria do banco de dados 100%, ela pode fazer. A senha master do banco de dados é dela.

O SR. MAURO IGNACIO:- A senha master é dela, mas vocês é que manipulam esses números, vocês que colocam no sistema. Manipulam no sentido que vocês que estão captando

O SR. CRLOS GUSTABO BRANDET:- Os validadores pegam essa informação, cartão a cartão, emitem diretamente aos computadores da Urbs. Os softwares que estão rodando dentro do computador da Urbs trabalham essa informação inserindo as mesmas no banco de dados.

O SR. MAURO IGNACIO:- O contrato que está vencendo agora, qual o valor proposto para a renovação do contrato de vocês com o ICI, que está sendo finalizado hoje?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ainda não tem nada. Ainda vendo porque tem o problema do código fonte. O Vereador que me fez essa pergunta estamos vendo porque tem

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

o código fonte aí.

O SR. MAURO IGNACIO:- Quer dizer que a partir de amanhã esse sistema de vocês não presta mais serviço, essa bilheteagem, esse serviço que vocês prestam está interrompido a partir de amanhã. Amanhã vocês não prestam mais serviços para a Prefeitura? Amanhã esse serviço não vai existir?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não. Contratualmente não.

O SR. MAURO IGNACIO:- Então, a partir de amanhã ninguém vai saber o número de passageiros. É isso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Veja uma coisa. Eu não tenho mais nada de contrato com o ICI. O contrato operacional é da Urbs. Ela continua fazendo tudo sem a Dataprom.

O SR. MAURO IGNACIO:- Ela pode fazer isso?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ela pode fazer isso. Isso que não estou entendendo. A preocupação de muita gente aqui. A Urbs é totalmente independente para fazer tudo isso.

O SR. MAURO IGNACIO:- Mas ela tem tecnologia para isso? Essa é a questão. O código fonte que o senhor agora há pouco não disse o custo disso. Que todo mundo está atrás como se fosse a galinha dos ovos de ouro: código fonte. O senhor disse que pode negociar ou ceder para a Prefeitura.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O código fonte, vou tentar dar um exemplo assim: o senhor tem algum software da Microsoft em seu computador?

O SR. MAURO IGNACIO:- Sim.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- O senhor pediu o código fonte para a Microsoft?

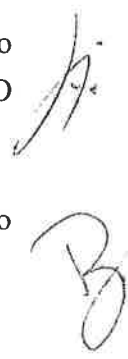
O SR. MAURO IGNACIO:- Não.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É a mesma coisa.

O SR. MAURO IGNACIO:- Tá, mas daí a Prefeitura está pagando. Então, os quinhentos mil e seis, é por esse código o pagamento?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Os quinhentos e seis mil é para a manutenção do hardware. É a mesma coisa do senhor pagar alguém para manter o seu computador. O Hardware. Não tem nada a ver com o software.

O SR. MAURO IGNACIO:- O senhor está me dizendo que a Urbs poderia abrir mão

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

desse contrato com a Dataprom?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDET:- A Urbs detém a partir de amanhã não temos mais contrato. A Urbs detém licença de utilização de forma individual sem restrição da versão da última versão do sistema. Ela pode continuar com essa versão operando todas as funcionalidades que existem hoje *ad eternum*.

O SR. MAURO IGNACIO:- Ela pode atualizar o sistema então?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDET:- Fazemos um paralelo com o próprio Windows. Se o senhor comprar uma licença do Windows 95, no momento em que surgir uma nova versão, como Windows Vista, Windows 7, o senhor deve (conversas paralelas) uma nova licença. A licença atual, que é de uso individual para a Urbs, para a RIT, para ser utilizada por quantos veículos forem. É uma licença perpétua dessa versão, personalizada dessa versão.

O SR. MAURO IGNACIO:- Em teoria só haveria problemas se houvesse uma necessidade de uma atualização, é isso? Então, se a partir de amanhã a Urbs quiser, quer dizer, em tese ela vai economizar quinhentos mil por mês? É o contrato de vocês.

O SR. MARCELO PASTE:- Sr. Vereador. O contrato que fala em quinhentos e seis mil na verdade o senhor está se referindo ao contrato de manutenção dos equipamentos. E está havendo uma pequena confusão com o contrato nosso com o ICI. O contrato com o ICI acaba amanhã e os contratos de manutenção já acabaram, mas houve pedido de prorrogação por mais trinta dias. Então, como o Carlos explicou, a Urbs tem a licença de uso desses softwares. Hoje ela pode continuar utilizando, mesmo que o contrato acabe amanhã.

O SR. MAURO IGNACIO:- O da manutenção (E) foi renovado por trinta dias?

O SR. MARCELO PASTE:- O serviço da manutenção foi renovado por trinta dias.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Que vai até final de outubro?

O SR. MARCELO PASTE:- Não, vai até o final deste mês.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Deste mês, agora. O outro contrato, de bilhetagem?

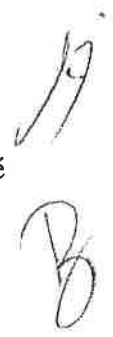
O SR. MARCELO PASTE:- De bilhetagem com o ICI se encerra amanhã.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Então, os dois estão •

O SR. MARCELO PASTE:- Estão bem próximos, sim.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- E qual dos dois a Urbs pode manter, sozinho, independente.

O SR. MARCELO PASTE:- O que a Urbs tem com o ICI, e o ICI com a Dataprom, que é do software. Vamos chamar assim: o contrato do software.



O SR. MAURO IGNÁCIO:- Seria a bilhetagem. Da manutenção vocês •

O SR. MARCELO PASTE:- Da manutenção de equipamentos daí é com a Setransp.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Já estou concluindo. Essa dívida de quatro milhões, acumulada, não é paga desde quando e se refere a qual contrato?

O SR. MARCELO PASTE:- Se refere ao contrato entre Dataprom e ICI, esse mesmo contrato que se encerra amanhã. Veja, nobre Vereador, ele vai se encerrar com uma dívida. Está nas nossas costas essa dívida, está com a Dataprom, ela que está com essa dívida. A dívida é do outro, mas nós estamos suportando.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- A dívida do outro?

O SR. MARCELO PASTE:- A dívida é do ICI conosco, enquanto o ICI não paga juridicamente o equipamento é nosso. Então, teriam que saudar a dívida para se tornarem proprietários. Entendeu? A dívida se refere às parcelas do número quarenta e um ao quarenta e oito, ou quarenta e nove. Está aqui na documentação.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- De que período?

O SR. MARCELO PASTE:- São as últimas parcelas, são quarenta e oito, então é deste ano.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Então, do ano passado está quitado?

O SR. MARCELO PASTE:- A princípio é deste ano. Existem três notas fiscais referentes a um período bem anterior, que não sei precisar o ano, mas que também estão pendentes de pagamento. O valor final desse fecha em seiscentos e oitenta mil, mais ou menos.


O SR. MAURO IGNÁCIO:- Do passado, da administração passada. Em parte então, 80%, mais, deste ano, da administração atual?

O SR. MARCELO PASTE:- Da dívida sim.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Quantos funcionários estão envolvidos nessa prestação de serviço, e qual a média salarial deles?

O SR. MARCELO PASTE:- O serviço de manutenção de equipamentos. São em torno de sessenta funcionários que a Dataprom disponibiliza, fora o help desk, que o Sr. Alberto acabou de mencionar. Agora, a faixa salarial deles teria que levantar, não sei nem se seria o caso de falar agora, abertamente aqui.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Não, estou falando em uma média, não estão pedindo para dar o salário de cada um. A média dos salários do pessoal operacional.



O SR. MARCELO PASTE:- A média é pelo nível do currículo da pessoa. Posso levantar isso para o senhor.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Isso da manutenção, e da bilhetagem?

O SR. MARCELO PASTE:- A bilhetagem nesse caso é um contrato de locação de uma solução de informática, do sistema de bilhetagem. Ele não tem funcionários, um número grande de funcionários como esse caso. Acho que alguém agora pode explicar melhor do que eu.

O SR. CARLOS BRANTE:- Existe toda uma equipe que faz a manutenção no software. Essa equipe é dividida por vários engenheiros, bacharéis em ciência da computação, dos quais são especializados desde a área de banco de dados, java, enfim, uma infinidade de linguagens.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Ok. Para finalizar, a quanto tempo a Dataprom está no mercado?

O SR. CARLOS BRANTE:- Há vinte e cinco anos, fomos fundados em 1988.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- E por que desde 2009 nunca atuaram em Curitiba?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Nós nascemos em Curitiba.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Pois é, exatamente essa é a dúvida. Se nasceram em Curitiba, e por que só em 2009 vieram operar o sistema aqui?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Vamos lhe trazer desde quando estamos no mercado. Não podemos precisar exatamente, mas vamos lhe dizer quando começamos aqui.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Não, a primeira pergunta era (m) há quantos anos vocês trabalham para a Prefeitura; o senhor falou que era desde 2009.



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não. Prefeitura?

O SR. MAURO IGNACIO:- É. Prefeitura, o sistema de transporte coletivo.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Ah, do transporte coletivo nós tivemos em 2009 esse contrato grande, mas já trabalhamos antes, só que não pude lhe precisar exatamente os contratos bem certinho, mas eu vou lhe trazer aqui.

O SR. MAURO IGNACIO:- Penso que, de vinte e cinco anos, praticamente, imagino, uns vinte?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, mas é que o senhor fala transporte coletivo, é exatamente os ônibus; eu trabalho aqui semaforico, é outra coisa.



O SR. MAURO IGNACIO:- Ah sim. Eu fiz especificamente transporte coletivo. Essa questão semafórica já é um outro departamento.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- E a bilhetagem de Curitiba acho que tem oito ou nove anos.

O SR. MAURO IGNACIO:- É. Eu sei que é uma coisa recente, não posso precisar de quando. Eu imagino que, desde que começou com a tecnologia que vocês têm, vocês tenham trabalhado desde o começo.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Faz tempo. Mas não sei, não posso lhe precisar exatamente.

O SR. MAURO IGNACIO:- Então tá bom. Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente, estou satisfeito. Obrigado.


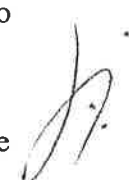
O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Mauro Ignacio e passamos ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Boa noite a todos. As minhas perguntas são mais esclarecimentos do que perguntas. Eu estou indo toda segunda-feira, Sr. Presidente, a partir dessa semana, para fazer um trabalho semelhante ao que faço aqui nesta Casa, investigando notas fiscais, despesas de empenhos, contratos, licitações, que eu a partir de agora começo a fazer na Urbs também. Porque um dos grandes problemas que tiveram, e esta Casa também foi responsável por isso, e você sabe muito bem disso, foram os problemas de fiscalização. Então, eu já fiz um comprometimento pessoal e todas as segundas-feiras, já avisei a Urbs, vou pedir sempre autorização para a CPI e outras vezes como Vereador, irei à Urbs. Vou saber lá desde quanto custa um saco de lixo preto, quanto um cafezinho, como sei aqui na Câmara Municipal de Curitiba. Vou fazer algumas afirmações e gostaria que fossem em tom de pergunta, se você puder ir me corrigindo. O contrato inicial, esse de trinta e dois milhões, com o ICI, a princípio era trinta e seis milhões, seiscentos e quatorze. Foi feito um abatimento na época, em 2009, de quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil reais, que se referia, segundo o ICI... O contrato era com o ICI e Urbs, quatro milhões, duzentos e oitenta e seis, que já eram serviços prestados; o contrato não esclarece se é a Dataprom que prestou ou não. Esse valor era serviço prestado da Dataprom para o sistema de bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Desculpe, Vereador, mas o ICI com a Urbs eu não tenho conhecimento nenhum.

O SR. CHICARELLI:- Mas a Urbs já devia para o ICI o serviço de manutenção, fala no contrato. Então a Dataprom não prestava esse mesmo serviço que ela faz hoje antes da licitação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Veja, Vereador, eu sei do meu contrato e posso lhe responder, que é de vinte e nove milhões e novecentos, o da Urbs com o ICI eu desconheço.



O SR. CHICARELLI:- Então. Mas eu quero saber do senho : antes desse contrato inicial, que deu vinte e nove milhões, essa dívida, lógico que o ICI está colocando a mordidinha dele aí em cima, de quatro, duzentos e sessenta seis, até esse momento a Dataprom não fazia nenhum serviço para o ICI ou para a Urbs?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Eu já trabalhei para lá, mas eu nunca soube que tivesse alguma coisa aí.

O SR. CHICARELLI:- Porque o contrato inicial era de trinta e seis, seiscentos e quatorze; houve uma redução de serviço, já pago pela manutenção do sistema, de quatro, duzentos e oitenta e seis, segundo o contrato Urbs/ICI. Esse contrato caiu para trinta e dois milhões e duzentos. Mais uma pergunta: esse contrato com o ICI não é mais de trinta e dois milhões, é trinta e três milhões, trezentos e nove, porque o ICI fez as correções, IPCA; no entanto, a Dataprom recebeu vinte parcelas de setecentos e oitenta e dois mil, algumas faltam pagar, como o senhor disse; era para receber quarenta e oito de quatrocentos e setenta e sete, no total, como você mesmo falou, de vinte e nove milhões e...? Zero vinte. Eu pergunto: essas correções, então, ficaram somente para o ICI? Ou, a Dataprom não teve correção nenhuma? Volta a afirmar? Porque o ICI cobrou no contrato as correções da Urbs, então, o que está, Sr. Presidente, se anunciando, trinta e dois milhões, não é mais trinta e dois milhões, no final do contrato seriam trinta e três milhões, trezentos e nove.

O SR. MARCELO PASTE:- Vereador, se me permitir responder sua pergunta, o nosso contrato com o ICI não é de trinta e dois milhões, esse valor não é nosso. O nosso valor é vinte e nove e novecentos, o cálculo certinho está aqui, o contrato com o primeiro e segundo aditivo nós já entregamos, estamos entregando novamente.

O SR. CHICARELLI:- Só para entender: houve o pagamento em quarenta e oito parcelas. Não houve correção nenhuma?

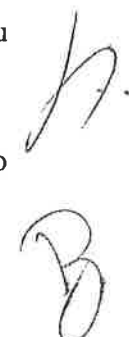
O SR. MARCELO PASTE:- Não. Esse reajuste é previsto contratualmente mas não recebemos.

O SR. CHICARELLI:- Então, o ICI cobrou um reajuste da Urbs? É uma coisa errada também. E não repassou aos senhores?

O SR. MARCELO PASTE:- Não recebemos reajuste.

O SR. CHICARELLI:- Então, Presidente, mais uma informação importante. Está no contrato da Dataprom. Então, o ICI tem cometido erros graves. Vários lá. O valor do contrato do semáforo, e eu também fui lá ver, é de quatro milhões, duzentos e vinte e sete, quatrocentos e cinquenta e dois, do trecho da Marechal Floriano. O senhor não estava lembrando o valor, mas eu peguei lá. É lógico que tem outros negócios e outras...

O SR. MARCELO PASTE:- Vereador, esse valor foi pego em qual contrato especificamente?



O SR. CHICARELLI:- Eu vou achá-lo para você, eu tenho ali também, igual vocês fazem conosco. Mas eu tenho o contrato do trecho ali. Mas o engraçado é que vocês não sabem o valor mas sabem quando está errado.

O SR. MARCELO PASTE:- É que é o seguinte: nós temos contrato com a Urbs e, a pedido de vocês, vamos fornecer as cópias. É que como o senhor mencionou só o valor e não mencionou o número do contrato, fica difícil atrelar qual é qual.

O SR. CHICARELLI:- Tem algumas empresas que ganham contratos, e nós analisamos nos contratos de semáforos, consórcio ITT Indra, Nova Costi, Ímpar, Focus, eu quero saber: a Dataprom mantém também fornecimento de material e coparticipação com essas empresas, como Consórcio ITT Indra, Nova Costi, Ímpar, Focus, Mengue, Texp.

O SR. MARCELO PASTE:- Não, não. Nós temos um consórcio com a Indra.

O SR. CHICARELLI:- Com a Indra tem?

O SR. MARCELO PASTE:- É, quando você vai participar de licitação você tem a possibilidade, desde que o edital permita, de participar em consórcio. Então, você forma um consórcio com as empresas que você acha que podem te ajudar a ganhar a licitação e participa. Se ganhar, fecha o contrato.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Presidente, eu ficarei de olho nas empresas que a Urbs, daqui para frente, porque meu papel é de fiscalizador, mas essas empresas têm se revezado em negócios com a Urbs e ganhando licitações. A exemplo disso, causei muita polêmica aqui a respeito do notebook, uma mesma empresa CF System também está com seus tentáculos na Urbs e vendeu nosso computador, após ser trocado por um pouco melhor para nós, eram 4 gigas, acabou vindo com 8, mas só para lhe informar isso. O código fonte também os senhores não sabiam o valor, mas eu achei lá que o ICI mandou uma proposta para Urbs que daria quatro milhões e vinte e sete para vender esse código fonte, na época.

O SR. MARCELO PASTE:- Essa informação é assustadora.

O SR. CHICARELLI:- Mas está no contrato ICI/Urbs.

O SR. MARCELO PASTE:- O Código fonte é nosso, ninguém pode oferecer valor a ele sem o consentimento da Dataprom. Se o ICI mandou uma carta para a Urbs, essa é responsabilidade do ICI com a Urbs.

O SR. CHICARELLI:- A Urbs, na época, não aceitou a proposta, falou que o código fonte, e respondeu, e acabou não adquirindo mesmo. Mas de onde chegou esse valor? O ICI também é desenvolvimento de tecnologia.

O SR. MARCELO PASTE:- É uma excelente pergunta. Vereador Chicarelli, o ICI deveria falar de onde ele tirou o valor de quatro milhões, porque o segredo industrial da

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Dataprom, do nosso software, somos nós que temos que valorar e não o ICI.

O SR. CHICARELLI:- Mas eu acho que pode ser usado como valor de referência (r). Tem isso documentado na proposta, o que estou falando são os documentos que peguei lá no contrato.

O SR. MARCELO PASTE:- Perfeito, mas o valor mesmo, como é um código fonte, somos nós que temos que dar o valor.

O SR. CHICARELLI:- Quatro milhões e vinte sete do código fonte, o valor que eles passaram na carta. Esse contrato também, na realidade, não é mais de trinta e três milhões, teve os aditivos também, a Urbs não me acabou de fornecer os aditivos, mas tem de quatrocentos mil, de trezentos mil. Contrato do ICI com a Urbs não são mais a trinta e três milhões, vou computar o valor no final, é maior também. Na atual gestão vocês forneceram algum material para alguma licitação ou algum pedido do ICI para a atual gestão ou algum equipamento de PC?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não!

O SR. CHICARELLI:- Não negociaram nada com o ICI que intermediasse a negociação?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não!

O SR. CHICARELLI:- Os quatro milhões, aproximadamente, que a Dataprom tem de receber, deixar bem claro que é do ICI, não é da Urbs? Pelo que estou vendo as prestações da Urbs, que eram agora de quinhentos e cinquenta e cinco mil, não são mais quinhentos e trinta e um mil, nem os quatrocentos e setenta que o senhor recebe.

O SR. MARCELO PASTE:- Vereador, é que esta confusão continua, quando falamos em quinhentos e sessenta e seis, que daí viraram quinhentos e seis, do contrato de manutenção dos equipamentos e as empresa de ônibus, já a dívida de quatro milhões é do ICI com a Dataprom.

O SR. CHICARELLI:- É a mesma língua que estamos falando é do ICI com a Dataprom, deixar bem claro, quem deve para os senhores não é a Urbs é o ICI, os pagamentos da Urbs estão, praticamente, em dia para o ICI. Quem deve é o ICI e ele pode pagar isso com o pé nas costas, porque tem muita comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos. Concedo a palavra ao Vereador Rogerio Campos.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Diante de tantos questionamentos feitos sobre só o mínimo de perguntas. A informação do sistema do Dataprom é *on line*, no mesmo momento para as empresas?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- A informação do validador é transmitida via tecnologia 3G. Hoje, os validadores se comunicam com os servidores da Urbs em, aproximadamente, seis horas, que é quando o cobrador fecha a sua jornada de trabalho. Poderia ser *on line*, de tal forma que a cada minuto passasse um resumo, contudo a comunicação 3G é



tarifada por dados trafegados, se fizesse dessa maneira a comunicação sairia mais cara, ou seja, ele é *on line*, isso é um parâmetro, vai comunicar de um minuto ou de duas em duas horas, vão diretos essas informações para o servidor de bilhetagem da Urbs.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Quando o cobrado fecha a sua Sessão de trabalho são passadas as informações Qual o procedimento quando é feito na empresa um fechamento manual do encerrante de caixa?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Não consegui entender a sua pergunta!

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Qual o procedimento quando é feito o fechamento do caixa na empresa manualmente?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Eu não consigo entender a sua pergunta (n) Dentro do processo eu não consigo imaginar...

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Quando dá um problema no validador, ou até na própria máquina, que ele tira o encerrante do extrato, aí devido a esse problema é feito um fechamento manual, certo?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Se o equipamento encerrante da garagem estiver com problema o encerrante é trocado. Se o ônibus estiver com uma seção aberta, e o validador der algum defeito, caso o cobrador não consiga fechar a sua seção de trabalho, as informações estão preservadas dentro do validador. Nesse validador é feita a manutenção e feita o que chamamos de descarga de becape, passando todas as informações que estavam até aquele segundo que ocorreu o problema para o sistema. Ressaltando que cada vez que o cobrador abre a sua seção, ou por muitas vezes eles fecham a seção para fazer um acerto interno de caixa dele, eu guardo o resumo. Então, eu sempre tenho no mínimo resumos parciais até o fechamento total da informação. No momento em que o validador possa dar problema com a seção aberta, esses dados são recuperados da memória do validador.



O SR. ROGERIO CAMPOS:- O cobrador não tem acesso a essas memórias do validador.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Não.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- E como ele faz o fechamento dele?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Já tem o resumo, nem que seja prévio, no cartão dele. E quando sobe as informações oriundas do validador você tem todo o complemento das informações. Obviamente o validador, depois da manutenção, lhe dá toda a parcial até aquele momento que estragou o validador.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Só que quando ele chega na empresa ele precisa fazer o acerto no momento. E se a máquina de extrato não liberou o extrato dele devido a algum problema...



O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Existe um procedimento operacional, ele deve entregar os valores, e em alguns dias os dados do validador são recuperados, tem o extrato dele, e ele pode fazer a consolidação do acerto dele. A informação não é perdida.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Nesse momento ele faz o fechamento manual. É aí que estou falando do fechamento manual. Porque ele não pode ficar para acertar depois o caixa dele. Ele tem que fechar o caixa no momento. A empresa não libera para ele acertar depois que são recuperados os dados do cartão dele.

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Pode ser esse o procedimento que a garagem possa fazer.



O SR. ROGERIO CAMPOS:- Isso é determinado de empresa para empresa?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Não posso lhe afirmar. Acredito que sim. O que posso lhe afirmar é que se o validador der algum problema ele vai ser feito a manutenção, vai ser feito o que a gente chama de descarga de becape, que é pegar todas as informações até o momento que ocorreu aquele problema, e vai ser colocado no sistema. Nesse momento eu sei todos os passageiros, hora, minuto, segundo de cada passageiro que entrou naquele ônibus, eu tenho todos esses valores preservados para o acerto. O senhor questionou se o encerrante der problema. Se o encerrante der problema, normalmente as garagens tem pelo menos dois encerrantes, e abriu o chamado, nós levamos o encerrante reserva para que todos os cobradores possam fazer. É um complemento da sua pergunta anterior.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Dentro desses detalhes, você falou sobre o carro fantasma. Gostaria que você me explicasse um pouquinho melhor. Você falou que é quando alterado a rota, o itinerário do carro. É isso?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- É rotineiro a desativação de um ônibus antigo, por exemplo, para a ativação de um ônibus novo. A partir do momento em que eu ativo um ônibus novo, eu tenho que no sistema informar que existe agora esse novo ônibus, para que as informações que são descarregadas pelo ônibus sejam aceitas dentro do sistema. Quem desativa e ativa esses veículos então são as equipes de manutenção. Essas equipes de manutenção, nesse caso, nós trouxemos aqui vários exemplos, eu não sei lhe dizer se foram ativados carros novos ou, o que aconteceu. O que eu posso afirmar é que existiam veículos, ônibus que estavam mandando informações para o sistema e o sistema não tinha o veículo correspondente, porque não tinha sido cadastrado isso. Então, essas seções ficam numa área especial do banco de dados que são seções descartadas por falta de referência.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Gostaria de entender um pouquinho mais de o ônibus estar mandando informações para o sistema, mas esse ônibus não estar cadastrado, porque não é comum todos os dias ter um ônibus novo retirado um ônibus de circulação e um ônibus novo. Gostaria que você explicasse um pouquinho melhor isso.



O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Sim. Demonstramos vinte casos que conseguimos observar, vinte carros que existiam quando fizemos essa auditoria interna, conseguimos pegar este problema. Se a manutenção no momento que ativa um veículo, coloca no validador, configura: "Agora você vai ser este validador com este identificador, ele tem que ir numa página do sistema e informar o ônibus com esse identificador, agora é valido no sistema!" Enquanto ele não fizer isso os dados não são processados. Só são processados após este procedimento da manutenção.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Esta atribuição desta possível falha é de quem?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Da equipe de manutenção que ativa ou desativa o veículo.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Que hoje é?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Neste momento é da Dataprom, os casos levantados aqui eram da Enterhelp.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Com vocês não há falha?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRANDT:- Não.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Como amanhã vence o contrato, na verdade hoje, como está a conversa, porque lógico, vocês querem continuar nesse contrato, como está o bate-papo sobre isso, já que estamos os últimos dias?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- As conversas voltaram, estão bem encaminhadas e acho que será bem solucionada. É o que espero e acho que vão ser.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Bem solucionada que o senhor diria, seria um novo contrato com vocês.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, é o problema do código fonte que está todo o mundo esperando. Estou falando da prefeitura, não sei se você está falando da manutenção.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Sim. A gerência não se manifestou, a gerenciadora no caso a Urbs, não se manifestou sobre a denúncia de vocês dos carros fantasmas e das sabotagens da Enterhelp, para vocês isso foi encarado como normal o gerenciador do transporte coletivo não se manifestar?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A manifestação que ela fez foi agradecendo a nossa informação e fez as correções necessárias. Essa foi a atitude.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Vocês têm isso por escrito.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Está tudo aqui no procedimento, o agradecimento foi verbal.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Gostaria, Sr. Presidente, que isso foi detalhado, qual foi a manifestação por escrito da gerenciadora sobre essa tal sabotagem e os carros fantasmas. Isso é algo muito sério dentro do sistema que merece uma atenção.

O SR. PRESIDENTE:- Solicito que faça um requerimento para que possamos oficializar a Urbs.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Vocês exigem a bateria física ou o valor para a tal manutenção citada.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Desculpe, Vereador.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Vocês exigem a bateria física ou o valor para a tal manutenção quando da falha da bateria?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- São duas baterias, o senhor deve estar falando sobre a bateria dos tubos que é de responsabilidade das garagens. Elas que têm que fornecer que pode ser comprada no mercado. Essas que vão na estação tubo que estão no *nobreak*

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Hoje são vocês que fazem a manutenção?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Essa manutenção é feita por nós, mas a responsabilidade do fornecimento das baterias deles, porque esses *nobreak* estão nas estações tubo muito antes de começarmos a fazer a manutenção (P).

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Certo, voltando a pergunta, vocês exigem que a empresa traga a bateria física até vocês ou vocês exigem os valores da bateria para fazer a tal manutenção?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É a bateria física.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- A empresa tem que se deslocar e trazer a bateria para vocês?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- É só disponibilizar. Essa bateria posso pegar na garagem ou onde for.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Funcionários da Urbs têm algum ou qualquer controle sobre o sistema da bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Têm o total controle, tanto que eles podem a partir de amanhã continuar fazendo o sistema completo.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Então tanto a Dataprom como a Urbs controlam o sistema

de bilhetagem eletrônica?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não! A Urbs controla.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Quem controla o sistema no quesito de liberação do cartão, quando um cartão é travado ou não?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- A Urbs.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Certo. A empresa geralmente tem essa bateria reserva, ela tem um estoque ou tem que ficar esperando o orçamento? Foi citado que vocês aguardam a liberação de um orçamento das empresas.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Aí o senhor está falando das baterias dos validadores? Da outra bateria? Só para eu saber.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não. Estou falando da bateria das estações tubo e terminais, porque vocês falaram que para toda e qualquer manutenção é liberado um orçamento da empresa, primeiro faz o orçamento, é isso?



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, não é assim. A bateria das estações tubo as empresas de ônibus têm que fornecer fisicamente. A bateria dos validadores, que são como aquele aparelho preto que está ali, que fica lá dentro, é outra coisa. E essa bateria tem que ser trocada preventivamente, antes de ficarem ruins para que não dê problemas no sistema. E foi isso que anotamos aqui, que muitos não foram trocados, a bateria pifou e os usuários tiveram problemas no sistema.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Já que existe uma concorrência, como o senhor citou para a Vereadora Noemia Rocha, o senhor acredita que tem irregularidade da parte da Urbs ou do município nesses trabalhos de terceirização ou quarteirização?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Acho que não. Não sou perito administrativo, mas eu acho que não.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- No entendimento do senhor está tudo certo quanto ao contrato da Urbs? Está certo a Urbs contratar o ICI, o ICI contratar vocês e vocês contratarem outra? Tudo normal, tudo legal?

O SR. MARCELO PASTE:- O contrato da Urbs com o ICI não temos a gestão. O contrato do ICI conosco foi feito de forma lícita, não foi por licitação, como parecer que vão vincular numa matéria. Isso não é surpresa estamos falando o dia inteiro sobre isso. E o ICI não precisa de licitação para contratar. Há quem diga o contrário, assim como há opiniões jurídicas diversas. Isso aqui pode gerar um embate jurídico muito grande. Vem um doutrinador e fala que precisa de licitação e vem outro e fala que não precisa de licitação. A posição da Dataprom é que não precisa de licitação e o nosso contrato foi regular com o ICI.



O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Até quando a Urbs tem a tal licença do sistema fora do contrato.

O SR. MARCELO PASTE:- A licença de uso é "ad eternum", a Urbs pode usar para sempre a licença, o código fonte é outra coisa.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Vocês acham que sem um novo contrato o sistema anda?

O SR. MARCELO PASTE:- Anda perfeitamente. Esse sistema de Curitiba é muito moderno, é composto por inúmeras funcionalidades. Ele é um sistema que inclusive levou Curitiba a ter a fama do bom transporte que ela tem. Muito disso, parece que as pessoas não sabem, se deve ao nosso serviço, ao nosso suor em fazer com que o sistema fosse bom e funcionasse e funciona perfeitamente. A questão é a atualização, como o outro Vereador perguntou, a atualização quando você compra um software (A) compra a licença de uso do software, se quer atualizar tem que comprar outra licença de uso do software.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Então, diante dessa resposta sua há possibilidade da Urbs, do Município, economizar alguns milhões, já que o sistema roda sem um novo contrato?

O SR. MARCELO PASTE:- Sim.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Que isso fique registrado. Muito obrigado pela resposta.



O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Rogério Campos e vamos passar a uma outra rodada de perguntas dos Srs. Vereadores. E já vou iniciar com uma revelação que saiu agora no Jornal Estadual, peço ao Dinho que encaminhe, que mostre. O diretor do ICI está afirmando que ele vai entregar amanhã o código-fonte para a Urbs junto com o programa. Gostaria de ouvir a opinião do Sr. Abujamra.

(Vídeo)

O SR. PRESIDENTE:- Dr. Abujamra, o senhor poderia se manifestar a respeito do fornecimento do sistema do código-fonte pelo ICI? O ICI tem o código-fonte do sistema de bilhetagem?

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Não, não é isso. Nas negociações é uma questão jurídica. Eu não tenho relação nenhuma com a Urbs. Eu não posso passar o código-fonte para a Urbs porque eu não tenho nada com a Urbs. Então, eu tenho que passar para o ICI e o ICI passa para a Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Temos um contrato aqui que afirma que o ICI tem direito ao código-fonte, o contrato que o senhor firmou com o próprio ICI. O nosso Relator, Vereador Bruno Pessuti, vai fazer a leitura dele.



O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Contrato.

O SR. MARCELO PASTE:- Por enquanto está correto, Relator. Tem que se remeter a esse item que o senhor mencionou, 6.7 cláusula 6ª.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Contrato.

O SR. MARCELO PASTE:- Perfeito. Agora o detalhe mais importante (c), opção de compra dos equipamentos. Não está escrito aqui código fonte. Equipamentos. O contrato é de locação de equipamentos e de fornecimento de licença. Agora, esse mesmo contrato, nobre vereador, se puder levá-lo até o Anexo I. (Lê): "Objeto. Fornecimento de sistema aplicativo. Será fornecida a licença de uso do aplicativo sem fornecimento de código fonte". Está expresso. Isso é do conhecimento do ICI, é de conhecimento da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Só para concluir, então o ICI não pode fornecer o código fonte conforme declarou o diretor administrativo?

O SR. MARCELO PASTE:- Ele pode sim, Presidente, desde que a Dataprom forneça a ele. A Dataprom fornece ao ICI e o ICI forneceria a Urbs. Mas não é uma obrigação contratual. Vai ser uma liberalidade da Dataprom.

O SR. PRESIDENTE:- Correto. Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- E vai acontecer, Presidente, essa liberação do código?

O SR. PRESIDENTE:- É o que ele disse. Passo a palavra ao próximo inscrito, Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Alberto, tive informação inclusive com o Vereador Chicarelli, quando fomos *in loco* verificar alguns contratos da Urbs com algumas empresas, que a Dataprom também participou do certame dentro de um consórcio, aquele programa do PAC da Copa, dos PDAs. Qual é a participação da Dataprom e qual é o trabalho da Dataprom dentro dessa participação desse valor de contrato de, se não me engano, trinta e três milhões de reais, um pouquinho mais, um pouquinho menos? O valor é trinta e três milhões, a participação da Dataprom é vinte e dois vírgula cinco.

O SR. MARCELO PASTE:- Temos contratos separados para a parte do conjunto de contratos que V.Exa. está pedindo, e nele é possível pegar o valor certinho de cada empresa do consórcio, inclusive a Dataprom.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, Sr. Presidente, peço mais uma vez que coloquemos já em votação os nossos pedidos.

O SR. PRESIDENTE:- Consulto se tem mais algum vereador que deseja fazer...



O SR. VALDEMIR SOARES:- Só quero finalizar antes de colocar em votação, perguntar, havendo a aprovação desse requerimento dessa acareação entre Dataprom e Enterhelp, se os representantes da Dataprom comparecerão e participarão dessa acareação?

O SR. MARCELO PASTE:- Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Abujamra, o senhor está com a palavra.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Sem dúvida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Está respondido.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Para registro, Presidente. (Assentimento). Solicito ao Vereador integrante da CPI do mesmo partido que eu, o Tiago Gevert, para que faça o requerimento que o senhor falou, por ser ele integrante da CPI e eu não.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Presidente, uma pergunta. (Assentimento). No mesmo contrato da ICI/Urbs apareceram as compras dos dois mil, quinhentos e oitenta PCs no valor de três mil reais, setecentos e setenta e dois cada. Aparecem cento e vinte e sete reservas, quase nove milhões. Quem está de posse desses computadores reserva?

O SR. CARLOS GUSTAVO BRAND:- Esses equipamentos pertencem à reserva do sistema. São esses equipamentos que a manutenção utiliza para o momento de retirar um equipamento, colocar um outro equipamento de forma que o veículo não tenha sua operação prejudicada e esse equipamento vai fazer a sua manutenção. Esses equipamentos já estiveram na mão da Enterhelp na sua totalidade no momento em que a Enterhelp foi responsável pela manutenção. Neste momento, como nós somos responsáveis pela manutenção, está sob nossa guarda.



O SR. CHICARELLI:- A guarda é dos senhores? É isso? (v)

O SR. CARLOS GUSTAVO BARET:- Exatamente, sob a nossa guarda.

O SR. CHICARELLI:- Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem, vamos passar às deliberações. O Vereador Valdemir Soares, como nosso Vice-relator, vai ler os requerimentos que temos em pauta.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Requerimento do Vereador Valdemir Soares, solicita à CPI do Transporte Coletivo de Curitiba que a Empresa Dataprom forneça uma planilha contendo todos os contratos firmados com a Urbs e a Prefeitura Municipal de Curitiba. Essa referida planilha deverá conter os seguintes dados: nome do órgão municipal, tipo de contrato, objeto, valor, prazo, forma de pagamento, se há ou não correção do valor a pagar em caso positivo, como é feita essa correção.



O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Para encaminhar a votação, com a palavra Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Deixar bem claro, Sr. Alberto, que queremos é a planilha com essas informações. Não precisamos dos contratos no momento. Se a CPI identificar que precisamos ver algum contrato, solicitaremos em um segundo momento. O que queremos é uma planilha: contrato da Urbs em relação à compra de semáforos, contrato tal, objeto tal, valor tal, forma de pagamento; contrato de participação nessa questão dos PDAs, 22,5%, qual serviço, forma de pagamento, enfim, e se a CPI entender que em um desses contratos queremos fazer uma análise, aí sim faremos outros requerimentos e pediremos novamente à CPI para que encaminhe à Dataprom esse determinado contrato.

O SR. MARCELO PASTE:- É possível Vereador, você delimitar essa data?

O SR. CHICO DO UBERBA:- Sr. Presidente, estamos em processo de votação dessa documentação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Veja bem, ele tem razão. Vou colocar aqui a data a partir de 2008, porque pega tanto esse contrato com o ICI e, é claro, já tivemos o conhecimento de alguns outros contratos, tanto da Urbs como da Prefeitura, como da Setransp com a Dataprom. Então, temos a certeza que teremos um montante de contrato. Acho que vai ser importante, interessante para o exame da CPI. Vou anotar aqui e vou deliberar.

O SR. PRESIDENTE:- Pode fazer à mão.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Só uma pergunta ao Vereador Valdemir. (Assentimento). Pelo que entendi, esse mesmo questionamento foi feito à Urbs também?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse mesmo questionamento já foi feito à Urbs.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Já foi feito à Urbs sobre o contrato da Dataprom?

O SR. VALDEMIR SOARES:- À Urbs pedimos todos os contratos, a planilha de contratos a partir de 2006. Todos os contratos.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Está incluso, você acha que é possível estar incluso?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sim.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Se não eu faria essa solicitação à Urbs.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É até interessante para bater as informações, bater os números, bater valores, prazos, etc.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em votação. (Pausa). APROVADO. Próximo requerimento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Requerimento do Vereador Valdemir Soares, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição: requer à CPI do Transporte Coletivo de Curitiba que a Empresa Dataprom informe qual a margem de lucro no contrato firmado com o ICI.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Requerimento do Vereador Tiago Gevert, requer à CPI do Transporte Coletivo de Curitiba que seja realizada acareação entre o representante da Enterhelp e o representante ouvido em data de hoje, Sr. Alberto Abujamra, da Dataprom.

O SR. PRESIDENTE :- Em discussão. (Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADO.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Será que cabe à CPI uma acareação das duas empresas?

O SR. PRESIDENTE:- Cabe, está previsto no Código de Processo Penal.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E foi colocado em votação e foi aprovado.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Já foi aprovado?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Já, inclusive com o voto da senhora também. Sr. Presidente, só para pedir uma deliberação rápida desse pedido, até porque o Sr. Alberto se colocou à disposição, e o representante da Enterhelp também se colocou à disposição para fazermos aí, depois desses interrogatórios que teremos agora até o final desta semana.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Convoco todos os Srs. Vereadores que compõem esta CPI, e dos demais, para amanhã a partir das 09 horas para ouvirmos o Sr. Marcos Ísfer, ex Presidente a Urbs. Então, pediria para que todos os Srs. Vereadores cheguem no horário para que pudéssemos terminar antes da meia noite. Antes passo a palavra ao Sr. Alberto Abujamra. Agradeço pelas informações do senhor e da sua equipe, e os documentos que o senhor tiver para entregar para esta CPI este é o momento adequado.

O SR. ALBERTO MAUAD ABUJAMRA:- Na documentação estão alguns dos relatórios do sistema.

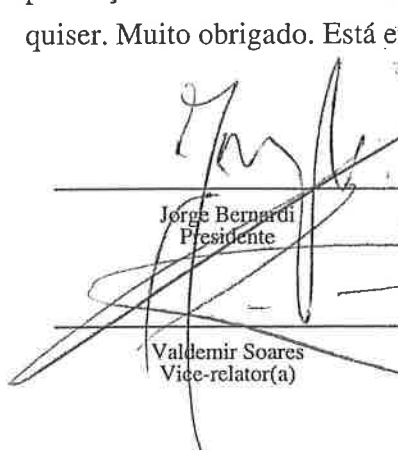
O SR. PRESIDENTE:- Peço que todos os Vereadores venham até à Mesa para receberem os documentos. (Pausa).

(São entregues os documentos da Dataprom à CPI)


O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Sr. Alberto Abujamra, aos seus colaboradores que



contribuíram com esta CPI. Vamos pedir para que o senhor nos encaminhe esses documentos digitalizados também, para que possamos disponibilizá-los no site da CPI. Agradecemos a presença de todos nossos funcionários. Amanhã às 09 horas estaremos aqui novamente, se Deus quiser. Muito obrigado. Está encerrada a presente reunião, às 23h15min.



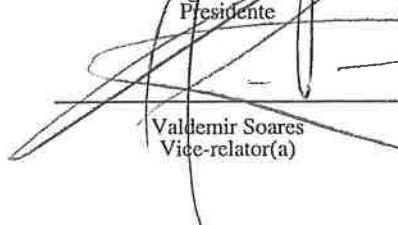
Jorge Bernardi
Presidente



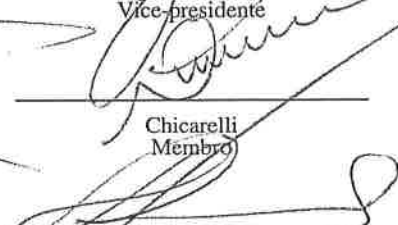
Serginho do Posto
Vice-presidente



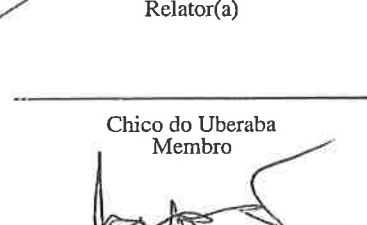
Bruno Pessuti
Relator(a)



Valdemir Soares
Vice-relator(a)



Chicarelli
Membro



Chico do Uberaba
Membro



Cristiano Santos
Membro



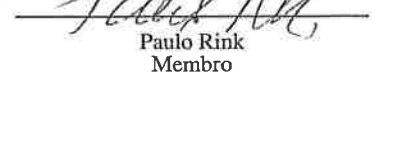
Geovane Fernandes
Membro



Mauro Inacio
Membro



Noemia Rocha
Membro



Paulo Rink
Membro



Profª Iesete
Membro



Tiago Gevert
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 9ª/2013 de 18/09/2013

Data / Hora da Notificação: 03/10/2013 - 16:23

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.